

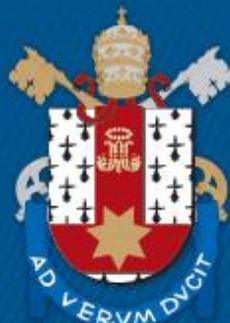
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

LUCIANE FUGALI

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A CIDADANIA NOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS: UMA  
HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DA CASCATA CALZA**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LUCIANE FUGALI

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A CIDADANIA NOS MOVIMENTOS  
AMBIENTAIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DA CASCATA  
CALZA**

Porto Alegre  
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A CIDADANIA NOS MOVIMENTOS  
AMBIENTAIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DA CASCATA  
CALZA**

LUCIANE FUGALI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação. Área de Concentração: Práticas e Culturas da Comunicação. Linha de pesquisa: Política e práticas profissionais na comunicação.

Orientadora: Claudia Peixoto de Moura.

Porto Alegre

2019

## **Ficha Catalográfica**

F957c Fugali, Luciane

A comunicação pública e a cidadania nos movimentos ambientais  
: uma história de resistência da Cascata Calza / Luciane Fugali  
. – 2019.

223f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Peixoto de Moura.

1. comunicação pública. 2. cidadania. 3. movimentos ambientais. I.  
Moura, Claudia Peixoto de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

LUCIANE FUGALI

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A CIDADANIA NOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS:  
UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DA CASCATA CALZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação. Área de Concentração: Práticas e Culturas da Comunicação. Linha de pesquisa: Política e práticas profissionais na comunicação.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Claudia Peixoto de Moura (PUCRS)

---

Profa. Dra. Cleusa Maria Andrade Scroferneker (PUCRS)

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli – UFSC

Porto Alegre

2019

Dedico esse trabalho a todos aqueles que acreditam que podemos estabelecer uma nova forma de relação entre sociedade e natureza, respeitando a vitalidade da Terra.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Nadir e Dorilde, por todo amor e esforço que fizeram para que eu pudesse estudar. Agradeço ao meu irmão, Cristiano, pelo constante apoio aos meus projetos.

Aos meus amigos por entenderem as ausências e pelo carinho, dedicação e apoio nessa trajetória não apenas acadêmica, mas também humana, de descobrimento e encantamento. Agradeço especialmente à Agda e ao Daniel, por terem acompanhado constantemente a pesquisa e dedicado seu tempo para ela. Agradeço ainda aos novos amigos, descobertos no decorrer do caminho.

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a defesa da Cascata Calza, com o apoio, na pesquisa, na disponibilidade e na troca de ideias. Especialmente ao grupo estudado, pela dedicação, coragem e força, por pessoas como vocês é possível acreditar num mundo melhor.

Aos colegas de mestrado que foram importantes nas discussões e à Capes pelo investimento feito através de bolsa que oportunizou a realização deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC/RS, pela oportunidade de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social que proporcionam grandes oportunidades de aprendizagem. Em especial às professoras Cleusa Maria Andrade Scroferneker e Maria Helena Weber, pelas contribuições indispensáveis que qualificaram esse estudo. Agradeço ainda ao professor Carlos Augusto Locatelli que me honra com sua avaliação ao final do trabalho.

Agradeço especialmente a minha orientadora, professora Cláudia Peixoto de Moura, pelos ensinamentos e pelo apoio.

*De uma coisa sabemos: a terra não pertence ao homem, é o homem que pertence à Terra. (...) Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo que ele fizer à trama, a si próprio fará.*

**Cacique Seattle, da tribo Duwamish, em carta ao presidente dos EUA, 1855**

## RESUMO

Esta dissertação propõe relacionar os conceitos da comunicação pública e à cidadania, buscando entender de que forma ocorrem os processos de comunicação realizados pelos movimentos ambientais em oposição à implementação de empreendimentos hidroelétricos. Foi escolhida a perspectiva metodológica da pesquisa participante, enquanto recurso científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento que busca a transformação social e a emancipação dos sujeitos (CARLOS BRANDÃO, 2006). Essa perspectiva parte de uma abordagem teórica ampla na busca da apreensão das múltiplas determinações da realidade. Para tanto, a reflexão teórica parte da discussão que envolve as formas de apropriação do meio ambiente que são reproduzidas na dinâmica dos empreendimentos hidroelétricos. Na sequência, é abordada a história da construção da cidadania e o desenvolvimento dos movimentos sociais, elucidando a realidade estudada. O objeto de pesquisa empírico são os movimentos em oposição as tentativas de construção de empreendimento hidroelétrico na Cascata Calza na cidade de Cotiporã – RS. O objetivo estabelecido foi o de compreender a perspectiva da comunicação pública e da cidadania a partir da história daquele movimento social. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Inicialmente, uma pesquisa documental nos documentos produzidos pelos movimentos sociais. Na sequência, uma investigação a partir das narrativas dos membros do grupo, aprofundando o entendimento. O estudo possibilitou a constatação de que o movimento ambiental em oposição aos empreendimentos utilizou-se de preceitos relacionados com as concepções teóricas da comunicação pública, levando o debate para a esfera pública na defesa do ambiente natural. Como conclusão, uma série de fatores possibilitou algumas conquistas do movimento ambiental, tendo destaque o reconhecimento da comunicação como constituinte do seu processo social de resistência.

Palavras-chave: comunicação pública, cidadania, movimentos ambientais.

## **ABSTRACT**

This research proposes to relate the concepts of public communication and citizenship as a way to understand how communication processes made by environmental movements occur in opposition to the implementation of hydroelectric projects. The methodological perspective is the participant research as a scientific, political and pedagogical resource of shared knowledge that seeks the social transformation and the emancipation of the subjects (CARLOS BRANDÃO, 2006). This perspective starts from a broad theoretical approach searching for the apprehension of the multiple versions of reality. For that, the theoretical approach starts discussing the forms of appropriation of the environment that reproduced the dynamics of hydroelectric projects. Next, it involves the history of the construction of citizenship and the development of social movements of the chosen reality. The empirical research object is the movements against the attempts of construction of hydroelectric enterprise in Cascata Calza in the city of Cotiporã - RS. The objective to this study was to understand the perspective of public communication and citizenship from the history of that social movement. The research involved two stages: an investigation of the documents produced by social movements, and an analysis of the group members' narrative, deepening the understanding. The study made it possible to find that the environmental movement against the enterprises used precepts related to the theoretical conceptions of public communication, taking the debate to the public sphere in defense of the natural environment. As a conclusion, a series of factors allowed some achievements of the environmental movement, highlighting the recognition of communication as a constituent of its social process of resistance.

Keywords: public communication, citizenship, environmental movements.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Linha do tempo para alteração no critério de PCHs. ....	80
<b>Figura 2</b> – Mapa de localização de Cotiporã.....	121
<b>Figura 3</b> – Mapa do Rio Carreiro (PCHs).....	123
<b>Figura 4</b> - Vale da Ferradura, antes e depois da usina 14 de Julho.....	124
<b>Figura 5</b> – Empreendimentos hidroelétricos em Cotiporã. ....	125
<b>Figura 6</b> - Salto do Carreiro antes da PCH. ....	126
<b>Figura 7</b> - Salto do Carreiro durante a construção da PCH.....	126
<b>Figura 8</b> - Entorno da Cascata Calza.....	127
<b>Figura 9</b> - Cascata Calza, em Cotiporã. ....	128
<b>Figura 10</b> - Matriz energética de Cotiporã.....	129
<b>Figura 11</b> - Linha do tempo das PCHs na Cascata Calza.....	132
<b>Figura 12</b> - Flyer Cotiporã e suas belezas naturais.....	133
<b>Figura 13</b> - Flyer Mais uma vez a Cascata Calza está sendo ameaçada. ...	138

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Tipos de aproveitamento hidroelétrico quanto ao regime de uso do bem público e requisitos para a aprovação até 2014 .....	77
<b>Quadro 2</b> - Alterações ambientais causadas por PCHs.....	94

## LISTA DE SIGLAS

ABRAPCH - Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas

ACOPAN - Associação Cotiporanense de Proteção ao Ambiente Natural

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CGHs - Centrais Geradoras Hidrelétricas

CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

MBL - Movimento Brasil Livre

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UHE - Usinas Hidrelétricas

UNIVATES - Universidade do Vale do Taquari

VPR - Vem Pra Rua

WWF-Brazil - World Wide Fund for Nature [Fundo Internacional para a Natureza].

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO MEIO AMBIENTE À RACIONALIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>30</b>
2.1 A LÓGICA DO PROGRESSO E O IMPACTO AMBIENTAL .....	30
2.2 DA CRISE AMBIENTAL À SUSTENTABILIDADE .....	36
2.3 JUSTIÇA E CONFLITO AMBIENTAL .....	42
<b>3. DA CIDADANIA À CIDADANIA AMBIENTAL.....</b>	<b>48</b>
3.1 A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CIDADANIA .....	48
3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADANIA .....	56
3.3 CIDADANIA AMBIENTAL .....	63
<b>4. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS PCHS E DAS CGHS.....</b>	<b>73</b>
4.1 PANORAMA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E CONTEXTO HISTÓRICO DAS PCHS E CGHS .....	73
4.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	81
4.3 DA SUSTENTABILIDADE AO CONFLITO AMBIENTAL.....	92
<b>5. O CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>102</b>
5.1 COMUNICAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA.....	102
5.2 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	108
5.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NOS EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS.....	118
<b>6. OS MOVIMENTOS DE OPOSIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HIDROELÉTRICO NA CASCATA CALZA .....</b>	<b>121</b>
6.1 O CONTEXTO DA CASCATA CALZA.....	121
6.2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA INVESTIGAÇÃO .....	129
6.3 OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA .....	131
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXO A – PETIÇÃO ON LINE CHANGER.ORG .....</b>	<b>178</b>

<b>ANEXO B- MATÉRIA RÁDIO VERANENSE 1/04/2014 .....</b>	<b>186</b>
<b>ANEXO C- INDEFERIMENTO FEPAM 2014.....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXO D – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 9/09/2017 .....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO E – CAPA JORNAL ESTAFETA 13/09/2017.....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO F - MATÉRIA JORNAL ESTAFETA 13/09/2017 .....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO G – REQUERIMENTO FEPAM .....</b>	<b>195</b>
<b>ANEXO H – RECOMENDAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO I – INDEFERIMENTO FEPAM 2017.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO J – REQUERIMENTO MONUMENTO NATURAL.....</b>	<b>212</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a comunicação pública desenvolvida pelos movimentos sociais, oriundos da sociedade civil<sup>1</sup> que, pelo exercício da cidadania, colocam-se em oposição à implementação de empreendimentos hidroelétricos. A comunicação pública abordada não se restringe ao aspecto da comunicação governamental, mas àquela capaz de promover o debate público e fazer circular temas de interesse público, sendo acionada por um movimento social.

Para o entendimento da questão dos empreendimentos hidroelétricos, se reconhece que esse cenário é complexo e naturalmente repleto de conflitos que emergem da disputa de diferentes grupos sociais pelo meio ambiente. Nesse cenário, de um lado há demanda energética, necessária ao desenvolvimento do país e, por essa razão, surge o argumento de que se opor à construção desses empreendimentos é como resistir ao progresso. De outro lado, há impacto ocasionado por essas obras que é sentido especialmente nas localidades em que são instalados esses empreendimentos.

A observação dos empreendimentos hidroelétricos envolve ainda a questão do meio ambiente no que tange à produção de energia. Na esfera do debate internacional sobre as mudanças climáticas, essa temática é central. Nesse contexto, a energia produzida pelas hidroelétricas é considerada limpa, especialmente se comparada com a emissão de carbono relacionada à energia produzida na utilização das fontes de carvão e do petróleo. No entanto, novos estudos apontam controvérsias dessa perspectiva (BERMANN 2001, 2012, LATINE e ALBUQUERQUE 2016, ZHOURI, 2011). A comunidade científica já vinha discutindo as características da produção de energia das hidroelétricas, no sentido de questionar a definição de “energia sustentável”, tendo em vista a degradação ambiental e social que as usinas geram. Considerando, ainda, que as novas tecnologias são opções viáveis para fontes de energia diversificadas, como a eólica e a solar, torna-se necessário refletir sobre a política de Estado brasileira com relação ao setor energético.

No âmbito nacional, portanto, existe o interesse público nessas obras, mas, ao mesmo tempo, na esfera local, ocorrem processos de destruição social e ambiental

---

<sup>1</sup> Esse estudo utiliza os termos movimento social, movimento da sociedade civil e movimento ambientalista como sinônimos para referir-se aos movimentos das sociedades ambientalistas que emergem no interior da sociedade civil e que tem por objetivo a defesa do meio ambiente natural.

que precisam ser estudados e considerados na aprovação dessas construções. Com isso, ocorre um embate entre diferentes atores sociais que se apoiam em estratégias discursivas para disputar a apropriação material e simbólica de um bem público: o recurso hídrico (ACSELRAD, 2004).

No que se refere ao desenvolvimento da infraestrutura, com a ampliação da demanda energética, o Brasil criou políticas públicas como o Plano de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC) que é um programa de ação com a previsão de maciços investimentos em projetos de energia. Nesse contexto, ressurgiram projetos dos anos 1980, como o caso da hidroelétrica do rio Xingu, hoje Belo Monte, e ainda projetos como as barragens do Jirau e Santo Antônio no rio Madeira. Nos últimos anos, as polêmicas envolvendo grandes obras na região Amazônica, especialmente as da Usina de Belo Monte<sup>2</sup>, ampliaram a discussão sobre as consequências da implementação desses projetos. Nesse contexto, surge o incentivo ao desenvolvimento dos investimentos em pequenas usinas hidroelétricas, na justificativa que esses empreendimentos produzem menores consequências socioambientais.

A partir dessa perspectiva, esse trabalho trata especificamente da movimentação que ocorre na sociedade civil que se opõe aos empreendimentos de instalação de usinas de menor porte, as Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) e as Centrais de Geração Hidroelétricas (CGHs)<sup>3</sup>, particularmente considerando um caso que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul. Nas tentativas de instalação das PCHs e das CGHs, são reconhecidas as mesmas relações de conflito e disputa que emergem por ocasião da construção das grandes usinas. De um lado o Estado, com a necessidade de ampliação da matriz energética, pela ampliação do consumo; do outro, a empresa que vislumbra um mercado com potencial de exploração. Resta, ainda, a comunidade atingida pela obra.

Esses pequenos empreendimentos hidroelétricos ocasionam um menor impacto social e ambiental, pois, como são realizados em rios de menor vazão, o barramento ocasiona uma menor área de alagamento, atingindo proporcionalmente um menor número de moradores. Com isso, também têm menor capacidade de

---

<sup>2</sup> A implementação da Usina de Belo Monte gerou inúmeros conflitos, com uma atuação marcante da sociedade civil e ampla cobertura da imprensa, conforme será visto no decorrer do trabalho.

<sup>3</sup> Esses são empreendimentos hidroelétricos semelhantes às usinas, mas com menor capacidade de produção energética.

produção de energia e, conseqüentemente, despertam menor atenção da mídia e da sociedade em geral.

Os movimentos ambientais que surgem nesse processo se originam nas comunidades e se caracterizam por uma dinâmica um pouco diferente, se comparados aos movimentos contra grandes usinas. Geralmente, ocorrem em cidades pequenas, com um menor número de integrantes que se colocam em oposição aos projetos relatados. Tendo em vista a ausência de visibilidade em uma esfera social mais ampla, há a limitação do número de apoiadores dessas causas. Para tanto, os sujeitos envolvidos criam redes de apoio e de relações na busca de seu objetivo comum: a defesa do ambiente natural. Nesse contexto, essa se institui como uma forma de exercer a cidadania.

Dessa forma, o objeto de pesquisa empírico é o movimento social que ocorre na cidade de Cotiporã, localizada na serra gaúcha, a 160 KM de Porto Alegre, contra as diversas tentativas de construção de usinas na Cascata Calza. Esse movimento social é constituído por um grupo de moradores desse município que, em 2014, ao se informar sobre a intenção da realização dessa obra, reuniu-se na defesa da preservação do lugar, criando uma série de estratégias e ações para ter a sua demanda atendida e obter as negativas aos pedidos de licenciamento. Inicialmente, a mobilização contra a obra foi realizada por um pequeno grupo de moradores, ao mesmo tempo em que outro pequeno grupo apoiava o projeto, especialmente os proprietários das terras do local onde pretendiam a construção da pequena usina.

Em um contexto mais amplo, a questão das hidroelétricas envolve ainda a apropriação de um recurso natural. Nesse sentido, considera-se necessário ampliar o debate sobre a visão que temos do meio ambiente, visto que se reconhece uma disputa por diferentes formas de uso do mesmo recurso natural. Nesse aspecto, adota-se a percepção de Lutzemberg (1980), que denuncia uma visão reducionista da natureza como um recurso a ser consumido. Esse ponto de vista é amplificado pela lógica econômica que se estabelece na contemporaneidade. No âmbito da política, as mudanças advindas da modernidade influenciam de forma definitiva o jogo de forças que emerge nos conflitos ambientais. Com a entrada do neoliberalismo e a conseqüente diminuição do Estado amplia-se significativamente o poderio de empresas, especialmente as de capital internacional, que passam a ter poder político e econômico superior ao de muitos países (SOUSA SANTOS, 2008). Sua influência se concentra com maior força, especialmente nos países periféricos, que geralmente

possuem menor regulamentação e oferecem maior possibilidade de flexibilização das diferentes leis, como as relacionadas ao licenciamento ambiental. Entre outras consequências, essa dinâmica facilita a apropriação dos recursos naturais desses locais e amplia os conflitos atrelados ao meio ambiente (ACSELRAD, 2004).

Por outro lado, cresce a conscientização da população sobre a crise ecológica<sup>4</sup>, e ampliam-se as formas de exercício da cidadania no Brasil, especialmente a partir da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. Nesses 30 anos, ocorrem diversas alterações nas conjunturas sociais: surgem novas formas de exercer a cidadania, aumenta o reconhecimento dos direitos dos indivíduos e também há uma ampliação geral do acesso à educação. Por conseguinte, o cidadão passa a tomar maior conhecimento acerca da possibilidade de reivindicação de seus direitos.

Nesse período, emergem novos meios de comunicação, com destaque para a *Internet*, e alteram-se as formas de relações entre países, pessoas, instituições e grupos sociais. A comunicação passa a ser uma instância que proporciona, além da troca de informações, a criação de novos saberes, que viabilizam formas diferentes de exercer a cidadania. Nesse contexto, os movimentos sociais se fortalecem através de diferentes estruturas de lutas coletivas.

Consequentemente, é fundamental observar as mudanças que ocorrem nas relações entre os atores sociais, por isso o debate será aprofundado a partir das questões inseridas no campo das Ciências da Comunicação, na zona de intersecção entre comunicação e cidadania. Nessa perspectiva, o sentido de comunicação explorado por Peruzzo é esclarecedor:

A comunicação não é apenas um direito de cidadania, mas também o alicerce para sua própria existência e efetivação, já que possibilita o diálogo e a troca de informações, elementos fundamentais à promoção do debate público, à articulação social em favor das mudanças estruturais da sociedade e à efetivação de direitos, portanto é fundamental entender os processos que a envolve (PERUZZO, 2015, p. 13).

---

<sup>4</sup> Em pesquisa publicada pelo Ministério do Meio Ambiente (2012), sobre o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável, faz um panorama dessa temática ao longo dos últimos 20 anos em que foram realizadas 5 investigações da série (1992 – 1997 – 2001 – 2006 – 2012). Esse estudo aponta um crescimento exponencial da consciência ambiental dos brasileiros. Na primeira pesquisa, em 1992, o tema ainda não era citado na lista dos 10 maiores problemas. Na segunda pesquisa, em 1997, ele aparecia em 11º lugar. Nas edições de 2001 e 2006 ele ainda não figurava entre os 10 problemas mais citados. Na última pesquisa, o meio ambiente já é identificado como o 6º maior problema do Brasil. Dessa forma, a consciência da problemática do meio ambiente tem um crescimento recente.

Dentre as possibilidades do campo da Comunicação, foi eleita, neste trabalho, a comunicação pública como aporte teórico para sustentar este estudo. Isso porque a comunicação torna-se o elo e a força desses movimentos, sendo utilizada tanto para proporcionar conhecimento à própria sociedade sobre o objeto em disputa e ganhar apoio da população ao movimento, quanto ao acionamento das redes em defesa do meio ambiente. Esse campo se apresenta ainda como forma de resistência, quando são reivindicadas ao Estado as demandas da sociedade. Por isso, torna-se eixo central dessa dinâmica.

Este estudo se justifica pela possibilidade de ampliar o debate sobre a consequência da política energética brasileira e os conflitos que emergem no âmbito do meio ambiente. Esta dissertação permite, ainda, avançar o entendimento do papel da comunicação pública como força para os movimentos sociais. Essa linha de pesquisa é uma construção recente e ainda pouco utilizada na área que, portanto, ainda necessita ser estudada, especialmente na abordagem dada pela ênfase no movimento da sociedade civil.

Costa (1997) cita que as pesquisas referentes aos processos recentes de democratização que ocorrem na América Latina privilegiam um conceito de democracia “centrado unicamente na vigência de ‘instituições’ democráticas (eleições livres, direitos civis garantidos, normalidade da atividade parlamentar, etc.)” (1997, p.1), confinando, desse modo, esse tipo de estudo à esfera institucional. Com isso, ignoram as práticas cotidianas dos agentes políticos. Como defende esse autor, é fundamental realizar pesquisas que se debruçam também sobre o papel dos atores sociais:

Para deslindar os processos sociais de transformação verificados no escopo da democratização, as investigações teriam, portanto, que penetrar o tecido das relações sociais e da cultura política gestada nesse nível, revelando as modificações aí observadas. Ao mesmo tempo, rompendo o véu do discurso institucional universalista, esses estudos necessitariam debruçar-se sobre os padrões concretos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, analisando o papel de atores como movimentos sociais, organizações não governamentais, etc. para a operação de transformações em tais relações (COSTA, 1997, p.1).

Bringel e Domingues (2014) compartilham dessa visão ao salientarem que, há décadas, os estudos dos movimentos sociais chamam a atenção para a necessidade de tornar mais visíveis as experiências sociais e históricas baseadas em uma abordagem dinâmica da realidade social.

No que diz respeito aos estudos acerca deste tema, em pesquisa realizada no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram localizados 32 (trinta e dois) estudos que apresentam no título a temática de PCHs e CGHs. A grande maioria é das áreas das Engenharias, Geologia e Biologia e aborda aspectos técnicos do processo, como a construção e a operacionalização desses projetos e sua relação com os biomas. Foram encontrados dois trabalhos que abordam o aspecto da comunicação nesses empreendimentos: “A deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-AIURUOCA: a constituição política da categoria de atingidos” (2008), dissertação de Hellen Guicheney, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, que analisa o processo da audiência pública para a liberação do empreendimento; e “O licenciamento ambiental de PCH e a Comunicação Social: análise dos estudos de caso de Funil e Carangola” (2007), de Camila Rocha Galhardo, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Energia da Universidade Federal de Itajubá, que analisa a aplicação de técnicas de comunicação no licenciamento ambiental.

O único estudo encontrado que versa sobre a comunicação pública nesses empreendimentos foi o de Carlos Augusto Locatelli, intitulado “Comunicação e barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). No entanto, esse trabalho tem como objeto de estudo uma usina hidroelétrica que possui uma capacidade de produção energética superior e é orientada por uma legislação ambiental específica que exige uma comunicação pública mais ampla. Além disso, por ser um empreendimento com grande volume de produção energética e maiores consequências socioambientais, tem uma cobertura maior dos meios de comunicação. Esse texto, ainda assim, será usado como referência teórica na análise da comunicação pública do Estado, considerando que as dinâmicas se assemelham.

No que se refere aos acontecimentos aqui analisados, adota-se a concepção de Gonçalves (2001), que justifica os estudos da dinâmica desses conflitos, por considerar a possibilidade de examinar os empreendimentos hidroelétricos como um laboratório de análise sociológica e política, em face à quantidade de atores sociais envolvidos e aos interesses em jogo. A autora investiga o caso de Foz Côa, que ocorreu em Portugal, na década de 1990, quando foram encontradas gravuras do período paleolítico durante os estudos para a construção de uma barragem na foz

desse rio. Os achados históricos geraram um intenso debate público e tensões na sociedade portuguesa entre, de um lado, a visão tradicional da indústria e, do outro, modelos alternativos de desenvolvimento econômico. Por fim, a movimentação da sociedade civil se fez ouvida e, em maio de 1997, o governo abandonou a construção da barragem. Nesse contexto, a autora conclui que a sociedade se depara com novos tipos de conflitos, que, em parte, passam da esfera econômica para a esfera cultural e política. Surge a defesa de novas bandeiras, como a do ambiente e da qualidade de vida. Esse movimento busca, ainda, o acesso à informação e à educação e requer uma maior participação nos domínios tradicionalmente reservados à técnica, ao mercado, ou à política *stricto sensu*. Nesse sentido, reflete sobre a mudança que ocorre naquela sociedade:

O caso de Foz Côa parecia espelhar uma sociedade em transição de uma cultura fechada, com fraco grau de participação pública, onde o papel da fundamentação científica das decisões tendia a ser marginal e a administração pública atuava de modo centralizado e pouco transparente, para um país mais moderno, mais “europeu”, onde a sociedade civil era capaz de se mobilizar por causas como a proteção do ambiente e do patrimônio cultural, onde o contributo do parecer científico passara a ser decisivo e os assuntos de interesse público a constituir objeto de ampla discussão (GONÇALVES, 2001, p. 10).

Nesse sentido, é interessante observar se a sociedade civil brasileira também está passando por um novo momento, com uma maior capacidade de participação pública na proteção do meio ambiente. Dessa forma, essa pesquisa justifica-se, ainda, pela questão referente ao exercício da cidadania, que tem se alterado profunda e rapidamente nas últimas décadas. Por isso, é fundamental identificar de que forma ela ocorre hoje na realidade investigada.

O processo de conflito ambiental referente à implementação de empreendimentos hidroelétricos é uma realidade que se reproduz constantemente em diferentes localidades. Além disso, esse processo não se restringe a de pequenas usinas, mas sim é uma realidade que se multiplica de diferentes formas na lógica dos usos dos recursos naturais na implementação de projetos econômicos que afetam o meio ambiente e as comunidades locais. Sendo assim, justifica-se ampliar esse debate.

Este projeto também surge de uma experiência pessoal<sup>5</sup> vivida pela autora, nascida na cidade estudada e que hoje é cercada por empreendimentos hidroelétricos e, por isso, acompanhou a perda da qualidade de vida dessa comunidade e a destruição do ambiente natural. Por esse motivo, essa temática foi escolhida, para examinar mais atentamente determinadas situações que envolvem as relações de conflito emergentes. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se pesquisa a comunidade de Cotiporã, a pesquisadora é membro da mesma e fez parte de todo o processo, enquanto integrante da sociedade civil da cidade que trabalhou contra a implementação da usina na Cascata Calzas. Essa perspectiva tornou a pesquisa mais complexa, pois exigiu um distanciamento na análise da realidade estudada, ao mesmo tempo em que se constituiu como parte do processo. Com isso, muitas impressões que emergem durante o trabalho são frutos da vivência da pesquisadora. Nessa perspectiva do fenômeno participativo ocorre a produção do conhecimento, a partir da prática. Nesse contexto, optou-se pela metodologia de pesquisa participante que está atrelada à ação social.

Convém ainda, ressaltar que essa pesquisadora tem um posicionamento acerca desse processo que é expresso durante o trabalho. A neutralidade científica, enquanto imparcialidade e busca pelo conhecimento puro e desinteressado é considerada um mito. Por fim, em um contexto de desigualdade de forças, essa dinâmica reforça e mantém as estruturas de poder inalterado. No entanto, o posicionamento político não prejudica o estabelecimento de critérios objetivos para avaliação do material coletado durante a pesquisa, apenas conduz a uma visão crítica da realidade observada, questionando as estruturas de poder constituídas.

A partir dessas proposições, a comunicação é reconhecida, neste estudo, como essencial nesse processo de mudança social, sendo importante investigar de que forma ela ocorre. Este trabalho tem como problema de pesquisa: de que forma ocorreu a comunicação pública nos movimentos ambientais analisados, em oposição aos empreendimentos hidroelétricos de menor porte?

Com base nesse questionamento, o objetivo geral definido é compreender a perspectiva da comunicação pública e da cidadania a partir da história dos movimentos sociais contra a implementação de empreendimento na Cascata Calza

---

5 A autora participou de forma ativa em todo o processo narrado nessa dissertação como membro do movimento social de oposição e da ONG ACOPAN - Associação Cotiporanense de Proteção ao Ambiente Natural.

na cidade de Cotiporã - RS. Os objetivos específicos são de compreender a constituição dos conflitos ambientais; refletir sobre as possibilidades de participação democráticas no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos hidroelétricos; reconhecer as características e ações do movimento social em defesa da Cascata Calza, no que se refere ao exercício da cidadania e evidenciar as características da comunicação pública realizada pelo movimento em Cotiporã.

Este trabalho propõe produzir conhecimento a partir do diálogo entre teoria e prática, pesquisador e comunidade pesquisada. Dessa forma, se escolheu como metodologia a pesquisa participante, que prevê a atuação ativa das pessoas nos processos de ação e de decisões políticas a respeito de seu mundo e de suas vidas. Essa perspectiva considera ainda que o conhecer o mundo anda de mãos dadas com a sua transformação, dessa forma, os procedimentos científicos estão atrelados à ação social transformadora (CARLOS BRANDÃO, 2006).

Para o autor, a pesquisa participante tem como referência o contexto social e político dos anos 1970 e 1980, surgindo a partir das experiências pioneiras de Orlando Fals Borba e Paulo Freire, uma tradição latino-americana. Reconhece ainda, que há uma vinculação histórica aos movimentos sociais populares e aos projetos de transformação social emancipatória. Um dos princípios mais consensuais dessa vertente é que:

a ideia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva, sobretudo quando erigir-se como uma prática objetiva e neutra. A consequência deste ponto de partida da pesquisa participante é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, corresponsável e solidário. Toda a ciência social de um modo ou de outro deveria servir à política emancipatória e deveria participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e fraternidade humana (CARLOS BRANDÃO 2006, p. 24).

Dessa forma, optou-se pela pesquisa participante por ser ao mesmo tempo um “instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular” (CARLOS BRANDÃO 2006, p. 31). Sendo ainda, uma alternativa de investigação social, pois se insere no fluxo das ações populares. Como consequência é uma estrada de mão dupla em que ocorre a participação popular no processo de pesquisa e a presença da pesquisa na ação popular.

Nessa modalidade de pesquisa, os agentes sociais são considerados mais que beneficiários passivos do processo: “são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa participante” (CARLOS BRANDÃO 2006, p. 31). A denominação de participante não é pela participação dos sujeitos sociais, mas por ser uma alternativa solidária de conhecimento social sendo um processo de ação social transformadora de vocação popular e emancipatória. Brandão e Borges (2007, p. 51) argumentam que, na pesquisa participante, “sempre importa conhecer para formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos”.

Tendo em vista a escolha do objeto estudado, Gaborrón e Landa (2006) apoiados no pensamento de Gajardo (1983) e de Hall (1981), consideram que o princípio original da pesquisa participante se relaciona ao problema de pesquisa ter origem na própria comunidade, e que essa o define, analisa e resolve. Sendo então, o objetivo último da pesquisa é a transformação social da realidade. Nessa tipologia de pesquisa, os resultados são aplicados às experiências concretas. Dessa forma, na pesquisa participante, a realidade é “tomada como objeto de investigação, mas numa perspectiva crítica, capaz de desenvolver um movimento que busque compreender essa realidade enquanto totalidade e produto de múltiplas determinações” (SILVA e SILVA, 2006, p. 127).

Nesse sentido, é direcionado o saber produzido na pesquisa para a instrumentalização dos sujeitos, partindo do entendimento que saber é poder, sendo então, a pesquisa “um esforço para fortalecer o poder dos que se encontram fora da composição de forças do Estado” (SILVA E SILVA, 2006, p. 129). Desse modo, é uma forma de pesquisa que possibilita que setores sociais possam instrumentalizar suas lutas e demandas a partir de informações que historicamente lhes tem sido negadas ou omitidas, sendo, por fim, uma possibilidade de alargamento da cidadania. Esses pressupostos vão ao encontro do problema e do objeto de pesquisa estabelecido.

Streck (2006) relatando a sua experiência de pesquisa participante cita algumas características do papel do investigador na pesquisa participante: a) cabe ao investigador a leitura do contexto; b) o pesquisador dispõe de instrumentos de análise que permitem sistematizar e organizar os saberes existentes na comunidade; c) cabe ainda, ao pesquisador, movimentar os saberes em diferentes áreas, por meio de publicações, congressos, meios de comunicação, órgãos públicos. No que se refere à pesquisa, o autor considera que é:

preciso uma permanente atenção para o que significa rigorosidade científica, uma vez que ela não se esgota com a aplicação correta de instrumentos e controle de algumas variáveis. A rigorosidade significa, sobretudo, saber movimentar-se entre os diferentes saberes e ajudar na criação de sentidos que ajudem aquela comunidade a concretizar suas estratégias de organização, desenvolvimento e convivência e lhes desenvolva a possibilidade de sonhar um outro mundo! (STRECK, 2006, p. 270).

Dessa forma, essa modalidade de pesquisa não prescinde da rigorosidade metodológica, mas sim, inclui a necessidade de contexto social para o estabelecimento mais profundo sobre a realidade observada, servindo de ampliação no repertório dos próprios sujeitos.

Partindo desses pressupostos, esse estudo busca construir uma visão mais abrangente, com conceitos que possam ser acionados para compreender e problematizar o contexto dos empreendimentos hidroelétricos. Para fins de elaboração dessa etapa da dissertação foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas, jornais, teses e dissertações e de uma pesquisa documental em leis e resoluções, resgatando os conceitos teóricos que permeiam a pesquisa.

Parte dessa revisão interliga os campos da história, da sociologia, da cultura e da política que servem de embasamento para aprofundar o objeto estudado. Dessa forma, o contexto comunicacional realiza um diálogo com outras áreas das ciências sociais, buscando o entendimento amplo do processo social estudado. Nesse sentido, a abordagem da conjuntura:

permite ter uma visão abrangente e ao mesmo tempo particular, salienta e situa o contexto específico como articulador dos outros contextos no problema de pesquisa. Ela fornece os aspectos históricos, culturais, éticos, sociais e políticos da pesquisa, evitando que fique reduzida a um exercício abstrato ou a um jogo repetitivo de palavras solenes, sem vínculo com a realidade da região, do país e do mundo (MALDONADO, 2006, p.272).

O contexto possibilita o entendimento teórico mais profundo da forma como ocorre o conflito ambiental estudado. Considerando que o reconhecimento das forças atuantes nesse processo permite entender as circunstâncias no qual a comunicação pública do movimento social analisado emerge no intuito de “apresentar a ordem de composição dos elementos ou aspectos que condicionam a configuração da problemática” (MALDONADO, 2006, p.272).

A pesquisa empírica na realidade observada revela o conhecimento adquirido através da prática, baseado na experiência, de base factual (MALDONADO, 2006),

gerando um saber teórico. Para a realização do tópico relativo à história da cidade, com relação aos projetos de hidroelétricas, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica. Na sequência, a coleta de dados ocorreu inicialmente através de análise documental. No entendimento de May (2004, p.221), é considerado que “os documentos fornecem uma fonte de dados importante para entender os eventos, processos e transformações das relações sociais”.

Nesse sentido, os documentos proporcionaram o entendimento dos atos registrados que influenciaram no processo. Richardson (1999) considera que a observação documental tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações registradas desses fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa documental nos diversos documentos mencionados durante o processo, tais como *flyer* (folheto) elaborado pelo grupo, matérias de jornais e de rádio, abaixo-assinados, petição *online*, *e-mails*, requerimentos, processos administrativos, ofícios e parecer jurídico.

Buscando entender com maior profundidade o fenômeno social em si, e ainda na perspectiva da pesquisa participante, foi realizada uma entrevista narrativa com os principais integrantes do movimento social. Essa modalidade de pesquisa consiste em uma entrevista na qual:

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p.91).

A entrevista narrativa consiste em estimular os entrevistados a contar a história sobre um acontecimento específico de vida ou do contexto que fazem parte. Jovchelovitch e Bauer (2002) consideram que a entrevista narrativa é um método de pesquisa qualitativo, sendo considerada uma entrevista não estruturada e de profundidade. Essa modalidade é motivada pela crítica ao esquema de pergunta-resposta da maioria das entrevistas: “o pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p.95).

Dessa forma, opta-se pela entrevista narrativa, sendo incitada por questões específicas e, na sequência, o grupo contou a sua história, conservando ele próprio a

fluência da narrativa. As questões elaboradas foram: 1º movimento: contar a história das ações do movimento social no ano de 2014, preferencialmente na ordem cronológica; e 2º movimento: contar o que ocorreu em 2017. Da narrativa resultante dessa entrevista foram recortados trechos de citações e utilizado os dados citados para recontar a história do grupo. Por fim, elaborou-se o texto que registra as principais ações do movimento social, através dos depoimentos coletados por meio da entrevista narrativa e indexado os documentos da pesquisa documental.

Em termos estruturais, esta dissertação contém seis capítulos, as considerações finais, as referências e os anexos. O primeiro capítulo é a introdução. O segundo capítulo aborda algumas considerações mais amplas do contexto social que repercutem e influenciam na dinâmica que envolve o objeto de pesquisa, buscando responder o objetivo de compreender a constituição dos conflitos ambientais. Inicialmente, aponta as raízes do pensamento de racionalidade instrumental do meio ambiente e da lógica que passa a nortear a sociedade, com relação às formas de apropriação econômica dos recursos naturais e a consequente crise ambiental que emerge dessa dinâmica. Reconhece ainda que essa crise não atinge de forma igualitária os diferentes povos, sendo que as maiores consequências recaem justamente sobre os menos favorecidos, desenvolvendo, assim, o conceito de justiça ambiental (ACSELRAD, 2010). Dando continuidade e reconhecendo que a disputa por territórios e ideias é carregada de subjetividades, são analisados ainda os conceitos de conflito ambiental. Por fim, são abordadas as possibilidades de mudança do modelo de desenvolvimento a partir das concepções de sustentabilidade e de racionalidade ambiental. Para a construção do capítulo 2, utilizam-se, portanto, os pressupostos de Boff (2016), Leff (2006, 2015), Lutzenberger (1980), Harvey (2012), Sousa Santos<sup>6</sup> (2008, 2016), Acsehrad (2010, 2013), Abramovay (2012), dentre outros.

No terceiro capítulo, elucida-se a temática da cidadania, enquanto uma construção social e histórica que reconhece os indivíduos como membros integrais da sociedade. Esse capítulo serve de fundamentação teórica para o objetivo específico de reconhecer as características e ações do movimento social no que se refere ao exercício da cidadania. A análise dessa construção permite entender de que forma ocorre a reivindicação e o reconhecimento dos direitos dos indivíduos, ao longo do tempo. Para tanto, parte da concepção clássica desse termo e, na sequência, aborda

---

<sup>6</sup> Por existirem autores com o mesmo sobrenome (Santos e Brandão), utilizou-se também o primeiro nome como referência para fins de identificação.

seu desenvolvimento histórico na realidade brasileira. Nesse ponto, são lembrados os movimentos da sociedade civil das últimas décadas que foram fundamentais para as conquistas da cidadania. Em seguida, em busca da aproximação com o objeto estudado, adota-se a concepção de cidadania ambiental. Para entender essas noções, são utilizadas como base teórica as contribuições do sociólogo britânico Marshall (1967), que desenvolveu a abordagem clássica da cidadania. Na sequência, com o intuito de entender o desenvolvimento do tema no Brasil, as contribuições do historiador Carvalho (2013) e da socióloga Gohn (2003, 2014 e 2018) são discutidas. A cidadania ambiental, por fim, é apresentada a partir dos pressupostos de Viola (1987), Leis (1998) e Waldman (2003), além de estudos de outros pesquisadores do assunto.

O quarto capítulo dedica-se a entender os aspectos que envolvem os empreendimentos hidroelétricos, como a racionalidade que se estabelece na construção da matriz energética nacional e a política de incentivo a essas construções. Esse capítulo busca responder o objetivo específico de refletir sobre as possibilidades de participação democráticas no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos hidroelétricos. Observar esses os procedimentos permitem ainda reconhecer mais claramente a política do Estado com relação ao meio ambiente e no aspecto referente às obras hidroelétricas. Dessa forma, esse debate é aprofundado através do reconhecimento do emaranhado de regras, regulamentos, leis e diretrizes que se transformam em políticas públicas dificilmente compreensíveis sem um olhar mais atento. São revistas ainda as consequências socioambientais dos empreendimentos hidroelétricos em contraposição ao discurso recorrente de que a energia elétrica de fonte hidráulica é limpa e sustentável. Para isso, são citados autores como Gastaldo (2009), Bermann (2001), Latini e Pedlowski (2016), Albuquerque e Morais (2013) e Zhouri (2011), além das leis, regulamentos e normativas envolvidas.

O quinto capítulo busca discutir a noção de comunicação, perspectiva central neste estudo, que, no entanto, foi deslocada para o final da seção teórica, com o objetivo de aliá-la ao debate da relação entre o Estado e os empreendimentos hidroelétricos abordados especialmente por Locatelli (2011). Nas últimas décadas, uma perspectiva mais complexa da comunicação ganha força ao visitar o próprio conceito do comunicar. Peruzzo (2015, p. 4) considera que “o foco na interação, que é uma instância inerente à partilha comunicacional, perdeu-se e terminou

sobrevalecendo o significado de transmissão de mensagens”. No entanto, a comunicação mais atrelada ao conceito instrumental não dá conta dessa complexidade e nem gera a mudança social necessária. Dessa forma, na realidade observada, a comunicação é adotada no sentido do compartilhar (WOLTON, 2011).

O conceito desenvolvido nesse estudo parte do entendimento que os movimentos sociais ao não terem as suas demandas presentes na grande mídia, passam a se apropriar das diferentes formas de comunicação em busca da transformação social. Nesse sentido, utilizam-se das tecnologias de informação para comunicarem entre si e com os seus públicos. Parte ainda do reconhecimento de que o assunto em debate é de interesse público e que se instaura na esfera pública. Esse trabalho serve de sustentação teórica para o objetivo específico de observar as características da comunicação pública realizada pelo movimento. Assim, este trabalho observa a comunicação pública recorrendo aos processos sociais e históricos que atuaram sobre esse conceito e que, por fim, derivam no entendimento que se tem hoje dessa temática. Desse modo, essa concepção se vincula não só ao conceito de cidadania, mas também aos princípios da democracia. O quinto capítulo, portanto, servirá de base teórica para a análise da comunicação pública do movimento social e será ancorado nas perspectivas de Elizabeth Brandão (2007), Weber (2017), Matos (2007), Zémor (1995), Monteiro (2012) e Esteves (2011), Locatelli (2011).

Por fim, o sexto capítulo analisa objetivamente o movimento social da sociedade civil de Cotiporã em oposição à construção dos empreendimentos hidroelétricos, partindo da descrição sócio-histórica da cidade e da Cascata Calza. Na sequência, relata a história desse movimento social.

As considerações finais apresentam os resultados do estudo, a partir da reflexão teórica e empírica realizada. Além disso, apontam os desafios da pesquisa em torno do debate da cidadania ambiental e da comunicação pública.

## **2. DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO MEIO AMBIENTE À RACIONALIDADE AMBIENTAL**

Este estudo, inicialmente, resgata a origem do pensamento que ampara a relação que a sociedade estabelece com a natureza. Na sequência, observa os processos que, nas últimas décadas, ocasionaram a aceleração do desgaste ambiental e a eventual apatia na transformação do modo de relação com o meio ambiente, abordando questões do neoliberalismo, enquanto modelo de desenvolvimento adotado e as consequências ocasionadas ao meio ambiente e à cidadania. Subsequentemente, a perspectiva do conflito ambiental é revista, buscando analisar as características da constituição desses embates; levando em conta que ocorre um processo de disputa por grupos sociais com visões divergentes. Por fim, como uma possibilidade de solução dessa crise, elege-se a concepção da racionalidade ambiental de Leff (2015) e da sustentabilidade de Boff (2016), como as mais adequadas para dar conta do desafio de uma mudança no ciclo de degradação socioambiental que se instaura.

Este capítulo sustenta teoricamente o objeto analisado, tendo em vista que reconhece as relações estabelecidas com o meio ambiente, adotadas nesse momento histórico refletem diretamente na situação analisada. Para tanto, explicita as principais dinâmicas que envolvem o processo de apropriação da natureza através do contexto social e político que sustentam essas práticas.

### **2.1 A LÓGICA DO PROGRESSO E O IMPACTO AMBIENTAL**

A matriz ideológica que originou a forma de apropriação da natureza consagrada na modernidade, como uma fonte eterna e inesgotável de recursos, constrói-se a partir do pensamento que começou a ser desenhado ao longo de mais de 4 séculos. Leff (2015) considera que a visão mecanicista herdada da razão cartesiana priorizou o olhar econômico sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida. Como consequência, essa racionalidade excluiu a natureza e gerou processos de destruição ecológica e de degradação ambiental. Essa visão instituiu a busca incessante pelo crescimento econômico, muitas vezes desconsiderando os próprios limites dos sistemas que sustentam a vida humana.

Nesse sentido, Boff (2016) reconhece que o Ocidente gestou, com as revoluções científicas do século XVI (através de Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, entre outros) e com a Revolução Industrial, o grande ideal de modernidade: de um progresso ilimitado, que é construído através de um processo industrial, “produtor de bens de consumo em grande escala, às expensas da exploração sistemática da Terra, tida como um baú de recursos, sem espírito e entregue ao bel prazer do ser humano” (BOFF, 2016, p. 43).

Lutzenberger (1980) considerava reducionista a concepção da natureza como um recurso a ser consumido, propagada pelo pensamento moderno. Em razão desse entendimento da natureza vinculado ao consumo, considera natural também que ninguém tenha respeito pelo real valor dos recursos. Já que, como lembra o autor, o progresso pode ser visto como tudo aquilo que economiza salários e aumenta os lucros, poucos conseguem ver que a vantagem, nesse tipo de relação, está só com o industrial. Assim, “privatizam-se os lucros e os custos ambientais são sociabilizados. O público paga na poluição e na futura escassez” (LUTZENBERGER, 1980, p. 39).

Para entender as forças econômicas e as dinâmicas que se apresentam na atualidade é necessário retomar alguns conceitos que ganharam força no último século e que desenham o atual modelo de desenvolvimento, relacionando-se, ainda, à crise ambiental que se instaura. O capitalismo passou por diferentes fases no decorrer da história. Segundo Sader (2011), como reação à crise de 1929, encerra-se o período da hegemonia liberal e sucede o período de predomínio do Estado regulador. Esse modelo entra em colapso nos anos 1970 e, com isso, surge o neoliberalismo. Harvey (2012) considera que a doutrina política econômica neoliberal remonta ao final dos anos 1930, porém ela só é vista como alternativa viável com a crise do Estado Social. O autor cita a importância de Margaret Thatcher nesse cenário, quando eleita, em 1979, ela transforma toda a orientação do Estado de bem-estar social para uma política liberal. “Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento liberal, o resultado foi transformar em objetivos das políticas de Estado a expropriação das terras comuns” (HARVEY, 2012, p. 130). Naquele tempo, o reflexo imediato dessa mudança de paradigma foi a diminuição do Estado:

Na Inglaterra a subsequente privatização dos serviços (água, telecomunicações, eletricidade, energia, transporte), a liquidação de empresas públicas (como as universidades) de acordo com uma lógica comercial levaram à radical transformação do padrão dominante de relações

sociais e a uma redistribuição de ativos que favoreceu cada vez mais antes as classes altas do que as baixas (HARVEY, 2012, p. 131).

A justificativa dessa mudança é que a economia havia deixado de crescer por excesso de normas. Como consequência, ocorreu a desregulamentação e a abertura dos mercados nacionais à economia mundial, o que diminuiu o tamanho do Estado e os investimentos em políticas sociais. Esse modelo se torna hegemônico, impondo as políticas de livre comércio, de Estados mínimos, e a globalização do mercado de trabalho para investimentos (SADER, 2011).

Sousa Santos (2008) reconhece a existência de uma economia-mundo desde o século XVI, contudo considera inegável que a globalização tenha se intensificado enormemente nas últimas décadas. Com isso, os países desenvolvidos deslocaram a produção para países periféricos e surgiram as empresas multinacionais, transnacionais. A emergência dessas empresas com capital e poder de negociação crescente causou diversas alterações nas estruturas tradicionais dos Estados e da sociedade. Nessa dinâmica, a democracia representativa e a cidadania sofreram desgastes:

Por um lado, a prevalência crescente do capitalismo financeiro global corroeu a soberania dos Estados a ponto de transformar os Estados soberanos em presas fáceis de especuladores financeiros e de suas guardas-avançadas, as agências de notação de crédito e o FMI. A concentração de riqueza e a degradação dos direitos econômicos e sociais estão fazendo com que o círculo da reciprocidade cidadã se estreite e cada vez mais cidadãos passem a viver na dependência de grupos sociais poderosos que tem direito de veto sobre seus modos e suas expectativas de vida, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários industriais, empresas de megaprojetos e de mineração. A isso chamo de “fascismo social”, regime social que constitui o outro lado das democracias de baixa intensidade (SOUZA SANTOS, 2016, p. 21).

Com a diminuição do Estado e o poder crescente das corporações, se estabelecem novas lógicas sociais que acabam por influenciar de forma direta na relação que se constitui com o meio ambiente e com a cidadania. Almejando maiores lucros, essas empresas pressionam os Estados na busca de melhores oportunidades, tais como menores regulamentações, a flexibilização das leis ambientais e o incentivo de impostos. Essa dinâmica ocorre especialmente nos países em desenvolvimento, que geralmente têm menor tradição em políticas de proteção ambiental e cultura participativa (SOUZA SANTOS, 2008).

As multinacionais, com um poder de intervenção global e com a mobilidade crescente dos processos de produção, podem facilmente colocar dois ou mais

Estados, ou regiões dentro de um Estado, em concorrência sobre a condição de escolha da localização do investimento (SOUSA SANTOS, 2008). Acselrad (2013) chama esse processo de “chantagem de localização”:

O capital aprisionaria parcelas importantes das populações locais no interior da “alternativa” de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo – mesmo ao custo da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos – ou não ter uma fonte de renda apropriada. A maior mobilidade dos capitais estaria, assim, na origem e conflitos locais de caráter ambiental “por desregulamentação” nas áreas de chegada dos investimentos – conflitos originados em denúncias da despossessão ambiental sofrida por populações locais em áreas de expansão da fronteira capitalista – ou à imposição de riscos ambientais aos grupos sociais mais destituídos, em áreas de ocupação intensa e consolidada. Havendo conflitos nesses locais “de chegada”, os atores da resistência tendem a confrontar-se às pressões dos interesses – coalizões desenvolvimentistas – envolvidos com a implementação dos empreendimentos e com a capacidade que estes podem demonstrar em mobilizar setores importantes da população local a seu favor (ACSELRAD, 2013, p. 110).

A consequência do processo econômico neoliberal é uma degradação social e ambiental muitas vezes legitimada pela própria comunidade, em busca de renda. Esse acontecimento incide, sobretudo nas regiões mais pobres, o que aumenta o poder de barganha das grandes corporações. Com a chegada das grandes empresas, a população local, muitas vezes, tem que escolher entre a possibilidade de trabalho com riscos ambientais e sociais, ou não ter trabalho. Outro aspecto relevante é que parte da comunidade que é exposta a esse processo consente e até defende os interesses dessas grandes empresas, tendo em vista que são as promessas de desenvolvimento e os empregos que estão em jogo (ACSELRAD, 2013).

Com esse grande poder, as corporações acabam impondo as condições que consideram mais desejáveis aos empreendimentos. Com isso, “acabam tornando-se a) ‘quase-sujeitos’ das políticas de regulação do território e b) ‘quase-sujeitos’ dos limites de aceitabilidade dos riscos para a própria população local” (ACSELRAD, 2013, p. 111). Ou seja, as condições da empresa é que determinam o que é arriscado.

A dinâmica de buscar territórios com base nos critérios de regulamentação, referentes às leis de proteção ambiental e de trabalho, entoa como mantra na lógica de mercado de produzir ao menor preço e elevar os dividendos dos acionistas. Acselrad (2013) ressalta que o capitalismo liberal está associado ao processo de exportação da degradação ambiental, na busca por locais aonde há menor regulamentação. Nesse contexto, as empresas aplicam novas tecnologias

poupadoras de trabalho, mas que requerem mais energia, insumos químicos e recursos naturais. Com isso, é estabelecida uma lógica perversa:

Aumentam os lucros, aumenta a degradação ambiental e, ao mesmo tempo, declina o emprego por unidade de capital. Os ganhos de capital elevam, portanto, o poder político dos capitalistas, assim como sua capacidade de angariar apoio de governos e trabalhadores para mais investimentos. Os rejeitos são alocados nos espaços comuns onde resistem os mais pobres – via de regra através da exportação de resíduos ou da relocação de empreendimentos ambientalmente danosos nos países periféricos (ACSELRAD, 2013, p. 114).

O resultado desse processo muitas vezes é trágico. Porto (2013) cita a perspectiva do “boomcolapso”, que demonstra um aspecto sombrio no processo do desenvolvimento. Essa visão considera que há um padrão nos vários ciclos econômicos passados ou em andamento em regiões do Brasil e América Latina. Esse modelo apresenta algumas características específicas, tais como a de ser “intensivo em recursos naturais, concentrador de renda, rápido, efêmero e desigual, deixando rastros de territórios devastados ao fim do ciclo econômico sem expansão de outras formas de capital social” (2013, p. 94). O autor afirma ainda que o crescimento na renda, no emprego e na arrecadação que ocorre em um primeiro momento é seguido de colapso social, econômico e ambiental e por períodos de estagnação.

Convém recordar que a lógica do capitalismo necessita sempre incorporar novos territórios de extração e de consumo, sem o qual não conseguiria sustentar o modelo construído. Por isso, a busca por insumos mais baratos é tão importante quanto a busca por novos mercados:

(...) a implicação é que os territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terras de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas sejam continuamente abertos (HARVEY, 2012, p. 117).

Harvey (2012) denomina essa apropriação de “acumulação por espoliação” e considera que o Estado tem um papel crucial no desenvolvimento dessa lógica a partir do apoio e da promoção desse processo. São inúmeras as consequências dessas práticas, com destaque à mercantilização e à privatização da terra, com a expulsão violenta dos camponeses e a convenção de direitos coletivos em direitos privados, além da privatização dos recursos compartilhados, como a água, a terra e as florestas.

A obtenção de ganhos com a produtividade ocorre não apenas a partir dos dispositivos de liberalização, que colocam os trabalhadores do mundo em competição pela baixa dos salários, mas também pelas condições locais, que dão ao capital a capacidade de afetar de forma ambientalmente danosa a terceiros e de não serem por eles afetados. Esses terceiros são geralmente os grupos sociais mais despossuídos (ACSELRAD, 2013).

Com mais capital, maior é o poder de influência. Unindo-se a isso a capacidade de barganha, que gera a disputa entre diferentes países e regiões pela implantação de empreendimentos, cria-se a possibilidade de que os políticos locais concedam benefícios, isenções e facilidades ambientais, em busca de atrair investimentos e gerar empregos, independentemente das consequências sociais e ambientais dos projetos.

Acselrad (2013), apoiado nas concepções do economista Michael Kalescki, vê a transformação da força econômica do capital em força política, destacando a capacidade das corporações exercerem um controle indireto sobre as políticas governamentais. Tendo em vista essa imensa capacidade econômica, o potencial de “chantagem de localização” e as pressões pela desregulamentação exercidas sobre o Estado, é preciso reconhecer o alcance desse processo.

De Oliveira (2006) ressalta, nesse sentido, que há uma dominação de classe sem política. Considera que, com a mundialização do capital, ocorre uma dominação globalizada, fazendo com que a política nacional se torne uma forma de mediação necessária para a atuação dos capitais internacionais. Nesse contexto, reflete que “ao extorquer-se a mediação política da política, esta deixa de existir como nacionalidade, pois os conflitos internos já não têm nenhuma capacidade de produzir políticas nem sequer de arbitrá-las” (DE OLIVEIRA, 2006, p. 286).

Deve-se salientar, por fim, a relação que pode ser estabelecida entre essa lógica desenvolvimentista, que se instaurou ao longo do tempo, e a diminuição das possibilidades de participação social e de cidadania apontadas no texto. Essa dinâmica está vinculada à crise ambiental, aos conflitos e às políticas públicas referentes às hidroelétricas, que serão abordadas nas próximas seções.

## 2.2 DA CRISE AMBIENTAL À SUSTENTABILIDADE

As alterações provocadas pelos homens são tão profundas que, entre os pesquisadores, já se considera a formação de uma nova era geológica. Kolbert (2015) cita o químico holandês Paul Crutzen (2002), por exemplo, propôs o termo “Antropoceno” ao referir-se à atual época geológica, de muitas formas dominada pelo homem. Esse pesquisador reconhece que a atividade humana já transformou algo entre um terço e a metade da superfície do planeta. Até o momento, a maioria dos principais rios foi represada ou desviada; as fábricas de fertilizantes produzem mais nitrogênio do que todos os ecossistemas terrestres; a atividade pesqueira retira mais de um terço dos peixes e a utilização de mais da metade do escoamento de água doce de fácil acesso. Essas mudanças alteraram também a composição da atmosfera, com o aumento do dióxido de carbono em 40%, pela queima de combustível fóssil e pelo desmatamento, o que dobrou a concentração do metano nos dois últimos séculos (KOLBERT, 2015).

É importante ressaltar, entretanto, que as questões pontualmente citadas, como o aquecimento global, a poluição do ar e das águas, são apenas alguns aspectos da crise ecológica, não sendo possível abordar todos os aspectos pela amplitude do objeto observado.

No que se refere a dados científicos sobre as alterações climáticas, envolvidas no desequilíbrio ecológico, o órgão mais qualificado é o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC). A entidade é uma organização científico-política, criada em 1988, com o objetivo de sintetizar e divulgar os conhecimentos sobre as alterações do clima. Em diversos relatórios são apontadas causas, efeitos e riscos para a humanidade e para o meio ambiente relacionadas ao aquecimento global. Em outubro de 2018, foi publicado o 6º relatório, que “traça um panorama muito mais severo sobre as consequências imediatas da mudança no clima do que se imaginava anteriormente” (DAVENPORT, 2018, s./p.). Esse documento considera ainda que para evitar danos é necessário transformar a economia mundial em uma escala sem precedentes. O relatório foi produzido com base em 6.000 estudos e descreve o futuro de forma sombria no qual “a escassez de comida e os incêndios nas matas se agravarão, e recifes de corais morrerão em escala maciça já em 2040 - ou seja, dentro da expectativa de vida de boa parte da população mundial” (DAVENPORT, 2018, s./p.).

A grande novidade desse relatório foi a antecipação na previsão da crise climática. O documento afirma que restringir o aquecimento global a apenas 1,5°C já causaria efeitos graves na vida da Terra e considera que essa marca deve ser superada entre 2030 e 2052. Para limitar esse aquecimento, seriam necessárias mudanças rápidas e abrangentes, em todos os aspectos da sociedade, do consumo de energia ao planejamento urbano e territorial, sendo indispensável uma grande redução da produção de gases do efeito estufa. O relatório conclui que os compromissos do Acordo de Paris não bastarão para evitar o aquecimento do planeta em 2°C. Afirma, por fim, que ainda é possível tecnicamente reverter a crise ambiental, mas seria necessário um amplo investimento, e não parece haver vontade política para isso.

Para entender essa crítica à vontade política é necessário retomar o princípio desse debate e as principais ações tomadas em âmbito mundial. O surgimento da temática ambiental emerge na discussão global a partir da década de 1960, porém não foi acompanhado por mudanças efetivas nas formas de apropriação e usos da natureza. Apesar da consciência ambiental tornar-se evidente nessa época, com a Primavera Silenciosa, de Rachel Carson (1962)<sup>7</sup>, ela se expande apenas nos anos 1980, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972. Naquele momento, foram assinalados os limites da racionalidade econômica. A crise ambiental reflete a “irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo, marcando os limites do crescimento econômico” (LEFF, 2015, p. 15). Inicia-se então o debate teórico e político que busca valorizar a natureza e internalizar as “externalidades socioambientais” (LEFF, 2015, p. 15) ao sistema econômico. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção e aponta para a desconstrução do paradigma econômico vigente. Segundo Leff (2015), esse tipo de discussão parte da possibilidade de construção de futuros possíveis, fundados nas leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

Viola (1987) afirma que os anos 1970 marcam o despertar da consciência ecológica no mundo, a partir de Estocolmo (1972), e do relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento. Nesse momento, surge o paradigma teórico da

---

<sup>7</sup> Rachel Carlson lançou em 1962 o livro Primavera Silenciosa que é considerado um clássico do movimento de defesa ambiental e influenciou diversas gerações de cientistas, sendo uma das primeiras obras de denúncia e divulgação científica dos problemas relacionados ao meio ambiente.

ecologia política e ocorre a proliferação de movimentos sociais ligados às causas ambientais no mundo.

A conferência de Estocolmo, em 1972, foi um dos primeiros debates mundiais sobre esse tópico. Para Ribeiro (2010), no princípio não abordou a sustentabilidade, mas formas de os países periféricos aumentarem crescimento econômico. Nesse encontro, nasce o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O autor recorda que o relatório “*Que Faire*”, de 1975, criou a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como o que atende às necessidades do presente sem comprometer as próximas gerações. Esse termo foi difundido pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em 1983, com deliberação da ONU. No entanto, há críticas a esse projeto:

O desenvolvimento sustentável poderia vir a ser uma referência, desde que servisse para construir novas formas de relação entre os seres humanos e desses com o ambiente. Mas existe um paradoxo na definição do desenvolvimento sustentável: como manter a sustentabilidade, uma noção das ciências da natureza, com o permanente avanço na produção exigida pelo desenvolvimento, cuja matriz está na sociedade? (RIBEIRO, 2010, p. 423).

Leff (2015), refletindo sobre a inserção do termo “sustentabilidade” na agenda política internacional, a partir do relatório da ONU, observa que as estratégias de apropriação dos recursos naturais da globalização transferiram os efeitos do modelo econômico adotado para o campo teórico e ideológico. Assim, a sustentabilidade se mantém mais no universo do discurso e não da prática, e, como consequência, esse processo leva “a lutar por um crescimento sustentado, sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) deste processo” (LEFF, 2015, p. 20).

Esse discurso afirma a possibilidade de conseguir um crescimento econômico mantido por mecanismos do próprio mercado, sem, com isso, buscar uma mudança. Surgem dessa forma o dissenso e as contradições desse tipo de desenvolvimento, por existirem interesses opostos na apropriação da natureza, os quais se manifestam na dificuldade de conseguir fazer acordos internacionais. Com esse processo, a noção de sustentabilidade é divulgada e vulgarizada até fazer parte da linguagem comum (LEFF, 2015).

No que concerne às convenções acerca desse tema, em 1997, em Kyoto, no Japão, após muita negociação, foi redigido um acordo que estabelecia como principal

meta para os países desenvolvidos a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa em 5,2%, do nível de 1992, no período 2008-2012. Giddens (2010) considera, entretanto, que as metas de Kyoto têm pouca relação com o que é necessário para reduzir o aquecimento global: “A maioria dos países demorou a obter qualquer avanço em direção até mesmo às modestas metas estipuladas. Na prática, pouco se conseguiu até aqui” (2010, p. 232). O autor cita, como exemplo, as emissões dos Estados Unidos, que aumentaram 13%, e da Espanha, com aumento de 30% nesse período. Os Estados Unidos, um dos países que mais emite gás poluente, não aderiu ao protocolo por considerar que prejudicaria seu desenvolvimento econômico. Como resultado do não cumprimento desses objetivos, em 2012 as metas do protocolo de Kyoto foram estendidas até 2020.

O mais recente tratado internacional é o Acordo de Paris. No ano de 2015, 195 países assinaram um compromisso internacional com o objetivo de reduzir a emissão de dióxido de carbono a partir de 2020. Uma das finalidades desse acordo é limitar o aumento da temperatura do planeta em até 2° acima do período pré-industrial. No entanto, o relatório não estabelece até quando considera esse período. O Brasil ratificou o acordo em 12 de setembro de 2016. Os principais compromissos assumidos pelo país são a redução das emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, até 2025, e redução em 43% abaixo dos níveis de 2005, até 2030. Em 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sinalizou que seu país pretende abandonar o Acordo de Paris, por considerar que as negociações não atendem às demandas dos americanos. Como consequência da falta de resultados desses acordos, mesmo com o reconhecimento político da crise ambiental e da necessidade de mudar as formas de apropriação do meio ambiente, não há efetivamente mudanças estruturais.

Nesse sentido, as políticas neoliberais consideram que o próprio mercado será capaz de trazer justiça social e equilíbrio ecológico. Nessa perspectiva, a proposta de solução à crise ambiental é, ao invés da ruptura e da mudança de paradigma, a continuação do mesmo modelo. Diante disso, surge um discurso recorrente que preconiza que o modelo de desenvolvimento neoliberal seria capaz de resolver a crise ambiental.

Se nos anos 70 a crise ambiental alertou para a necessidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico (MEADOWS et al., 1972), agora o discurso neoliberal afirma que já não existe contradições entre meio ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado se convertem no

meio mais certo e eficaz de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais ao processo de crescimento econômico. Nesta perspectiva, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital. Para a proposta neoliberal teríamos que atribuir direitos de propriedade e preços aos bens e serviços da natureza para que as clarividentes leis de mercado se encarreguem de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a fim de alcançar um desenvolvimento com equidade e justiça (LEFF, 2015, p. 22).

Essa lógica acaba por legitimar o mercado como melhor forma de equacionar os problemas ambientais. Nesse contexto, surge a perspectiva de modernização ecológica como uma série de estratégias que buscam superar o impasse ecológico, a partir da lógica neoliberal. Elas propõem conciliar o crescimento econômico e a resolução de problemas ambientais, a partir da adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, na crença na colaboração e no consenso. Nessa perspectiva, o modelo neoliberal é o melhor caminho para resolver os problemas ambientais, justificando inclusive o meio ambiente como uma das razões para a adoção de reformas liberais. No entanto, são desconsideradas as desigualdades sociais (ACSELRAD, 2009).

Leff (2006) defende que é necessária a formulação de um novo paradigma. Reconhece que a ineficácia do mercado, da norma ecológica, e mesmo a solução tecnológica, não são capazes de reverter a degradação ambiental, a concentração de poder e a desigualdade social gerada pela racionalidade econômica. Como solução, apresenta os pressupostos de uma racionalidade ambiental, capaz de integrar os valores da diversidade cultural, os potenciais da natureza, a equidade e a democracia como valores que sustentam a convivência social e como princípios de uma nova racionalidade produtiva, em sintonia com os propósitos da sustentabilidade.

A temática da sustentabilidade que emerge, na década de 1970, contestando a forma de desenvolvimento adotada, sofre diversas alterações de sentido ao longo dos anos. Como consequência desse processo, atualmente há diferentes significados para essa definição. Inicialmente, quando surgiu o debate sobre a sustentabilidade, ele representou uma possibilidade de crescimento e fortalecimento dos movimentos ambientais pelo reconhecimento do tema, enquanto agenda política mundial. Naquele momento, significou uma possibilidade de rompimento histórico com os movimentos que consideravam os recursos naturais como infinitos. No entanto, nas décadas seguintes, esse conceito foi sendo cooptado pelo próprio sistema capitalista que muitas vezes desloca o sentido dessa prática para o universo do discurso.

Nesse sentido, Boff (2017) ressalta que frequentemente ocorre certa falsidade ecológica ao usar a palavra sustentabilidade para ocultar processos de agressão à natureza. Afirma ainda, que a maioria daquilo anunciado como sustentável, geralmente não é. Nessa dinâmica, o próprio conceito se esvaziou e, nesse momento, surgem diversas construções da perspectiva contemporânea dessa palavra. Boff (2017) reconhece ao menos nove correntes divergentes que dão múltiplos sentidos a essa perspectiva. A maioria delas diverge quanto à questão política, com a manutenção da forma de desenvolvimento adotado ou defendem diferentes alterações desse modelo. No que tange à disputa pelos significados da sustentabilidade, nesse momento histórico, encontramos duas concepções especialmente distintas. A primeira delas, a forma clássica, como normalmente é pensada pelas empresas e pelo governo, considera que para ser sustentável deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto (BOFF, 2017). Nesse sentido, busca uma espécie de equilíbrio entre as ações humanas e o mundo dos negócios.

Surge ainda uma versão mais ampla do sentido da sustentabilidade. Nessa perspectiva, ocorre o reconhecimento da vitalidade da Terra, enquanto um ser vivo. Nesse sentido, Boff salienta a necessidade de uma compreensão mais adequada da sustentabilidade:

Essa é feita menos de limites, vetos, contenções, cálculos de ecoeficiência, utilização moderada e racional de recursos escassos (mas sempre dentro da lógica antropocentrismo e utilitarista e a serviço dos interesses exclusivamente humanos) e mais de sinergia e de sintonia com os ciclos da natureza, de respeito às possibilidades de cada ecossistema e atenta à suportabilidade e a capacidade regenerativa da Mãe Terra. A sustentabilidade não vem imposta de fora. Ela nasce da própria lógica das coisas e dos tipos de relação de cooperação, respeito, veneração do ser humano por tudo o que existe (BOFF, 2017, p.87).

Nessa percepção, a temática da sustentabilidade perpassa todas as lógicas não se atendo apenas a alguns aspectos específicos da preservação ambiental, sendo uma visão holística da própria natureza e do homem. Nesse contexto, para definir a sustentabilidade, adota-se, neste trabalho, o conceito de Boff (2016), que a compreende como um conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Terra, a preservação dos ecossistemas com todos os elementos (físicos, químicos e ecológicos) que possibilitam a existência e a reprodução da vida. Assim, promove-se o atendimento das necessidades da geração presente e das futuras e a continuidade, a expansão e a realização das

potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. O autor considera ainda a necessidade de preservar todas as formas de vida e todos os territórios, reconhecendo as singularidades regionais. Em uma perspectiva global, o bem recebido, em uma parte, pode não ser à custa de prejuízo em outra. Além disso, os custos e os benefícios devem ser partidos solidariamente.

Nesse mesmo sentido, vem sendo configurado um conceito de ambiente que delinea uma nova forma de desenvolvimento humano, que reintegra valores da natureza, da externalidade social, os saberes subjugados e da complexidade do mundo que foram negados no processo da modernidade. Nesse processo de reintegrar a diversidade, surgem novos valores éticos e estéticos e de potenciais sinérgicos que articulam os processos tecnológicos, ecológicos e culturais. O saber ambiental é uma produção teórica e prática orientada por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso (LEFF, 2015).

Considerando essa perspectiva de mudança de paradigma, é importante reconhecer que são alteradas as bases de sustentação ética e moral da sociedade. Ao assumir-se a perspectiva da proteção à diversidade socioambiental, as diferentes formas de vida passam a ser realmente relevantes frente à dinâmica social. O próprio conhecimento naturalizado dos povos tradicionais muda de status, visto que muitas vezes ele é tido como menor que o conhecimento científico. Torna-se necessário o reconhecimento da complexidade do planeta como norteador de uma razão flexível às diferentes formas de apropriação do mundo material. Acrescenta-se a esse cenário, ainda, a identificação das particularidades regionais e os modos de agir dos diferentes povos, assim como a percepção da necessidade de um equilíbrio entre a demanda de produção e as potencialidades ecológicas (LEFF, 2015).

### 2.3 JUSTIÇA E CONFLITO AMBIENTAL

Há um discurso recorrente que aponta para a percepção de que toda a humanidade sofre de forma igualitária os efeitos da degradação ambiental, do aquecimento global e das diversas formas de desequilíbrio do ecossistema. Nesse contexto, “assume-se que todos somos vítimas em potencial porque vivemos no mesmo macro-ecossistema global - o planeta Terra” (ACSELRAD et al., 2009, p. 11). No entanto, há desigualdade nas consequências relacionadas à depredação do meio ambiente.

Acsehrad (2009) et al. salienta que a concepção da questão ambiental como homogênea e a solução via estratégias neoliberais é o pensamento ecológico dominante nos meios políticos, empresariais e nas agências multilaterais. Dessa forma, o debate ecológico não entra em conflito com o modelo de desenvolvimento adotado.

A concepção dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os grupos étnicos mais despossuídos, permanece ausente da pauta de discussões dos governantes e das grandes corporações. (ACSELRAD et al., 2009, p. 15).

Com isso, mesmo que a concentração dos prejuízos ambientais se localize efetivamente nas populações mais carentes, há uma relativa ausência do debate no sentido do reconhecimento pelos poderes instituídos dessa realidade. Esse silenciamento ocorre sobretudo pela necessidade de manutenção do modelo de desenvolvimento eleito e a sua natural incompatibilidade com as reivindicações dos grupos afetados. Partido dessa conjuntura, surge o conceito de justiça ambiental.

A noção de “justiça ambiental” exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de ressignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego (ACSELRAD, 2010, p. 106).

Esse processo de ressignificação amplia o leque de enfoques sob a bandeira da justiça ambiental e ainda reconfigura a questão do meio ambiente como central na atualidade, ao unir as pautas relacionadas às condições de saneamento, local de moradia e exposição a materiais tóxicos à luta ambiental, entre outras.

Herculano (2002) considera a injustiça ambiental como um mecanismo no qual as sociedades desiguais, econômica e socialmente, destinam a maior carga de danos ambientais ocasionados pelo desenvolvimento para as populações de baixa renda, os povos tradicionais, os grupos sociais discriminados, os bairros operários e as populações marginalizadas e vulneráveis. Já o conceito de justiça social, os autores atrelam a um conjunto de princípios e práticas que assegure que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas relacionadas às operações econômicas, às decisões políticas (a nível federal, estadual ou local), ou ainda à ausência ou omissão de tais políticas, assegurando,

assim, o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais e às informações relevantes que lhe dizem respeito. Como consequência, ocorre a facilitação e a constituição de movimentos sociais e sujeitos coletivos, assim como a construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento. Nesse sentido, surge uma concepção de justiça compartilhada em que os diferentes sujeitos sociais podem participar e construir juntos um futuro mais igualitário e democrático.

Dentro da temática dos conflitos ambientais, há diversas visões sobre os fatores que os ocasionam. Acselrad (2004) considera que a concepção predominante, no debate contemporâneo acerca deste tópico, é a crise como o resultado da base finita de recursos versus o crescimento econômico acelerado. No entanto, essa perspectiva coloca o mundo material relativamente deslocado das dinâmicas sociais e da cultura. Nessa concepção, o autor acredita que a tomada de conhecimento dos indicadores da gravidade da crise ambiental despertaria a consciência ambiental. Como solução, essa corrente propõe que a cooperação e o consenso entre as diferentes classes seriam a melhor resolução para a problemática ambiental.

Outra vertente é reconhecida por Acselrad (2004), que vê na inexistência de um sujeito que efetivamente represente a causa do meio ambiente, sendo essa a razão para que a problemática permaneça. O meio ambiente, com toda sua complexidade, suscita a criação de inúmeros movimentos de defesa. Porém, não há uma unidade entre esses diferentes campos, o que faz com que a diversidade de setores represente reivindicações multissetoriais. De acordo com essa visão, a ausência da definição clara de meio ambiente e de uma consciência ambiental única facilitam os conflitos ambientais. O autor critica essa linha de pensamento por argumentar que ela é relativa a um mundo material fetichizado e reduzido a quantidades de matéria e energia, sem evidenciar as múltiplas formas de apropriação social e práticas culturais de significação.

A versão dominante, ao deslocar os aspectos sociais e culturais da lógica ambiental, retira o entendimento das causas que geram a degradação. Já a visão que considera a ausência da unidade quanto ao objeto, desconsidera que o meio ambiente tem significados e sentidos nem sempre compartilhados de forma igualitária entre os indivíduos. Por isso, Acselrad (2004) apresenta uma perspectiva mais ampla do conflito ambiental, que se propõe ser mais sensível ao papel da diversidade socioambiental e ao conflito entre projetos distintos de apropriação e significação do mundo material. Parte da ideia de que as sociedades produzem a sua existência com

base nas relações sociais e utilizam formas de apropriação que lhe são específicas. Assim, distingue três práticas na interface do mundo social, a partir de sua base material: as técnicas, as culturais e as sociais. As práticas de apropriação técnicas são o conjunto de atos que buscam um fim material (físico, químico ou orgânico) de transformação do meio biofísico. Tais técnicas não são determinadas unilateralmente pelas condições do ambiente, elas também são construções sociais e culturais. Além disso, são historicamente construídas e nutrem a dinâmica de reprodução da sociedade. São ainda categorias de percepção, julgamento e orientação que legitimam tais práticas. Com isso, a noção de eficiência, por exemplo, que prevalece em uma sociedade, não pode ser considerada trans-histórica. Existem, ainda, as formas sociais de apropriação, que são a base da produção das diferenciações sociais e da desigualdade de distribuição do poder sobre os recursos. Por fim, há práticas de apropriação cultural do mundo material, que são os significados que se constroem no mundo social (ACSELRAD, 2004).

Essa perspectiva permite incluir, além dos aspectos físicos dos recursos ambientais, os aspectos simbólicos e as formas sociais de apropriação, o que possibilita observar os conflitos ambientais de outros ângulos, além da disputa entre diferentes grupos por mesmo espaço, partindo da percepção de que não é possível separar a sociedade de seu meio. Os objetos que constituem o ambiente não podem ser reduzíveis à matéria e à energia, tendo em vista que são culturais e históricos. Dessa forma, o significado dos rios para as comunidades tradicionais não é o mesmo que para as empresas geradoras de eletricidade, ou até mesmo para o Estado, e não é apenas o rio que está em disputa, como também o significado dado a ele.

Acselrad (2004) salienta também a importância de reconhecer que os conflitos ambientais necessitam ser analisados através de uma articulação entre as características das dimensões físico-materiais e as dimensões simbólicas associadas ao modo de representar o meio. Considera esses elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos na disputa ambiental.

Percebe-se, portanto, como o meio ambiente, as práticas sociais desenvolvidas e os usos e sentidos atribuídos a eles interagem e se conectam materialmente e socialmente. Logo, a sociedade se reproduz por meio de processos socioecológicos e, nesse processo, confronta-se com diferentes projetos de uso e de significação de seus recursos naturais. Partindo dessa perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva (ACSELRAD, 2004).

Com a concepção de que o conflito é inerente ao debate acerca do meio ambiente, abordar a dinâmica dos principais embates que se estabelecem no Brasil passa a ser muito relevante, para entender as lógicas que se apresentam. Porto (2013) estabelece quatro âmbitos dos principais conflitos ambientais no Brasil. O primeiro refere-se à biomassa e às commodities rurais, vinculados com o extrativismo do agronegócio, da monocultura e da pecuária. O segundo relaciona-se ao extrativismo ligado à mineração, à extração de petróleo e à produção industrial para fins de commodities metálicas. O terceiro vincula-se à produção de energia e a grandes obras de infraestrutura (barragens, usinas, hidroelétricas, termoelétricas e usinas nucleares). O quarto tipo são os conflitos urbanos relativos à moradia, à falta de infraestrutura nas cidades e a desastres ocasionados pelas condições precárias de habitação.

No que se refere aos conflitos ambientais relacionados aos projetos de energia e de grandes obras de infraestrutura, estes igualmente provocam o deslocamento de grandes populações e graves consequências socioambientais. Esse item é explorado com profundidade no capítulo 4. Por hora, serão salientados apenas aspectos relacionados aos conflitos.

No Brasil, é interessante que nossa aparente vantagem pela produção de energia de fontes renováveis traz consigo o peso de enormes conflitos, como os decorrentes da construção de grandes hidrelétricas na região Norte (como Belo Monte, no Rio Xingu, e Jirau, no rio Madeira), o que vem provocando diversas reações por parte de ambientalistas, comunidades indígenas e pequenos agricultores. Tais conflitos não são novos e a construção de grandes barragens no Brasil produziu como reação social o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a partir do fim da década de 1970 (PORTO, 2013, p. 92).

Porto (2013) considera emblemático que mesmo o desenvolvimento de energias consideradas mais limpas ou ambientalmente sustentáveis, a exemplo da produção de etanol e da energia eólica, podem gerar conflitos relacionados aos usos das terras e diversos impactos ambientais. “Isso nos alerta para que um futuro ambientalmente sustentável em seu sentido restrito não necessariamente será acompanhado de sociedades mais justas e democráticas” (PORTO, 2013, p. 92).

Ao se observarem os âmbitos em que ocorrem os principais conflitos ambientais, pode-se perceber que, em geral, envolvem espaços geográficos em que as populações têm um modo de vida intimamente atrelado à natureza. Com exceção dos conflitos urbanos, os demais detêm uma visão peculiar da natureza, como os

quilombolas, os agricultores familiares, os índios e as comunidades tradicionais, como os ribeirinhos, pescadores e extrativistas (FLORIT, 2016).

Essa dinâmica permite concluir que os conflitos ambientais ocorrem geralmente em territórios nos quais as culturas que fazem uso dos recursos naturais de forma sustentável, tendo em vista que, geralmente, as atividades econômicas desenvolvidas nesses espaços são construídas historicamente e reproduzidas por diversas gerações. Com isso, muitas vezes, esses embates deslocam modos de vida que obtêm o seu sustento respeitando o equilíbrio do meio ambiente, sendo substituídos por atividades exploratórias. Outra observação é que as práticas, tradições e modos de vidas anulados por essa dinâmica destroem um capital cultural que não é passível de ser medido monetariamente.

As concepções de valorização da natureza nessas culturas não implicam a redução da natureza a um aspecto instrumental. Pelo contrário, ela é carregada de sentidos e significações simbólicas. Esses valores são diversos e culturalmente situados, na maioria das vezes incomensuráveis, se adotada a valoração monetária do mercado. Há uma diversidade que se manifesta especificamente em um *locus* determinado, que constitui o seu lugar. Por isso, muitas vezes esses povos se manifestam em oposição aos projetos e obras “portadores do desenvolvimento” (FLORIT, 2016). Nessa dinâmica, as disputas envolvendo o meio ambiente englobam visões e modos de vida diferentes, e o que ocorre, muitas vezes, é a substituição de um modelo de desenvolvimento sustentável por outro cujo principal comprometimento é com a capacidade de produção de riquezas. Essa dinâmica será aprofundada no debate das consequências dos empreendimentos hidroelétricos. O próximo capítulo aborda o conceito de cidadania, da cidadania ambiental e as dinâmicas envolvidas nos movimentos sociais, cada vez mais ativos, que buscam mudanças no *status quo* vigente.

### 3. DA CIDADANIA À CIDADANIA AMBIENTAL

Este capítulo trata de aspectos relacionados à cidadania, enquanto construção social e histórica, parte da concepção clássica e retoma os principais momentos da cidadania no Brasil. Tendo em vista que o objeto de estudo deste trabalho diz respeito a questões relativas ao meio ambiente, é importante observar ainda o avanço da cidadania ambiental, como uma construção recente que reconhece tanto os indivíduos, enquanto sujeitos de direito, quanto o meio natural.

#### 3.1 A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CIDADANIA

Thomas Marshall, sociólogo britânico, desenvolveu, em 1949, a abordagem clássica da cidadania a partir do conjunto de três elementos: o civil, o político e o social. Apesar de esses direitos terem surgido em tempos diferentes na Inglaterra – os direitos civis no século XVIII, os políticos no XIX e os sociais no XX – o autor ressalta que esses períodos devem ser vistos com elasticidade, pois há um entrelaçamento entre eles. Na Antiguidade, esses três elementos estavam unidos em um só. Com a passagem do antigo para o moderno, entretanto, houve a diferenciação e especialização dessas instâncias. O sociólogo lembra ainda que, na Idade Média, a participação na vida pública estava mais relacionada a um dever do que a um direito. No entanto, na modernidade, quando essas organizações se separam, passam a se desenvolver em ritmos próprios (MARSHALL, 1967).

Marshall (1967) argumenta que se tornou imprescindível, no contexto moderno, buscar uma avaliação da vida que fosse além do aspecto econômico, do padrão de consumo e de serviços recebidos. Surge a necessidade de uma avaliação da vida como um todo, que se relacione com os termos essenciais da civilização e da cultura. Para o autor, essa busca desemboca no conceito de cidadania, com o reconhecimento dos indivíduos como membros integrais da sociedade:

...a reivindicação de todos para gozar dessas condições é uma exigência para ser adquirida numa participação na herança social, o que, por sua vez, significa uma reivindicação para serem admitidos como membros completos da sociedade, isto é, como cidadãos (MARSHALL, 1967, p. 61).

Com isso, observa-se que o desejo pela cidadania nasce da busca do reconhecimento. No século XVIII, surgem as condições para o desenvolvimento dos

direitos civis, que se referem às liberdades individuais, de imprensa, de religião, de pensamento, de propriedade e de justiça. Marshall (1967) ressalta que, quando surgem as condições históricas que levam à aquisição desses direitos, não se trata objetivamente de sua posse concreta, mas sim da possibilidade de reivindicá-los. Para ele, esses direitos são indispensáveis para uma economia de mercado, sendo assim, nascem a partir de uma lógica mercantil. Como consequência dessa lógica, os homens se tornam livres para participar individualmente da concorrência econômica e podem negar-se à proteção do Estado, justificando ser capazes de proteger a si mesmos. Cabe lembrar que esse debate é permeado por uma lógica moral. A riqueza era vista como prova de mérito e, assim, a pobreza era sinônimo de fracasso. Assim, a cidadania, no final do século XIX, pouco serviu para reduzir as desigualdades sociais, mas ajudou a guiar os processos que levaram às políticas igualitárias do século XX.

As liberdades individuais – tomadas como pressuposto de que todos os indivíduos podem competir de forma igualitária para o seu desenvolvimento e promoção social – desconsideram as condições sociais e históricas da origem dos sujeitos. Essa lógica de pensamento ainda ressoa fortemente nos debates da atualidade, especialmente relacionados às ações afirmativas do Estado.

A consolidação de direitos individuais foi fundamental para o surgimento, por volta do século XIX, dos direitos políticos, que se relacionam à possibilidade de participar na escolha de representantes e tornar-se membro de organização de representatividade política. Além disso, a lei do sufrágio universal transferiu a base do direito político da economia para o indivíduo e, em 1918, surge, na Inglaterra, a cidadania política universal.

Os direitos sociais, que se desenvolvem no século XX, referem-se ao direito dos indivíduos de participar na herança social de um mínimo de bem-estar econômico e segurança, assim como de “levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63). As organizações do sistema educativo foram fundamentais para essa conquista.

O autor ressalta que o século XVIII assistiu ao nascimento não apenas dos direitos civis modernos, mas da consciência nacional, presente nos dias de hoje. No entanto, essa consciência, juntamente ao sentimento de comunidade, não exerceu influência nas estruturas de classes e na desigualdade social, pois, ainda no século XIX, a classe operária não possuía um poder político efetivo. Ademais, para o

sociólogo, mesmo quando adquiriu o poder de voto, essa classe não sabia ainda fazer uso do mesmo. Contudo, os direitos políticos da cidadania, diferentemente dos direitos civis, representavam ameaças reais ao sistema capitalista pela possibilidade de escolha de representantes alinhados com os seus objetivos sociais.

Nessa visão, a cidadania é a relação do indivíduo com o Estado, como explica o sociólogo. Ou seja, “é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (MARSHALL, 1967, p. 76). Como observa o autor, além disso, não há um princípio universal que determine quais os direitos e as obrigações necessários para a cidadania, mas sim uma imagem ideal a ser atingida. Para ele, esse conceito envolve, portanto, um aspecto integrador:

a cidadania exige um elo de liderança diferente, um sentimento de direito de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 79).

A clássica concepção de Marshall, porém, recebeu diversas críticas de outros pensadores. Bredariol e Vieira (1998), em diálogo com as ideias de Turner (1990) afirmam, por exemplo, que ela revela uma visão passiva da cidadania, vinda do Estado. Em uma visão mais liberal há críticas referentes também à inserção dos direitos sociais na concepção de cidadania. Apesar disso, colocou em perspectiva a construção dos diferentes direitos, servindo de referencial para o caminho traçado neste estudo.

Tendo como base essa concepção clássica, torna-se aparente que os direitos individuais de liberdade, igualdade e propriedade estão embasados na concepção liberal, o que ocorre também com os direitos políticos, como a liberdade de associação de reunião, de organização política e sindical, que são direitos individuais exercidos coletivamente. No entanto, os direitos sociais, como o trabalho, a saúde, a educação, a aposentadoria e o seguro desemprego, que são de segunda geração, são de outra fonte, e foram conquistados a partir das lutas dos movimentos operários e sindicais. Essa divergência acaba gerando um atrito no próprio sistema:

No que se refere à relação entre direitos de cidadania e o Estado, existiria uma tensão interna entre os diversos direitos que compõem o direito de cidadania (liberdade X igualdade). Enquanto os direitos de primeira geração – civis e políticos – exigiriam, para a sua plena realização, um Estado mínimo, os direitos de segunda geração, direitos sociais – demandariam uma

presença mais forte do Estado para serem realizados (BREDARIOL e VIEIRA, 1998, p. 22).

Na segunda metade do século XX, há ainda o surgimento de direitos relativos a interesses difusos, como o meio ambiente e o consumo. Bredariol e Vieira (1998) os vinculam à terceira geração. “Trata-se dos direitos que tem como titular não os indivíduos, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade” (BREDARIOL; VIEIRA, 1998, p. 23).

No que diz respeito ao desenvolvimento da cidadania, é necessário observar a realidade brasileira, tendo em vista as condições históricas que diferem este país de outros locais, como a Inglaterra. Avelar e Mastrodi (2017) esclarecem que, enquanto na Inglaterra as condições iniciais para o desenvolvimento da cidadania são anteriores à Revolução Industrial, no Brasil, as condições históricas são muito diferentes. No tempo em que ainda era colônia de exploração agrícola de Portugal, essa vinculação impedia a evolução do senso de cidadania no Brasil. Mesmo com a Proclamação da República, os direitos civis só foram alterados em 1917, com o código civil, mas os direitos políticos mantiveram-se exclusivos, naquela época, a poucos cidadãos.

Mesmo com a industrialização do início do século XX, a quantidade de momentos ditatoriais na política, a manutenção de uma estrutura econômica predominantemente rural, a falta de lutas sociais por direitos e a concessão de direitos para se evitarem eventuais conflitos sociais não autorizam considerar que a cidadania, no Brasil, teria se desenvolvido na forma apresentada por Marshall (MASTRODI; AVELAR, 2017, p. 6).

É importante pontuar, sobre isso, o surgimento de trabalhos que revisitam conceitos estabelecidos no estudo da história do Brasil, referentes aos movimentos populares. Segundo Gohn (2003), tradicionalmente, “essas lutas são apresentadas como rebeliões contra a ordem estabelecida e na maioria das vezes o relato se detém na história de seus algozes, ou seja, dos militares, tiranos ou qualquer outro tipo social, apresentado como herói” (GOHN, 2003, p. 18). Porém, para a autora, surge uma visão que contradiz a percepção desses movimentos apenas como simples revoltas ou insubordinação das massas. Esses estudos mais recentes buscam resgatar a dimensão de resistência dos movimentos populares do Brasil e sua luta por uma cidadania. Nesse sentido, esse olhar provoca mudanças, por trazer à tona grupos que foram praticamente expulsos ou escondidos da história, como:

Movimentos Populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial-Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos

de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malés da Bahia, Quebra-Quilos da Paraíba e Pernambuco, e etc. (ANDRADE, 1991, p. 9).

Andrade (1991) reportava que esses movimentos são enfocados por trabalhos que propõem dar “cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros e como chefes de bandidos” (ANDRADE, 1991, p. 9). Esse debate é significativo, já que mesmo a definição da construção da cidadania no passado pode ser revista, no sentido de alterar os entendimentos da passividade do povo brasileiro, muitas vezes encontrados nos livros de história.

Carvalho (2013), ao observar a construção da cidadania proposta por Marshall, que previa a evolução sequencial dos direitos, considera que os caminhos dos diferentes países são distintos e nem sempre são lineares, ocorrendo desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. Observa, na realidade brasileira, ao menos dois fenômenos distintos da realidade inglesa: a maior ênfase nos direitos sociais e a alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos. O autor recorda, ainda, que a cidadania se estabelece a partir da formação do Estado-nação, que data da Revolução Francesa, de 1789, na relação das pessoas com o Estado. Isto é, as pessoas se tornam cidadãos quando se sentem parte de uma nação.

A identificação à nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa. Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania. Em alguns países, o Estado teve mais importância e o processo de difusão dos direitos se deu principalmente a partir da ação estatal. Em outros, ela se deveu mais à ação dos próprios cidadãos (CARVALHO, 2013, p. 13).

Nesse sentido, a formação da cidadania no Brasil tem uma história peculiar. No Brasil Colônia não existia uma pátria nacional. “Havia um arquipélago de capitanias, sem unidade política e econômica” (CARVALHO, 2013, p. 76). O autor salienta que, na Inconfidência Mineira, por exemplo, falava-se em América, em “nós, americanos”, ou se falava em Minas Gerais como a “pátria mineira”. No período do Império, o reconhecimento cívico nacional ainda era muito escasso e havia um forte sentimento separatista (Farroupilha, Cabanada Sabinada). A partir de 1930, ocorreu uma aceleração nas mudanças sociais e políticas com avanço dos direitos sociais. Esse período também representou um progresso na identidade nacional relacionada à participação popular. Com relação aos direitos políticos, alternaram-se ditaduras (1937-1945 e 1964-1985) e regimes democráticos. Carvalho recorda que, somente

em 1945, o voto popular começou a ter peso no processo eleitoral. Quanto aos direitos civis, estes progrediram lentamente e, durante as ditaduras, muitos foram suspensos, como a liberdade de expressão do pensamento e de organização. Durante a ditadura do governo militar de 1964, ocorreu a expansão dos direitos sociais, mas houve o cerceamento dos direitos políticos e civis. Com o final da ditadura, em 1985, e com a nova Constituição criou-se um entusiasmo cívico referente às possibilidades garantidas pela cidadania. Luca (2003) salienta que a promulgação da nova constituição de 1988 simbolicamente marcou o restabelecimento do Estado democrático. Como explica Sperandio-Santos (2016):

É considerada a mais liberal da história do país, tanto que recebeu o nome de Constituição Cidadã. Os direitos políticos foram ampliados de forma inédita. A universalidade do voto ficou garantida. [...]. Os direitos civis retomam sua atuação nesse período. Ressurge com a liberdade de expressão, de imprensa e de organização. Inovou-se com conceitos e penalidades quanto aos crimes de racismo e tortura (2016, p.139).

Carvalho (2013) avalia a sequência da conquista de direitos estabelecida por Marshall e diz que, no Brasil, essa lógica foi invertida e, com isso, a supremacia do Estado foi reforçada:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2013, p. 210).

Com isso, esses estudiosos reconhecem que a história da cidadania no Brasil está extremamente relacionada à trajetória política. Dessa forma, os diferentes regimes resultaram em diversos tipos de cidadania e de democracias. Como defende Sperandio-Santos (2016), essa dinâmica ainda traz consequências à atualidade:

Percurso que silenciou e fez retroceder muitas vezes a conquista dos direitos inerentes à condição humana, deixando ainda no presente século XXI um legado que infere refletir ausência da cidadania em muitos contextos. Um hiato a ser recuperado a fim de dar ao país uma resposta frente aos atrasos pertinentes a um Estado Democrático de Direito (2016, p. 141).

No que se refere à distribuição espacial da cidadania, Milton Santos (2000) afirma haver uma relação entre esse conceito e a territorialidade. O progresso material teve como base a aceitabilidade de uma racionalidade econômica exercida pelas

empresas, com o uso extremo da força e do poder do Estado na criação de condições para o desenvolvimento do capitalismo. Isso fez com que o modelo cívico e o modelo político fossem instrumentais ao modelo econômico (MILTON SANTOS, 2000). Como consequência, as pessoas despertam para a necessidade de ampliação do consumo e não para o exercício da cidadania, que cada vez mais é amputada.

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos. [...]. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (MILTON SANTOS, 2000, p. 13).

Para o autor, essa dinâmica estabeleceu o valor da cidadania atrelado à localização territorial. Com isso, cada homem vale pelo lugar onde está, e cada espaço oferece diferentes formas de acessibilidade aos bens e serviços públicos e privados. A realidade brasileira é tão díspar, entretanto, que a maioria da população acaba sendo privada desse acesso. O autor considera que “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (MILTON SANTOS, 2000, p.116), por isso, para ele, deveria existir um arranjo dos serviços e bens que oferecesse acessibilidade semelhante a todos, para a vida ser vivida com o mínimo de dignidade. Porém, ao deixar a distribuição e a localização dos serviços essenciais na lógica das leis de mercado, a consequência é o aumento das desigualdades sociais. “O cidadão é um indivíduo no lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independente do lugar que estejam” (MILTON SANTOS, 2000, p.123).

A esse conjunto de características nacionais, acrescenta-se ainda o aumento da importância do ambiente internacional, reflexo da globalização. Na esfera econômica e política, as últimas décadas provocam profundas alterações na cidadania. Luca (2003) considera que a conjuntura internacional dos anos 1990 foi marcada pela reestruturação do processo produtivo, pela abertura das economias e pela internacionalização dos mercados financeiros que teve como consequência a crítica à noção da ampliação da cidadania recém-adquirida na constituinte. Resta, como a maior das ameaças, a tendência à naturalização das necessidades e das imposições do mercado.

Telles (1998) analisa essa dinâmica e considera que a destituição ou mesmo a recusa dos direitos que nem se chegaram a efetivar significa a erosão das mediações políticas entre o mundo social e a esfera pública. Segundo essa socióloga, emerge um consenso de que: “o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer a não ser a administração técnica de suas exigências” (TELLES, 1998, p. 42). Nesse sentido, a sociedade deve se ajustar ao mercado e se desvencilhar das proteções tutelares dos direitos. Como resultado desse discurso, transcorre um silenciamento das vozes dissidentes e a inviabilização de alternativas possíveis.

Mas é quase impossível deixar de notar que, em terras brasileiras, o assim chamado neoliberalismo consegue a façanha de conferir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira, um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social por via da recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e obrigação social. Se a pobreza brasileira é e sempre foi espantosa, e só vem aumentando sob o efeito conjugado de recessão econômica, reestruturação produtiva e desmantelamento dos desde sempre precários serviços públicos, o que impressiona é o modo como é figurada – como problema que não diz respeito aos parâmetros que regem a vida em sociedade, e não coloca em questão as regras de equidade e justiça nas relações sociais (TELLES, 1998, p. 43).

Essa ausência de percepção das origens dos problemas sociais e a aceitação das regras do jogo como dadas, dificulta os processos de mudança sociais.

Com a globalização e o desenvolvimento das novas tecnologias, as identidades também são alteradas. Surgem cada vez mais identidades entendidas para além das fronteiras nacionais, e outras de cunho regionalista. Com isso, há um deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva. Carvalho (2013) vê a possibilidade de uma noção de cidadania que se aponta como precursora de novos avanços na contemporaneidade, na organização da sociedade civil. Acredita, além disso, que há muito espaço para o crescimento democrático e para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de representação.

Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado dientelista, corporativo, colonizado (CARVALHO, 2013, p. 227).

Nesse mesmo sentido, Hohlfeldt (2011) considera que a organização da sociedade civil não é apenas um direito, mas um dever de se organizar para defender os seus interesses.

Pode-se confirmar isso pela formação de um sem-número de organizações não governamentais (ONGs) e de legislações cada vez mais participativas, como a Constituição brasileira de 1988. Esta reconhece, explicitamente, a democracia representativa, mas também a participativa gerando um conjunto bastante significativo de mecanismos por meio dos quais a sociedade pode se expressar tanto se antecipando a decisões ou iniciativas, quer do Estado, quer do mercado, como reagindo a elas quando são anunciadas/concretizadas em detrimento do interesse da sociedade (HOHLFELDT, 2011, p. 235).

A partir disso, é preciso reconhecer que a participação da sociedade civil na construção da cidadania está atrelada às dinâmicas que se relacionam aos movimentos sociais, ONGs, coletivos e outras formas de associação, como os fóruns, as plenárias populares e os conselhos. As distintas ênfases, dadas em diferentes momentos históricos, as reivindicações dos movimentos sociais servem como base para que se possa entender que tipo de direito é pleiteado e considerado mais importante naquele período. Tendo em vista esses argumentos, importa ainda realizar uma breve revisão da evolução da cidadania nas últimas décadas, a partir das dinâmicas que emergem dos movimentos sociais.

### 3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADANIA

Lüchmann e Scherer-Warren (2015) descrevem a década de 1970 como um período produtivo para o surgimento e a ampliação da organização de novos sujeitos políticos, especialmente na periferia dos centros urbanos, como resultado do processo de urbanização do país. A principal base de encontro naquele momento são as associações comunitárias. Surge um novo tipo de movimento social, que vai além da perspectiva marxista de lutas de classe. Além disso, tornam-se mais evidentes a questão da autonomia dos atores com relação ao governo e a multiplicidade de identidades coletivas (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2015). Bem (2006) considera que, mesmo surgindo de forma fragmentada, esses grupos formam uma grande rede de articulação, com base social, na cena política nacional. A crise que se instaura a partir de 1973 leva a uma perda da legitimidade do regime militar em amplos setores sociais.

Os anos 1980, como sinaliza Gohn (2003), inauguraram novos tempos para a questão da cidadania. Após a ditadura militar, os integrantes dos movimentos sociais, acuados nas décadas do regime militar, retomaram as suas pautas, junto a novos aliados. “A dimensão da cidadania foi resgatada com ímpeto e vigor, tornando-se a

principal bandeira reivindicatória dos anos 70 e 80” (GOHN, 2003, p. 202). O salto desse movimento foi a aquisição, através de leis, de diversos direitos antes requeridos.

Em síntese, podemos dizer que as ações coletivas nos anos 70 e 80, no Brasil, foram impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país, pela crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pelo desejo de se construir algo a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e grupos. Os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações (GOHN, 2003, p. 203).

Bem (2006) considera que a década de 1980 foi frutífera na pluralização dos movimentos sociais, que passam a abordar novas temáticas, como a questão das mulheres, dos negros, de crianças, dos índios e do meio ambiente. Nessa década, destaca o movimento das Diretas-já, que fortaleceu e aumentou a autoestima da sociedade civil. Cita ainda os movimentos de 1985-1988 pela constituinte, que marcaram essa época. Essas ações não se esgotavam nas demandas socioeconômicas, mas buscavam a reformulação dos padrões culturais.

Gohn (2003) afirma que esses movimentos não reivindicavam novas demandas mas criou, em vários casos, o sentimento comunitário. Surgiram também mudanças na definição da ideia de comunidade, “não apenas como um locus geográfico espacial, mas como uma categoria da realidade social, de intervenção social nesta realidade” (GOHN, 2003, p. 203).

Já os anos 1990, caracterizam-se especialmente pela luta pela cidadania coletiva e contra a exclusão social. Nesse tempo, surgem as lutas cívicas, motivadas pela busca por soluções para aspectos que afetam o conjunto das populações, como violência, falta de preservação do meio ambiente e corrupção. Outra peculiaridade dessa década é o surgimento de movimentos suprapartidários. Segundo Gohn (2003, p. 205), “enquanto nos anos 80 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas e outras, nos anos 90, são pluriclassistas, com o apoio e a participação da camada média da população”. Com isso, os movimentos são menos populares e mais pluriclassistas. A autora também recorda que, nos anos 1980, buscavam-se mudanças político-sociais e estruturais. Mas, com a queda dos regimes socialistas e a descrença nas utopias, esse projeto político enfraquece. Por outro lado, devido a essa descrença, cresce o número de grupos da sociedade civil que passam a acreditar na sua capacidade de atuação

independente, com políticas próprias, relacionadas à busca pela qualidade de vida, pela não-violência, pela ecologia, paz e outras demandas pontuais. Para Gohn (2003), essa propulsão é menos um projeto de transformação social e mais o desejo de alterações pontuais; é “o desejo de liberdade e de autodeterminação para a expressão das individualidades” (2003, p. 207). Assim, instaura-se a era dos direitos: tanto os direitos fundamentais, como a vida, a comida, ou roupa, quanto os direitos modernos, relativos a gêneros, raças e etnias.

Os efeitos da globalização também começam a demarcar espaço na década de 1990. De acordo com Gohn e Bringel (2014), no cenário do mundo globalizado se observam mudanças profundas nas dinâmicas sociais. Os autores citam, como exemplos, os novos mecanismos do mercado e dos agentes financeiros, as novas políticas públicas, nas quais o Estado passa a ser gestor e não mais promotor de bens e serviços, assim como uma nova dinâmica social mais complexa. Segundo eles, essa globalização assimétrica se beneficiará da importância crescente das redes e dos fluxos de comunicação. Além disso, essas mudanças ocasionam alterações nas formas de organização social. Os autores destacam especialmente: o aparecimento de um ativismo internacional e transnacional; uma renovação dos atores sociais que dão novo sentido à mobilização social; e o alargamento do campo participativo-institucional, com a ampliação do ideal da democracia. Ocorrem ainda mudanças, tanto no cenário internacional (com o desenvolvimento da globalização, as guerras e crises emergentes), como no âmbito regional (com a maior autonomia da América Latina e a abertura econômica do Brasil).

Lüchmann e Scherer-Warren (2015) recordam ainda que os anos 1990, com o ímpeto da globalização e a realização das diversas Conferências Mundiais das Nações Unidas, possibilitaram a expansão dos interlocutores, com características de uma articulação em rede. Junto a isso, com os desdobramentos da Constituinte de 1988, criam-se sistemas de participação em diversas áreas das políticas públicas. Isso desloca grande parte da energia criativa dos movimentos sociais para o interior dos novos espaços de participação institucionalizados.

Dessa forma, a partir dos anos 1990, os movimentos abandonam as posturas mais críticas e passam a atuar em rede junto ao Estado, em sistemas de cogestão. Essas práticas rompem com o distanciamento entre o lugar onde as decisões são tomadas e onde ocorre a participação. Bem (2006) considera essas mudanças uma das consequências da política neoliberal. Nas décadas anteriores, os movimentos

sociais tinham uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, no entanto, a partir da década de 90, estes passaram a institucionalizar-se por meio das ONGs. Tais organizações participam da elaboração de políticas públicas, o que amplia a esfera pública para além da esfera estatal. Essas mudanças levam a um menor número de mobilizações e de manifestações. A partir disso, surge a Participação Cidadã:

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto mas ao direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais (GOHN, 2013, p. 241).

A Participação Cidadã é mais normatizada. Sendo assim, uma de suas características é a tendência à institucionalização, entendida como “inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado” (GOHN, 2013, p. 241), a partir de estruturas de representação criadas e compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm. Nesse sentido, a comunidade se torna um sujeito ativo, com intervenções periódicas e planejadas. Nesse momento, os movimentos político-partidários se enfraquecem, e aqueles com demandas mais universais, mas plurais, são fortalecidos. Surgem novos conceitos, como a cidadania planetária, a sustentabilidade democrática, entre outros.

Essas abordagens preconizam que se devem respeitar as diferenças culturais - os valores, hábitos e comportamentos, de grupos e indivíduos, pertencentes a uma sociedade globalizada pela economia e pelas múltiplas interações mediáticas dadas pela TV, Internet e outros. Políticas para grupos afros, povos indígenas, mulheres, adolescentes etc. (GOHN, 2013, p. 243).

Lüchmann e Scherer-Warren (2015) destacam, como um dos movimentos mais significativos da sociedade civil organizada, na virada do milênio, o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Esse evento possibilitou o encontro e o diálogo transnacional da diversidade de movimentos sociais, ONGs e cidadãos para diversos problemas sociais.

A consequência da institucionalização dos movimentos, porém, foi a perda de sua autonomia, que se refletiu, entre outras coisas, na ausência de manifestações de ruas. Gohn (2013) relata que, a partir da crise financeira de 2008, os novos

movimentos sociais assumem outra dinâmica, que se caracteriza pela indignação contra as políticas estatais, e por questionar a prioridade dos políticos. Destacam-se ainda identidades e subjetividades coletivas, redes de pertencimento e laços de confiança.

Esta nova etapa se faz aliando às antigas pautas de demandas por bens e serviços públicos-como transporte, saúde, educação e segurança, a uma forte demanda pela ética, contra a corrupção. As manifestações são organizadas via redes sociais e o uso de inovações tecnológicas, das novas mídias no chamamento de grandes massas populacionais nas ruas. As vozes das ruas passaram a ser novos termômetros de demandas da sociedade civil (GOHN, 2013, p. 251).

Gohn (2013) destaca quatro características desse novo milênio. A primeira é a luta pela defesa das culturas locais, em contraponto aos efeitos da globalização, o que ajudaria na construção de um novo padrão civilizatório mais orientado para o ser humano do que para o mercado. A segunda se refere à busca por uma ética na política e à maior vigilância sobre o governo. Em terceiro lugar, a autora defende que os movimentos sociais têm coberto áreas de difícil penetração de outras instituições no que se refere à subjetividade das pessoas (relativamente ao sexo, à crença, aos valores, etc.). No entanto, ressalta que não se pode ignorar que a intolerância também existe e que ela “tem estado presente em movimentos fanático/religiosos ou no ressurgimento de movimentos nacionalistas, com suas ideologias não democráticas, geradoras de ódios e guerras” (GOHN, 2013, p. 239). A quarta característica se relaciona à questão da autonomia. Nesse aspecto, a autora destaca que os movimentos não buscam a independência do Estado, mas se profissionalizam com o desenvolvimento de projetos, baseados em metas, objetivos, proposições, e que buscam dar universalidade às causas particulares, priorizando a cidadania e gerando propostas mais assertivas nas demandas ao Estado.

Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (por isso é grande o número de militantes/assessores de movimentos, advindos de ONGs, que tem adentrado aos programas de Pós Graduação da academia. Resulta também que vários participantes de movimentos sociais, depois de qualificados, tornam-se professores universitários e voltam-se inteiramente para a academia - ficando o movimento apenas como “objeto” de estudo e pesquisas. As ONGs permanecem como estágios laboratoriais de iniciação participativa estando sempre compostas, majoritariamente, por iniciantes (GOHN, 2013, p. 239).

A partir de 2013, há uma eclosão do que pareceram ser as maiores manifestações de rua da história do Brasil. Nesse sentido, é importante salientar que

se refletiu na realidade nacional uma movimentação que se desenhava em diversos locais do mundo. Sousa Santos (2016), ao observar os movimentos sociais, entre 2011 e 2013, em diversos lugares do mundo, como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, a Primavera Árabe e os Indignados da Espanha, reflete que os protestos de julho de 2013, no Brasil, foram dominados, na maioria dos casos, pela reivindicação por uma democracia real. Ainda assim, “três anos depois, domina o desencanto, e na maioria dos casos, as expectativas de renovação democrática resultam em frustrações” (SOUSA SANTOS, 2016, p. 7).

No Brasil, considerando o protagonismo dos jovens é possível observar que, nos primeiros movimentos, esse grupo conseguiu mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas no apoio contra o aumento das tarifas de transporte. Logo nas primeiras manifestações, o repertório de reivindicações foi ampliado para inúmeras áreas, para questionamentos sobre políticas públicas e sobre gestão. Segundo Gohn (2018), a partir da organização dos jovens, surgem outras correntes político-ideológicas, de cunho liberal ou conservador, como o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). Gohn (2018) chama atenção para os elementos comuns nessas demandas. Destaca, primeiramente, a questão relativa aos direitos. “Quer seja para obtê-los, no caso da mobilidade urbana e da educação, quer seja para alterá-los, ou até suprimi-los (caso do MBL), o que está em pauta são os direitos” (GOHN, 2018, p. 119). Outra característica desses movimentos é o amplo uso da internet.

O uso da internet é um dos principais elementos de diferenciação, pois, de um lado, ela tem revolucionado a forma de a sociedade civil se comunicar, e, de outro, a forma de os indivíduos interagirem. Ela propicia o acesso à informação, antes monopólio de grupos e instituições ou acessível apenas a poucos. Mas a seleção, focalização e decodificação dessa informação é feita não apenas pelos indivíduos isolados: há uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação e o significado dos fatos e dados. É aqui que entram as redes sociais, os coletivos e os movimentos sociais com grande poder de formação da opinião pública (GOHN, 2018, p. 119).

Ainda é preciso observar que, nas últimas décadas, foram criadas políticas públicas de inclusão social para grupos em estado de vulnerabilidade, assim como um sistema de participação, através de conselhos, câmaras, fóruns e conferências nacionais, com representantes da esfera civil e do governo. Na perspectiva de Gohn (2018), alguns aspectos foram insuficientes, como as políticas para jovens e para as camadas médias da população. Outro problema é a falta de formas de participação social online, que são usadas de forma escassa pelos governos, diferentemente do

que ocorre com os movimentos dos jovens, descritos anteriormente. Como observa a autora citada, os militantes das gerações anteriores tinham noções de cidadania diversas das atuais.

Para eles a cidadania é uma vida política atrelada ao Estado à medida que seria ele o responsável pela construção de práticas institucionalizadas dentro das estruturas estatais ou nos níveis intermediários, o chamado público não estatal. Entretanto a máquina burocrática estatal e muitos gestores públicos, e mesmo os representantes institucionais civis, não acompanharam as mudanças operadas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais (GOHN, 2018, p. 121).

As mudanças que surgem no espaço social geram diferenças, portanto, na própria concepção da cidadania, antes atrelada ao Estado, mas agora cada vez mais autônoma e não institucionalizada. Para Gohn (2018), a cidadania se constrói cada vez mais através da experiência, não da participação em modelos organizados pelos órgãos públicos. Com isso, a autonomia surge como um novo modelo de organização.

Com relação à herança social do aspecto autonomista, Gohn (2018) defende que essas novas mobilizações são herdeiras dos movimentos antiglobalização de 1990-2000 e de maio de 1968, e que se organizam de forma transnacional, com pautas que contêm certo espírito global. A autora considera ainda que as manifestações de 2013 provocaram transformações político-culturais e criaram novos valores e pontos de vistas, legitimando os protestos sociais de rua. “Foram protestos que negaram a política partidária, a forma como ela é praticada no país, embora os participantes não se definissem como apolíticos” (GONH, 2018, p. 118).

Além desses, muitos outros movimentos significativos ocorreram nos últimos anos, com bandeiras e objetivos diversos, muitas vezes até opostos, vindos de diferentes classes sociais. No entanto, como são muito recentes, não é possível apreender todos os significados gerados por esses processos.

Cabe ressaltar, no que tange à denominação conceitual do termo movimento social, que ele apresenta significados distintos e não há consenso entre os diversos pesquisadores sobre o assunto. Além disso, o conceito alterou-se ao longo da história, englobando distintas visões. Goss e Prudencio (2014) citam que, até o início do século XX, essa concepção contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. A partir dos anos 1960, passaram a assumir uma consistência teórica. No Brasil, a perspectiva de origem marxista, que enfatizava o papel das classes sociais para o entendimento da sociedade, começou a ser modificada nos anos 1970.

Naquele tempo, foram introduzidas outras questões na análise da realidade social: como a ênfase na microestrutura e não somente na macroestrutura, “a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise, além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classes para os movimentos sociais” (GOSS e PRUDENCIO, 2014, p. 77). Como consequência, diminui o protagonismo dos movimentos políticos e sindicais e se ampliam os movimentos populares. Dessa forma, na atualidade, novas características surgem nos movimentos sociais:

O padrão organizacional da ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Como os atores coletivos são “temporários”, essas redes fazem e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas não seus atores. (GOSS e PRUDENCIO, 2014, p. 81).

Essa perspectiva é importante no debate das ações realizadas pelo movimento estudado. Essa questão será retomada no próximo tópico. No que tange a cidadania, há múltiplos processos de subjetivação na construção identitária dos sujeitos, em inúmeras frentes. Uma dessas frentes é a da defesa pelo meio ambiente. Na próxima seção, a discussão envolverá essa dimensão e, por isso, tratará da questão da cidadania ambiental, como um dos ramos da cidadania, mas que apresenta características próprias.

### 3.3 CIDADANIA AMBIENTAL

Para compreender a cidadania ambiental, é preciso observar as conquistas históricas desse movimento no Brasil, desde seu surgimento até a atualidade. Essa abordagem permite reconhecer o crescimento do ambientalismo, a ampliação das reivindicações e a legitimação dessa pauta pela sociedade. Subsequentemente, serão citadas as características específicas desse movimento e o que o difere de outras mobilizações sociais.

O movimento pela cidadania ambiental, no Brasil, tem início nos anos 1970, com algumas associações que realizavam campanhas de denúncia acerca de contravenções contra a natureza e buscavam a conscientização pública, com temas pontuais de âmbito local e com pouca inserção na agenda pública. Silva-Sanches (1999, p. 44) define a cidadania ambiental como “uma cidadania referida a direitos coletivos, fundamentada em valores maximalistas e globalizantes, que traz, em última

instância, a virtualidade do novo”. Viola (1987) destaca o Brasil como vanguarda desse movimento, especialmente no Rio Grande do Sul, quando em junho de 1971 é fundada, em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), a primeira associação ecologista na América Latina. Esse grupo era encabeçado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, um dos ambientalistas mais reconhecidos do país. Antes disso, houve personalidades isoladas que se destacaram em busca da proteção ambiental, como o naturalista Henrique Roessler, de São Leopoldo, nas décadas de 1950 e 1960, o qual promovia campanhas de conscientização para a proteção ambiental e alertava para o impacto das atividades humanas na natureza. Naquele tempo, escreveu mais de 300 crônicas no Correio do Povo sobre o assunto.

Segundo Viola (1987), é em 1974 que surge o movimento ambiental no Brasil, com a “política de distensão”<sup>8</sup>. O autor analisa as três fases que marcam seu início. A primeira (entre 1974 e 1981) é denominada de ambientalista, pois existiam dois movimentos paralelos, ambos apolíticos: um relacionado às denúncias da degradação ambiental nas cidades e outro nas comunidades rurais. Porém, Viola (1987) considera muito baixa a eficácia das lutas ecologistas dessa fase em termos de ganhos pontuais. Ainda assim, é significativo o despertar da consciência da população para a degradação ambiental.

Na segunda fase, chamada de transição (de 1982 a 1985), há uma expansão desses movimentos e uma politização progressiva. Além deste ser um momento correlato à abertura política no Brasil, o autor considera que ocorrem, então, mudanças cruciais na orientação do movimento ecológico. Enquanto, em 1982, a maioria dos ambientalistas ainda não queria nenhum tipo de envolvimento nas eleições, em 1985 a maioria era favorável a um comprometimento direto. Assim, esse período é marcado pelo crescimento no número de ativistas nas entidades e no número de instituições. Outra característica relevante é a integração dos ecologistas em outros movimentos, como nas associações de moradores, de classes, no sindicalismo operário, nos sem-terra, nos grupos contra barragens e no meio universitário. Naquele tempo, ocorre a mudança nas estratégias de ação: da pauta de denúncia, passam a ser definidoras de estratégias pontuais. Dessa forma, obtêm-se diversas vitórias concretas:

---

<sup>8</sup> "Distensão" foi um processo gradual de redemocratização concebido por Geisel, que previa a adoção de um conjunto de medidas políticas liberalizantes, controladas pelo Executivo Federal.

Toda esta mudança no tecido social do movimento ecológico acarretou uma mudança qualitativa na opinião pública: a maioria da população medianamente informada passou a considerar com seriedade a crise ecológica e a atuação ecologista. Isto reflete-se também nos meios de comunicação de massas: em 1985 aumentou consideravelmente o espaço dedicado a questões de meio ambiente na imprensa escrita e na televisão (Lafo, 1986). A classe média "cultura" incorporou alguns valores ecologistas na sua visão de mundo, ainda que de modo fragmentário: geralmente se considera desejável e compatível um crescimento do consumo individual (esta classe média tem um padrão de consumo similar a seu equivalente do 1º Mundo) e a preservação do meio ambiente. Quando é necessário realizar uma opção precisa entre consumo e meio ambiente, a maioria opta pelo primeiro (VIOLA, 1987, p. 89).

A terceira fase, denominada de ecopolítica, começa em 1986, quando a grande maioria das organizações ecológicas decide participar ativamente na arena parlamentar. Desde o princípio daquele ano, portanto, ocorre uma intensa movimentação no ecologismo, na perspectiva de intervenção no processo Constituinte.

No encontro estabeleceu-se os parâmetros gerais da plataforma ecologista nacional para a Constituinte; ecodesenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas (contra as usinas nucleares e as grandes hidroelétricas), qualidade de vida, função social e ecológica da propriedade, justiça social, democracia participativa, reforma agrária ecológica, descentralização e democratização do sistema de comunicação de massa, educação ambiental generalizada (VIOLA 1987, p. 91).

Nos anos que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio 92), houve a constituição do Fórum Brasileiro das ONGs, do qual participaram maciçamente ambientalistas dos diferentes setores, o que levou a comunicação entre esses grupos a um patamar mais elevado. Com a realização da Rio 92, e a reunião de representantes de mais de 180 países e mais de 100 chefes de Estado, ocorreu um avanço extraordinário no plano simbólico e da conscientização ambiental. A sustentabilidade ambiental adquiriu um peso elevado na legitimidade do mundo contemporâneo. No entanto, foi um fracasso no plano político-econômico, pela incapacidade de construir um marco referencial e mecanismos de implementação das mudanças correspondentes à nova consciência (LEIS E VIOLA, 1998).

A Rio 92 fez com que o ambientalismo brasileiro acelerasse a sua expansão e consolidação ideológica e organizativa, mas levou-o a sobredimensionar suas capacidades e possibilidades reais, criando-lhe a ilusão de que teria um papel decisivo em uma conferência decisiva. O que não aconteceu nem em um caso nem no outro (LEIS E VIOLA, 1998, p. 142).

Os autores reconhecem que mesmo com os resultados objetivos ficando aquém do desejado, esse evento foi de suma importância na história dos movimentos ambientais no Brasil. Com essa expansão, ampliou-se definitivamente o espaço na esfera pública.

Na década de 1990, o ambientalismo no Brasil passa por uma profunda mudança com o processo de institucionalização. É um período marcado pelo surgimento de um corpo técnico e administrativo profissional, com sistemas de captação de recursos. Sobre esse período, Acselrad (2010), afirma:

É fato que parte das entidades dedicou-se a atuar diretamente no domínio gestor-administrativo, servindo os aparatos burocráticos do “setor ambiental dos governos” e fornecendo informação, perícia técnica ou mediação de conflitos. Voltaram-se, assim, fortemente para o Estado, eventualmente buscando ocupar espaço nas representações reservadas à “sociedade civil” nos órgãos consultivos de política ambiental, ou para o mercado, fornecendo soluções discursivas, mediação e legitimação ao processo de “ambientalização” de empresas (2010, p. 105).

O movimento ambiental se institucionaliza, tanto nas esferas dos governos quanto em consultorias das empresas privadas. Nesse processo, o conhecimento científico se amplia dentro dos movimentos sociais e do próprio Estado. No entanto, Acselrad (2010) cita como consequência desse processo o fato de muitas organizações passarem a dar prioridade ao pragmatismo da ação eficaz ao invés de darem maior atenção aos dispositivos democráticos e de organização da sociedade. O próprio movimento perde força ao deixar de questionar o modo de desenvolvimento e ao buscar soluções paliativas para os conflitos.

É sabido que, entre analistas e atores sociais, desenvolveu-se, ao longo dos anos 1990, a impressão de que teria havido um processo de “substituição” do ambientalismo contestatário por um “ecologismo de resultados”, pragmático e tecnicista. No entanto, essa impressão não foi generalizada, dado que alguns atores – e autores – sustentam ter ocorrido, isso sim, um movimento de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, esforço esse que teria sido bem-sucedido apenas junto ao que chamam de “ecologismo desenraizado”, desprovido de maiores vínculos com movimentos sociais (ACSELRAD, 2010, p. 105).

Naquele tempo, surgem discursos e práticas relacionados à modernização ecológica e à capacidade do próprio sistema capitalista neoliberal de conseguir criar parâmetros e ter eficiência para resolver a comunicação entre esses grupos, sem alterar o modelo de desenvolvimento, como se viu no capítulo anterior. Sobre isso, Acselrad (2010) cita as contribuições de Boltanski & Chiapello (1999), que utilizam o

conceito de “deslocamentos” para definir o processo de neutralização das críticas com o qual o capitalismo assegura dar continuidade aos seus mecanismos. O “deslocamento” é um movimento que busca transformar o confronto em colaboração, transforma o embate ecológico em uma parceira entre a sociedade civil e o governo. Essa dinâmica, porém, não foi bem-sucedida junto ao ecologismo socialmente enraizado. Ela se torna alvo de críticas desse grupo, sobretudo por questionar a legitimidade da ação política, em nome do imperativo da cooperação consensual. Nesse sentido, um dos julgamentos recorrentes dos movimentos ecológicos mais tradicionais aos movimentos que passam a fazer parte do Estado e que trabalham com a iniciativa privada é que eles tentam ocupar não só o espaço de prestação de serviços, mas os institucionais, representando o movimento nos canais de participação popular (ACSELRAD, 2010).

No início dos anos 1990, a ala mais combativa do movimento ambiental ressurgiu com os princípios da justiça ambiental como perspectiva alternativa à visão hegemônica da modernização ecológica. Essa concepção parte do entendimento de que há uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental. Os sujeitos sociais dessa linha não confiam no mercado como mecanismo capaz de superar as desigualdades ambientais, defendendo a ideia de que, para enfrentar as degradações do meio ambiente, são necessários processos ligados à democratização, não apenas à melhor eficiência e ampliação de mercados. Tais processos supõem uma relação importante entre o exercício da democracia e a capacidade de se defender da injustiça ambiental, além de evidenciarem a lógica social que associa a dinâmica da acumulação capitalista à distribuição de riscos de forma discriminatória (ACSELRAD, 2002). Nesse contexto, a justiça ambiental surge para fortalecer e dar nova motivação a esses movimentos, evidenciando uma perspectiva mais atrelada ao paradigma original, que contestava o modo de produção capitalista.

Partindo dessa construção histórica, é interessante perceber que os caminhos trilhados pela cidadania ambiental se assemelham ao próprio desenvolvimento da cidadania. Isso porque o movimento ambiental surge da consciência da degradação do meio ambiente e de que a maioria das reivindicações pleiteadas não são inseridas na agenda política nacional. Com isso, ocorre o despertar de uma consciência de parte significativa da população, ainda que pareça não haver representatividade na esfera política. Essa lógica inclusive justifica a existência e a força dos movimentos.

No caso da justiça ambiental, ela nasce no âmbito dos movimentos ambientalistas, no entanto passa a ganhar força em todos os segmentos da sociedade a partir da crise socioambiental que se apresenta e das perspectivas alarmantes para o futuro. Dessa forma, tendo em vista os questionamentos e a amplitude dos movimentos ambientais, suas construções, como a questão da justiça ambiental, acabam por servir de base a outros movimentos sociais. Waldman (2003) sustenta essa posição, argumentando que um dos motivos decisivos da difusão dos pressupostos do ambientalismo foi justamente o seu transbordamento para outros movimentos sociais, que perceberam um vínculo orgânico junto às causas que advogavam.

Viola (1987), ao discutir essa dinâmica, associa-a aos valores pregados pelo ambientalismo. O autor considera que ocorre alguma peculiaridade relacionada a esses grupos, os quais se constituem num ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva: “trata-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e idade” (VIOLA, 1987, p. 48). Assim, diferentemente de outras ações, o ecologismo abriga aspectos universais e aglutina sujeitos vindos de realidades diferentes. Essas características o distinguem da maioria dos movimentos sociais que têm uma lógica de composição vinculada a uma posição específica na estrutura social, como os movimentos de classe (operários), de lugar (de bairro), ou de alguma característica cultural ou biológica (feministas, minorias étnicas) (VIOLA, 1987).

Nesse sentido, o meio ambiente se configura como um direito difuso. Como não possui um corpo específico, ele necessita de um enfoque mais complexo do que outras mobilizações sociais. Isso porque, se a questão feminista se vincula ao corpo da mulher, e o corpo do negro à questão do racismo, o meio ambiente confunde-se com todos esses corpos simultaneamente e perpassa todas essas questões ao mesmo tempo (WALDMAN, 2003).

A noção de cidadania ambiental, ao universalizar direitos específicos e especificar direitos universais, sugere uma ampliação radical da noção mais costumeira de cidadania tal como esta tem frequentado discursos e mobilizações sociais. Retomando uma dita que, em dado contexto, estaria restrita ao movimento ecologista e hoje se traduz uma demanda da sociedade humana mundial, o ambientalismo referenda-se numa perspectiva que espora bandeiras abrangentemente globais (WALDMAN, 2003, p. 547).

Por essas razões, Viola (1987) considera o movimento ambientalista como transclassista, isto é, como o resultado da emergência de distintos atores sociais com

uma visão ambientalista. Também não o considera como um movimento social *stricto sensu*, mas um movimento histórico pelo seu caráter multissetorial. Sader (1992) também defende que o movimento ecológico tende a se definir como um movimento histórico, com um novo ponto de partida: não tem como referência um sujeito histórico ou social preciso. Essa ausência é vista como uma vantagem, pois representa a trajetória da civilização. No entanto, para o autor, a discussão social da natureza sempre suscitou:

temas ligados à reprodução social dos indivíduos e das classes sociais, às relações de poder existentes e ao confronto de ideias entre os homens e entre as forças sociais. Em outras palavras, ela se inseriu de cheio nos debates sobre a natureza do poder e nos conflitos de classe quaisquer que sejam as formas assumidas por elas (SADER, 1992, p. 139).

Outra visão que há sobre o movimento ambiental brasileiro critica a noção de movimento multissetorial de Viola (1987). Essa perspectiva entende que o movimento ambientalista brasileiro era um movimento radical, que perdeu sua radicalidade. Os motivos dessa crise seriam a tomada do discurso ambientalista pela mídia, pelos governos e pelas empresas. No entanto, esses setores mostram a problemática ambiental como simples equacionamento (AGRIPA, 2003). Nesse sentido, considera que cedeu “às pressões do sistema político e do mercado, o movimento ambientalista brasileiro é hoje um movimento de pouca importância. Ele pode parecer não mais um movimento social” (AGRIPA, 2003, p. 96). Outra consequência refere-se:

a multissetorialização do movimento teria reflexo, como subentendido, na ampliação dos espaços políticos de discussão, os quais são salutares para a democracia, mas isso não ocorreu. As políticas ambientais setoriais (como os conselhos de meio ambiente, embora com abertura para a participação popular) promovidas pelos governos federal, estadual e municipal, não têm força para interferir nas decisões macroeconômicas do país. Além disso, as decisões de mercado, mesmo aquelas com certa preocupação ambiental, não apresentam preocupação alguma com o ganho que pode advir com a mudança da lógica operacional do desenvolvimento, incluindo os processos de aprendizado social que a participação democrática oferece, o alargamento da criatividade no planejamento social e ecológico, que conduzem à melhoria dos objetivos socioeconômicos a longo prazo (leia-se mais equidade social) (AGRIPA, 2003, p. 96).

Nesse momento, no Brasil, não se reconhece a existência de um grande movimento com uma pauta exclusiva, nem a existência de forte representatividade desse movimento na esfera da política ou na composição efetiva de diversos partidos políticos nacionais e nem a possibilidade de efetiva participação democrática nos conselhos de meio ambiente. No entanto, o movimento ambiental no Brasil é

composto por inúmeros movimentos sociais com bandeiras específicas, com lutas efetivas nas esferas locais de ação. Dessa forma, o que ocorre são movimentos ambientais pontuais, que estão sob a salva guarda da proteção ambiental, mas que se movem por lógicas e objetivos específicos. Nesse sentido, se reconhece que o mesmo deslocamento que ocorreu com os movimentos sociais, abordados anteriormente, com a ampliação dos movimentos populares, com atores coletivos temporários e com ênfase na microestrutura (GOSS e PRUDENCIO, 2014) ocorre nessa esfera de ação específica dos movimentos ambientais. Nesse contexto, o movimento ambiental analisado se reconhece como um movimento específico que atua em uma esfera local de ação sob uma bandeira preservacionista e em defesa do patrimônio natural.

Outro reconhecimento importante é o de que esses movimentos, situados na esfera da ação, estão extremamente ligados à luta dos povos tradicionais. Ao refletir sobre este tema, Silva-Sánchez (2010) afirma que há uma visão recorrente de que esses movimentos estariam atrelados ao pensamento e ação da classe média urbana. No entanto, essa perspectiva não contempla os aspectos relacionados aos conflitos sociais. Nesse sentido, Waldman (2003) defende que as lutas ambientais no Brasil, a partir dos anos 1980, foram definitivas para as conquistas sociais, resultando na reapropriação do ambiente de muitas populações tradicionais. Refere-se especialmente às lutas travadas pelos trabalhadores rurais, que conseguiram transformar os vastos seringais da Amazônia em Reservas Extrativistas de uso exclusivo, por usufruto da população local. O autor ainda cita como exemplos a luta pela demarcação das terras das nações indígenas, pelo direito da pesca da população caiçara, e dos ribeirinhos pela manutenção dos ciclos hidrológicos vitais para a sua cultura. Assim, as lutas e as conquistas das populações tradicionais são reconhecidas pelo poder estatal.

Nesse contexto, Waldman (2003) ressalta que a região amazônica, em especial, se tornou um local singular para o surgimento de movimentos sociais ambientalistas. Muitos projetos marcados pela acelerada devastação da natureza surgiram naquele lugar, entre eles: o Projeto Grande Carajás (PGC), voltado à exploração dos minérios no Pará, e a implementação de projetos agropecuários e da garimpagem, assim como das hidroelétricas. Esses processos ocasionaram não apenas danos ao meio ambiente, mas agressões de todo gênero contra as populações rurais, ribeirinhas, extrativistas e povos indígenas. Como consequência,

geraram as pré-condições à crítica e à resistência a esse modelo de desenvolvimento pelas populações da região, a partir dos anos 1970.

A publicidade decorrente do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, morto em Xapuri (Acre), em 22 de dezembro de 1988, revelou para muitos o fato de que os trabalhadores rurais estavam anonimamente, e durante muitos anos, na dianteira da luta pela natureza. No Acre, os seringueiros iniciaram mobilizações de resistência contra os desmatamentos – os chamados “empates” – empregando táticas de convencimento, baseadas na doutrina da não-violência, conseguindo assim a implementação das primeiras reservas extrativistas. Chico Mendes foi indiscutivelmente o mais importante representante das jornadas populares em favor do meio ambiente no Brasil, e não sem razão sua luta conquistou reconhecimento mundial (WALDMAN, 2003, p. 559).

Dessa forma, percebe-se que, muito além de uma elite intelectual, o movimento ambiental, desde o princípio, está atrelado aos povos tradicionais e à sua luta pela permanência em seus lugares, questionando as próprias matrizes do desenvolvimento. Assim, o empenho na busca pelos seus direitos e pelo direito à preservação do meio ambiente levou a conquistas significativas nas últimas décadas:

A emancipação dos povos indígenas aparece como um dos fatos políticos mais relevantes do fim do século. Eles foram conquistando espaços políticos para legitimar seus direitos a seus territórios étnicos; suas línguas e costumes; suas dignidades, sua autonomia e seus direitos de cidadania. Está se forjando uma nova consciência dos povos indígenas sobre seus direitos de auto gerir os recursos naturais e o entorno ecológico onde se desenvolvem suas culturas (LEFF, 2015, p. 22).

Por fim, é importante ressaltar que a cidadania ambiental é a construção de uma cidadania de caráter coletivo, fundada, como explica Silva-Sánchez (2010), em uma luta marcada por “valores maximalistas e globalizantes, que vai além das limitações da cidadania construída no marco liberal” (2010 p. 61). Nessa perspectiva, o movimento ambientalista passa a ser reconhecido pela sociedade como um campo de lutas que reivindica o direito de habitar um mundo ecologicamente equilibrado. A demanda por esse direito ultrapassa o caráter imediatista, o que registra uma nova sensibilidade, tendo em vista que requer a proteção dos espaços naturais e a qualidade de vida para as gerações futuras. Por isso, a conquista da cidadania ambiental não encerra o campo de conflito, no que se refere ao meio ambiente. Como prática democrática, permanece aberta a reivindicar novos direitos, buscando transformar o poder instituído e a dinâmica social. O ambientalismo, além disso, propõe uma resignificação do mundo e uma nova ética de comportamento humano,

com a recuperação dos interesses coletivos e a revelação de seu potencial transformador e essencialmente democrático (SILVA-SÁNCHEZ, 2010).

A partir dessa perspectiva, é necessário agora analisar as conjecturas específicas que envolvem os empreendimentos hidroelétricos, para compreender de que forma as políticas públicas relacionadas à sua implementação e regulamentação limitam o próprio exercício da cidadania.

#### **4. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS PCHS E DAS CGHS**

Para situar o contexto que envolve as usinas de pequeno porte, no Brasil, construindo um breve panorama dessa área, é preciso rever as políticas públicas referentes à matriz energética nacional. É importante salientar que essa questão, abordada neste trabalho, principalmente a partir do desenvolvimento das Pequenas Centrais Hidrelétricas, PCHs, considera que os procedimentos licitatórios e as implicações destas são semelhantes às das Centrais Geradoras Hidrelétricas, CGHs, e que existe pouca bibliografia sobre essas últimas. Assim, esta seção investiga esses processos e a constante flexibilização ambiental e o incentivo fiscal a essas obras. Na sequência, o licenciamento ambiental é discutido mais detidamente, tendo em vista que nesse processo pode existir a possibilidade de participação popular, especialmente em audiências públicas, procedimento reconhecido como abertura para a comunicação e escuta da sociedade atingida. Por fim, o debate volta-se aos aspectos referentes aos discursos de sustentabilidade, que muitas vezes justificam as políticas de apoio a esses empreendimentos, desconsiderando as consequências socioambientais que eles apresentam.

##### **4.1 PANORAMA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E CONTEXTO HISTÓRICO DAS PCHS E CGHS**

O setor elétrico brasileiro foi regido por diferentes políticas ao longo do tempo. Observar essa dinâmica permite entender o que ocasionou a forma como o Estado se insere com relação às hidroelétricas no Brasil e a consequência desse modelo. Aqui serão abordadas algumas mudanças de normas e políticas que ocasionam alterações nesse setor.

A regulamentação do setor elétrico nacional remonta suas origens ao final do século XIX. Naquele período, tem início no Brasil a geração de energia elétrica com a participação de pequenas empresas privadas nacionais e empresas de governo municipal. Já no princípio do século XX, com o aumento da demanda, ocorre a chegada das concessionárias estrangeiras. Surgem as primeiras normas, a exemplo da Lei nº 1.115, de 31 de dezembro de 1903, e do Decreto nº 5.704, de 10 de dezembro de 1904, que disciplinam o fornecimento de energia ao serviço público federal. Essas diretrizes são consideradas o marco jurídico do setor elétrico nacional.

Esse mercado passa a se concentrar nas empresas privadas estrangeiras, que compram grande parte das empresas nacionais e municipais. Devido à maciça presença do governo estrangeiro, que tinha a outorga do poder público para a oferta de energia, questões relativas à fixação das tarifas e ao controle dos lucros começam a ser questionadas pela sociedade na década de 1930. Como consequência, tem início uma pressão social para a intervenção do governo nesse setor. Cria-se, então, em 1934, o Código de Águas, um dos marcos do setor elétrico brasileiro, que o regulamentou e passou à União a responsabilidade de legislar e outorgar o serviço público de energia. Esse Código materializou o projeto intervencionista na gestão energética, inclusive com a determinação das tarifas, e estabeleceu que a autorização das concessões fosse exclusivamente conferida a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil. Outra alteração foi a definição de que o controle de uso dos cursos e quedas d'água e o fornecimento de energia elétrica passassem a ser de âmbito federal. Essas mudanças desestimularam o investimento nesse setor, o que ocasionou um engessamento dessa área. Como solução, o Estado passou a investir diretamente na geração de energia (GASTALDO, 2009).

Em 1946, o governo federal apresentou o Plano Nacional de Eletrificação, que propunha a concentração de investimentos em usinas elétricas de pequeno e médio porte, e a orientação de que cabia ao Estado coordenar essa dinâmica. Após a II Guerra Mundial, o Brasil passa a investir diretamente na geração de energia. No início da década de 1950, ocorre uma mudança substancial na industrialização brasileira, que necessita a expansão do setor elétrico. Para tanto, em 1951, o governo Getúlio Vargas negocia a criação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU). Os estudos desenvolvidos por essa comissão indicam a estrangulação do crescimento industrial pela falta de estrutura nas áreas de transporte e energia. Buscando soluções, iniciam-se acordos de cooperação com bancos internacionais para financiamento dessas áreas. No governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, a maior parte das companhias estaduais de energia é criada e se estabelece o projeto de desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, sob comando de empresas públicas, que perdurou até os anos 1990. Em 1962, é fundada a Eletrobrás e, nos anos seguintes, são delineadas regulamentações dessa área, e a atribuição de planejar, administrar e coordenar o setor. Esse período é marcado por uma conjuntura favorável para obtenção de empréstimos externos, o que possibilitou ao Estado ser agente de financiamento e executor da política de infraestrutura,

acelerando o processo de desenvolvimento, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. No início dos anos 1970, são concebidos os grandes projetos de Itaipu e Tucuruí, amparados pela atmosfera de otimismo econômico e pelas concepções do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que visava possibilitar a produção dos principais insumos, no que tange à infraestrutura (GASTALDO, 2009).

No entanto, essa matriz de crescimento, com grandes investimentos e o desenvolvimento dos maiores projetos de engenharia hidráulica do mundo, sofre diversas críticas pela devastação socioambiental que causa:

A fase crucial de expansão hidráulica coincidiu com as duas décadas de autoritarismo militar, quando foram executados projetos como Itaipu, Balbina, Itaparica e Tucuruí, entre muitas outras obras de infraestrutura com orçamento bilionário e justificativa discutível. Se, por um lado, tais obras de infraestrutura representaram uma fonte de prestígio e poder para gerações de políticos e engenheiros, por outro, a dramática transformação das bacias hidrográficas esteve notoriamente associada a escândalos de corrupção e à desestruturação de comunidades tradicionais (IORIS, 2008, p. 61).

A mudança no cenário internacional, as crises do petróleo de 1973 e 1979, e a posterior elevação dos juros no mercado externo nos anos 1980 contribuíram para que o processo de desenvolvimento econômico iniciado em 1967 se revertesse. O processo inflacionário fora de controle de 1981 e 1982 interrompe o financiamento externo, e o Brasil entra em profundo processo de recessão, que também atinge o setor elétrico. Nesse período, ocorre a redução substancial na capacidade do Estado de mobilizar recursos para investimento, o que deixa esse setor fortemente comprometido. Na década de 1990, as dificuldades aumentam, o Estado continua não conseguindo investir e suas empresas ficam endividadadas. Nesse contexto, são iniciados os planos de privatização. Para tanto, são criados mecanismos de regulamentação, com a separação das atividades de transmissão, distribuição e comercialização de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é criada, a partir da Lei 9.427/96, como agência reguladora, fiscalizadora e mediadora do setor, com a missão de proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento do mercado de energia elétrica. Outro marco importante desse período é o estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Mercado Atacadista de Energia (MAE) (GASTALDO, 2009).

É importante destacar que a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), sucessora do Código de Águas, institui um novo paradigma com relação a

esses recursos, ao mesmo tempo em que incorpora preceitos da metodologia internacional de gestão integrada. A Lei estabelece a necessidade de autorização prévia para a utilização da água (através da outorga) e o pagamento de taxas equivalentes ao impacto ambiental causado pelo uso, assim como a constituição de comitês de bacias hidrográficas. Mesmo sendo considerada como uma das maiores conquistas da cidadania, pelo processo de participação popular que ela permite, através dos comitês regionais, após duas décadas surgem diversas críticas às consequências dessa norma. Nesse sentido, Ioris (2008) reconhece que esse modelo produziu uma ampla burocratização dos processos envolvidos na administração dos recursos hídricos e ainda um cientificismo artificial na formulação de respostas. Os comitês estabeleceram uma arena democrática e descentralizadora, no entanto na prática têm constituído mecanismos rígidos, hierarquizados e que servem aos grupos com maior força política (IORIS, 2010). Considera ainda que as decisões mais estratégicas e com maior impacto permanecem nas instâncias políticas, na equipe econômica do governo, como a transposição do rio São Francisco em 2005 e das novas hidrelétricas no rio Madeira em 2007.

No ano de 2001, a previsão da crise no setor elétrico se instaura e a ameaça de racionamento se concretiza. Essa contingência acabou por revelar falhas e limites do modelo de desenvolvimento eleito, com a falta de investimento em geração e transmissão de energia. Com isso, a crise continua a ser usada como argumento para a necessidade de expansão desse sistema e são criadas novas medidas de incentivo à produção energética (PINHEIRO, 2007). Em 2007, por exemplo, o Governo Federal instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), amplamente difundido, e com altos investimentos no setor elétrico, especialmente buscando evitar a ocorrência de novos “apagões”.

Quanto à demanda energética, segundo “Relatório do balanço energético nacional”<sup>9</sup> (2017), o Brasil tem uma matriz elétrica majoritariamente de fontes hidráulicas, totalizando 64,3% do consumo. Já o relatório de “Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos”<sup>10</sup> (2017) estima que o crescimento será da ordem de 4,3% ao ano para o período 2017-2026. Com isso, o Estado está constantemente preocupado com a escassez de energia, ao mesmo tempo em que o consumo por parte da população se amplia.

---

<sup>9</sup> Este relatório está disponível neste link: <<https://ben.epe.gov.br/BENRelatorioInicial>>.

<sup>10</sup> O relatório pode ser acessado em: <<http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos>>.

Dentro da matriz energética de fontes hidráulicas, há três categorias diferentes de empreendimentos, que variam conforme a capacidade de produção, conforme pode ser observado no Quadro 1. No que se refere a enquadramento das potências esse quadro representa a legislação vigente até 2014. Os grandes projetos são as Usinas Hidrelétricas (UHE), pois elas têm potência instalada<sup>11</sup> de geração de energia superior a 30 Megawatts (MW). Na sequência, estão as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência de 1MW a 30 MW. Por fim, as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), com até 1MW de potência. O objeto de estudo deste trabalho são as PCHs e CGHs.

**Quadro 1** - Tipos de aproveitamento hidroelétrico quanto ao regime de uso do bem público e requisitos para a aprovação até 2014

Potência de referência	Tipo de Usina	Características	Regime de uso do bem público	Requisitos
Até 1 MW	Central Geradora Hidrelétrica CGH	Potência instalada menor ou igual a 1 MW	Isento	<p>Simple registro na ANEEL</p> <p>Lic. Ambiental simplificado; DRDH isento Outorga (ANA) Certidão de uso insignificante da água (INEA)</p>
Acima de 1 MW	Pequena Central Hidrelétrica PCH	Potência > 1 até 30 MW* e reservatório até 3 km <sup>2</sup> ou até 13 km <sup>2</sup> c/cond. área = $14,3 \times P$ (MW) queda bruta (m)	Autorização	<p>Inventário e projeto básico aprovados.</p> <p>Lic. Ambiental; DRDH e Outorga de uso da água.</p>
	Usina Hidrelétrica UHE	<p>Pot. &gt; 1 até 50 MW sem características de PCH</p> <p>Pot. acima de 50 MW</p>	<p>Autorização</p> <p>Licitação / Concessão</p>	<p>Inventário e projeto básico aprovados.</p> <p>Lic. Ambiental DRDH e Outorga de uso da água.</p> <p>Inventário, viabilidade e projeto básico aprovados.</p> <p>Lic. Ambiental; DRDH e Outorga de uso da água.</p>

Fontes: Leis Federais nº 9.074/1995, 7.990/1989, 9.648/1998 e 11.943/2009; Resoluções Aneel 394/1998, 652/2003 e 412/2010; Legislação de outorga do uso da água e de licenciamento ambiental, apresentada nos itens 2.2, 2.3 e 2.4. Obs.: \* Está em curso o Projeto de Lei 4404/2008, que aumenta para 50 MW.

Fonte: Plano Estadual de Recursos (2014, p. 8).

Em 4 de agosto de 2015, na resolução normativa Nº 673, da ANEEL, estendeu o enquadramento das PCH para produção superior a 3 (MW) a 30 (MW) e com área

<sup>11</sup> A potência instalada de um empreendimento hidroelétrico é a quantidade de energia que pode produzir e representa a importância da obra na perspectiva econômica. Por esse motivo, os dados das potências são citados diversas vezes no decorrer do texto, com o intuito de referenciar a importância da obra.

de reservatório de até 13 km<sup>2</sup>. Em 17 de novembro de 2016, com a Lei nº 13.360, amplia para até 5 (MW) a configuração de CGH e estende o aproveitamento de potenciais hidráulicos de PCH para a potência superior a 5 (MW) até 50 (MW).

As diferentes definições dos empreendimentos alteram o enquadramento fiscal e as exigências legais para o licenciamento das obras, conforme pode ser verificado nesse quadro. As Pequenas Centrais Hidroelétricas partem de uma concepção mais simples do que as Usinas Hidroelétricas e ocasionam menores áreas de alagamento, produzindo menor impacto social e ambiental. Assim, esses projetos são amparados por uma legislação mais branda, com menores exigências legais, inclusive nas obrigações de comunicação, relacionadas à sua divulgação. As PCHs e CGHs possuem algumas vantagens em relação às usinas, como a menor complexidade nas exigências de estudos, projetos e trâmites legais. Dessa forma, as elas têm menores prazos para a construção de obras, assim como uma política de isenção de impostos específica. Como desvantagem, elas tendem a ter um menor ganho em escala em comparação com as usinas. Atualmente, segundo o Balanço Energético Nacional (2017), da porcentagem de energia elétrica de fontes hidráulicas (64,3%), apenas 3,3% são de origem das PCHs e CGHs. No entanto, há uma tendência de crescimento exponencial desse tipo de empreendimento, pela justificativa dos menores impactos causados por essas obras.

Os aproveitamentos hidroelétricos de pequena capacidade fazem parte da história do Brasil. Bermann (2001) menciona que as primeiras usinas foram construídas, no Brasil, no final do século XIX. No entanto, as PCHs só são definidas em 1982, na portaria do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia, DNAEE, como empreendimentos com a potência instalada entre 1 MW e 10 MW.

Esses empreendimentos foram redefinidos na Portaria nº 136, de 1987, como o aproveitamento elétrico com potência instalada de no máximo 10 MW. Em 1998, a ANEEL mudou o conceito de PCH (Lei nº 9.648, de 27/05/98) e ampliou o potencial para 30 MW, autorizando a dispensa de licitação para instalações até essa potência. Trouxe ainda outras vantagens, como a necessidade de autorização apenas da ANEEL para a implementação e a redução mínima de 50% nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição. Ofereceu também a garantia de participação nas vantagens técnicas e econômicas da operação interligada e a isenção do pagamento de uso de recurso hídrico (CAMARGO, 2004).

As PCHs dispõem de outros incentivos, como a dispensa de aplicar 1% da renda em pesquisas de desenvolvimento do setor energético e a desobrigação de compensação aos estados e municípios pelo uso dos recursos hídricos (ALBUQUERQUE, MORAIS, 2013). Além disso, há uma política de incentivo específica, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA, criado pela Lei nº 10.438/2002, que tem por objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidroelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos, além de biomassa) na produção de energia elétrica. Esse programa ofereceu financiamentos do BNDS e tarifas diferenciadas a esses negócios.

Recentemente, em 2016, foi aprovada a Lei 13.360/2016, que trouxe diversos benefícios para as PCHs e CGHs, estendendo o enquadramento da produção e ampliando o tempo de outorga de uso<sup>12</sup>. Essa medida foi tomada como incentivo a esses empreendimentos pelo governo, com o objetivo de ampliar os investimentos energéticos e facilitar sua operacionalização.

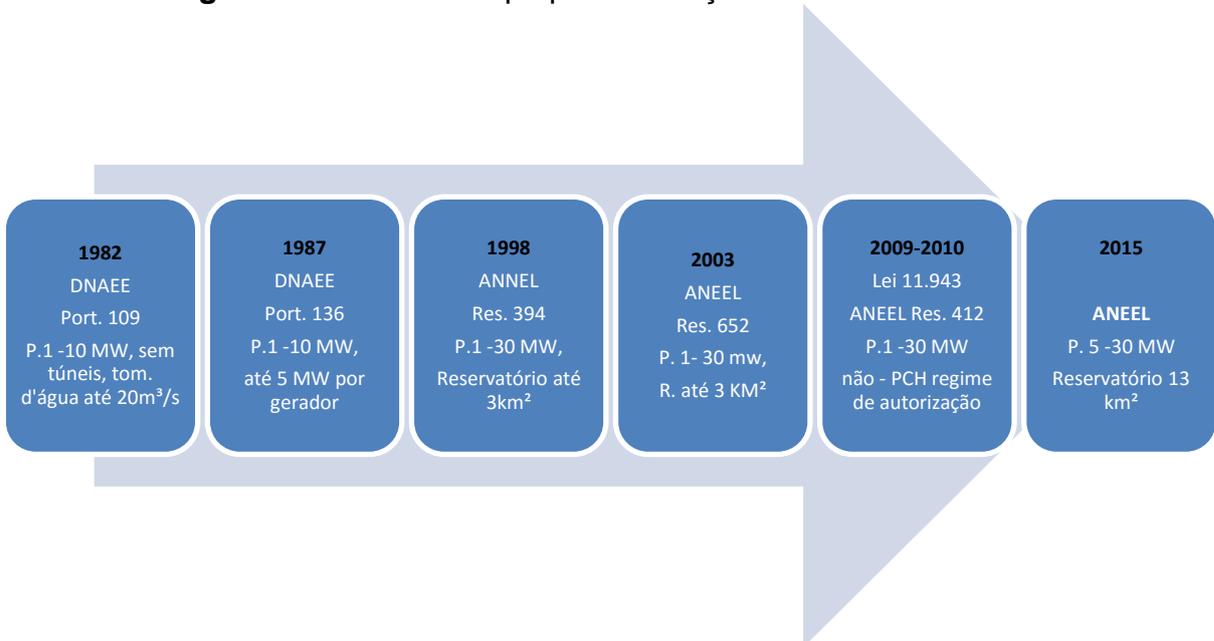
Segundo Latini e Pedlowski (2016), as PCHs tornaram-se alvo do planejamento elétrico brasileiro na década de 1990, pela combinação entre as novas demandas energéticas, que surgiram após o Plano Real, e o afastamento do Estado na construção deste tipo de empreendimento, o que abriu o mercado para o setor privado. Albuquerque (2013) destaca, ainda, que o famoso “apagão” de 2001 foi mais um elemento de propulsão a essas obras.

Para fins de contextualização das PCHs, a linha do tempo, que pode ser vista no Quadro 2, refere-se à legislação de enquadramento no critério de potência instalada, que é a capacidade de produção do empreendimento, e interfere diretamente nos requisitos necessários para o licenciamento hidroelétrico. Entre 1982 e 1998, após nova regulamentação, a capacidade máxima de instalação foi ampliada, como se disse, para 30 MW. Nesse período, ocorreu o crescimento de 300% na potência instalada, gerando a flexibilização das normas ambientais referentes a esses empreendimentos. Além disso, está em transição no congresso a alteração da potência para 50MW. E ainda após 2015, ampliou o enquadramento das PCH para produção superior a 3 (MW) a configuração de CGH e estende o aproveitamento de potenciais hidráulicos de PCH para a potência superior a 5 (MW) a 30 (MW).

---

<sup>12</sup> Vencido o prazo das concessões ou autorizações de geração hidroelétrica de potência igual ou inferior a 5 MW, será somente necessário o registro no âmbito da ANEEL.

**Figura 1** - Linha do tempo para alteração no critério de PCHs.



Fonte: a autora com base no Plano Estadual de Recursos (2014, p. 9) e com a inclusão das legislações a partir de 2014.

A alteração na capacidade de produção ocasiona o enquadramento de um número muito maior de empreendimentos com exigências legais mais brandas. Essas alterações e as facilidades decorrentes têm atraído o entusiasmo de diferentes grupos:

Este interesse pelas PCHs no Brasil tem sido grande devido ao custo acessível, ao menor prazo de implementação e maturação do investimento, às facilidades oferecidas pela legislação e à disposição do setor elétrico de se criar um mecanismo de mercado de energia elétrica, à disponibilidade de tecnologias eficientes e, finalmente, a uma reduzida despesa operacional (CAMARGO, 2004, p. 115).

Nesse cenário de incentivo através de políticas públicas ocorreu um grande crescimento desses empreendimentos nos últimos anos. De acordo com o Banco de Informações de Geração (BIG, 2017), da ANEEL, estão instaladas 1117 hidrelétricas (sendo 427 PCHs e 693 CGHs) em todo o território brasileiro, com uma capacidade de aproximadamente 5.200 MW. Na interpretação de Albuquerque e Moraes (2013), a alteração desses critérios tem como objetivo ampliar o enquadramento das obras nessa categoria:

É importante destacar as estratégias presentes na definição de PCH que buscam enquadrar o maior número de empreendimentos possíveis, uma vez que este tipo de aproveitamento dispõe de uma série de “benesses” por produzirem “energia limpa” e causarem “baixos impactos” ambientais.

Apenas na definição de PCH esse tipo de empreendimento em alguns anos passou de uma área de reservatório de 3 km<sup>2</sup> para 13 km<sup>2</sup>, podendo ainda ser maior dependendo do caso (ALBUQUERQUE, MORAES, 2013, p. 391).

Desse modo, existe um discurso recorrente que associa esses empreendimentos com a capacidade de produção energética de forma sustentável. Essa dinâmica é objeto de estudo no tópico 4.3.

## 4.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Para que se possa entender a lógica dos conflitos ambientais que se relacionam à implementação das hidroelétricas, é necessário rever os processos e regulamentos referentes ao licenciamento ambiental. É nessa fase que ocorre a possibilidade de participação da sociedade civil quanto à manifestação da aceitabilidade da obra, especialmente durante a audiência pública. Com isso, é necessário compreender esse processo de licenciamento e as principais alterações que flexibilizaram essas regulamentações nos últimos anos.

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente gera impacto ambiental. Dessa forma, os projetos que preveem essas alterações necessitam de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seus respectivos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), os quais são submetidos à aprovação do órgão estadual competente. No caso do Rio Grande do Sul, a FEPAM.

De acordo com a Resolução 237/97, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), licenciamento ambiental é definido como:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (RESOLUÇÃO CONAMA 237/97, 1997, s./p.).

Essas licenças foram regidas pela Resolução nº 1 do CONAMA, de 23 de janeiro de 1986 que definia as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e a implementação das obras e determinava as conclusões necessárias para a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA):

Art. 9o. O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo: I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais; II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados; III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto; IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação; V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização; VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado; VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos; VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral) (RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, 1986, s./p.).

Esse documento estabeleceu que deverá haver a realização do estudo de impacto ambiental, através de: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos. Esses dados são necessários para a elaboração do RIMA e são de responsabilidade do proponente do projeto. Essa prerrogativa é extremamente importante, pois delega às empresas toda a pesquisa referente à viabilidade do empreendimento.

A resolução inicial (CONAMA nº1/1986) previa que todos os empreendimentos energéticos com produção superior a 10 MW necessitavam da apresentação de estudos detalhados na forma de EIA (Estudos de Impacto Ambiental) e de RIMA. A Resolução CONAMA nº 237, de 19 de janeiro de 1997, alterou essa exigência, deixando a cargo do órgão ambiental licenciador os casos em que são necessários estudos detalhados ou simplificados. Com isso, para as usinas hidroelétricas, não há mais o limite de 10 MW para a exigência de estudos de EIA/RIMA, sendo definido a critério do órgão ambiental, no que tange ao potencial causador de significativa degradação ao meio ambiente.

Essa resolução definiu ainda os processos referentes às diferentes licenças emitidas pelo Estado e necessárias para a realização das obras. Assim, há: 1) a Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade

ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; 2) a Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento; e 3) a Licença de Operação (LO), que autoriza a operação da atividade ou empreendimento (RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/1997).

Com a crise energética de 2001, e a conseqüente política de Estado para o incentivo à expansão energética, o CONAMA publica nova resolução, de nº 279, em 27 de junho de 2001, estabelecendo procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental de empreendimentos elétricos considerados de pequeno potencial de impacto ambiental. Estabelece também a responsabilidade do órgão ambiental no enquadramento do empreendimento elétrico no procedimento de licenciamento ambiental simplificado. A resolução ainda cita especificamente o contexto em que é constituída: “considerando a crise de energia elétrica e a necessidade de atender a celeridade estabelecida pela Medida Provisória no 2.152-2, de 2001” (CONAMA, 2001, p. 698). Esse trecho indica, portanto, o quanto a crise energética ofereceu justificativas para a alteração do licenciamento ambiental e como essas mudanças refletiram também nas legislações estaduais.

Albuquerque e Moraes (2013), ao analisarem as transformações referentes a essa resolução, destacam que os novos prazos definidos pelo IBAMA para a Licença Prévia (LP) – que antes era de 270 dias – e para a Licença de Instalação (LI) – 150 dias – passaram ambos a ser de 60 dias. “Esta redução nos prazos de Licenciamentos culmina por influenciar na qualidade da análise por parte dos técnicos que não conseguem verificar todos os possíveis danos causados pelo empreendimento” (ALBURQUERQUE, MORAIS, 2013, p. 394).

Para fins de exemplificação da mudança nesses processos de licenciamentos, observa-se a recente tragédia de Brumadinho (MG), de 25 de janeiro de 2018, caso que ganhou destaque na esfera pública com o rompimento da barragem da Vale, ocasionando mais de 270 mortos e um volume de 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos contaminados de minério, desencadeando uma avalanche de lama e destruição. No que se refere à licença ambiental de operacionalização dessa barragem, o estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, aprovou a permissão para a emissão de licenças ambientais concomitantes em uma única fase (LP, LI, LO) em empreendimentos com o menor grau de degradação ambiental. Em 11 de dezembro de 2018, a licença para a

continuidade da operação dessa mina foi renovada pelo estado de MG, após o reenquadramento dessa barragem como potencial baixo de degradação ambiental. Com essas alterações, as licenças que antes eram emitidas isoladamente, com tempo de 270 dias para LP e 150 dias para LI, e que, com a mudança de 2001, passaram a 60 dias cada, foram expedidas de forma unificada, em uma única reunião.

O licenciamento deveria ter sido realizado em três fases —de licença prévia, de instalação e de operação—, mas foi feito de uma só vez. Isso porque a mina Córrego do Feijão era tida como classe 6, com maior potencial poluidor e, por isso, necessitando um licenciamento ambiental trifásico. Ao passar para classe 4, pulou etapas de licenciamento (BRAGON, 2019, s./p.).

Outra observação relevante nesse processo é que a reunião extraordinária para a aprovação dessa licença foi marcada para quatro dias úteis após os conselheiros receberem o processo. Ou seja, ocorreu de forma rápida, considerando que os ritos normais, nesses casos, duram, em média, três meses (ZYLBERKAN, 2019). Cabe ressaltar, que a alteração da lei de licenciamento Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de Minas Gerais, que alterou as etapas de licenciamento ambiental, ocorreu após o rompimento da barragem em Mariana de 5 de novembro de 2015, considerado a maior tragédia ambiental da história do Brasil.

Cabe salientar que os motivos da alteração das legislações estadual e federal referentes ao licenciamento são muito mais amplos do que o apagão de 2001. Essa discussão será retomada na sequência, mas é importante que seja citada neste contexto, para mostrar a relevância dessas mudanças na legislação e a consequência da dinâmica de aceleração nos processos licitatórios.

No que se refere ao cenário de profundas mudanças na legislação ambiental, Zhouri, (2011) destaca que as práticas referentes aos processos de licenciamento têm recebido críticas tanto de grupos que defendem os projetos, chamados de desenvolvimentistas, como os governamentais e os empresariais, quanto dos grupos de ambientalistas e atingidos pelas obras. Em uma perspectiva mais desenvolvimentista, a suposta morosidade e a burocracia dos processos de licenciamento é criticada, visto que resulta em obstáculos para a aprovação dos projetos, e argumenta-se a favor de sua aceleração e flexibilização. Na visão dos ambientalistas e atingidos, o licenciamento é criticado “por ser ineficaz na avaliação da viabilidade e sustentabilidade social e ambiental dos projetos, e por não possibilitar, na prática, uma efetiva e ampla participação no processo decisório entre outros aspectos” (ZHOURI, 2011, p. 13). O autor defende, nesse sentido, a necessidade de

mudanças que coloquem em prática uma maior transparência e propicie a democratização do processo, “além de avaliações que considerem a sustentabilidade ambiental, social e cultural das obras, para além da aprovação de licenças com acréscimos de medidas mitigadoras e compensatórias” (ZHOURI, 2011, p. 13).

Assim, prevalece entre os setores político, empresarial e, em parte, da sociedade civil, críticas recorrentes aos órgãos ambientais do Brasil sendo considerados entraves para o desenvolvimento. Laschefski (2011) reconhece que o governo vem intensificando iniciativas de flexibilizar o sistema ambiental com o objetivo de tornar menos burocráticos os processos administrativos referentes ao licenciamento. O autor relata que os funcionários do Ibama consideraram que as medidas de flexibilização foram tomadas após os processos polêmicos envolvendo o licenciamento das usinas de Jirau (3.450 MW), Santo Antônio (3.150 MW), que compõem o complexo do rio Madeira, e a Usina de Belo Monte, no rio Xingu (11.233 MW). Esses empreendimentos levantaram forte debate na esfera pública e as licenças foram concedidas desconsiderando os estudos e pareceres que indicavam falhas nos estudos ambientais<sup>13</sup> e na condução das audiências públicas.

De modo geral, pode-se observar que as atuais tendências na política ambiental nacional privilegiam primordialmente os interesses do capital, respectivamente das empresas, sejam eles privados ou públicos. Tudo indica que a pressão do governo sobre a condução do licenciamento ambiental e as mais variadas iniciativas para “agilizá-los” reforçam ainda mais a condição de subalternidade dos grupos ameaçados pelas obras em questão. Consequentemente, cresce a defesa do licenciamento ambiental pelos ambientalistas e movimentos sociais, embora anteriormente os mesmos tenham criticado o sistema como ineficiente em relação às questões ambientais (LASCHEFSKI, 2011, p. 23).

Nessa perspectiva, é relevante recordar a lógica desenvolvida no capítulo 2, em que o processo de desenvolvimento adotado, o neoliberalismo, ocasiona o deslocamento do Estado e das suas infraestruturas para trabalhar em prol da realização dos objetivos econômicos das empresas privadas, muitas vezes desconsiderando os aspectos socioambientais envolvidos. Como abordado anteriormente, o Estado flexibilizou de forma acelerada a legislação ambiental e ofereceu diversos incentivos para o desenvolvimento da matriz energética, o que beneficiou de forma direta os mercados de capital e, como consequência, fragilizou a

---

<sup>13</sup> No caso de Belo Monte, a sociedade civil se organizou e produziu diversas análises independentes das análises produzidas para o licenciamento, demonstrando a insuficiência dos estudos, a ocultação de impactos e problemas metodológico, sendo o Painel de Especialistas o documento mais relevante produzido.

resistência dos grupos contrários a essa dinâmica. Assim, ocorre um deslocando do eixo de proteção do Estado, que prioriza a economia de mercado em detrimento das populações e do meio ambiente.

Aroeira (2018) considera que há um discurso recorrente de que o licenciamento ambiental é um entrave ao desenvolvimento do país e a resposta a essa prática seria a flexibilização da legislação. Reflete ainda que a prioridade do licenciamento não é a avaliação da viabilidade das obras, mas o que importa é o cronograma da obra e os prazos do empreendedor. “Uma completa inversão de prioridades. Subentendida, ainda, a noção absurda de que as licenças devem ser obrigatoriamente emitidas” (AROEIRA, 2018, s./p.). Entre os problemas que entram o licenciamento, cita a precariedade da estrutura dos órgãos licenciadores, com constantes cortes no orçamento e servidores se aposentando sem reposição, assim como a falta de clareza nas regras que norteiam a condução dos estudos e a ausência de integração entre os agentes e órgãos governamentais envolvidos. Reconhece, ainda, a ausência de um planejamento detalhado que determine as regiões de zoneamentos específicas e preferências para investimentos que afetam o meio ambiente e a definição de regiões onde uma licença ambiental levaria a impactos tão grandes que o processo seria complexo, caro e com grandes chances de negativa. No entanto, cita como o maior problema a baixa qualidade técnica dos estudos ambientais apresentados pelas empresas:

A maioria esmagadora dos estudos ambientais precisa retornar aos empreendedores para complemento, em uma ordem de grandeza que pode chegar a nove de cada 10 processos. Um vai-e-vem que emperra a decisão sobre as licenças, atrasa os ritos, sobrecarrega os órgãos ambientais e abre caminho para judicialização, que atravanca tudo mais um pouco”. Cada estudo tem milhares de páginas, modelagens complexas em temas diversos e imensos buracos de informação. Quando finalmente são analisados, entram e saem da fila para pedidos de complemento (AROEIRA, 2018, s./p.).

Ao refletir sobre o motivo de os estudos serem tão deficitários, aponta para dois aspectos importantes. O primeiro é econômico: estudos completos são mais caros e demorados, encontram mais “problemas”, o que encarece também o financiamento no que se refere à mitigação de impactos da obra. Nesse contexto, os empreendimentos consideram que é mais fácil deixar que o órgão ambiental indique as lacunas que consegue encontrar, e na sequência preenchê-las pontualmente e obter a licença. O segundo aspecto relaciona-se à governança, que torna o ato de emissão de licenças permeável a decisões políticas. Nesse aspecto, ressalta que

muitas vezes um estudo ruim pode ser aprovado, se ocorre à pressão da imprensa, do governo, da opinião pública ou a qualquer tipo de constrangimento. Cita, por fim, o caso emblemático de Belo Monte, que foi aprovada mesmo com a insuficiência dos estudos, a ocultação de impactos e vários problemas metodológicos (AROEIRA, 2018).

Belo Monte é mais um dos vários maus exemplos do que acontece quando se faz um licenciamento de fachada, apenas para formalizar burocracias. O procedimento é e deve ser complexo e abrangente – como são os desafios de se empreender em um país com tão estupenda diversidade biológica e cultural. Respeitar esses ritos é proteger nosso patrimônio socioambiental e favorecer alternativas mais amigáveis à sua conservação. Esse patrimônio é, em última instância, o nosso futuro (AROEIRA, 2018, s.p.).

Lacorte e Barbosa (1995, p. 36), ao observarem a trajetória dos empreendimentos hidroelétricos, do planejamento à operação, com relação à produção dos estudos referentes às suas diferentes etapas, constatam a existência de uma indústria de unidades de produção de energia elétrica. Reconhecem uma nova racionalidade em uma linha de produção de barragens com a elaboração em série de Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impacto Ambiental. A partir dessa dinâmica, concluem que aprovar o empreendimento é o que move e dá sentido a esse campo.

A breve análise dessa estrutura, ao revelar-nos a existência de uma divisão de trabalho, sugere sua correspondência com uma constelação de interesses institucionais e empresariais que encontram, nos procedimentos metodológicos, a garantia de execução dos empreendimentos, garantia essa que é dada a partir do esvaziamento da noção de meio ambiente e que se legitima mediante a certeza de que, ao maior e mais drástico dos impactos, sempre corresponderá um conjunto de medidas mitigadoras; ou seja, muito raramente esses estudos conduzem à inviabilização do empreendimento e/ou à sua redefinição (LACORTE, BARBOSA, 1995, p. 34).

Desse modo, a crítica à morosidade do processo de licenciamento se mostra rasa quanto aos motivos dessa demora, não considerando as dinâmicas instituídas e as lógicas que prevalecem nessa conjuntura. Além disso, a resolução desejada, de flexibilização da legislação ambiental, tende a acentuar os conflitos e os desastres ambientais.

Retomando a crítica a esse processo vinda dos ambientalistas e dos atingidos pelas obras, destaca-se a posição defendida por Laschefski (2011), para quem os conflitos referentes à instalação dos empreendimentos hidroelétricos não são abordados de forma efetiva no processo de licenciamento. O autor chama atenção para a existência de problemas técnicos e estruturais no que tange as relações de

poderes que inibem a possibilidade de audição dos atingidos. Dessa forma, constata que ocorre uma adequação do meio ambiente às obras, através de medidas mitigadoras e compensatórias como solução para os passivos ambientais e sociais. Considera ainda a falta de participação no macroplanejamento estatal, extremamente centralizado, como algo que demonstra dificuldades de acesso à informação. Com isso, torna-se aparente a ausência de mecanismos de controle social no processo de licenciamento, o que conduz os empreendedores à crença de que as licenças possam ser obtidas através de pressão política, ao invés da elaboração de cuidadosos estudos.

Dentro do processo do licenciamento ambiental, a audiência pública é o principal momento de participação popular, para que se possa decidir sobre a realização dos empreendimentos. Nesse âmbito, é pertinente atentar à Resolução nº 1 do CONAMA, de 23 de janeiro de 1986, que atribuiu ao órgão licenciador ambiental (estadual, federal ou municipal), sempre que julgar necessário, promover a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e para discussão do RIMA. Na Resolução CONAMA nº 9, de 3 de dezembro de 1987, dispõe-se sobre o objetivo da audiência nesse processo, que “tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito” (1987, s./p.). Essa resolução especifica ainda quem está apto a solicitar esse recurso. “Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública” (1987, s./p.). Com isso, há uma ampla possibilidade de requisição de audiências. A regulamentação ainda prevê que, caso ocorra solicitação, mas órgão responsável não a realizar, a licença concedida não terá validade.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também descreve a audiência pública no seu *site*<sup>14</sup>:

O procedimento consiste em apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental (diagnósticos, área de influência, impactos positivos e negativos do empreendimento, medidas mitigadoras e compensatórias), esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas. É um momento em que o órgão ambiental, bem como o proponente do projeto, tem acesso direto

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/empreendimentos-e-projetos/licenciamento-audiencias-publicas>

às expectativas e eventuais objeções do público, de forma que elas possam ser consideradas como um critério de decisão.

Nesse sentido, as audiências públicas são reconhecidamente importantes nesse processo de comunicação pública. Esse procedimento é um espaço para prestar esclarecimentos e ouvir a manifestação de opiniões divergentes, assim como consultar a comunidade sobre a viabilidade do empreendimento. A regulamentação do Conama prevê, ainda, que o RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e compreensível e em linguagem acessível, com ilustrações, como mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto (que deve estar disponível ao público) e todas as consequências ambientais de sua implementação.

Portanto, a audiência pública é o principal momento de debate, nesse contexto, pois permite a participação tanto da sociedade civil quanto do empreendedor. No entanto, há uma crítica pertinente realizada por Monticelli (1990), no que se refere ao momento em que ela é realizada. Inicialmente, o autor afirma que o processo de implementação de uma hidroelétrica é complexo e demorado. No caso de uma grande obra, são necessários oito anos ou mais, desde os primeiros estudos até a finalização de sua construção.

O projeto é feito por etapas, como forma de reduzir os custos e facilitar as decisões a serem tomadas. A primeira fase, de "Inventário" e a segunda de "Viabilidade", são as mais importantes para a definição da concepção geral da obra. Nestas fases devem ser consideradas as soluções mais criativas e inovadoras, bem como alternativas de projeto. Na fase seguinte, de "Projeto Básico", será feito o detalhamento do projeto, não estando mais em pauta alternativas que signifiquem mudanças consideráveis. Ou seja, até a fase de viabilidade é possível influenciar significativamente o projeto. A partir daí, os desembolsos aumentam, mas a possibilidade de introduzir alterações se reduz (MONTICELLI, 1990 p.24),

Assim, a sociedade civil não é chamada a dialogar nos primeiros momentos. Após a realização do projeto básico, a empresa empreendedora o apresenta aos órgãos de fiscalização ambiental, e ele então vai a público, momento em que tem início o debate mais aberto sobre a obra. Esse processo muitas vezes ocorre muitos anos após o início dos estudos, e só depois disso a sociedade civil fica sabendo da intenção de construção do empreendimento na audiência pública. Com isso, inverte-se a dinâmica do processo: primeiro se elege o lugar e a obra e, na sequência, realizam-se os estudos técnicos buscando justificar sua necessidade.

Em relação a isso, Monticelli (1990) considera que é preciso alterar o comportamento do poder público e abrir as discussões com a sociedade desde o projeto inventário. Para isso, as preocupações sociais e ambientais têm que estar incorporadas no projeto, reduzindo os conflitos e ainda podendo inclusive ocasionar que a ideia seja abandonada nas fases iniciais, reduzindo economicamente os custos da empreitada.

Apesar de porta-vozes do setor dizerem que os estudos sócio-ambientais são considerados decisivos para a escolha de uma hidrelétrica o que se nota é a vontade de convencer a sociedade organizada e as populações atingidas a aceitarem determinada alternativa, com a justificativa de que foram feitos todos os estudos de impactos, bem como dimensionadas as medidas mitigadoras dos mesmos (MONTICELLI, 1990, p. 22).

Com isso, sequer se debate a própria necessidade da obra ou alternativas para a sua realização. Em uma dinâmica mais democrática, a partir do reconhecimento da demanda de produção de energia elétrica, poderiam ser estudadas, junto à comunidade, possibilidades que incluíssem a preservação de local com valor histórico, paisagístico, terras produtivas ou populações tradicionais. Dessa forma, haveria um equilíbrio entre a demanda energética e o custo local.

Outro aspecto relevante é que em muitas obras não são acionadas as audiências públicas para apresentação do projeto à sociedade. A legislação permite que os órgãos licitatórios definam a necessidade ou não de audiência no caso das PCHs e CGHs, o que faz com que a maioria seja licenciada sem o debate sobre sua viabilidade. Apenas as grandes usinas têm obrigação legal de realizar audiência pública.

As pesquisadoras Baraúna e Marin (2011), ao analisarem as características dos procedimentos relacionados à construção das Usinas de Jirau, Belo Monte e do Complexo Madeira, consideram que, na maioria dessas audiências, o Estado pretende controlar a participação dos agentes sociais e ainda do processo público de comunicação que ele media.

Dessa forma, a comunicação pública, que nasce da “participação direta e espontânea dos cidadãos nos debates e discussões públicas”, se transforma em outro tipo de “comunicação pública”, oriunda da relação cidadão-Estado em que a participação de cada um se faz em termos formais, organizados e controlados”. A falta de informação, a ausência de canais de comunicação são intencionais e visam provocar a destituição do poder de opinar e decidir por falta de informação (BARAÚNA, MARIN, 2011, p. 97).

Dessa maneira, mesmo quando ocorre a audiência pública, a informação não está disponível para a população poder participar desse processo decisório.

Na esfera política, surgem movimentos como a Frente Parlamentar em Apoio às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), lançada em 25 de fevereiro de 2019, na assembleia gaúcha, com o objetivo de impulsionar a produção energética no Rio Grande do Sul. Essa bancada tem como meta:

trabalhar em conjunto com o Governo do Estado e Brasília para derrubar entraves que dificultam os empreendimentos, especialmente os relativos às licenças ambientais. [...] “Precisamos impulsionar o setor, buscar mais celeridade nos projetos, porque isso traz um resultado muito positivo para o nosso Estado, com mais geração de energia, mais ICMS, emprego e renda. Vamos trabalhar em sintonia com a Secretaria do Meio ambiente e em Brasília no aperfeiçoamento das leis para que a gente possa fazer esse setor crescer, tendo em vista o potencial que temos em nosso Estado”, disse Polo (GERMANO, 2019, s./p.)<sup>15</sup>.

Nessa abordagem, percebe-se que parte dos políticos considera o licenciamento ambiental como um entrave ao desenvolvimento e buscam a celeridade nos projetos. Conseqüentemente, o desejo de agilizar o processo vai na direção oposta de um projeto mais participativo, que considere as alterações socioambientais dessas obras ou ainda que busque mudanças na matriz de desenvolvimento. Além disso, como visto anteriormente já há pouca possibilidade de participação, e as opiniões dos diversos sujeitos sociais não são consideradas pelo processo formal de licenciamento. Logo, a tendência, com a maior velocidade desse mecanismo, é que ocorra menor participação democrática da população.

Há um discurso que atrela essas obras ao desenvolvimento econômico. No entanto, é importante ressaltar que esse argumento nem sempre encontra respaldo nas pesquisas acadêmicas. Inicialmente se reconhece que são poucos os estudos que abordam os efeitos locais dessas obras, para fins de contextualização, há um estudo sobre as conseqüências da implementação de usinas, que naturalmente geram maiores retornos financeiros. Como exemplo, o Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio/ Climate Policy Initiative (NAPC/ CPI) avaliou os efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas (UHEs) com indicadores como economia local e contas municipais. Essa pesquisa observou 82 municípios, em 13

---

<sup>15</sup> Esta matéria, veiculada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, está disponível neste link: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/315900/Default.aspx>.

estados, que tiveram área alagada por uma hidrelétrica a qual a construção ocorreu no período de 2002 e 2011.

O impacto econômico gerado pelas usinas hidrelétricas em suas áreas de entorno varia bastante, mas, na média, os resultados mostram que, nos municípios onde as usinas foram construídas, os efeitos positivos e negativos são de curto prazo. O crescimento econômico que ocorre durante os dois ou três primeiros anos após o início da obra tende a se dissipar depois de cinco ou seis anos, o que geralmente coincide com o fim da construção (ASSUNÇÃO, et al., 2017).

A pesquisa considera ainda que há variações entre os municípios após o fim das obras, com efeitos muito diversos, enquanto alguns melhoram economicamente, outros apresentam perdas. Conclui que a construção das usinas apresenta efeitos gerais modestos e não transforma as economias locais. Dessa forma, recomenda cautela quanto à generalização de conclusões dos impactos econômicos que as barragens provocam em suas áreas de entorno e questiona se elas de fato trazem benefícios econômicos para as cidades, sendo necessário considerar cada caso isoladamente.

#### 4.3 DA SUSTENTABILIDADE AO CONFLITO AMBIENTAL

Ainda é recorrente o discurso que associa a produção de energia hidroelétrica a uma fonte sustentável<sup>16</sup>. No que se refere às grandes usinas, porém, a comunidade científica já reconhece que elas podem levar a profundas consequências socioambientais. Este se tornou, inclusive, um dos argumentos para o incentivo na construção de empreendimentos de menor porte (PCHs e CGHs). Bermann (2001) cita como uma das sugestões para o desenvolvimento de energia sustentável o “incentivo às pequenas centrais hidroelétricas, como forma de garantir a produção descentralizada de energia” (2001, p.131). No entanto, surgem pesquisas que indicam que o resultado dessas obras, especialmente quando são instaladas diversas delas na mesma bacia hidrográfica, se assemelha ao das grandes usinas. Assim, esta seção

---

<sup>16</sup> Considerado a abordagem realizada anteriormente, no que se refere aos diversos significados do conceito sustentável, dentro do discurso mais atrelado a perspectiva econômica e em comparação com a poluição oriunda das fontes térmicas de energia pode-se entender a utilização desse termo na definição da produção de energia hidroelétrica. No entanto, esse estudo se apoia na perspectiva de sustentabilidade de Boff (2017) que reconhece a vitalidade da Terra enquanto um ser vivo e a capacidade de cada ecossistema se regenerar. Sob esse ponto de vista, o projeto de produção de energia elétrica baseado nas hidroelétricas não é sustentável.

visa rever os principais problemas socioambientais relacionados a esses empreendimentos, que desencadeiam conflitos ambientais.

O discurso que vê a energia produzida pelas hidroelétricas como sustentável é recorrente:

Verifica-se que a ocupação com a finalidade energética não traduz categoricamente em violação do meio ambiente, mas sim em algo a ser analisado, uma vez que, de um modo geral, esta ocupação pelos reservatórios de regularização de cursos d'água não alcança 0,6% do território útil brasileiro (CERPCH). Por outro lado, a introdução da energia elétrica para estes locais desprovidos de toda a espécie de infraestrutura é um passo na direção das aspirações da comunidade local (CAMARGO, 2004, p. 117).

Esse mesmo discurso é usado na justificativa da produção energética das grandes usinas. No entanto, devido às consequências sociais e ambientais, discute-se se a produção da energia de fonte hidroelétrica é realmente limpa e sustentável. Alguns autores, como Bermann (2002), Latini (2016) e Pedlowski (2016) apontam contradições na argumentação que defende a sustentabilidade desses projetos. Bermann (2002), por exemplo, ao se referir às grandes usinas, afirma que, com frequência, empreendimentos hidroelétricos têm se revelado insustentáveis, tanto no cenário internacional, como no Brasil:

Esse caráter insustentável pode ser estabelecido a partir de critérios que identificam os problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e operação de uma usina hidroelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu "locus" de construção (p.ex., alteração do regime hidrológico; assoreamento; emissões de gases estufas a partir da decomposição orgânica no reservatório; entre outros...). Critérios que se estendem aos aspectos sociais, particularmente com relação às populações ribeirinhas atingidas pelas obras, e invariavelmente desconsideradas frente à perspectiva da perda irreversível das suas condições de produção e reprodução social, determinada pela formação do reservatório (2002, p.1).

No que se refere aos impactos causados por pequenas barragens, estes ainda são pouco documentados. São consideradas uma alternativa às grandes obras, a partir da suposição de que os seus impactos não seriam tão significativos. Contudo, Latini e Pedlowski (2016) defendem que diversas pesquisas, geralmente realizadas em âmbito internacional, têm mostrado uma tendência contrária, indicando que alteram as características físicas dos rios e das comunidades de fauna e flora existentes:

Essas pesquisas mostraram que a construção de barragens e o funcionamento das PCHs alteram as características físicas do rio, modificando a frequência de ambientes lênticos e lóticos e alterando,

também, a estrutura de *habitat* existente ao longo do rio. [...] Essa alteração das condições físicas dos ecossistemas pode ocasionar mudanças à biota em níveis individuais, bem como alterar a estrutura de populações e comunidades. Este processo se dá porque as alterações ocorridas podem interferir diretamente nos tipos e na qualidade de *habitats* existentes, modificando, assim, a compatibilidade dos nichos ecológicos das espécies com as novas características ambientais (LATINI, PEDLOWSKI, 2016 p. 80).

Essas pesquisadoras também desenvolveram um quadro teórico que demonstra resultados de estudos relacionados a essa temática específica das alterações ambientais causadas por PCHs (Quadro 2).

### Quadro 2 - Alterações ambientais causadas por PCHs.

Impactos	Referências
Alteração das características físicas do rio, como velocidade do fluxo, profundidade do canal e largura do canal, e alteração da disponibilidade de refúgios para a fauna	Fu <i>et al.</i> , 2008; Zhou <i>et al.</i> , 2009; Wu <i>et al.</i> , 2009; 2012; Benejan <i>et al.</i> , 2014
<i>Ictiofauna</i> : redução da densidade populacional, redução da biomassa populacional, redução da abundância populacional, alteração da abundância relativa, alteração de ordens dominantes, desaparecimento de espécies raras, alteração da estrutura etária, redução de peso e comprimento dos indivíduos	Almodóvar, Nicola, 1999; Hirschmann <i>et al.</i> , 2008; Benejan <i>et al.</i> , 2014
<i>Macroinvertebrados</i> : redução da diversidade, alteração na composição de espécies, alteração na dominância de grupos funcionais e alteração na densidade em diferentes pontos do rio	Cortes <i>et al.</i> , 1998; Fu <i>et al.</i> , 2008
<i>Zooplâncton</i> : alteração na densidade e na riqueza de espécies em diferentes pontos do rio	Zhou <i>et al.</i> , 2009
<i>Algas</i> : alteração na riqueza de espécies à montante e à jusante, redução da diversidade, alteração da composição de espécies, redução da porcentagem de indivíduos eretos.	Wu <i>et al.</i> , 2009; 2010
Menor Índice de Integridade Biológica em locais sob influência de PCHs	Wu <i>et al.</i> , 2012

Fonte: Latini e Pedlowski (2016, p. 80).

Esse quadro referencial permite inserir esses estudos na discussão acerca da implementação de tais obras. A partir dele, é possível identificar que os principais impactos físicos e biológicos da instalação de empreendimentos hidroelétricos de menor porte são:

- 1) a alteração nas características físicas do rio, (velocidade de fluxo, profundidade do canal e largura);
- 2) alteração na disponibilidade de refúgios para a fauna;
- 3) diminuição da quantidade de peixes e de seu tamanho, assim como o desaparecimento de espécies raras;
- 4) redução da diversidade dos macroinvertebrados e alteração na composição da espécie e da densidade em diferentes pontos do rio;

- 5) alteração na riqueza e composição de espécies de algas e de zooplâncton e redução de sua diversidade;
- 6) menor índice de integridade biológica.

Portanto, são visíveis as diversas alterações ambientais que a ocupação do solo pela formação do lago ocasiona, pois modifica o fluxo natural das águas e o equilíbrio ecológico do lugar. Com a criação dos lagos, altera-se a qualidade e a velocidade das águas e o formato original do leito do rio (LATINI e PEDLOWSKI, 2016).

Outra consequência é a que envolve o desenvolvimento das políticas públicas de incentivo a esses empreendimentos. Como diferentes empresas localizam as suas obras no mesmo rio, deixam-se curtas distâncias entre elas. Latini e Pedlowski (2016) chamam atenção para estudos que têm se dedicado a comparar os impactos causados pela existência de diversas PCHs com os das grandes usinas hidroelétricas. Segundo elas, esses trabalhos demonstram que os impactos acumulados por um conjunto de PCHs (por unidade de energia gerada) são similares ou até superiores aos gerados pelas usinas hidroelétricas de maior porte (LATINI, PEDLOWSKI, 2016).

Em suma, o número de pequenas barragens instaladas para a construção de várias PCHs em uma mesma bacia hidrográfica pode ter maior potencial para causar impactos ambientais do que os grandes reservatórios das usinas hidrelétricas, que são distribuídos de forma mais espaçada dentro da paisagem. Este aspecto é salientado por Pang *et al.* (2015), que sugerem que a implantação de PCHs, de forma cumulativa, pode causar danos comparáveis aos dos empreendimentos de grande porte. Pang e seus colaboradores apontam ainda que os principais impactos causados pelas PCHs são provenientes da redução de fluxo à jusante da barragem e que, se estes impactos não forem evitados, a história de degradação ambiental causada pelas grandes usinas hidrelétricas pode se repetir com as PCHs (LATINI, PEDLOWSKI, 2016, p. 82).

Essa lógica de apropriação de um curto espaço do rio para diversos empreendimentos já pode ser observada na cidade de Cotiporã, no Rio Grande do Sul, evento que é problematizado no capítulo 6.

No que se refere às consequências socioambientais desses projetos, uma de suas características marcantes é a quantidades de deslocamentos ocasionados, como observava Waldman (1990):

Todavia, a magnitude da questão ambiental não se reduz apenas às condições de vida que são impostas aos milhões que são obrigados a sobreviver em ambientes ecologicamente cada vez mais devastados. Este problema se agrava pela extirpação pura e simples de imensos blocos

territoriais, na forma de mega-projetos hidroelétricos, agropecuários e de mineração. Tais formas drásticas de "organização" do espaço deslocam milhares de camponeses, expulsam nações indígenas inteiras e grupos extrativistas de seus locais tradicionais de assentamento, gerando um ônus social que não é contabilizado por um "modelo de desenvolvimento" socialmente injusto e ecologicamente irresponsável (1990, p. 37).

Nesse sentido, o relatório da Comissão Mundial das Barragens, de 2000, já apontava o deslocamento de 40 a 80 milhões de pessoas para a construção de barragens no mundo. A maior usina existente, por exemplo, que é a hidroelétrica das Três Gargantas, deslocou 1,3 milhões de pessoas. A Usina de Belo Monte deslocou entre 20 e 40 mil pessoas. No Brasil, o MAB estima em um milhão o número de atingidos por barragens e outros 850 milhões ameaçados de perderem as suas casas.

Logo, surge nessa disputa a questão territorial. Enquanto algumas empresas veem nessa situação um potencial econômico, as comunidades residentes têm esses espaços como seu lugar de sobrevivência:

Segundo alguns autores, a construção de barragens é uma forma de colonização moderna, em que o "outro", forte e estranho, impõe seu projeto. Apropriando-se dos bens naturais, subordina, silencia e expulsa compulsoriamente as populações locais. Aí a água é transformada em energia, a energia, em mercadoria; a mercadoria em obsessão de consumo; o consumo em sinônimo de desenvolvimento; o desenvolvimento em destruição e exclusão dos pobres (BENINCÁ, 2011, p. 27).

Convém ainda destacar que a população de atingidos tem características específicas: é composta, sobretudo, por comunidades ribeirinhas, com particularidades socioculturais, entre as quais a forte identidade com o local que habitam, relacionada às formas de apropriação e aos usos que se faz desses territórios e de seus recursos naturais (LASCHEFSKI, 2011). Com isso, os principais atingidos são as populações que possuem uma relação diferenciada com o seu local de origem e, geralmente, uma maior dependência da natureza. Os moradores percebem o lugar como único, devido às qualidades específicas que atribuem ao mesmo. A análise dessas questões, entretanto, não é abarcada pelos diferentes processos das avaliações técnicas e pelos relatórios de licenciamento.

Laschefski (2011) constata, sobre esse problema, que os métodos de avaliação de impacto utilizados são baseados em uma visão meramente tecnicista, a qual separa o meio ambiente de suas dimensões sociopolíticas e culturais. Nessa lógica, as corporações responsáveis por essas obras defendem que a paisagem possa ser destruída e reconstruída com medidas de compensação e mitigação dos impactos. Segundo a autora, as visões que separam o meio social do meio natural, porém, são

um retrocesso diante do amplo debate acadêmico e político que reconhece os modos diferenciados de apropriação do meio ambiente pelos diferentes grupos sociais. Assim, é preciso estabelecer um diálogo que coloque lado a lado ambas dimensões, a sociocultural e a ambiental, ao invés de opô-las.

Também é necessário questionar o discurso referente às usinas hidroelétricas como fonte de energia limpa, barata e renovável, tendo em vista que seus impactos socioambientais já são conhecidos:

As hidrelétricas têm sido caracterizadas por seus defensores como fonte de “energia limpa” para estimular o “crescimento econômico sustentável” ou – para usar um termo atualmente na moda – de acordo com a “Economia Verde”. No Brasil, essa caracterização de hidrelétricas, reforçada através de bem-financiadas campanhas publicitárias, está vinculada a tentativas de convencer a opinião pública da necessidade de construir uma quantidade sem precedentes de barragens na Amazônia, pagas com dinheiro público. [...] Entretanto, as hidrelétricas têm enormes impactos, muitos dos quais não são amplamente conhecidos pelo público em geral, não são considerados no planejamento e na viabilidade econômica, ou não são devidamente avaliados no atual sistema de licenciamento ambiental no Brasil e em muitos outros países (MILLIKAN, 2012, p. 47).

Para Zhouri (2011), o licenciamento ambiental de hidroelétricas torna-se, por essas razões, naturalmente um campo de conflito, pela apropriação social da natureza. No entanto, esse campo é assimétrico, tendo em vista que as comunidades atingidas têm força desigual na defesa dos seus direitos e interesses. Sua condição de sujeitos ativos é muitas vezes negada, sendo transformadas, ora em legitimadores do processo formal, ora em entraves ao desenvolvimento do país.

Ao mesmo tempo, conceitos como os de globalização, fluidez, liquidez e movimentação são tomados como marcas do tempo atual. Os movimentos contra a instalação das barragens lutam pelos seus lugares e pelo direito de pertencimento. Zhouri (2011) considera que lutam também pelo seu reconhecimento como grupos sociais e culturais diversos do contexto da sociedade, em oposição à percepção dominante do imaginário social, que vincula o lugar ao significado de atraso, de estagnação da tecnologia e do progresso. Desse modo, essa perspectiva instiga uma reflexão sobre o lugar enquanto categoria de análise, onde a vida se realiza sendo ainda ancoradouro da luta pela autonomia e emancipação dessas comunidades (ZHOURI, 2011). Com isso, o campo das formas de produção de energia hidroelétrica é um âmbito que naturalmente envolve conflito de visões divergentes com relação à apropriação da natureza.

Por isso, é necessário que esses casos sejam avaliados em conjunto com os demais empreendimentos hidroelétricos da bacia hidrográfica e comparados com outras alternativas de fornecimento de energia elétrica, verificando se são a opção ambientalmente mais adequada. Como exemplo, o Brasil que é um dos países com maior potencial de energia solar do mundo pela incidência da irradiação. Por esse motivo, poderia desenvolver a geração descentralizada — aquela gerada pelos sistemas instalados nos telhados das residências. Scalabrini (2015) ressalta, contudo, que não há incentivo suficiente para o desenvolvimento dessa energia realmente sustentável. Ao contrário, inúmeros empecilhos são apontados pelos consumidores que buscam a instalação das placas de captação nas suas residências. Fala-se inclusive da existência de um lobby das concessionárias privadas do setor de distribuição. Além disso, o Brasil tem uma das maiores jazidas de quartzo do mundo, de onde se extrai o silício usado nas placas solares. No entanto, ainda não é prioridade dos governos. Apenas recentemente, em 2012, com a resolução da ANEEL 482/12, foi permitido, a quem tivesse instalado painéis de energia solar nas residências, realizar a troca de energia com a rede. Em junho de 2018, foi aberta a primeira linha de crédito para aquisição de painéis solares com financiamento do BNDES. No entanto, nenhuma dessas iniciativas veio apoiada em incentivos de impostos ou em campanhas de comunicação pública.

Baitelo (2012) afirma que as energias renováveis, eólica e solar, são consideradas a principal solução para a mitigação de gases de efeito estufa no mundo. Capazes de diminuir os impactos socioambientais do sistema tradicional (hidroelétricas e termoelétricas):

O país tem o potencial para se tornar a primeira grande economia a ter toda a sua matriz energética proveniente exclusivamente de fontes renováveis e limpas – a energia solar sozinha seria capaz de atender a cerca de dez vezes toda a demanda do país e a eólica poderia atender ao triplo da demanda atual de eletricidade. (BAITELO, 2012, p. 71)

Reflete ainda que, a evolução tecnológica e o ganho de escala e as acentuadas quedas de preço de equipamentos, fazem com que a antiga crença de que as energias renováveis não são competitivas com os preços do mercado foi superada. Nesse sentido, considera que hoje a energia eólica apresenta “o segundo menor custo de geração de eletricidade e o custo da geração solar vem caindo consideravelmente. Os entraves tecnológicos e de mercado dependem da vontade política;” (BAITELO, 2012, p. 71). O autor cita ainda que com base na tecnologia existente, o

aproveitamento de energia solar captada em menos de 3% da área urbanizada do Brasil, seria possível atender a 10% de toda a demanda atual de energia elétrica no país. Os aproveitamentos médios da produção de energia solar em relação ao uso do solo é em torno de 83 a 101 MW por km<sup>2</sup>, sendo superior aos aproveitamentos das hidrelétricas de Belo Monte (21MW/km<sup>2</sup>) e Xingu (50 MW/km<sup>2</sup>).

Outra perspectiva que surge é a possibilidade de redução das perdas na transmissão e distribuição de energia. Rey (2012) considera que o descaso na manutenção e a falta de investimento no sistema de transmissão de energia elétrica brasileiro provocam um alto percentual de perdas de energia que chega a 20% e provoca impacto direto no aumento da tarifa do consumidor e na pressão por nova hidroelétricas. O autor compara ainda com os dados de outros países como Chile 5,6%, a Argentina 9,9%, a União Europeia 6,5%, sendo que a Alemanha tem o menor nível de perda de 3,84%. Diz ainda:

Os dados supramencionados, além de demonstrarem o cenário alarmante de desperdício de energia elétrica no Brasil, torna questionável a estratégia da atual matriz energética que, em vez de priorizar programas de combate de perda de energia elétrica nas linhas de transmissão, busca sanar a demanda de energia por meio da construção de outras fontes de geração, como novas hidrelétricas que, além de absorverem significativo montante de recursos públicos, dinheiro dos contribuintes, implicam em significativos impactos socioambientais. (REY, 2012. p. 43)

Outra possibilidade é a repotencialização das usinas já instaladas, com a substituição dos equipamentos por outros mais modernos. Segundo estudo da WWF-Brasil (2004) esse procedimento pode gerar a ampliação de até 23,3% do total da produção. Dessa forma, se reconhece que existem estratégias mais eficientes e que conservariam o meio ambiente.

Nesse sentido, se reconhece que:

Sob a influência de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais e seus aliados políticos, que formam a base da “indústria das barragens” (dam industry) no Brasil, o governo federal construiu um sistema elétrico que prioriza fortemente a geração hidrelétrica, estimulando subsetores industriais e atendendo ao suprimento a determinados setores em detrimento de outros. Devido a esse desenvolvimento histórico, criou-se um emaranhado de interesses que não nos permite afirmar que possa existir uma capacidade previsível de planejamento, além de um viés concentrado em hidrelétricas no lado da geração, menosprezando a eficiência energética e outras fontes, com a utilização de cenários de crescimento de demanda, sem o questionamento de seus pressupostos (BERMANN, 2012, p. 19).

Por fim, como consequência das políticas públicas de incentivo aos empreendimentos hidroelétricos narradas anteriormente, construiu-se um cenário no

Brasil com características próprias. Para fins de exemplificação, foi localizado um estudo do Instituto Mais Democracia (ALEIXO; CONDÉ, 2015) sobre os proprietários das usinas hidroelétricas no Brasil. O escopo de tal estudo concentra-se nos empreendimentos localizados na região Amazônica e relacionam-se às obras das grandes usinas. Inicialmente, a pesquisa ressalta que há inúmeros projetos para diversas hidroelétricas planejadas para serem alocadas e desenvolvidas naquela região. Esses projetos não obedecem apenas à lógica de demanda energética do país, mas também a “uma lógica política da submissão do espaço amazônico sob o nome de desenvolvimento” (ALEIXO; CONDÉ, 2015, p.7). O relatório recorda que poucas empresas no mundo são capazes de desenvolver projetos de tal amplitude e no Brasil encontram ambiente favorável, especialmente a partir dos incentivos do BNDES. Os autores revelam ainda, que o Estado brasileiro tem agido enquanto um financiador desses projetos:

Se pensarmos que o único financiador de longo prazo para projetos de infraestrutura no Brasil é o BNDES, que o Estado regula todos os projetos por conceder os direitos de exploração dos potenciais energéticos e minerais, além de ser o emissor das licenças técnicas e ambientais, então chegamos a uma situação na qual o Estado se torna parceiro dos projetos, e pode discriminar e reformular, a qualquer momento, o contexto onde operam as grandes corporações (ALEIXO; CONDÉ, 2015, p.7).

Esse investimento do Estado no desenvolvimento energético é justificado pela busca em tornar o preço da energia brasileira atrativo. No entanto, os autores apontam que a real agenda está mais relacionada ao crescimento dos setores industriais, do que o consumo residencial. Outra dinâmica sinalizada é que o “problema aqui é que esse crescimento, como tem sido conduzido, não irá gerar lucros ao governo, mas às companhias envolvidas na construção, manutenção e operação das usinas” (ALEIXO; CONDÉ, 2015, p.43). Dessa forma, o Estado financia a construção das grandes usinas, mas não fica com o lucro das grandes usinas:

A fim de tornar os projetos viáveis, essencialmente em nome do progresso, o Estado brasileiro parece ter abdicado de seu papel como promotor direto do processo, criando espaço para companhias privadas nacionais e transnacionais construírem, operarem e lucrarem com as usinas, em sua maioria aquelas especializadas em energia e construção civil (ALEIXO; CONDÉ, 2015, p.44).

Já a dinâmica que envolve as PCHs e CGHs é um pouco diferente. Como vimos, são projetos que envolvem uma menor produção de energia, um menor custo de implementação, manutenção barata e legislação que garante a venda garantida da

energia produzida, além de diversos incentivos. Nesse contexto, esses empreendimentos tornam-se atrativos:

Os números não são oficiais, mas, de acordo com o mercado do setor, para construir uma PCH de 10 megawatts é necessário investimento de cerca de R\$ 100 milhões. O crédito para a empreitada pode ser conseguido em bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil. A venda da energia gerada garante cerca de R\$ 5 milhões mensais. A disponibilidade de financiamento e as regras de compra garantida do produto permitem que o empreendedor recupere o dinheiro investido em pouco tempo. Depois que a PCH entra em operação, ela exige um número mínimo de empregados, porque é toda automatizada - apenas quatro especialistas dão conta de operar toda uma Pequena Central Hidrelétrica (O ESTADÃO, 2010, s/n<sup>17</sup>).

Durante muito tempo, essas obras eram realizadas especialmente pelos empresários nacionais e cooperativas. No entanto, agora, possivelmente pela escassez do mercado das grandes usinas, aparentemente as empresas multinacionais passam a disputar esse mercado. Esse contexto é retomado no sentido do reconhecimento que as forças econômicas que se inserem nessa disputa envolvem as questões econômicas do desenvolvimento do capitalismo. No momento em que as oportunidades de investimentos em um contexto global estão mais restritas e que as grandes obras são realizadas, geralmente, por grandes empresas multinacionais, o capitalismo local reconhece no mercado das pequenas usinas como um potencial de investimento.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,lucro-facil-pressiona-regiao,527190>

## 5. O CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO

A palavra comunicação tem sua origem etimológica no substantivo latino *communicationem*, que significa ação de tornar comum. Lima (2004) considera que há uma ambiguidade na palavra, pois em um dos seus extremos ela significa transmitir, que é um processo unidirecional, e no outro tem sentido de compartilhar, que é um processo participativo. Além dessa imprecisão original, ela passa a carregar múltiplos sentidos. Conforme pontuam Armand e Michèle Mattelart (2014):

A noção de comunicação recobre uma multiplicidade de sentidos. Se isso vem sendo assim há muito tempo, a proliferação das tecnologias e a profissionalização das práticas acrescentaram novas vozes a essa polifonia, num fim de século que faz da comunicação uma figura emblemática da sociedade do Terceiro Milênio (MATTELART, MATTELART, 2014, p. 9).

Martino (2015), além disso, considera que, ao nascer no século XX, a pesquisa em Comunicação jamais conseguiu definir suficientemente o seu objeto de estudo, que permanece tão vasto e diversificado quanto os problemas das ciências dos homens. No entanto, Hohlfeldt (2015) reconhece que há uma profunda relação entre os processos comunicacionais e o desenvolvimento social.

Isso porque a comunicação, ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, dentre as quais: informar, constituir um consenso de opinião - ou, ao menos, uma sólida maioria – persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar quanto atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir (HOHLFELDT, 2015, p. 63).

Assim, a comunicação é atrelada ao desenvolvimento da sociedade. Partindo dessa perspectiva, esse capítulo se dedica a aprofundar o debate da conexão entre a comunicação e a cidadania.

### 5.1 COMUNICAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

O debate sobre comunicação e cidadania permite diferentes abordagens, desde a comunicação como um direito previsto na Constituição, as potencialidades e responsabilidade dos meios de comunicação como fonte de informação de qualidade, que permita ao público construção da sua autonomia. Dentre as possibilidades surge ainda uma comunicação oriunda dos movimentos sociais, de origem comunitária que se apropriam dos meios e técnicas de comunicação para ampliar a disseminação das suas reivindicações.

O conceito de cidadania implica em múltiplas interpretações e seguiu rumos peculiares nos diferentes países, não ocorrendo de maneira uniformizada e nem concomitante. No caso do Brasil, existe uma abertura relativamente recente para as possibilidades de participação popular, que ocorre especialmente a partir da redemocratização e da Constituição de 1988, unindo-se a isso há uma trajetória marcada pela pobreza, desigualdade e exclusão social. Nessa discussão, ressalta-se ainda a diferença de ter direitos, empiricamente, na existência de um marco legal, regulador e a efetiva concretização dos mesmos.

Nessa perspectiva, se reconhece a existência legítima de lutas sociais que almejam a transformação do sistema econômico e político dominante. Sendo assim, a cidadania não é um processo acabado, mas em constante construção na busca de possibilidade de participação população e na conquista de direitos. Nesse sentido, a comunicação torna-se central por possibilitar as transformações responsáveis pela ampliação da cidadania.

A cidadania está atrelada a possibilidade da participação ativa dos sujeitos:

uma das condições essenciais para se falar em cidadania diz respeito à existência dos regimes democráticos, isto porque neles a cidadania se exercita na medida em que promove a participação ativa dos sujeitos na elaboração das normas que irão legitimar o funcionamento da sociedade. O espaço público, locus privilegiado onde acontecem os embates na elaboração do estatuto legal do funcionamento social, visto desde a óptica da comunicação se materializa via representação de imagens, fatos, idéias, simbologia e acontecimentos mediados pelos diversos meios de comunicação. É como se a comunicação recriasse um novo espaço público onde ocorre a reinterpretação da vida cotidiana (VICENTE, 2009, p. 6).

Essa perspectiva atrela a relação entre comunicação e cidadania aos aspectos relacionados à mediação dos meios de comunicação. Nessa vertente, a discussão se acentua na relação de responsabilidade dos meios de comunicação com o reconhecimento que há uma pauta influenciada pela mídia e que caberia a ela ampliar as discussões e práticas dos direitos e da cidadania. No entanto, isso nem sempre ocorre (PERUZZO, 2007).

Peruzzo (2007) explica que os movimentos sociais e as organizações sem fins lucrativos, ao perceberem as suas demandas ausentes da grande mídia, passam a forjar uma comunicação própria como parte de seu processo de mobilização, visando à transformação social. A autora considera que nas décadas de 1980 e 1990 surge no Brasil e na América Latina uma comunicação popular, alternativa e comunitária. Essa se desenvolve de diversos modos e “se insere nas dinâmicas sociais locais com

vistas a melhorar as condições de existência e de consciência dos segmentos excluídos da população” (PERUZZO, 2007, p. 52).

Peruzzo (2004) considera que os movimentos populares são manifestações constituídas com o objetivo de promover a conscientização e a organização de segmentos subalternos, pretende, em última instância, ampliar as conquistas de direitos a cidadania. Para a realização dos seus propósitos, utilizam-se dos meios de comunicação:

no seu processo de constituição, descobriram a necessidade de apropriação pública de técnicas (de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento público etc.) e de tecnologias de comunicação (instrumentos para a transmissão e recepção de conteúdos etc.) para poderem se fortalecer e realizar os seus objetivos propostos. Assim sendo, num primeiro momento descobriram a utilização da comunicação – desde as formas grupais e individuais até os meios tecnológicos - como uma necessidade, ou seja, como canais importantes para se comunicarem entre si e com seus públicos, sejam eles os usuários reais ou potenciais dos serviços oferecidos à imprensa, aos órgãos públicos aliados e ao conjunto da sociedade. (Peruzzo, 2004, p. 50)

Essa dinâmica da apropriação dos usos dos meios de comunicação como uma necessidade atrelada ao objetivo do movimento social desloca a importância da comunicação para a busca pela mobilização social. A autora considera entre as principais características desse processo comunicacional: a opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; a transmissão de conteúdo a partir de novas fontes de comunicação (sendo originária dos cidadãos e das organizações comunitárias); a comunicação indo além dos meios e das mensagens, mas como uma dinâmica de organização e mobilização social; está imenso de uma proposta de transformação social e na construção de uma sociedade mais justa; uma possibilidade de participação ativa do cidadão como protagonista do processo.

No seio desse processo surge a comunicação comunitária<sup>18</sup>. Para Peruzzo (2004) não basta o meio de comunicação ser local e falar sobre coisas locais para se configurar como comunicação comunitária. Nesse sentido:

A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses em comum. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios da comunidade, quais sejam: implica participação ativa, horizontal, democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertença que desenvolve entre os membros; na co-

<sup>18</sup> São utilizados como sinônimos os termos comunicação alternativa, popular e comunitária. John Downing, denomina esses meios de mídia radical e engloba uma série de manifestações (dança, vestuário, teatro de rua, cartum) nessa manifestação por considerar que expressam uma visão alternativa às perspectivas hegemônicas.

responsabilidade pelos conteúdos emitidos; na gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e os interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos interesses e deveres de cidadania. (PERUZZO, 2004, p. 53)

Desse modo, a sociedade passa a se apropriar dos meios de comunicação para comunicar e informar as suas demandas e fortalecer os objetivos reivindicados. A apropriação da produção de conteúdo na mídia pela comunidade é um fenômeno social de amplo significado, que pode ser visto como uma forma de exercer a cidadania e de realizar mudanças reais. Essa transformação, que dá uma maior representatividade social das vozes periféricas na grande mídia, é uma das características perceptíveis da realidade atual. Com isso, ao mesmo tempo em que há a concentração dos proprietários da grande mídia, surge uma quantidade inusitada de vozes manifestas em diferentes plataformas na periferia desse sistema central, que acaba por oferecer uma visão mais plural da sociedade.

Compartilhando dessa visão, Duarte (2007) sinaliza que:

É certo que as estruturas de participação ainda são difusas e pouco organizadas, e que seu processo de construção é tímido e fragmentário, mas também é fato que a comunicação e as novas tecnologias da informação têm influenciado decisivamente o processo de transformação da sociedade brasileira, em especial o estabelecimento de uma nova cultura política, que propugne pela participação política baseada na conscientização e não simplesmente no dever cívico do voto (DUARTE, 2007, p. 102).

Essa participação mais consciente na esfera pública está ligada à comunicação. Peruzzo (2007) defende que a comunicação, por meio dos seus diferentes processos, desempenha papel central na construção da cidadania. “Havendo cidadania, haverá desenvolvimento social. Cidadania quer dizer participação, dos seus múltiplos sentidos e dimensões” (PERUZZO, 2007, p. 52). A autora afirma que a participação cidadã nos meios de comunicação vem aumentando desde a década de 1990 e que ela não se restringe ao campo da comunicação popular, alternativa ou comunitária. A grande mídia também oferece espaços de participação, mas “tem sido usada, prioritariamente, com finalidade de entretenimento submetidas aos interesses econômicos e políticos dos detentores de sua propriedade e das classes dominantes, as quais representam” (PERUZZO, 2007, p. 52).

Peruzzo (2007) cita a importância dos meios de comunicação locais, como as rádios comunitárias, os canais de televisão universitários, legislativos, educativo-

culturais e da justiça, os meios de comunicação no poder das igrejas, os jornais, blogs e sites comunitários. Considera que esses espaços, sob a gestão de novos emissores, ampliam a democratização da comunicação e propiciam um desenvolvimento mais justo da sociedade. Salienta ainda que, junto à expansão desses meios de comunicação atuam milhares de associações comunitárias, organizações não governamentais, institutos, fundações, setores de igrejas, programas sociais de empresas públicas e privadas e dos poderes da República. Essas organizações “representam o movimento de cidadãos e o protagonismo da sociedade civil em prol da ampliação do direito da cidadania, enquanto exercem seus deveres também de cidadania, de participação ativa do processo de democratização da sociedade” (PERUZZO, 2007, p. 57). Essa pluralidade de vozes e mensagens oferece conteúdos mais sincronizados com as diferentes necessidades sociais e provoca a emancipação dos indivíduos.

Comunicação e cidadania são conceitos interligados, cujo crescimento e aperfeiçoamento reforçam a existência mútua. A comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e mobilização dos sujeitos que consistirá, em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado, da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva (DUARTE, 2007, p. 113).

A comunicação alternativa, que atuam em prol dessas transformações, pressupõem que os indivíduos da comunidade não sejam receptores passivos nesse processo, mas protagonistas na produção dos conteúdos e mensagens. Essa construção vai ao encontro de acepção mais ampla da palavra comunicação, indo além do informar. “Não apenas informar não é comunicar, mas comunicar não é transmitir, mas conviver. A comunicação reconhece a incontornável alteridade entre os seres humanos e reclama mais tolerância?” (WOLTON, 2011, p. 91).

A elaboração dessa ideia não é recente. Freire (1977), ao analisar os processos de educação e comunicação referentes ao extensionismo rural, já visualizava o caráter complexo da comunicação e a necessidade do reconhecimento do outro. Ao considerar o homem como um ser de relações, afirmava que não há um pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado:

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que

se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação (FREIRE, 1977, p. 66).

O autor reconhece ainda que não há comunicação sem o diálogo. Com isso, exclui a possibilidade de comunicação quando o modelo é apenas transmissivo. Se apenas um sujeito transmite uma mensagem, aquele que a recebe seria transformando apenas em depositário, em um paciente de seus comunicados. Nesse sentido, sem a reciprocidade e o diálogo não há comunicação. Freire (1977) salienta ainda a importância de haver um mesmo sistema de signos linguísticos, pois sem esse compartilhamento não pode haver compreensão entre os sujeitos.

A comunicação ainda é vista por Freire (1977) como um diálogo entre os sujeitos que é mediado pelo objeto de conhecimento. Considera ainda que só será verdadeira e autêntica quando se comprometer com a transformação social. Assim, o autor vê a comunicação como co-participação dos sujeitos no ato de pensar:

Este algo, que mediatiza os sujeitos interlocutores, pode ser tanto um fato concreto (a semente e suas técnicas, por exemplo), como um teorema matemático. Em ambos os casos, a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Está é uma comunicação que se faz criticamente (FREIRE, 1977, p.70).

Freire há 50 anos salientava a necessidade de repensar a comunicação, não como uma técnica, de caráter instrumental, mas sim como compartilhamento; uma possibilidade de conexão com a mesma teia de sentidos simbólicos do outro, mesmo em um contexto social desigual. Lima (2004), ao analisar a contribuição desse pensador no desenvolvimento desse campo, declara:

No momento em que as potencialidades das tecnologias interativas acenam para a quebra da unidirecionalidade e da centralização da comunicação, o conceito de comunicação dialógica, relacional e transformadora de Freire oferece uma referência normativa revitalizada, criativa e desafiadora para todos aqueles que acreditam na prevalência de um modelo social comunicativo humano e libertador (LIMA, 2004, p. 67).

Nessa mesma direção, Wolton (2006) define como “informar” o processo de produzir e distribuir mensagens, e como “comunicar” o processo de relação que se estabelece entre emissor, mensagem e receptor. “A comunicação é sempre um processo mais complexo que a informação, pois se trata de um encontro com um retorno e, portanto, com um risco. Transmitir não é sinônimo de comunicar” (WOLTON, 2006, p.16). A comunicação estaria além de ferramentas técnicas como o rádio, a televisão ou a internet, e mais atrelada à negociação em busca da convivência

com o diferente. O autor reflete que o desafio é menos o de compartilhar o que se tem em comum, do que de aprender a administrar as diferenças que separam os indivíduos. Em tempos em que as reivindicações dos sujeitos sociais se ampliam exponencialmente, a comunicação, na perspectiva do encontro, pode servir de conexão entre as diferentes vozes que disputam o espaço público. Para Wolton (2011, p.14) “é preciso impedir que a informação e a comunicação, até ontem fatores de aproximação, tornem-se aceleradores de incompreensão e de ódio justamente por serem [tornarem] visíveis todas as diferenças e toda alteridade”. Essa noção menos instrumental de comunicação vai ao encontro da comunicação pública, no sentido adotado neste trabalho, e é discutida mais detalhadamente na sequência.

## 5.2 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública é um conceito complexo e polissêmico, e por isso não há uma teoria consagrada que a defina, mas inúmeras reflexões que apontam para a sua construção. O debate sobre esse tema envolve diferentes perspectivas adotadas pela comunidade acadêmica, pelo mercado e pela administração pública. São apresentadas, aqui, algumas dessas abordagens, como as discutidas na escola de Comunicação.

Ao refletir sobre a comunicação pública, é fundamental aproximar o desenvolvimento desse conceito às mudanças pelas quais a sociedade passou nos últimos tempos. No caso do Brasil, na perspectiva da comunicação do Estado, durante o regime militar (1964-1985), ela se caracterizava mais como uma ferramenta de divulgação das estratégias do governo. Para Elizabeth Brandão (2007), a comunicação governamental no Brasil foi historicamente publicitária, com foco na divulgação das suas ações na grande mídia. O segundo enfoque foi a comunicação educativa, especialmente na área da saúde e da agropecuária. Após a ditadura militar, começa a surgir a percepção da comunicação com a função de informar o cidadão. Com as mudanças proporcionadas pela abertura democrática, o exercício da cidadania é elevado a um novo patamar. Segundo a pesquisadora:

A restauração da democracia e o conseqüente crescimento de vivências democráticas despertaram a necessidade de informação voltada para a construção da cidadania. A própria noção de cidadania sofre mudanças e começa a ser entendida de forma menos passiva e mais participativa, apreendida como o livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual

só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação. A comunicação é hoje um ator político proeminente e é parte constituinte da formação do novo espaço público (ELIZABETH BRANDÃO, 2007, p.10).

Desse modo, o termo “comunicação pública” passa a ser utilizado como um indicador de uma nova forma de comunicar. Weber (2017) ressalta que, no Brasil, após a redemocratização, o conceito de comunicação governamental não era suficiente para indicar a responsabilidade do Estado na difusão de informações em busca do restabelecimento das relações com a sociedade. Nesse contexto, surge a comunicação pública.

A valorização do conceito importava para uma sociedade que havia sido submetida a sofisticados processos de persuasão e coerção mantidos pelas estruturas e profissionais de comunicação dos governos militares associados à unificação das informações, obtida por intermédio da subserviência da maioria da mídia de massa, como a Rede Globo, ou pela censura permanente. Nesta direção, denominar de comunicação pública a comunicação exigida pelas democracias fazia a diferença e qualificava o processo (WEBER, 2017, p. 27).

Esse conceito encontra ressonância nos movimentos que debatiam a própria comunicação no país, em um momento de mudanças. Para Elizabeth Brandão, (2007), a adoção do tema de forma entusiástica resulta de um ideal utópico do pensamento da comunicação que dominou a pesquisa, de 1960 até 1980, na América Latina. Esse ideal buscava ancorar esse termo na construção de um mundo mais justo e na união dos povos. A autora pontua dois fatores históricos que fundamentam essa argumentação: o debate sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento que dominou o cenário nos anos 1950 e 1960 e a influência da concepção da comunicação social da Igreja Católica, na América Latina, junto ao ideal histórico da comunicação. Dessa forma, para essa autora, a comunicação pública pode ser analisada como uma renovação desse ideal, de modo mais amplo e mais crítico, mas com o intuito de resgatar o objetivo social da comunicação que foi suprimido em razão do fazer profissional.

A comunicação pública ecoa hoje alguns dos ideais de uma comunicação libertadora e fruto de uma visão humanística da sociedade, cuja influência no pensamento e na prática universitária vai declinar bastante a partir de meados dos anos 80, quando se observa o que Marque de Melo chamou de “desideologização” da comunicação da América Latina. Fenômeno para o qual contribuiu significativamente a crise que se abateu sobre a UNESCO e outras agências internacionais e o sentido de derrota política assumido pelas esquerdas latino-americanas com o fim da polarização ideológica capitalismo X comunismo (BRANDÃO ELIZABETH, 2007, p. 21).

Na área acadêmica, o tema teve como um dos marcos a publicação de *La communication publique*, do escritor francês Pierre Zémor, em 1995. No texto de Zémor (1995), a comunicação pública é vinculada a uma ação associada à prerrogativa do Estado. Como o teórico explica, esta é a comunicação formal que envolve a troca e a partilha de informações de utilidade pública, assim como a manutenção do liame social, que é de responsabilidade das instituições públicas. Nessa perspectiva, Zémor vê a comunicação pública associada às finalidades das instituições públicas, que são:

a) de informar (levar ao conhecimento, prestar contas e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertença ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (ZÉMOR, 1995, p. 1).

Este texto é precursor no reconhecimento da comunicação pública como informação para a construção da cidadania, no entanto, ainda relacionada apenas à responsabilidade do Estado. Matos (2007) entende as contribuições de Zémor como fundamentais no debate da esfera pública, contudo defende ser fundamental sair do círculo concêntrico em torno do governo, deixando que, além do Estado, a sociedade também assuma a responsabilidade pela comunicação pública. Nesse sentido, o conceito se amplia, pois passa a englobar a participação de novos atores.

Elizabeth Brandão (2007) sustenta esse mesmo posicionamento, definindo essa concepção como o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade “e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país” (2007, p. 31). Essa autora identifica diferentes formas de entender a comunicação pública, através de cinco áreas de conhecimento e atividades ligadas a ela:

- a) como conhecimento e técnica da área de Comunicação Organizacional, sendo também o processo de informação para a esfera pública;
- b) como comunicação científica, que tem como objetivo criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas;
- c) como a comunicação do Estado e/ou governamental – nesse caso é um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham a informação voltada para a cidadania;

- d) como comunicação política, que é tanto a utilização da comunicação pública para a expressão de ideias e posicionamentos políticos de governos e partidos, quanto a relação de disputa entre proprietários dos meios de comunicação e o direito da sociedade de intervir nos conteúdos em seu benefício (este é o sentido mais conhecido da expressão);
- e) e como estratégia de comunicação da sociedade civil organizada – nesse aspecto vê a responsabilidade pública não como exclusiva do governo, mas de toda a sociedade, pois está atrelada às práticas reais da democracia.

Para Elizabeth Brandão (2007), esses diferentes enfoques têm em comum o entendimento da comunicação pública como um modo de informar para a construção da cidadania. Nota-se que a pesquisadora não considerou os meios de comunicação de massa em sua definição, perspectiva diferente de outros autores (como Heloiza Matos, Heloiza Monteiro e Maria Helena Weber) apontados neste trabalho. Além disso, o foco principal é na informação para a construção da cidadania, não especificamente para o diálogo e para a partilha.

Há diferentes entendimentos sobre a figura do emissor da comunicação pública. Alguns, como Zémor (1995), apontam para a responsabilidade exclusiva do Estado, outros – como Matos (2007), Elizabeth Brandão (2007) e Monteiro (2007) – reconhecem que tanto as entidades quanto a sociedade civil podem ser igualmente emissores da mensagem. Monteiro (2007), por exemplo, ao analisar as características específicas dos elementos que compõem a comunicação pública, ressalta que o emissor pode ser tanto o Estado, quanto as entidades privadas e a sociedade civil. Quanto à mensagem, tem sempre o interesse público como foco. Dessa forma, não importa o assunto da mensagem para ser considerada comunicação pública, mas importa que seja portadora do interesse coletivo, colocando-o à frente do interesse particular, e que seja fruto do debate público e o propicie. Nesse aspecto, as informações geradas pelas organizações, como campanhas publicitárias e propagandas de candidatos, têm natureza efêmera e imediatista, não se caracterizando como a essência da comunicação pública, que busca efeitos a longo prazo. Isso porque ela tem como objetivo, além de informar, “qualificar o cidadão para exercer seu poder de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito a coletividade” (MONTEIRO, 2007, p. 40).

Monteiro (2007) afirma ainda que, como a natureza da mensagem da comunicação pública é de interesse público, ela acaba agregando aos meios de

comunicação as funções de: a) favorecer o debate, a polêmica, a troca de ideias – pelas audiências e conferências públicas; b) contribuir para ouvir as demandas da sociedade – por meio de serviços de ouvidoria e atendimento ao cidadão; e c) mostrar o comprometimento das organizações com as questões sociais, como os balanços sociais. Essas funções propiciam o acesso à informação por qualquer pessoa, o que justifica o uso da expressão “espaço público” como o ambiente em que ocorre essa troca.

Por fim, Monteiro (2007, p. 41), analisa o papel do receptor da mensagem e diz que este é, a um só tempo, “cliente, consumidor, contribuinte, eleitor, voluntário, em suma: cidadão. E, como tal, tem direitos e trata de exercê-los”. Para tanto, ele se apoia nos instrumentos legais, como a Constituição, os códigos e as leis de defesa, em órgãos como o Procon e em outras entidades que permitam que os indivíduos consigam estabelecer novas formas de reivindicações. Isso porque, nessa perspectiva, os indivíduos são agentes da comunicação pública.

No que tange à responsabilidade da comunicação pública, para Matos (2007) cabe ao Estado, como instância normativa e de controle, a missão de convocar os agentes para participarem da esfera pública, caracterizada como o “conjunto de espaços físicos e imateriais em que os agentes sociais podem efetivar sua participação” nesse processo (MATOS, 2007, p. 52). Já para Esteves (2011), a comunicação pública é “constituída no âmbito do espaço público e vinculada (ou para a) opinião pública” (2011, p. 146). Esse pesquisador ainda lembra a relevância da comunicação nesse âmbito, já que é no espaço público que ela se concretiza com excelência, por ser este um local onde os indivíduos podem livremente manifestar os seus pontos de vista em busca de um entendimento mútuo quanto à forma de se orientarem e agirem no mundo. Por isso, para o autor, ela é um meio para a legitimidade dos atos do poder:

Em termos práticos e a nível da vida pública, a comunicação é o meio através do qual são processadas as exigências de legitimidade no que a uma justificação dos actos do poder diz respeito; à partida, por parte de todos aqueles a quem esses mesmo actos se dirigem, pelo que a comunicação pública actua como um *medium* por excelência de cidadania, colocando à disposição do conjunto da sociedade – dos destinatários em geral dos actos de governação, ou seja, de todo e qualquer indivíduo que apresente condições para fazer uso da sua própria razão (ESTEVES, 2011, p. 202).

Portanto, para Esteves (2011), o espaço público assume uma função política quando a opinião pública passa a legitimar a ação dos governantes, afinal, esta é uma

estância de vigilância, de controle e de orientação do poder público. Por outro lado, na contemporaneidade, os espaços possíveis de ocorrer reivindicações e manifestações também se ampliam exponencialmente, ao mesmo tempo em que se apresenta na esfera pública a busca por representatividades de novos grupos e sujeitos sociais. Os meios de comunicação são fundamentais nesse processo:

O desenvolvimento cada vez mais célere dos meios de comunicação (novas tecnologias e revolução digital) influencia na remodelação da esfera política, seja transformando os padrões do discurso político, as relações entre representantes e representados, o acesso do cidadão aos vários nichos de poder, a desmistificação dos líderes políticos, as mudanças dos conceitos de tempo e espaço, de organização da vida social e, principalmente, na percepção do mundo e de uma nova realidade midiática (DUARTE, 2007, p. 96).

No entanto, para Weber (2017), a visibilidade e o acesso a quaisquer informações por múltiplos meios não estabelecem, de fato, a comunicação necessária. Para a autora, de um lado, existe uma “imposição da visibilidade exigida por instituições e atores políticos que privilegiam a retórica da representação e mecanismos de projeção pessoal”, e do outro, “o enrijecimento de estruturas que promovem o debate com a sociedade em nome do interesse público” (WEBER, 2017, p. 24). Sendo assim, não é possível reduzir as comunicações a espaços de distribuição de informações. Segundo Matos (2007), o desafio que se impõe é viabilizar uma ampla esfera pública e “implementar vias materiais e imateriais de trocas de informação que sejam, ao mesmo tempo, acessíveis, amigáveis e universais” (2007, p. 52).

Dessa forma, é fundamental o reconhecimento de que, mesmo com a vasta disponibilidade de canais físicos, não necessariamente se efetiva a ampla participação e debate dos temas públicos. O silêncio de grande parcela dos cidadãos pode se dever tanto à dificuldade de acesso aos novos dispositivos, quanto à falta de reconhecimento do que se quer expressar. Duarte (2007) reconhece que em um país com uma enorme desigualdade social, como o Brasil, a oportunidade dos cidadãos comuns participarem efetivamente do debate, conhecerem os instrumentos de acesso, exercerem o direito à informação, expressarem as suas opiniões e terem um atendimento digno tende a ser equivalente à posição que ocupam na escala social. Seu potencial de participação igualitária e democrática fica, assim, restrito.

Por essas razões, o autor compreende que a comunicação pública deve ir além da veiculação de informações. Ela deve incluir a possibilidade de os cidadãos terem

amplo conhecimento tanto das informações que lhe dizem respeito, quanto daquelas que não buscam, por não saberem que existem. A comunidade deve ter a oportunidade de expressar suas posições e ser ouvida com interesse, e ainda a possibilidade de participar, obtendo orientação, educação e construindo diálogos. Na prática, isso inclui o estímulo ao protagonismo dos indivíduos, assim como:

ter conhecimento de seus direitos, a orientação e o atendimento adequado, passando pelo direito a saber como são gastos os recursos públicos, o motivo e o voto parlamentar, até a possibilidade de ter participação efetiva nas decisões sobre aquilo que é de interesse público. A viabilização da comunicação exige informação, mas também credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui dificuldades (DUARTE, 1997, p. 64).

Uma das formas de incentivar esse processo é estabelecer procedimentos para a orientação da comunicação pública. Matos (2007) ressalta que se faz necessário definir critérios objetivos para o debate público, tendo em vista que o interesse geral e a utilidade da coisa pública, assim como os principais pressupostos da comunicação pública, por si só carregam uma indefinição e, com isso, podem acabar por privilegiar o interesse de determinados setores e assim desvirtualizar o princípio da utilidade pública. Para a definição de parâmetros, Matos (2007) cita a possibilidade da criação de uma agenda de discussões e um enquadramento dos debates. Desse modo, os critérios devem ser orientados em temas, na forma de condução e no viés por regras. Além disso, “orientar o debate nos canais disponíveis para a expressão da comunicação pública deve ser o antônimo de influenciá-lo” (MATOS, 2007, p. 54).

Esteves (2011) cria um conjunto de critérios formais que constituem a base da estruturação da comunicação pública. Primeiramente, o princípio do não-fechamento do público: o espaço da comunicação deve oferecer a ampla participação de todos os interessados e nenhuma exclusão deve ser admitida. Em segundo lugar, há o princípio do não-fechamento temático: a definição de uma matéria ser ou não apta para o debate público deve partir da relevância do tema e não de preconceitos e censuras que tradições restritivas (como a política e religiosa) tentam impor. O princípio de paridade argumentativa é o último e dita que todos os participantes devem ser reconhecidos com igualdade de condições de participarem do debate. A validade de sua participação também deve ser conferida aos argumentos utilizados e não aos seus atributos sociais.

O autor menciona ainda práticas necessárias para a efetiva comunicação pública: a da publicidade, da crítica e do debate. A publicitação é o ato de tornar algo público e é a forma de dar visibilidade política aos participantes do espaço público. Ela também “permite projetar e dimensionar a política de acordo com as exigências, expectativas e aspirações desses mesmos sujeitos (cidadãos)” (ESTEVES, 2011, p. 190). Atualmente, a prática da publicidade é uma obrigação do Estado e das entidades públicas, partidos políticos e empresas de capital aberto, sendo regidas por legislação específica.

Já a prática da crítica, mencionada pelo autor, consiste em exposição e controle dos enunciados por parte do corpo social, buscando aferir a validade dos mesmos. Esteves (2011) diz que a crítica é a garantia ética da justiça com relação aos consensos alçados pela comunicação pública. Essa garantia confere à opinião pública um caráter vinculativo.

Por fim, a prática do debate, para Esteves (2011) não é apenas a comunicação em si, mas, em certo sentido, “aquela que estabelece a concatenação de todas as demais e se entretetece, pois, muito estreitamente com a publicidade e a crítica, para dar uma forma final concreta à comunicação pública” (2011, p. 195). O debate é uma peça fundamental da comunicação, pois é através dele que ocorre a ligação entre opiniões divergentes e o entendimento do ponto de vista do outro, e é assim que se propicia a união de indivíduos em novas formas de associações, como os partidos políticos, os movimentos sociais e as associações culturais.

Weber (2017) vai ao encontro dessa construção e ainda vê nesse conceito uma forma de resistência e de defesa da democracia. Nesse sentido, a autora parte da concepção de que comunicação pública:

é a instância do debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do estado (os três poderes e instituições), a comunicação mediática (mídias de massa, mídias alternativas) e a comunicação da sociedade (sociedade organizada, grupos e públicos), nas democracias contemporâneas (WEBER, 2017, p. 23).

A partir dessa visão, entende a participação da sociedade, através da comunicação pública, como forma de aprimoramento da democracia, ou seja, “como a instância que abriga o conceito e a práxis capaz de imprimir qualidade às democracias” (WEBER, 2017, p. 23). Nessa perspectiva, além da comunicação ser central na sustentação da democracia, ela se atrela também ao conceito de interesse público.

Defende-se que a comunicação pública não pode ser determinada, apenas, a partir de legislação ou estruturas, mas é configurada pela circulação de temas de interesse público, nos modos de debater e repercutir estes temas, sem controle direto. Trata-se da comunicação pública constituída pela abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política, vinculados a decisões só possíveis na representação política e na esfera dos poderes públicos (WEBER, 2007, p. 24).

No entanto, a autora reconhece que, mesmo que o interesse público seja uma marca de democracia, muitas vezes, é possível identificar que o Estado se move por interesses privados. Lembra, ainda, que o princípio da comunicação pública surgiu recentemente no país e, conseqüentemente, é ainda um processo em construção. Ao mesmo tempo em que é recente essa abertura ao diálogo, surgem novos desafios. Isso porque, para Weber (2017, p. 27):

A comunicação pública ainda está sendo construída e a sociedade ainda está em um processo de aprendizagem sobre a sua participação nas decisões de um Estado cada vez mais impermeável, mais longínquo da perspectiva pública da comunicação. A aprendizagem é do Estado, que precisa investir e acreditar em políticas públicas capazes de garantir a diversidade e estabelecer o diálogo. Mesmo nas democracias, a promoção de relações com a sociedade e o debate público podem ser ameaçadores do poder constituído controlado pelo voto, pelas mídias, pelo capital num processo de disputa, pactos, convergências, dominação e submissão.

A autora ressalta que a comunicação para a democracia tem origem na informação e na participação, “através de processos de visibilidade e de acessibilidade que permitem saber, refletir, argumentar, se posicionar e deliberar” (WEBER, 2017, p. 28). Esses processos só ocorrem em Estados democráticos. Com isso,

a comunicação é inerente à democracia e a torna visível e, portanto, passível de julgamento. A legitimidade de governar representando o povo e em seu nome, transforma o interesse público no conceito mais importante de ser atendido, executado. Ou seja, as democracias abrigam os princípios da igualdade, liberdade, emancipação social e cidadania, com a adaptação desses valores a culturas, interesses econômicos e projetos pessoais (WEBER, 2017, p. 29).

Weber (2017) considera ainda que a comunicação e o debate público são naturalmente defensáveis. No entanto, o debate pode ser limitado pelos enquadramentos dados pelas mídias, manipulados por organizações ou amplificados nas redes sociais. Já os limites da comunicação, do lado do Estado, “estão no cumprimento dos planos de difusão das informações específicas da burocracia em defesa dos seus projetos” (WEBER, 2017, p. 37). Assim, cabe à sociedade organizada

planejar as suas próprias mídias, atentando para o fato de que “a espontaneidade nos argumentos reduz a organização e a continuidade das ações” (WEBER, 2017, p. 37).

Portanto, ao mesmo tempo em que as estruturas do Estado estão cada vez mais impermeáveis às reivindicações, ocorre um aumento exponencial das demandas da sociedade civil. Surge uma pluralidade de novos públicos que pressionam para que suas reivindicações sejam ouvidas. Nesse sentido, Avritzer e Costa (2004), apoiados nas construções de Cohen e Arato (1992), chamam a atenção para esse novo fenômeno social que provoca mudanças profundas na sociedade:

Ao lado do crescimento incontrolado da grande mídia e da penetração da cultura pelas lógicas do dinheiro e do poder que dele decorre, verifica-se um processo coetâneo de desprovincialização e modernização do mundo da vida, que culmina com a criação e expansão de novos públicos e novos *loci* de realização de formas críticas de comunicação — contextos de difusão de subculturas, movimentos sociais, microespaços alternativos etc. Trata-se aqui de meios culturais marcados pela produção e circulação de idéias e formas de vida pós-tradicionais, as quais colocam em movimento dinâmicas de inovação cultural e contestação dos padrões sociais estabelecidos no plano, por exemplo, das representações de gênero, das relações étnicas, etc. (AVRITZER, COSTA, 2004, p. 71).

Esses novos públicos surgem com uma pluralidade de reivindicações que tencionam o poder instituído. Nesse contexto, para Lipovetsky (2016), a sociedade civil passa a exercer uma democracia de vigilância dos poderes, que antes era monopolizada pelas mídias e pelos partidos políticos. Segundo este autor, ao analisar as novas democracias participativas, surge um novo tipo de cidadania:

A confiança nos partidos está em queda, mas associações de diversos tipos multiplicam-se assim como as lutas coletivas centradas nos direitos humanos, da escola, do casamento para todos e da proteção do meio ambiente. O desinvestimento radical da coisa pública é um mito: o que manifesta é uma sensibilidade mais pragmática que, emancipada da tutela dos partidos, funciona com o engajamento pontual, como modos de intervenção mais diretos dos cidadãos, sem objetivo comum nem vontade de tomar o poder (LIPOVETSKY, 2016, p. 274).

Nesse contexto, a comunicação pública passa a ser o meio de debate das diferentes reivindicações pautadas pelo interesse público e pode ser vista a partir de duas dimensões complementares, de acordo com Weber (2017). A primeira refere-se à empreendida pelo Estado e às instituições vinculadas. A segunda relaciona-se à perspectiva de análise da comunicação pública no âmbito da esfera pública, pela comunicação acionada pela sociedade civil, a partir de um tema, acontecimento ou questão de interesse.

A sociedade representada nos espaços do Estado se organiza e se movimenta de maneira tão diversificada quanto a pluralidade de seus públicos. Assim, a comunicação pública pode ser identificada pela intensidade de vozes e manifestações do público organizado em redes. A sociedade organizada [...] se movimenta em relação ao Estado. Para apoiar, reivindicar, criticar. O fato que desencadeia a forma de redes – institucionais ou espontâneas é um tema de interesse público capaz de desequilibrar a vida, gerar medo ou provocar mudanças (WEBER, 2017, p. 42).

Com isso, a comunicação pública oportuniza a inclusão de diferentes visões de mundo em dinâmicas sociais que visam à tomada de decisões relativas à ocupação dos espaços compartilhados. Para que se possa refletir sobre seu papel nas tentativas de implementação de empreendimentos hidroelétricos, vão se retomar, na sequência, estudos que investigam especialmente essa relação.

### 5.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NOS EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS

No que concerne à comunicação pública do Estado relacionada aos empreendimentos hidroelétricos, a pesquisa de Locatelli (2011)<sup>19</sup> se destaca, por ter examinado esse processo na implementação de uma usina na Foz do Chapecó, no Rio Uruguai. O autor observa que o Estado procedeu de forma heterogênea em suas diferentes dimensões.

Sem qualquer poder sobre o processo, os governos e as assembleias legislativas estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores tenderam preferencialmente – a despeito de vozes contrárias, sobretudo nos legislativos – a comportar-se como atores preocupados em canalizar demandas ao governo federal e ao concessionário, de modo a obterem o maior benefício possível para grupos específicos e seus estados e municípios em troca do apoio à obra (LOCATELLI, 2011, p. 373).

No que se refere ao papel do Estado na construção da usina e nos usos que fez da comunicação pública, o pesquisador ressalta que a posição adotada:

se assentou em uma matriz desenvolvimentista, que sempre viu a obra como positiva, a despeito de seus impactos locais: naturalizou e dissolveu as perdas socioambientais provocadas pela usina em nome do desenvolvimento nacional e das compensações e ganhos econômicos regionais. Ao distanciamento político e administrativo correspondeu um distanciamento comunicativo: durante os quatro anos da obra, a comunicação do Estado foi episódica e se deu majoritariamente por meio de releases destinados à imprensa (LOCATELLI, 2011, p. 374).

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que o processo analisado na tese de Locatelli (2011) é da instalação de uma grande usina hidroelétrica, e não de um empreendimento de menor porte, como é o caso do objetivo de estudo desta dissertação.

Outro aspecto salientado nessa pesquisa é que o acesso aos documentos do Ibama estava restrito, ou que estes eram inacessíveis aos cidadãos no momento da tomada de decisão. Esses registros, contudo, são essenciais para a compreensão dos trâmites, de suas consequências no processo de negociação. Apoiado nesse levantamento, o pesquisador conclui que houve uma preferência do Estado por uma comunicação “de visibilidade restrita, ausência de discussão e accountability superficial e funcional, ligada aos atos administrativos de cada organização, e não aos conteúdos das temáticas em que estava envolvida” (LOCATELLI, 2011, p. 373).

Locatelli (2011) reconhece ainda uma assimetria, na comunicação naquele processo, que favoreceu a concessionária. Justifica essa diferença pelo deslocamento das questões referentes à concessão pública para a esfera privada.

Nos modelos do setor elétrico configurados após 1994, a maior parte das situações que afetam o cidadão migra do sistema estatal e da esfera de decisão política para o sistema de mercado, sem levar consigo os requisitos inerentes a um bem público, tais como a transparência, a accountability e a participação. Além da adoção abrupta da lógica privada sobre o que antes era público, quando o Estado geria diretamente os empreendimentos a esfera civil tinha desenvolvido meios, mesmo que insuficientes e ineficientes, para que seus fluxos de opiniões e decisões atingissem a esfera pública e a esfera de decisão política. No limite, na situação estudada, observou-se que em alguns casos não havia a quem ou a que recorrer, pois, mesmo em situação de conflito físico e moral, o sistema estatal e a esfera da decisão política (que concebeu o processo e concedeu legitimidade ao concessionário privado) afirmavam que nada podiam fazer e tendiam a atuar apenas como mediadores, sendo que em geral a moeda de compensação eram benefícios de outras políticas públicas (LOCATELLI, 2011, p. 376).

Assim, o autor identifica uma mudança no papel do Estado e a insuficiência de legislação sobre as características da comunicação, derivadas de uma concessão pública: “as diferentes potências e sentidos da comunicação dos atores analisados parecem proporcionais aos poderes (políticos, econômicos, cognitivos, etc.) que elas efetivamente têm nas questões em disputa” (LOCATELLI, 2011, p. 376). Consequentemente a comunicação foi expressão e instrumento de poder.

No que se refere ao Estado, Locatelli (2011) observa que a dimensão do poder de decisão está centralizada na esfera federal.

Ocorre que o governo federal se distanciou do processo; assumiu um papel de fixador das regras gerais (econômicas, sociais e ambientais), instrumentalizou seus órgãos como gestores e árbitros e transferiu para o empreendedor-concessionário as questões executivas, que afetam diretamente a população atingida. Ao adotar uma posição ambígua e se abster dos conflitos cotidianos (que passaram então para a esfera privada ou se transformaram em processos judiciais), o Estado tornou-se mais uma instituição gerencial-defensiva, repassando a tarefa empreendedora-ofensiva

(a face geradora de conflitos e construtora dos consensos) ao mercado, executada pelos interesses privados-estatais (LOCATELLI, 2011, p. 377).

Com essa dinâmica, a tomada de decisão passa à empresa, já que esta possui: o poder político para definir o entendimento e a aplicação da legislação; o poder econômico relacionado às indenizações; o poder social, pela capacidade de ditar, em grande medida, o modelo da nova sociedade local; e o poder simbólico-cognitivo, pela produção e difusão de um discurso específico sobre a situação.

O pesquisador constata, por fim, que na relação entre visibilidade pública e esfera pública o Estado e o concessionário não tiveram o debate público como referencial. Desse modo, a formação de espaços institucionalizados foi inibida e, quando existentes, suas formas e regras tenderem a ser controladas. Contudo, como a visibilidade de temas não debatidos podia gerar pressão da sociedade civil, tornou-se muito importante poder controlar a visibilidade da quantidade e a intensidade das temáticas.

A comunicação torna-se, então, elemento central e constitutivo das negociações sobre o espaço a ser ocupado pelas barragens e fatos estratégicos nas relações entre moradores, entidades de representação, organizações, empresas e órgãos governamentais. Do ponto de vista da produção e do uso da comunicação pelos atores envolvidos nas disputas, isto requer a superação de entendimento legal-funcional de que a comunicação é estanque, um instrumento em separado nos processos sociais e, simultaneamente, causa, meio e solução de conflitos sociais que emergem, tal como transparece na visão de agências multilaterais e do próprio Estado. (LOCATELLI, 2011, p. 382)

É preciso lembrar, porém, que essa dinâmica se refere à instalação de uma grande usina com potência de 855 MW e com obrigação legal de audiência pública. Por isso, difere da situação que será analisada a seguir, que diz respeito à implementação de empreendimentos menores, cuja proposta de execução nem sempre gera a obrigatoriedade de audiência pública.

## 6. OS MOVIMENTOS DE OPOSIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HIDROELÉTRICO NA CASCATA CALZA

Nesse capítulo, primeiramente será abordado o contexto histórico desse município relacionado a tais obras. Considerando que as consequências socioambientais não se restringem ao território espacial da cidade, será brevemente referida a situação dos principais rios locais. O foco então é voltado para a descrição das características dessa cascata, por ser este o objeto de disputa que desencadeia o conflito ambiental, e para a descrição e análise das ações do movimento social.

### 6.1 O CONTEXTO DA CASCATA CALZA

Cotiporã é uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul, com 4004 habitantes, segundo o censo de 2014 do IBGE, conforme localização no mapa abaixo.

**Figura 2** – Mapa de localização de Cotiporã.



Fonte: mapa do Estado do Rio Grande do Sul gerado no aplicativo Google Maps, com a destaque para a localização da cidade de Cotiporã.

A cidade faz divisa com Bento Gonçalves e com a rota turística Vale dos Vinhedos, um dos principais destinos turístico do Rio Grande do Sul. Além disso, com as cidades de Veranópolis, Dois Lajeados e Fagundes Varela.

Os dois principais rios que cercam a cidade, o Rio Carreiro e o Rio das Antas, registram um acúmulo de empreendimentos hidroelétricos no local. No Rio Carreiro, que possui uma vazão menor, já existem seis PCHs instaladas, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1 – PCHs instaladas no Rio Carreiro.**

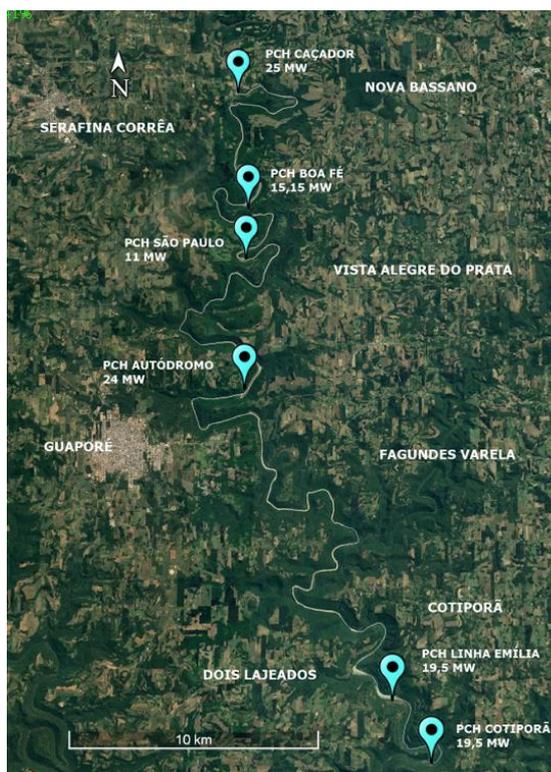
Código do empreendedor na FEPAM	Empreendedor responsável	Código do empreendimento na FEPAM	Empreendimento	Potência (MW)	Latitude	Longitude
164250	SÃO PAULO ENERGÉTICA S/A	142023	PCH SÃO PAULO	16	-28,77986389	51,84312778
					-28,77485833	-51,84312778
168137	AUTODROMO ENERGÉTICA S/A	143869	PCH AUTODROMO	24	-28,8350000	-51,83818000
					-28,8258300	-51,84138000
154493	LINHA EMÍLIA ENERGÉTICA S A	124472	PCH LINHA EMÍLIA	19,5	-28.941.711	-51.771.922
					-28.941.768	-51.772.903
121661	COTIPORÃ ENERGÉTICA S A	124471	PCH COTIPORÃ	19,5	-28.971.585	-51.758.366
					-28.963.237	-51.761.123
168918	BOA FÉ ENERGÉTICA S/A	143868	PCH BOA FÉ	24	-28,7561579	-51,84039835
					-28,7520700	-51,843206
121662	CAÇADOR ENERGÉTICA S A	124470	PCH CAÇADOR	22,5	-28.711.018	-51.852.160
					-28.706.284	-51.849.657

Fonte: tabela criada pela autora, a partir de informações retiradas das licenças de operação vigentes dos empreendimentos, colhidas no site da FEPAM:

<http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento/Area1/default.asp>.

A proximidade das centrais pode ser observada no mapa (Figura 3) criado a partir das coordenadas registradas na FEPAM. Em uma distância de aproximadamente 70 km (Tabela 1) estão instaladas 6 PCHs. Além desses, mais dois empreendimentos estão em fase de estudo na ANEEL (processos nº 48500.005297/2009-31 e 48500.001581/2016-68) para serem instalados dentro desse perímetro.

**Figura 3 – Mapa do Rio Carreiro (PCHs).**



Fonte: imagem gerada pelo aplicativo Google Maps. As coordenadas foram inseridas pela autora, a partir de pesquisa na documentação de licenciamento dessas obras junto à FEPAM.

No Rio das Antas, que possui uma vazão maior, foram instaladas usinas hidroelétricas de maior porte, com destaque ao Complexo Energético Rio das Antas, do qual fazem parte as usinas Monte Claro (130 MW), Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW)<sup>20</sup>. Essa última foi construída em Cotiporã. A existência de tantos empreendimentos em operação nessa região se deve às características geográficas favoráveis.

A história dessas diversas hidroelétricas remonta aos anos 1990, quando teve início a discussão sobre a Usina 14 de Julho, a primeira a ser instalada em Cotiporã. Por possuir uma capacidade de produção de 100MW, a legislação estabelece que ocorra audiência pública para a apresentação do projeto para a comunidade. Naquele tempo, portanto, ocorreu uma discussão na esfera pública local sobre a viabilidade de tal empreendimento, especialmente por se localizar no Vale da Ferradura (Figura 2), local de beleza singular na cidade. No entanto, o projeto foi apoiado pela população.

<sup>20</sup> Conforme informações disponíveis no site da Ceran, empresa responsável pela construção e operação desse complexo, em: <https://ecossis.com/clientes/ceran-companhia-energetica-rio-das-antas/>.

**Figura 4 - Vale da Ferradura, antes e depois da usina 14 de Julho.**



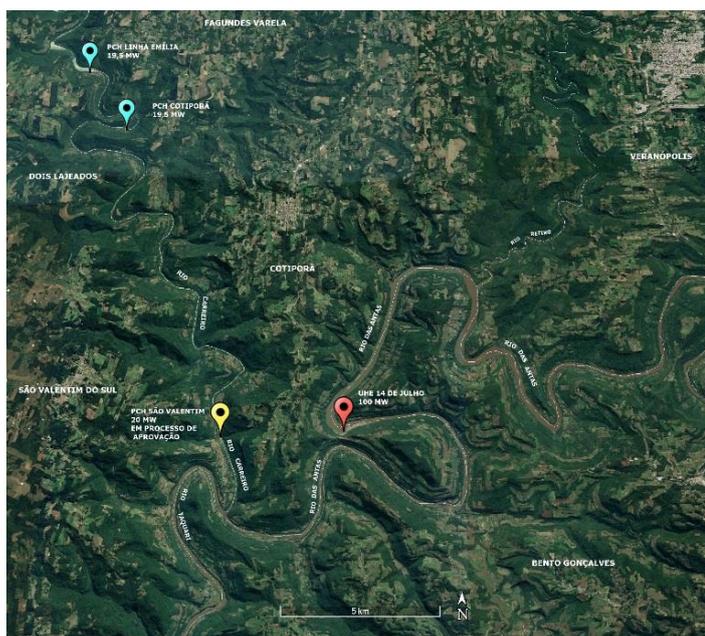
Fonte: imagem da esquerda retirada do site “Ache tudo na serra”. Imagem da direita do site “Turismo Cotiporã”. Fotógrafos não identificados (s./ data).

Nos anos 2000, foram aprovadas duas outras Pequenas Centrais Hidroelétricas na cidade: a PCH Cotiporã (20MW) e a PCH Linha Emília (20MW), no Rio Carreiro. Com as três obras já instaladas (conforme o mapa da Figura 3)<sup>21</sup>, a produção energética em operação é de 140 MW. Além disso, está em estudo na ANEEL (processo: 48500.001581/2016-68) a construção da PCH São Valentin, com mais 20MW, que também ficaria nesse território.

Das três obras instaladas no território da cidade, duas efetivamente geram retorno financeiro ao município: a PCH Cotiporã (20 MW) e a usina 14 de Julho (100 MW). Devido à legislação em vigor, quando instalado um empreendimento hidroelétrico na divisa entre duas cidades o retorno de impostos depende da localização física da casa de forças do empreendimento. Dessa forma, das três obras instaladas no território da cidade, duas efetivamente geram retorno fiscal a cidade. Essas obras possuem capacidade de produção e conseqüente enquadramento em categorias distintas de empreendimento hidroelétrico. Para fins de contexto, geram para o município em impostos a 14 de Julho (100 MW) aproximadamente R\$175.000,00 mensais e PCH Cotiporã (20 MW) cerca de R\$50.000,00 mensais. A CGH na cascata Calza teria perspectiva de retorno para o município de algo próximo de R\$2.000,00 reais mensais.

<sup>21</sup> Na figura 3 também foi inserida pela autora a localização dos empreendimentos instalados, localizados na cidade, incluindo o que está em fase de licenciamento junto à ANEEL.

**Figura 5 – Empreendimentos hidroelétricos em Cotiporã.**



Fonte: mapa da cidade de Cotiporã gerado no aplicativo Google Maps, com a inserção das coordenadas geográficas dos empreendimentos.

Essa produção é considerada significativa em termos de potência instalada. Para fins de contextualização, ainda em 2015, o Estado do Rio Grande do Sul tinha a capacidade instalada de 4,4 mil MW<sup>22</sup>, gerada pelas usinas. Cotiporã produzia aproximadamente 3,2% da produção energética do Estado<sup>23</sup>. No entanto, a cidade tem 172,4 km<sup>2</sup>, o que equivale a apenas 0,06% do território do estado, e 4004 habitantes, o que representa 0,0364% da população.

Essas três obras anteriores geraram alterações sociais e ambientais na cidade. Por essa razão, em nível simbólico<sup>24</sup>, pode ser percebido conforme registrado nesta dissertação que a comunidade ainda tem na memória a lembrança das recorrentes experiências de instalações desses empreendimentos e, de forma mais concreta, ainda pode ver ao seu redor os impactos de tais projetos. Dentre essas diferentes obras, uma delas se destaca por ter sido realizada em um local de rara beleza, a PCH Linha Emília. O principal argumento contra ela era a proteção da beleza singular do local, conhecido pela formação rochosa desenhada pela água e pelo fato de que, na

22 Segundo matéria veiculada na Gaúcha ZH, disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2015/01/rio-grande-do-sul-gera-ate-63-da-energia-que-consome-4674513.html>.

23 Conforme informações do site da FEPAM: [http://www.fepam.rs.gov.br/noticias/noticia\\_detalhe\\_net.asp?id=14698](http://www.fepam.rs.gov.br/noticias/noticia_detalhe_net.asp?id=14698)

24 Retomando a perspectiva de Acsegrad (2004), os conflitos sociais precisam ser analisados no aspecto simbólico, não apenas físico.

temporada de escassez de chuva, o Rio Carreiro submergia nas rochas profundas, apresentando um pequeno córrego à vista, que ficou conhecido como “Salto do Carreiro”, uma das formações rochosas mais interessantes da região. Foi extinto, no entanto, pela construção desse empreendimento, conforme se pode visualizar nas fotos abaixo (Figuras 4 e 5).

**Figura 6** - Salto do Carreiro antes da PCH.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 7** - Salto do Carreiro durante a construção da PCH.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Já a Cascata Calza, objeto principal deste estudo, está localizada no arroio Vicente Rosa, nascente do Rio Carreiro, Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, no município de Cotiporã, e tem como coordenadas: Lat. -28.960278° e Long. -51.722500. Ela pode ser descrita como uma queda de aproximadamente 18 metros de extensão, abaixo da qual se encontra uma volumosa piscina natural. Há aproximadamente 60 metros encontra-se outra pequena queda. Logo adiante, outra piscina natural e mais uma pequena cascata de um riacho afluente.

Não somente o local da cascata, mas todo o seu entorno, é de grande beleza. Mais ou menos 50 metros antes dela, destaca-se outro ponto muito visitado, uma

ponte pênsil ou pinguela, de aproximadamente 20 metros, com estrutura de cabos de aço e pranchas de madeira, a qual interliga as margens do rio. Todo esse cenário é circundado por um vale praticamente intocado pela ação do homem. Dessa forma, esse local é rico em paisagens naturais, biodiversidade, sítios arqueológicos e trilhas.

**Figura 8 - Entorno da Cascata Calza**



Fonte: arquivo pessoal da autora<sup>25</sup>

A Cascata Calza faz parte da história de Cotiporã. Nesse local existiu um dos primeiros moinhos da colonização italiana. Pesquisando sobre esse tópico, Dal Molin et al (1997) registraram a existência de um sítio arqueológico constituído de ruínas de um antigo sistema de drenagem à pilão e pedra ao lado da cascata. Segundo depoimento de Pedro Gabrielli, nascido em Cotiporã, em 1916, e documentado por Dal Molin et al (1997), as atuais ruínas eram chamadas de Pilão do Imigrante, quando, por volta de 1892, imigrantes italianos construíram o sistema de drenagem. Esse sistema funcionou por cerca de 30 anos, sendo adaptado mais tarde à drenagem à

---

<sup>25</sup> Imagens utilizadas no documento de requerimento à FEPAM.

pedra por Eugênio Calza. No *Diccionario Histórico Geográfico e Estatístico do Município de Alfredo Chaves*, publicado por Pimentel, em 1923, e reeditado com nova introdução de Júlio Posenato, em 1987, já se registra a Cascata Calza próxima a um dos primeiros moinhos da colonização. O local também é mantido como uma das capelas da cidade em honra a Nossa Senhora dos Navegantes. Com isso, tem um significado histórico para a população da cidade.

Esse lugar marca o final da Trilha das Lontras, um ponto de realização de caminhadas (ou *trekking*) de aproximadamente 6 km, que passa por diversas paisagens, ao longo do Arroio Vicente Rosa. Essa trilha foi criada há mais de 20 anos, sendo usada nesse período por inúmeras pessoas, tanto por turistas, quanto pela própria população da cidade. Esse espaço é também um local de educação ambiental, recebendo grupos escolares e de escoteiros da cidade e região. Diversos grupos locais também participaram de cursos de condutor de trilha, para guiarem em *trekkings* como o da Trilha das Lontras, transformando este em um dos principais atrativos da cidade.

Assim, a Cascata Calza e os arredores são frequentados por muitas gerações, como um local para lazer, pesca, camping, turismo religioso, educação ambiental e outras atividades ligadas à natureza. Por isso, esse local tem muitos significados para a comunidade.

**Figura 9** - Cascata Calza, em Cotiporã.

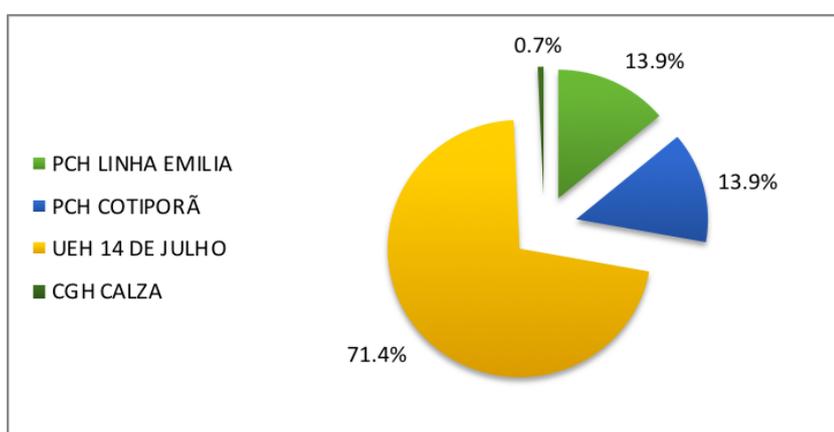


Fonte: arquivo pessoal da autora.

Devido à vazão do rio, este local tem uma baixíssima capacidade de produção energética. A partir do projeto entregue à FEPAM (processo nº 009398-0567/14-9), a

capacidade de produção da CGH<sup>26</sup> na Cascata Calza teria a potência instalada de aproximadamente 1MW. Dessa forma, é um número reduzido, especialmente comparado ao que a cidade já produz (140MW), conforme o gráfico da Figura 8. Esse gráfico, elaborado a partir dos documentos dos processos citados, disponíveis no site da FEPAM, demonstra a energia gerada na cidade, assim como o que se espera em termos numéricos da CGH CALZA.

**Figura 10** - Matriz energética de Cotiporã.



Fonte: criado pela autora.

Com isso, a instalação do empreendimento na Cascata Calza representaria apenas 0,7% da produção de energia elétrica da cidade. Partindo da descrição realizada, pode-se expor, agora, os procedimentos adotados nessa pesquisa.

## 6.2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA INVESTIGAÇÃO

Inicialmente, foi primordial a realização de uma pesquisa documental nos diversos documentos relativos ao processo que envolve o empreendimento da Cascata Calza. Buscando um entendimento mais profundo da realidade observada, a partir da concepção apresentada anteriormente de pesquisa participante, foi realizada uma dinâmica de grupo, na perspectiva de pesquisa de narrativa, com representantes

<sup>26</sup> Os projetos entregues à FEPAM pelos diferentes empreendimentos referem-se à obra na Cascata Calza como CGH. No entanto, em outros documentos e matérias encontra-se como PCH. Essa confusão pode ocorrer pois para a definição dessas obras era considerado até 1MW como CHG e a partir de 1MW como PCH. Porém, em termos de legislação são muito semelhantes os requisitos legais dessas obras.

da sociedade que encabeçaram as ações contra a instalação dos empreendimentos estudados, com a coleta de declarações, sem a identificação dos indivíduos. Nessa dinâmica, os participantes foram reunidos e se manifestaram em conjunto a partir de um roteiro pré-estabelecido. É possível identificar, nesse grupo, uma identidade comum, que permite o reconhecimento de traços de união entre os indivíduos:

O “pequeno grupo”, ou “grupo de interação face a face”, é constituído por um número restrito de pessoas unidas em torno de objetivos em comum, que se reconhecem como tal, isto é, que partilham entre si a existência de pelo menos um traço de identidade e, em alguma extensão, estão vinculadas pela interdependência de sua condição, projeto e/ou trajetória social. É clássica a distinção entre “agrupamento”, que é um mero conglomerado de indivíduos sem traço de união ou identidade entre si, e o “grupo” que se constitui como uma “rede de relações” (AFONSO, 2006, p. 12).

A natureza do grupo que participou da dinâmica é de sujeitos comprometidos nos movimentos contra a implementação do empreendimento hidroelétrico na Cascata Calza. Com esse perfil, foram reconhecidas 8 pessoas que se envolveram espontaneamente nos diferentes processos que culminaram no impedimento dessa obra e que foram convidadas a participar da pesquisa participante. A pesquisa foi realizada no dia 2 de dezembro de 2018. Nesse dia, 6 pessoas puderam participar e 2 se ausentaram. É importante salientar que não houve uma hierarquia definida entre os participantes e que todos se conheciam. A mediação foi realizada pela autora e o processo teve duração de uma hora e foi inteiramente gravado. No início a dinâmica foi apresentada aos participantes. Consistia em falar livremente dos acontecimentos desde o princípio de 2014 até aquele momento, e a história deveria preferencialmente ser contada em ordem cronológica. A autora buscou promover a interação entre os participantes e deixar as falas livres, mas com um eixo temático para o aprofundamento desejado. Na sequência, foi realizada a decupagem e transcrição das falas do grupo. Na análise dessa parte da pesquisa, esses discursos foram transformados em fragmentos, sem identificação dos envolvidos.

Afonso (2006, p.12) afirma que, na interação face a face, “os sujeitos se apreendem mutuamente em um vivido partilhado, envolvidos em um processo de comunicação intersubjetivo”. Segundo o autor, eles estão inseridos em um contexto sócio-histórico em que partilham valores, linguagens e práticas sociais, sem excluir os conflitos. Assim, o participante é pensado como um sujeito social, que constrói formas de compreender o mundo e de se compreender, a partir da interação e da comunicação.

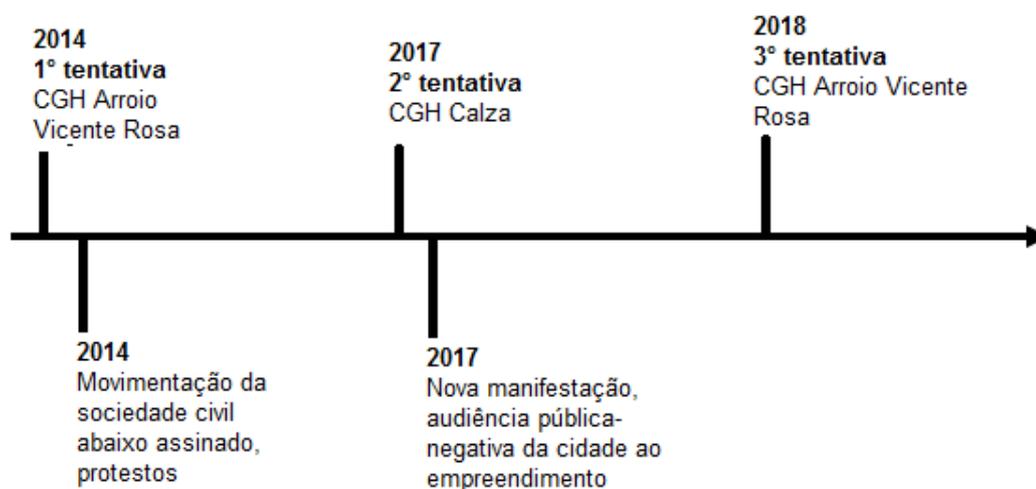
Para realizar a reconstituição histórica desse movimento, foram utilizados dados da cobertura jornalística desses eventos, dos documentos oficiais obtidos, como a ata da audiência pública, assim como os requerimentos à FEPAM, a petição online e ainda os depoimentos coletados. A partir dessas diferentes fontes e do recorte escolhido, as informações foram selecionadas e organizadas.

É preciso reiterar, ainda, que os processos se iniciaram a partir de um acontecimento: a tentativa de instalação dos empreendimentos hidroelétricos. Assim, parte-se da perspectiva de acontecimento, no sentido dado por Quéré (2011). De acordo com ele, as Ciências Sociais tendem a associar a ação a sujeitos movidos por razões de agir, “por motivos ou por interesses, e menos a uma afecção por acontecimentos e por mudanças, nos objetos ou nas situações, no decurso da própria organização da experiência” (QUÉRÉ, 2011, p. 2). O reconhecimento de que o acontecimento é uma ruptura que provoca as ações do sujeito é fundamental para a perspectiva analisada. Partindo desse acontecimento, diferentes narrativas foram registradas.

### 6.3 OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

Em 2014, um movimento composto por um grupo de moradores da cidade de Cotiporã iniciou algumas atividades de resistência ao projeto de implantação de um empreendimento hidroelétrico na Cascata Calza. Em um primeiro momento, o grupo conseguiu o indeferimento, por parte da FEPAM, do estudo inicial da região que seria feito pela empresa envolvida. No entanto, em 2017, outra empresa propõe nova obra no mesmo local, o que dá início a uma segunda etapa nesse processo. No ano de 2018, ocorre uma terceira tentativa de projeto no mesmo local. Assim, ocorrem dois movimentos específicos, que têm como características o exercício da cidadania e da comunicação pública de formas distintas, conforme se vê na linha de tempo apresentada na Figura 11.

**Figura 11 - Linha do tempo das PCHs na Cascata Calza.**



Fonte: Criação da autora.

Os dois movimentos são específicos são explicitado a seguir, além de sua análise.

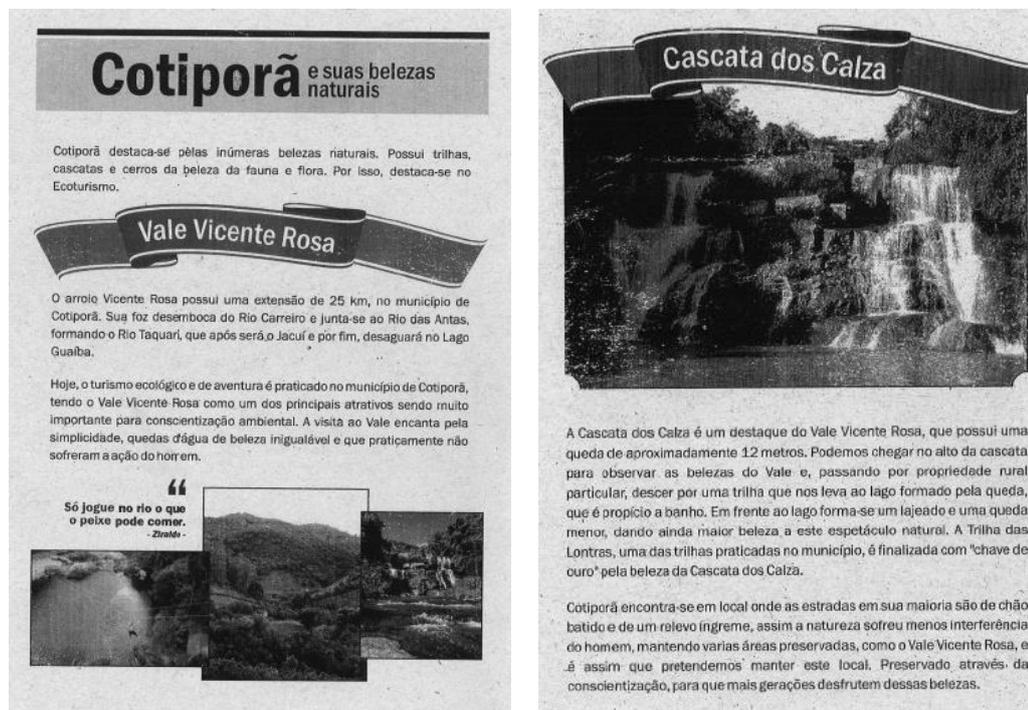
### **1 ° movimento**

Na entrevista narrativa, houve o relato de que, em 2014, em uma conversa informal com um habitante da cidade, uma empresa de topografia informou que estaria lá para fazer o levantamento destinado à construção de uma CGH na Zona Calzas. A partir desse acontecimento, iniciaram-se as movimentações de um grupo de moradores. A primeira ação foi descobrir se a prefeitura municipal tinha conhecimento acerca desse empreendimento. Isso foi feito através de um requerimento, o qual não foi respondido. Em seguida, esse grupo agendou uma reunião com um representante da prefeitura, com o mesmo intuito. Nessa reunião, obteve-se a informação de que o poder público municipal não tinha nenhum conhecimento sobre o projeto.

Contudo, a partir de um mecanismo de busca no site da FEPAM, que permite localizar os empreendimentos e as empresas cadastradas com pedido de licenciamento ambiental, representantes da sociedade civil descobriram, na época, que havia um pedido para a realização de um estudo da viabilidade de uma CGH na Cascata Calza (Processo nº 009398-0567/14-9), realizado pela empresa JCS ENGENHARIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES EIRELLI – EPP, de Jaraguá do Sul, SC. Na sequência, um grupo de moradores decidiu se mobilizar, reunindo-se e iniciando uma discussão para o estabelecimento de ações em busca da defesa da

cascata. Ao adotarem uma postura de oposição ao empreendimento hidroelétrico naquele local, inicialmente elaboram um flyer, com o objetivo de conscientização da comunidade (Figura 12).

**Figura 12 - Flyer Cotiporã e suas belezas naturais.**



Fonte: acervo pessoal sobre o movimento.

Esse informativo apresentava o Vale Vicente Rosa, destacando as belezas naturais do local, o turismo ecológico e de aventura e as quedas d'água. Objetivava demonstrar a importância da preservação do meio ambiente ao descrever a Cascata Calza e a Trilha das Lontras e reconhecer a necessidade de sua preservação:

Cotiporã encontra-se em local onde as estradas em sua maioria são de chão batido e de um relevo íngreme, assim a natureza sofre menos interferência do homem, mantendo várias áreas preservadas, como o Vale do Vicente Rosa, e é assim que pretendemos manter este local. Preservando, através da conscientização, para que mais gerações desfrutem dessas belezas (Autoria coletiva do grupo organizado, 2014).

Essa peça gráfica foi distribuída pela cidade, nas salas de aula das escolas, nos estabelecimentos comerciais que simpatizavam com a causa, e ainda entregue nas visitas às famílias da comunidade em um trabalho de conscientização sobre a importância do lugar. Na dinâmica de grupo registraram que cada membro fazia a distribuição conforme as suas redes de contato, além de terem acontecido algumas

ações de panfletagem organizadas. As empresas de turismo da região também foram acionadas, e a elas foi explicado o que estava ocorrendo na cascata.

Outra ação foi a criação de um abaixo-assinado contrário à instalação da hidroelétrica no Vicente Rosa. O documento de 2014 manifestava seu objetivo: “não queremos que devastem mais as matas, nem destruam a flora e fauna e acabem com nossas cachoeiras. Queremos o desenvolvimento do turismo nesse local e não a geração de energia”. Essa ação aconteceu nos mesmos lugares citados anteriormente. O abaixo-assinado foi endereçado à prefeitura de Cotiporã e relatava:

A comunidade está se mobilizando contra qualquer intervenção no Arroio Vicente Rosa que possa causar alterações ou degradação do meio ambiente. Salienta-se que não pretende-se o prejuízo financeiro de nenhum cidadão cotiporanense que venha usufruir de tais alterações. Sendo assim anexamos o abaixo-assinado com algumas das intenções que possuímos sendo que também o temos nas redes sociais. Da parte do município gostaríamos que através dessa atenção tomasse alguma providência quanto a estes fatos, pois o município perde muito com a realização destas ações que prejudicam o ambiente natural (Texto de elaboração coletiva, 2014)

Assim, o movimento se mobiliza, solicitando ao poder público municipal que tome providências em defesa do patrimônio ambiental. Concomitantemente, realiza uma petição online, na plataforma “Changer.org” (Anexo A). Nessa ação, foi possível, além da coleta de assinaturas, registrar a opinião pessoal sobre a construção da CGH Calza. Nesse documento, manifestaram-se pessoas das cidades vizinhas e de outras regiões do país.

Dentre os depoimentos, encontram-se ideias preservacionistas, como “manter nossas belezas naturais e preservar nossa flora e fauna”. Outros posicionam-se em oposição ao modelo desenvolvimentista adotado: “Chega de hidroelétricas, mais apoio a energia solar”; “O Rio das Antas já foi destruído, virou uma lagoa. Não permitam mais hidroelétricas, temos outras fontes de energia”. Há ainda os que citam os diversos empreendimentos hidroelétricos instalados na cidade e em seus arredores, assim como suas consequências: “não podemos deixar que destruam mais um patrimônio de nossa cidade (...)”; “Nasci em Cotiporã, acho que deve ser preservado sim, estão destruindo com tudo construindo essas usinas”.

Entre estes, há também o depoimento de um turista:

Um dos motivos que me leva a visitar a cidade e região de Cotiporã é justamente a beleza natural da região. É triste saber que um local como esse, em que já fui algumas vezes por sinal, sofre ameaça por conta de pessoas sem noção alguma. Tantos outros meios existem pra gerar energia e não são utilizados! Gostaria muito de poder continuar levando amigos pra visitar esse

local de tão grande beleza. Turismo sim seria uma grande fonte de riqueza e energia e acredito que a população local vá se manifestar em massa contra esse crime.

Surge, ainda, nesses depoimentos a necessidade de preservação do patrimônio histórico da cidade e também do significado que este lugar tem para seus habitantes: “não vamos deixar que destruam essa paisagem natural que faz parte das nossas vidas, memórias e histórias”.

Por fim, os membros desse grupo criaram um evento no Facebook e realizaram uma manifestação pública, na praça da cidade, no dia 1 de fevereiro de 2014, com a elaboração de cartazes, a distribuição do flyer mencionado anteriormente e a coleta de assinaturas no abaixo-assinado. Ocorreu ainda a distribuição de mudas de plantas nativas com o objetivo de conscientização ecológica. Nesse dia, os manifestantes se reuniram e receberam as pessoas da cidade para conversar sobre o processo que se instalava. Essa ação em particular teve a cobertura dos meios de comunicação da região, especialmente as rádios comunitárias, o que ampliou a esfera da discussão dessa iniciativa. Na matéria de 31 de janeiro de 2014, da Rádio Veranense, intitulada *Grupo de Cotiporã organiza manifestação contra construção de PCH no Arroio Vicente Rosa*, encontra-se a citação: “o grupo está se organizando pela rede social facebook e confeccionando cartazes e folders, além de distribuir plantas e orientar a população sobre a importância desse local” (Anexo B). O texto registrava ainda que a FEPAM não havia confirmado a existência de um estudo que indicasse a possibilidade da construção no local.

Para fins de contexto, os moradores da cidade se manifestaram de diferentes formas ao saberem da intenção do projeto de empreendimento hidroelétrico na Cascata Calza. Enquanto alguns evidenciaram a completa oposição, representados especialmente pelo grupo estudado, outros não acreditam na possibilidade do projeto, principalmente pela baixíssima vazão do rio, considerando que em boa parte do ano, no período de estiagem, quase não há escoamento da água. Ocorre ainda a manifestação da comunidade em geral que pode ser vista a partir do recorte das manifestações no abaixo-assinado online descrito anteriormente. Do outro lado, especialmente os proprietários das terras, pertencentes à família Calza e alguns habitantes da cidade apoiam o projeto.

Em dezembro de 2014, a FEPAM se manifesta, indeferido a possibilidade de realização do estudo no local (processo nº 9398-05.67/14-9; Anexo C). Nesse

documento, cita a manifestação pública de 1 de fevereiro de 2014, com anexo de uma matéria, publicada na RedeSul de Rádio, no dia 30 de janeiro de 2014, às 10:07, contra a construção da CGH. No ofício, a FEPAM reconhece que o empreendimento:

Situa-se em local de uso turístico consagrado do município de Cotiporã. [...] Na região e no local previsto para a construção da CGH Arroio Vicente Rosa, existem trilhas ecológicas, como a trilha das lontras; diversas cachoeiras, sendo a mais conhecida a cachoeira Calza [...]. Assim, como a implantação deste empreendimento poderá impactar estes locais de uso turístico consagrado [...], não é viável para este empreendimento (processo nº 9398-05.67/14-9, de 2014).

Com o indeferimento da obra e o sucesso da reivindicação da sociedade civil, houve o fim do primeiro movimento em oposição à usina na Cachoeira Calza. Pode-se, portanto, inferir que a manifestação da sociedade civil foi fundamental para essa conquista, considerando o reconhecimento registrado pela FEPAM sobre a ação popular. Chama a atenção, ainda, a incidência dos pressupostos da comunicação pública em diversas partes desse processo, sendo acionada, naquele momento, especificamente pela sociedade civil. Os preceitos da comunicação podem ser constatados nas ações de conscientização da população local sobre a importância da Cachoeira Calza, no aviso sobre a possibilidade da construção do empreendimento, na construção do diálogo, na distribuição de informações por meio das peças gráficas e nas entrevistas dadas aos meios de comunicação da região. Acrescenta-se a isso a possibilidade de participação na manifestação online, com escuta ativa dos motivos para uma oposição e dos significados específicos daquele local. Todas essas iniciativas vão ao encontro dos pressupostos da comunicação pública.

## **2º movimento**

No entanto, em 2017, o grupo teve ciência de forma informal que outra empresa buscava realizar empreendimento semelhante no mesmo local. Mais uma vez, há uma ausência de informação oficial vinda do Estado em relação ao processo. A fonte de informação da sociedade civil é a busca realizada periodicamente nas publicações da ANEEL e da FEPAM. Na pesquisa de narrativa, registraram que, em 2017, o movimento já estava bem mais fortalecido no que se refere à capacidade de ação, o que tornou possível esse acompanhamento.

Naquele momento, a Vertente Engenharia LTDA, de Xanxerê, SC, solicitou à FEPAM a elaboração de estudo de pré-viabilidade nesse local para a construção da

CGH Calza (processos 001306-0567/17-3 e 001006-0567/17-9). Essa iniciativa gerou outro tipo de mobilização na sociedade. A partir da tomada de conhecimento dessa intenção, um grupo da sociedade civil novamente se organiza e, após diversas reuniões, estabelece modos de ação. Primeiramente ocorrem as reuniões do grupo, que passa a estudar todas as possibilidades de resistência. Há então um aprofundamento teórico dos participantes nos aspectos relacionados a legislações, estudos científicos e pesquisa histórica, na busca de argumentação para sustentar o movimento de resistência. Essa conjectura proporciona um empoderamento e uma nova forma de exercer a cidadania.

Na sequência, o grupo começa a informar a população da tentativa de implementação da central hidroelétrica. Os participantes registram, ainda, que nesse ano o movimento se tornou maior, já que muitas pessoas da cidade passaram a se envolver ativamente no processo. Em seguida, aciona-se novamente o poder público municipal, que dessa vez dá um retorno, confirmando a existência de uma solicitação vinculada à Cascata Calza.

A Prefeitura Municipal chama a comunidade e a empresa para uma audiência pública, no dia 9 de setembro de 2017, buscando aferir a opinião da população (Anexo D). Cabe registrar que tal audiência não apresenta as mesmas características da estudada no capítulo anterior, tendo em vista que aquela tem por prerrogativa legal ser acionada pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento (no caso do Rio Grande do Sul, a FEPAM), enquanto que essa foi acionada pela prefeitura municipal.

Ao saber dessa audiência, o grupo se articula para selecionar diferentes aspectos que poderiam ser apresentados, escolhendo alguns integrantes para fazer a apresentação no dia. Acionam as rádios locais, dando entrevistas e as convidando também para participar no evento. Outra ação desse período é a elaboração e distribuição de outro *flyer* (figura 13) chamando a população local e expondo os principais argumentos em oposição ao projeto.

**Figura 13 - Flyer “Mais uma vez a Cascata Calza está sendo ameaçada”**



**Mais uma vez a  
Cascata Calza está  
sendo ameaçada!**

Uma empresa pretende construir no local uma usina hidrelétrica (CGH).

Mas você pode se manifestar contra a destruição desse belíssimo patrimônio natural de Cotiporã.

**Faça a diferença! Participe da audiência pública a se realizar no dia 9 de setembro, a partir das 9 horas da manhã, no Anfiteatro Municipal de Cotiporã.**

**Razões para dizer não à implantação da usina (CGH) na Cascata Calza:**

- Destruição, para sempre, de um dos patrimônios naturais mais belos de Cotiporã;
- Perda de um dos principais pontos turísticos do município;
- Não trará nenhum retorno financeiro à cidade (as CGHs são isentas de impostos municipais);
- A produção de energia será baixíssima;
- Esta obra não trará nenhum benefício ao município ou à população local. Ao contrário, causará prejuízos e a destruição do meio ambiente.

Fonte: acervo pessoal sobre o movimento (2017).

Nessa audiência, ficou bem clara a divergência de pontos de vista sobre a mesma iniciativa. De início, representantes da administração pública agradeceram a participação de todos e apresentaram as regras da audiência: a empresa faria a explanação do projeto e, na sequência, abririam para manifestações contrárias e de apoio ao empreendimento. Por fim, novamente seria dada a palavra para as contra-argumentações da empresa. Durante aproximadamente 1 hora, a empresa apresentou o projeto e suas características técnicas, a forma de captação de energia e a habilitação da equipe. A narrativa sugeria que essa proposta traria o desenvolvimento para a cidade. Salientava, ainda, o aspecto arquitetônico da obra, apresentando a construção de barragens como algo que agregaria beleza ao contexto, além da possibilidade de ser um incremento para o turismo local na concepção de que as pessoas poderiam conhecer uma usina.

Na continuidade, cada participante (até cinco pessoas), teve no máximo três minutos para se manifestar contra o projeto. As pessoas do grupo, com organização prévia das falas, fizeram uma apresentação elaborada com fotos, gráficos e textos. A

primeira apresentação se deteve nos aspectos técnicos, apresentando a matriz energética da cidade (que já produzia 140 MW), tentando mostrar a baixa produtividade da CGH (1MW) e sua insignificante produção de energia elétrica. A negativa da FEPAM de 2014, também foi mencionada. A segunda apresentação mostrou o uso consagrado da região para o turismo, apontando que a Trilha das Lontras é usada desde 1997 e que, nesse período de 20 anos, teve a formação de ao menos três gerações de condutores que levaram inúmeras pessoas, inclusive de outros países, para conhecer a trilha e a Cascata Calza. Destacou-se ainda a importância científica do local, considerando que, devido à riqueza de sua fauna, flora e formação geológica, dois trabalhos de conclusão do curso de Biologia foram realizados lá. Além disso, foi citada a importância da Cascata Calza e da Trilha das Lontras no desenvolvimento de políticas de conscientização ambiental realizadas com diversos grupos de escoteiros e estudantes. Folders de divulgação do turismo da cidade foram apresentados, mostrando a utilização de imagens da Cascata desde o princípio dos anos 2000 como um dos principais atrativos da cidade. Outro participante apresentou os principais impactos ambientais causados por esse tipo de empreendimento. Demonstraram ainda exemplos de lugares semelhantes (Reserva da Família Lima, Parque da Cachoeira em Canela, Salto Ventoso em Farroupilha), em que o incentivo ao turismo sustentável gerou desenvolvimento econômico sem destruição. Sobre esse momento, registraram<sup>27</sup> que:

Foram dados os exemplos de outras cascatas, porque a gente previu essa coisa de conseguir recursos para a família se ela trabalhasse com turismo. Se a família comprasse a ideia de usar turisticamente aquele espaço através de um turismo sustentável, mostrando e comprovando que lugares tão belos quanto este, ou menos, conseguem ter uma movimentação turística muito grande e um retorno financeiro, porque aqui não poderia ser assim? Vamos destruir um patrimônio histórico cultural por tão pouco (Registro oral transcrito a partir da dinâmica de grupo de 12/2018).

Houve também a manifestação de pessoas presentes na audiência com depoimentos sobre o significado histórico do local. Uma das participantes, uma das primeiras condutoras de trilha da cidade, leu uma carta escrita por ela:

Vale comparar o que seria melhor, uma usina ou uma propriedade rural?  
Quais são os ganhos se eu fizer uma usina no meu jardim?  
Teremos aqui um amontoado de concreto com turbinas (uma ou dez, não importa) e um ganho em termos de dinheiro, somente para esta geração. O

---

<sup>27</sup> As citações nesta parte da dissertação foram retiradas dos depoimentos coletados na pesquisa participante. Registra-se ainda, que a narrativa original foi mantida com o intuito do registro fidedigno das manifestações dos sujeitos.

impacto ambiental sempre existe e é muito diferente do impacto causado por algumas pessoas caminhando no seu bosque e acompanhando a colheita do mel, por exemplo.

Na natureza temos uma cadeia de desenvolvimento. O animal maior se alimenta do menor e assim vai criando um ciclo de desenvolvimento natural. Quando o homem chega e transforma esta natureza de uma forma drástica, muitos ciclos se rompem e nunca mais serão recuperados.

Uma geração viu a balsa no Rio das Antas e viu nascer uma ponte, coisa incrível para o progresso, mas viu também o Rio das Antas fazendo a curva no morro sem ser interrompido, também um progresso, só que com um preço bem mais alto. Temos ganhos, sim, mas a pergunta é: até quando?

Será que não seria melhor investir em turismo rural, religioso ou em ecoturismo, ou investir em educação turística? Gramado e Canela não nasceram turísticas, elas se fizeram turísticas. Inclusive com compra de propriedades pelo poder público para transformar em educação turística e ecológica de referência nacional. O melhor é alimentar “a galinha dos ovos de ouro” e não fazer uma sopa com ela (Participante anônima da audiência pública, em 09/09/2017).

Recordou também a destruição de outros locais de natureza singular, como o “Salto do Carreiro”, o que pode ser observado nessa passagem, retirada da carta lida no dia:

Ninguém neste mundo pode explicar o meu sentimento quando, um dia, após uma parada de tempo como condutora, fui levar meus amigos no Salto do Rio Carreiro. Se eu tivesse perdido os sentidos seria menos doloroso. Um amontoado de pedra dava lugar a milhões de anos de história natural. Então assisti a um vídeo onde o engenheiro da tal obra repetia: “Nada vai mudar, o Salto vai continuar ali”. Ele não mentiu, o Salto do Carreiro continua lá, só que debaixo de um monte de concreto. Pensei em quantas famílias eu levei lá, em quantos rostos em silêncio, mas em êxtase, aquele lugar tinha visto. Dei as costas e fui embora, nunca mais voltei. [...] Minha filha não se lembra do Salto do Carreiro como eu, mas me ouviu muito falar nele e se formou no curso que mais me dá orgulho nesta vida, Biologia – o estudo da vida. Meus netos não vão ver o Rio das Antas fazendo a curva livremente. E pensar que numa descida de bote neste rio eu cantava a música “A Súplica do Rio”, que dizia: “Não deixem morrer meu rio, me ajudem por favor”...mas deixaram (Participante anônima da audiência pública, em 09/09/2017)

Um turista presente relatou o encantamento com a beleza do lugar e a potencialidade de desenvolvimento do turismo sustentável, pela localização privilegiada da cidade, já que faz divisa com Bento Gonçalves, um dos principais destinos, com este fim, do estado do Rio Grande do Sul. Ocorreram ainda participações espontâneas, através das quais foram relatadas as consequências dos diversos empreendimentos em torno da cidade, como a alteração do ecossistema dos rios, gerando desequilíbrio ecológico, poluição, mortandade de peixes e consequente alteração na cultura local em usufruir desses espaços ribeirinhos para o lazer. Recordou-se, novamente, por fim, das promessas não cumpridas realizadas pelas outras empresas.

Após este momento, o discurso dos proprietários das terras<sup>28</sup> e a perspectiva de progresso foram apresentados. Esse discurso, compartilhado por alguns habitantes da cidade, geralmente das gerações mais antigas, sustenta que “qualquer investimento é um bom investimento”<sup>29</sup>. Outro participante denunciou o desequilíbrio ambiental do Vicente Rosa e manifestou apoio à obra, pois acreditava que, através dela, poderiam ser tratados os peixes do rio que sofrem de doença epidêmica.

Na dinâmica de grupo, os membros registraram ainda o papel que o evento teve no fornecimento de informações para a população da cidade.

A própria comunidade, de certa forma, naquele dia acabou conhecendo a verdadeira história do lugar. Tem gente que não conhece, muita gente nunca foi, não sabe do potencial, não sabe da beleza. Muita gente ficou sabendo através dessa explanação que foi feita lá, explicando o que tem lá. [...] eles não sabiam do potencial que tem lá (Registro oral transcrito a partir da dinâmica de grupo de 12/2018).

Por fim, foi realizada uma votação e, com grande maioria de votos, venceu a negativa ao empreendimento. Com isso, a prefeitura se comprometeu a não conceder a autorização para o estudo de pré-viabilidade de implantação da CGH Calza. Essa audiência teve ampla participação da comunidade, com a presença de aproximadamente 200 pessoas (5% da população) e a cobertura integral da rádio Veranense, aparecendo ainda como capa do principal jornal semanal da região, o Estafeta de Veranópolis (Anexo E). Nessa matéria, relata-se a decisão final e a opinião do prefeito sobre o ocorrido:

A partir das manifestações e desejo da maioria para que não houvesse alterações no Arroio, Breda (o prefeito da cidade) definiu, democraticamente e acatando a opinião dos presentes, que não será concedida a autorização para que seja elaborado o estudo de pré-viabilidade de implementação da CGH no arroio Vicente Rosa, Zona Calza. Breda ressaltou que, como líderes municipais, uma decisão desta deveria ser tomada juntamente com a população, aceitando sugestões e o futuro do município. “A administração Municipal é porta voz da população e, por isso, possibilitamos que a decisão fosse tomada em conjunto, respeitando as preferências da população e, principalmente, a democracia”, afirmou (ANEXO F).

Apesar disso, a empresa seguiu os trâmites para a concessão das licenças junto à FEPAM. Isso fez com que, mesmo com a negativa da cidade, o empreendimento tivesse continuidade no processo de licenciamento nos órgãos

---

28 Após 2014, os proprietários da terra manifestaram-se em algumas oportunidades o descontentamento com a ida das pessoas que eram contra os projetos nas suas propriedades, especialmente com o grupo que se posicionou publicamente contra a realização da usina no local, o que ocasionou o abandono parcial das atividades realizadas na Cascata Calza e nas trilhas das lontras.  
29 Frase dita por um morador da cidade, durante a audiência pública, em defesa do empreendimento.

competentes. Nesse quesito, é fundamental que se questione a própria soberania do interesse privado sobre o interesse público, abordada no capítulo anterior.

Ao tomar conhecimento da continuidade dos trâmites para o licenciamento, através de consulta no portal da FEPAM, os membros do grupo novamente se reuniram, buscando estabelecer as próximas ações. Dentre as diversas possibilidades, definiu-se, então, acionar a FEPAM. Para tanto, foi elaborado um documento com os principais apontamentos que gostariam que fossem levados em conta no processo de licenciamento.

Os diferentes membros do grupo, cada qual com a sua habilidade ou especialidade, produziram uma extensa pesquisa, buscando a sustentação teórica para o projeto. A partir de uma ampla busca, realizada em livros e documentos públicos da FEPAM e da ANEEL, foi possível fazer a reconstrução da matriz energética. Realizou-se ainda uma pesquisa histórica levando em conta os folhetos de divulgação da cidade que demonstravam o consagrado uso turístico do local, reportagens antigas que demonstravam sua apropriação, assim como a localização de programas de empresas de turismo que utilizavam o espaço já nos anos 1990. Encontrou-se também a descrição da fauna e da flora, a partir de estudos da Trilha das Lontras daquela década. Para a elaboração desse documento, diversas pessoas prestaram auxílio, incluindo pesquisadores, professores, habitantes da comunidade, que deram acesso aos documentos, e acervos pessoais, com fotos e folders antigos.

Assim, o grupo produziu um texto com mais de 100 páginas que aborda de forma minuciosa e documentada diferentes eixos de argumentos em oposição ao empreendimento (Anexo G). Dentre as ideias apresentadas, destaca-se o fato de este local ser um dos principais pontos turísticos da cidade de Cotiporã, como já observado, sendo também local de ensino de campo, onde ocorrem diversos cursos de educação ambiental de jovens da região, além de pesquisas científicas, em especial pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). A Cascata Calza, por isso, poderia ser considerada um patrimônio cultural da cidade, já que é utilizada há décadas como local de lazer, camping e turismo religioso. Além disso, o documento ressalta que o Arroio Vicente Rosa possui vazão extremamente baixa, em especial no verão, o que, caso a obra em questão fosse executada, impediria a utilização da água para a geração de energia pretendida. Recordar-se ainda que a FEPAM se manifestou contrariamente à realização de empreendimento no local, já no processo 009398-0567/14-9, em 2014, com base em norma técnica e no estudo de avaliação regional

na Bacia Taquari-Antas, que apresenta, dentre outras, diretrizes para a conservação da qualidade ambiental da bacia hidrográfica em questão.

Nesse documento, foi destacado ainda a produção energética da cidade, que já possui três usinas instaladas (a PCH Linha Emília, a PCH Cotiporã e a UHE 14 de Julho), totalizando 139 MW. Como a potência do empreendimento previsto é de 1 MW, esta pode ser entendida como uma produção insignificante perto do que o município produz. Considerou-se, por fim, a questão da arrecadação de impostos: as PCHs e CGHs são isentas de impostos municipais e recolhem ICMS para o Estado, o qual redistribui 25% para o município. Com isso, o valor de retorno para a cidade em impostos é algo entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00 (mil e dois mil reais) mensais, um valor irrisório em termos de caixa municipal. Assim, seja com base nas normativas da FEPAM, seja com base na Constituição Federal e nas demais legislações e estudos técnicos realizados, seja pela representatividade do local para a população e para o meio ambiente, foi demonstrada a necessidade de nova negativa da licença para a realização da obra.

Um dos elementos de relevo no texto elaborado foi a apropriação dos aspectos legais que envolvem o processo, partindo do reconhecimento do local como patrimônio natural e cultural:

O Patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente no espelho de sua alma) (GARBINATTO, 1979, p. 45 apud requerimento à FEPAM, 2017).

O grupo aciona ainda a Constituição Federal, que no artigo 216 traz a base conceitual do que é patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifos nossos).

1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei (Constituição Federal, 1988 apud requerimento à FEPAM, 2017).

Em outubro de 2017, uma ONG da cidade, a ACOPAN (Associação Cotiporanense de Proteção ao Ambiente Natural), cujos membros participaram de todo o processo de mobilização desde o princípio, realizou uma reunião junto à FEPAM para realização da entrega de um requerimento com as considerações da comunidade, que então seria avaliado pela equipe técnica responsável pelo licenciamento. Nessa reunião, representantes da ACOPAN solicitaram a inclusão desse documento na análise dos processos (001306-0567/17-3 e 001006-0567/17-9).

Tendo em vista que esses procedimentos de licenciamento passam por fases específicas, e que naquele momento a empresa solicitava à FEPAM a Autorização para Manejo de Fauna Silvestre, a ONG obteve como resposta a impossibilidade de unir a documentação ao processo:

A informação que temos é que não é possível que seja realizada a juntada no processo por vocês, como são terceiros. [...] Conforme informado na reunião, o uso turístico da cachoeira não consiste em impedimento à emissão da Autorização para Manejo de Fauna Silvestre, que é o assunto do processo atual. Salientamos que com esta autorização a equipe do empreendedor apenas poderá realizar os estudos fauna no local (Trecho de e-mail da FEPAM ao grupo).

Em dezembro de 2017, a ACOPAN realizou uma reunião com o Ministério Público, citando o conflito e entregando o mesmo requerimento citado acima (01920.000.911/2017-0003). No ano de 2018, ocorreu a terceira tentativa de empreendimento no mesmo local pela empresa JCS Engenharia, Consultoria e Participações Eireli, a mesma que teve projeto de estudo negado em 2014 e que agora abria nova solicitação (processo 0000392-0567/18-1).

Finalmente, em março de 2018, o Ministério Público publicou uma recomendação à FEPAM (Anexo H):

CONSIDERANDO que, em matéria de danos ao meio ambiente, a responsabilidade civil é objetiva, respondendo todos os que colaborarem para o resultado lesivo (art.225, §3, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a manifestação contrária de moradores locais à instalação de nova usina no Arroio Vicente Rosa, conforme encaminhado a essa Fundação;

CONSIDERANDO que a proposta de produção de energia prevista para o local é PEQUENA (cerca de 1MW), com retorno insignificante de recursos ao Município;

CONSIDERANDO que o Município de Cotiporã já comporta três usinas (PCH Linha Emília; PCH Cotiporã, ambas no Rio Carreiro, e UHE 14 de Julho, no Rio das Antas);

CONSIDERANDO que a manutenção da hidrodinâmica natural do curso hídrico é imprescindível para a manutenção de sua natureza recreativa, cultural, estética, paisagística e turística, causando impacto socioambiental se instalados os empreendimentos em estudo, conforme demonstrado pela Associação Cotiporanense de Proteção ao Meio Ambiente Natural – ACOPAN;

CONSIDERANDO o princípio da precaução, segundo o qual “quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” (Princípio 15 da Declaração de Rio- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento);

CONSIDERANDO a informação da existência de duas solicitações em andamento de Autorização para Manejo de Fauna e Silvestre para o mesmo local, visando à instalação de obras para aproveitamento energética (Processos 0000392-0567/18-1 e 001306-0567/17-3);

CONSIDERANDO, em especial, que já houve o indeferimento de licenciamento para aproveitamento energético no Arroio Vicente Rosa por esse Órgão Ambiental, nos autos do Processo Administrativo nº 009398-05.67/14-9, uma vez que na área objeto do feito, existem trilhas ecológicas (como a Trilhas das Lontras) e diversas cascatas, sendo a mais conhecida a Cascata Calza, sendo que a implementação do empreendimento poderia impactar esses locais de uso turístico consagrado, indo de encontro às diretrizes para a conservação da qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, conforme estudo realizado,

EXPEDE RECOMENDAÇÃO à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Liz Roessler/RS para que se atenha a todos os apontamentos aqui referidos, bem como àqueles feitos pela ACOPAN, caso requerido licenciamento para aproveitamento energético no Arroio Vicente Rosa, localizado no Município de Cotiporã, RS, mantendo-se apensados aos dois processos administrativos acima referidos os documentos entregues a essa Fundação pela ACOPAN.

O desatendimento à presente Recomendação poderá implicar na adoção das medidas legais e judiciais cabíveis, objetivando-se, inclusive, a punição dos responsáveis, além de responsabilização civil por eventuais danos que ocorrerem.

Em 25 de abril de 2018, a FEPAM indeferiu ambos os projetos (Anexo I), citando os seguintes motivos: 1) o uso consagrado do local pelo turismo; 2) a implementação contrária às diretrizes da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas; 3) o indeferimento da FEPAM de aproveitamento hidroelétrico no mesmo lugar em 2014; 4) em atendimento à recomendação do Ministério Público Estadual de Veranópolis, citada anteriormente, e ainda:

Tendo em vista que a implementação deste empreendimento poderá impactar local de uso turístico consagrado e com base nos itens anteriormente elencados, o local não é viável para a implantação de aproveitamentos hidroelétricos. Assim sendo, não se justifica autorizar a realização de manejo de fauna silvestre para elaborar estudos em local cujo licenciamento é inviável do ponto de vista socioambiental (Processo 1306-05.67/17.3, 2018).

Atualmente, a empresa Vertente Engenharia LTDA, que enviou pedido de implementação de empreendimento desse tipo em 2017, entrou com recurso contra a negativa da FEPAM, que está em fase de análise.

Buscando impedir futuras tentativas de empreendimentos no mesmo local, o grupo trabalha agora com o objetivo de incluir a Cascata Calza na lista de monumentos naturais da Nota Técnica: “Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas para fins de licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos” (Anexo J). Para tanto, realizou uma nova pesquisa, referente à história do lugar, seus usos, já registrados em livros do início do século XX, em reportagens de jornais e programas de turismo dos hotéis desde a década de 1990. Com essa documentação, solicitou a inclusão da Cascata Calza à FEPAM. Em janeiro de 2019, recebeu a equipe da responsável por essa diretriz em visita técnica na Cascata Calza, em Cotiporã. Em abril de 2019 recebeu parecer técnico favorável à inclusão da referida cascata na lista de atrativos prioritários para a proteção ambiental. Essa norma determina:

Não implantar aproveitamento hidrelétrico nos locais definidos como atrativos turísticos pontuais relacionados ao meio natural. Para preservar os aspectos ambientais, paisagísticos e potenciais turísticos, em associação com a hidrografia (como cascatas, campings e balneários), englobados pelo conceito de geodiversidade que tem como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico. Com base no diagnóstico realizado foram definidos como de Alta Criticidade 12 desses atrativos como prioritários para proteção na bacia hidrográfica. (2015, p.3)

Constata-se que esse movimento de conscientização e o consequente apoio popular, despertado especialmente no movimento de 2014, não foram suficientes para impedir as investidas em novas hidroelétricas. Mesmo a negativa da cidade não evitou a continuidade do processo de licenciamento, sendo necessário o acionamento do Ministério Público para que a comunidade pudesse ser ouvida.

Na pesquisa participante, algumas pessoas do grupo reconheceram diferenças entre os movimentos de 2014 e de 2017. Considerando que o primeiro era mais “paz e amor” e “mais poético”, enquanto que o segundo era mais articulado, refletem que anteriormente o conflito se desenvolvia apenas com o poder público municipal, na busca de informações. Agora, reconhecem que efetivamente, essa instância tem um poder limitado. Já no movimento de 2017, relatam terem descoberto a possibilidade de efetiva participação: “Meu Deus, a gente tem onde pegar, antigamente não tinha”; “existe o que fazer”.

Reconhecem ainda o apoio das pessoas que passaram pela cidade nas últimas décadas, como turistas, pesquisadores e empresas de turismo, que foram acionadas e se prontificaram a ajudar. Acreditam que contatos na FEPAM, no Ibama, na Atuaserra auxiliaram na trajetória percorrida: “Fizemos uma compilação de pessoas, entidades, corporações em que cada um fez um pedacinho da rede”; “cada um fez o que sabia e ajudou de alguma maneira”.

Na dinâmica de grupo, registraram que não há um estudo sobre o potencial turístico da cidade. Quase todas as iniciativas relacionadas ao turismo são de pessoas de fora da cidade. Também não há um trabalho consistente na divulgação dos diversos locais de interesse da cidade, mas, mesmo assim, em todos os folders da cidade eles aparecem como ponto turístico. Com isso, consideram que os membros do poder público: “não trabalham [esses locais] como atrativos, mas reconhecem como atrativos”. Sobre o apoio de algumas pessoas da cidade ao empreendimento, os participantes concluem que a falta de conhecimento da população sobre o lugar que gera a aceitação de iniciativas de construção desse tipo, visto que consideram o retorno financeiro dessas obras e não visualizam a possibilidade de retorno do turismo. A maioria sabe que locais como a Cascata Calza existem, mas nunca foi lá.

Outro aspecto salientado é que muitos das habitantes não tinham o conhecimento dos dados apresentados pelo grupo na audiência pública, o que justifica sua reação de surpresa à apresentação estruturada e organizada e à apresentação de informações que desconheciam.

Quanto ao resultado da pesquisa, os participantes revelam que os próprios membros do grupo não sabiam de tantos dados. Contam, ainda, que a informação coletada foi compartilhada, “foi levada ao conhecimento e a população convencida a acreditar”. Por isso, entendem que “conquistaram a cidade pro nosso lado”. Consideram também que, ao se apropriarem da realidade, com dados técnicos, argumentos científicos, e amparados em documentos legais, suas reivindicações foram legitimadas de forma mais profunda pelo próprio movimento.

Quanto ao papel da comunicação, nesse contexto, manifestaram que: “a comunicação é tudo”. O acesso à informação foi essencial, “se fosse há anos atrás não teríamos acesso a nada disso e não teríamos conseguido”. Reconhecem que “a comunicação se tornou um poder”. Mencionam, ainda, que esse acesso motivou as diferentes ações do grupo. Nesse sentido, relatam algumas das razões para sua movimentação: “e não era nem por nós, em termos, era porque nós gostamos do

lugar, mas queríamos era preservar, para deixar de herança e por uma causa que acreditamos”. Outra motivação foi:

Mostrar que mesmo sendo poucos e leigos, se a gente se organizar, se a gente corre atrás, dá pra fazer, se a gente procura informação, não precisa ter a informação, mas saber onde buscar. No início, não se sabia onde buscar e até isso foi indo, foi indo e as coisas foram aparecendo (Transcrição de registro oral da pesquisa participante 12/2018).

Como resultado desse projeto, o grupo tem orgulho da conquista e relata que seus membros se sentiram empoderados em conseguir defender um lugar com tantos significados para a comunidade. Por fim, eles percebem que há, nessa realidade, um jogo de forças, uma disputa:

uma queda de braço injusta, se reparar o capital que vem, o Estado que vem com todo o poderio dele, a empresa que vai investir o capital, que interessa ao Estado, ao poder público...é uma queda de braço injusta contra uma população desprotegida, que não tem conhecimento, leiga, eles não informam o que pode e o que não pode. A gente descobriu porque foram atrás [...] se não tivesse a mobilização, o estudo, o trabalho que se dedicaram a fazer, a pesquisar, correr atrás, certamente estava saindo uma usina lá (Transcrição de registro oral da pesquisa participante 12/2018).

Com isso, o grupo reconhece que há um jogo de forças e que a capacidade de mobilização da sociedade civil foi o que permitiu algumas conquistas do movimento.

### **Análise dos movimentos**

Para fins de análise do movimento da Cascata Calza, serão retomados os conceitos explorados na revisão teórica. Inicialmente, observa-se a questão do surgimento do conflito por concepções diferentes do uso ideal do mesmo local e se reconhece que os grupos atuam com forças e racionalidades diferentes.

O processo investigado tem início a partir de um acontecimento, no sentido dado por Quéré (2011). Nesse caso, a tentativa de instalação de um empreendimento hidroelétrico em Cotiporã. A partir disso, surge um conflito ambiental entre diferentes grupos da comunidade, as empresas responsáveis pelos projetos e o Estado. Retoma-se os apontamentos de Zhouri (2011) que considera que a disputa pelo ambiente é naturalmente um espaço de conflito, pois lógicas diferentes incidem sobre o mesmo objeto.

O Estado, que tem a necessidade de ampliação da produção energética, estabelece como política pública o apoio à implementação dessas usinas. É ele que

fixa as regras do jogo, na esfera federal, e, no entanto, não se envolve especificamente no conflito, nem cria espaços para o debate público (LOCATELLI, 2011). A iniciativa privada, por outro lado, reconhece uma demanda e a potencialidade de lucro, e participa, assim, ativamente nesse processo. Há ainda a sociedade civil, que atua de diferentes formas, enquanto alguns apoiam o projeto outros operam de acordo com uma racionalidade diferente, buscando a preservação dos seus espaços e os sentidos simbólicos que os remetem.

No que tange a visão das empresas e de parte da comunidade, a apropriação técnica ideal da Cascata Calza seria a produção de energia elétrica. A questão da oportunidade econômica para o empreendedor já foi abordada no decorrer do trabalho. Os principais argumentos dessa linha são econômicos. Essa perspectiva pode ser sintetizada em uma frase, dita por um dos participantes da audiência pública em defesa da instalação da obra: “qualquer investimento é um bom investimento”. Nesse contexto, é produtivo questionar a possibilidade de aplicação do conceito de “chantagem de localização” (ACSELRAD, 2013): quando uma parcela da população aceita a promessa de emprego e renda a qualquer custo, mesmo com a destruição de um local e os consequentes prejuízos ambientais e sociais. O autor ainda afirma que, nessas situações, os atores da resistência tendem a confrontar-se com pressões devido a interesses econômicos, já que o capital mobiliza parte da população local na defesa do empreendimento.

No entanto, nessa perspectiva se desconsidera os usos do lugar, (como o turismo sustentável e a educação ambiental). Com isso, rejeita-se os aspectos sociais e culturais da cascata em favor de uma visão mais utilitarista da natureza (LUTZENBERGER, 1980): a produção energética. Essa percepção mecanicista, conforme Leff (2015) e Boff (2017) prioriza a dimensão econômica, em lugar da dimensão organicista, que considera os diferentes processos de vida.

Nesse tipo de disputa, surgem questões que vão além de projetos distintos da apropriação física do lugar. Isto é, os conflitos ambientais envolvem aspectos simbólicos e socioambientais que são relevantes nessa relação. Além disso, a apropriação do espaço é também uma construção sociocultural e história, que envolve práticas técnicas, culturais e sociais de interface com o mundo material. Acselrad (2004) demonstra que desse tipo de polêmica emergem inúmeros significados simbólicos que precisam ser considerados no entendimento dos conflitos ambientais. Dessa forma, não é possível separar a sociedade do seu meio. Na perspectiva

cultural, é necessário que os significados do mundo material sejam considerados, ou seja, os conflitos ambientais precisam ser entendidos também na sua dimensão simbólica, na forma como são estimados pela população. Isso porque, como explica Florit (2016), as relações estabelecidas culturalmente são carregadas de sentidos e significações simbólicas e não são passíveis de avaliação monetária.

Nesse sentido, há uma visão divergente que emerge na própria comunidade, e está mais alinhada ao conceito de sustentabilidade de Boff (2017) definida como os processos e as ações que buscam manter a vitalidade e a integridade da natureza através da preservação de todas as formas de vida e dos ecossistemas, considerando a geração atual e as futuras, na realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. Essa perspectiva foi sintetizada em um depoimento obtido durante a pesquisa, em que um participante narra o que motivou o movimento social: “e não era nem por nós, em termos, era porque nós gostamos do lugar, mas queríamos preservar, para deixar de herança e por uma causa que acreditamos”.

É preciso retomar também o conceito de racionalidade ambiental, descrito por Leff (2006) como a busca da integração de valores da diversidade cultural, respeitando os potenciais da natureza e reintegrando os valores do meio ambiente. Essa visão é enunciada em diversas ações, como pode ser visto na descrição do primeiro flyer do grupo, de 2014: “Cotiporã encontra-se em local onde as estradas em sua maioria são de chão batido e de um relevo íngreme, assim a natureza sofre menos interferência do homem, mantendo várias áreas preservadas [...] é assim que pretendemos manter este local” (s./p.). Esse posicionamento sugere um entendimento diferenciado do próprio conceito de desenvolvimento, atrelado a conservação do ambiente natural e de seus usos. Nesse sentido, Ribeiro (2010) afirma que cada comunidade estabelece valores subjetivos aos grupos sociais, apontando para uma vida de qualidade sem necessariamente utilizar os indicadores da sociedade capitalista. Sendo assim, precisam ser reconhecidos e respeitados enquanto tal.

Dessa forma, o desejo de preservação e os modos de vida dessa comunidade são entrelaçados ao ambiente natural. Essas ideias condizem com o pensamento de Zhouri (2011), segundo o qual conceitos como “fluidez” e “liquidez” são marcas do nosso tempo, ao mesmo tempo em que surgem lutas pelo reconhecimento dos seus lugares e o direito de pertencimento. Na perspectiva dos integrantes do movimento social, a apropriação técnica do local com o uso do turismo sustentável possibilitaria, além de sua preservação, o benefício de recursos financeiros para a família

proprietária da terra, mas também para a comunidade em geral, na concepção de que o turista movimentaria o comércio local e traria riqueza maior para a sociedade.

No aspecto histórico, duas visões se destacaram no decorrer da pesquisa. Uma se refere aos demais empreendimentos hidroelétricos ativos no local e outra aos diferentes usos e à ocupação histórica da Cascata Calza. Inicialmente, foi possível perceber que a comunidade em geral guarda na memória as consequências das diversas usinas na cidade e na região. No que se refere ao meio ambiente, a sociedade civil de Cotiporã percebe o alto nível de degradação ambiental ocasionado por essas centrais. Isso pode ser aferido pelos depoimentos citados anteriormente. Assim, há uma percepção recorrente de que as hidroelétricas são responsáveis pela destruição ambiental da região.

No que se refere aos usos históricos e consagrados da Cascata Calza, foi manifestado de forma mais pontual pelo movimento ambiental analisado, em diferentes momentos. Na audiência pública, por exemplo, o grupo organizado faz uma apresentação sobre isso, citando que a Trilha das Lontras e a Cascata Calza são frequentadas há mais de duas décadas, para turismo, pesca artesanal, lazer, prática de esportes de aventura, práticas religiosas, estudos científicos, além de trabalhos de conscientização ambiental com estudantes e escoteiros. Esses argumentos são retomados e aprofundados com novas informações no requerimento à FEPAM, quando imagens da cascata são localizadas nos primeiros materiais turísticos de divulgação da cidade. O movimento social também explicou, nessas oportunidades, como esse foi o local de um dos primeiros moinhos da colonização italiana. Por essas razões, seus integrantes atualmente buscam configurar esses espaços como parte do patrimônio natural e cultural da cidade. O grupo que se contrapõe aos novos empreendimentos busca o reconhecimento das diferentes apropriações culturais e sociais do local.

É necessário retomar ainda o conceito de justiça ambiental (FREITAS et al., 2004), que parte do princípio de que nenhum grupo social deveria suportar uma parcela desigual das consequências ambientais negativas referentes às operações econômicas, às decisões políticas ou ainda à ausência ou omissão de tais políticas. O autor pressupõe que o acesso da população, tanto aos recursos ambientais quanto às informações relevantes, deve ser justo e igualitário. Nesse processo, seriam facilitadas as condições de surgimento de movimentos sociais e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Logo, no que se refere à justiça ambiental no processo analisado, é preciso discutir algumas questões. Neste trabalho foi exposto, por exemplo, que as características geológicas do local, como a presença de diversos rios, em Cotiporã, facilitam a implementação de projetos relacionados à produção de energia das hidroelétricas. No entanto, as três obras já instaladas provocaram mudanças socioambientais registradas nos documentos apresentados ao longo do texto. Um dos principais rios da cidade, o Carreiro, já tem 6 empreendimentos instalados e mais 2 em fase de licenciamento em uma distância de aproximadamente 60 Km. Há ainda outra obra em fase de estudo, apesar de a geração de energia da cidade já ser significativa, em relação à sua participação na matriz energética do Estado. Com isso, o que se defende aqui é que as características físicas da localidade não podem significar a completa alteração e destruição socioambiental que esses empreendimentos provocam. Precisa haver planejamento e políticas públicas que incluam a capacidade dos ecossistemas de suportarem os projetos idealizados. Dessa forma, há que se considerar as consequências do acúmulo de obras desse tipo, para se estabelecer um parâmetro para a quantidade total de centrais ou usinas que pode existir em uma mesma região. Com isso, considera-se observado as principais características da constituição do conflito ambiental no caso analisado.

### **Análise da cidadania e da comunicação pública no movimento em Cotiporã**

As profundas alterações que ocorreram nas últimas décadas proporcionaram um alargamento da esfera pública, ampliando a capacidade de reivindicação da sociedade civil. Na realidade observada, a forma de exercício da cidadania e de comunicação sofreu alterações com o passar do tempo. O primeiro movimento, de 2014, estava mais vinculado à conscientização da população da cidade, à busca pela adesão às ideias defendidas, a uma escuta ativa e à possibilidade de manifestação dos habitantes através do diálogo, do abaixo-assinado, da petição e das ações públicas (visita às escolas e famílias; manifestação na praça). Além disso, envolvia a luta pela proteção do meio ambiente, bem simbolizada na ação de distribuição de mudas de plantas nativas.

Em 2017, surge outra dinâmica, com o enfrentamento de opiniões, pelo debate público na audiência. O trabalho do grupo foi sendo deslocado das ações na comunidade para o estudo teórico, desenvolvimento de pesquisas, confecção de

documentos, discussões e elaboração de estratégia intergrupala. Esse processo de aprofundamento teórico fortaleceu a legitimidade das argumentações e proporcionou aos membros do movimento conhecer aspectos outrora ignorados, conforme apontado pela entrevista de narrativa. Nesse momento, o grupo aciona os poderes deliberativos como a FEPAM e o MP e as redes de contato citadas anteriormente.

A diferença dos discursos vistos nos flyers desses dois períodos representa significativamente a mudança da narrativa. Em 2014, o que se visava era a conscientização da comunidade sobre a importância do lugar, e sequer se falava na possibilidade de construção de uma usina. Citavam-se as belezas naturais, a importância de preservação ambiental. No ano de 2017, o discurso do flyer é um discurso assertivo relacionado especificamente à possibilidade de construção do empreendimento na Cascata Calza. O texto era voltado também a questões monetárias (baixa produtividade de uma nova central, o fato de que seria isenta de impostos municipais), citando a consequente destruição do patrimônio natural, a perda de ponto turístico, o prejuízo à cidade, e apresentando, por isso, um caráter mais politizado. Essa mudança na postura do grupo certamente ocorreu pela necessidade de estabelecimento de novas estratégias, após a mobilização de 2014, que obteve êxito, mas que não impediu outras tentativas de obras no mesmo local.

Assim, percebem-se dois momentos diferentes de práticas da cidadania e da comunicação pública, nesse movimento. Sem o apoio e a conscientização da população, sem o trabalho de pesquisa e a negociação com os poderes instituídos, possivelmente os movimentos não teriam alcançado algumas das conquistas nas quais obtiveram êxito. Além disso, as experiências anteriores relacionadas a esses empreendimentos possibilitaram uma cidadania ativa. Isso porque a população da cidade ainda lembra – e vê ao seu redor – as consequências dessas inúmeras barragens e hidroelétricas instaladas na região, o que facilitou seu posicionamento em oposição à obra na Cascata Calza.

Nesse sentido, é relevante resgatar o pensamento de Elizabeth Brandão (2007), que previa que, com a retomada da democracia e o crescimento da cidadania mais participativa, o livre exercício de deveres e direitos só poderia ocorrer com condições de informação e comunicação, sendo esta última um ator político e parte proeminente e constituinte desse novo espaço público. Com isso, a partir do referencial teórico abordado e da análise do movimento estudado, pode-se concluir que a comunicação se constituiu como um dos alicerces para a sustentação dessa

nova forma de cidadania, na qual os sujeitos sociais acionaram tanto a própria população da cidade, quanto os órgãos representativos do Estado, nas suas diferentes esferas. No entanto, essa comunicação foi acionada, direcionada e efetivada pelos membros da sociedade civil. A posição do Estado sempre foi reativa, surgindo apenas da demanda social. Na dinâmica de grupo, os participantes consideram a comunicação como essencial para as conquistas do movimento, dizendo que “a comunicação é tudo” e ainda que “se fosse há anos atrás não teríamos acesso a nada disso e não teríamos conseguido”. Sendo essa perspectiva considerada um dos principais achados desse estudo. No sentido do reconhecimento pelo movimento social da comunicação, enquanto constituinte do processo social e não apenas como ferramenta.

Na perspectiva de Esteves (2011), a ampliação do espaço público proporciona um aumento das reivindicações e manifestações, assim como da busca pela representatividade de novos sujeitos sociais e da percepção sobre a importância dos meios de comunicação nesse processo. O movimento estudado trabalhou para a conscientização da comunidade local, no entanto, apenas quando conseguiu a representação na mídia local, é que conseguiu ser ouvido através dos meios de comunicação pela FEPAM.

No que se refere ao Estado, enquanto órgão federal, não emitiu nenhuma comunicação específica no que se refere a esses episódios. Essa prática raramente ocorre nos empreendimentos das grandes usinas, conforme apontado por Locatelli (2011), Naquela situação, a comunicação ocorreu de forma episódica, com alguns releases à imprensa. Assim como defende Locatelli (2011), nesta pesquisa também ficou evidente que, na esfera federal, o Estado assumiu um papel de fixador das regras econômicas, sociais e ambientais e instrumentalizou os seus órgãos como gestores e árbitros de tais regras. Inicialmente, as informações não são de fácil acesso à população. Isso se deve à ausência de uma política clara de divulgação dos dados referentes a esse tipo de processo. As informações estão disponíveis, no entanto, devem ser localizadas a partir da busca em um labirinto de normas, leis, regulamentações, normativas e processos, os quais as empresas responsáveis por esses projetos naturalmente conhecem, por fazer parte de sua rotina. Porém, para as comunidades que se colocam em resistência a esses empreendimentos, todo esse conhecimento é quase inacessível, disponibilizado de forma fragmentada, em diversas instâncias (como a ANEEL, a FEPAM e o CONSEMA), o que exige um

profundo estudo que muitas vezes inviabiliza a própria oposição. Essa dinâmica foi considerada na pesquisa participante: “se a gente procura informação, não precisa ter a informação, mas saber onde buscar. No início, não se sabia onde buscar e até isso foi indo, foi indo e as coisas foram aparecendo”.

O Estado é responsável por definir as políticas que gerenciam a dinâmica envolvida nessas obras. No entanto, se abstém da participação nos conflitos que se originam dessas políticas. Ao se observar a organização das audiências públicas, percebe-se como a empresa apresenta todo seu conhecimento técnico e os pontos positivos do projeto, mas efetivamente desconsiderava os usos consagrados do local. Nessa relação, a não ser que ocorra uma conscientização e uma cidadania ativa, por parte da sociedade civil, não há contraponto à opinião do empreendedor. Os próprios estudos ambientais são realizados por instituições contratadas por essas companhias. Por isso, é indispensável reconhecer que entram em embate duas esferas com forças extremamente desiguais. No momento em que o Estado legitima esse modo de operação, subentende-se que considera democrático um jogo de forças injusto.

Essa dinâmica é citada pelos integrantes do movimento social, quando relatam essa desigualdade e colocam o Estado ao lado da iniciativa privada e contra a população, conforme se vê nesta declaração: “o Estado que vem com todo o poderio dele, a empresa que vai investir o capital, que interessa ao Estado, ao poder público...”. Nessa passagem, o Estado é visto como um agente de poder, cujo interesse é o projeto de desenvolvimento atrelado aos objetivos da iniciativa privada, e que se desloca contra a população. A própria ausência de informações é reconhecida pelos sujeitos envolvidos como forma de continuar essa lógica: “eles não informam o que pode e o que não pode”.

Deve-se salientar ainda que, nesse tipo de empreendimento, geralmente não são acionadas audiências públicas pela FEPAM, já que a legislação prevê obrigatoriedade apenas para obras das grandes usinas. Mesmo quando ocorre a audiência, conforme explica Monticelli (1990), a sociedade não é chamada para dialogar no princípio do projeto. O processo de licenciamento só possibilita a escuta da população local em um momento extremamente avançado do empreendimento. Dessa forma, a comunicação pública praticada pelo Estado, associada à prerrogativa de partilhar informações de utilização pública, para a manutenção do liame social (ZÉMOR, 1995), foi insatisfatória, ou de baixa qualidade. Zémor (1995) cita que as finalidades associadas à comunicação das instituições públicas são as de levar o

conhecimento, a informação, de ouvir as demandas, de contribuir para a tomada de consciência do cidadão enquanto ator social, e ainda acompanhar as mudanças de comportamento das organizações sociais. Quando se observa a realidade da comunicação pública promovida pelo Estado, pode-se dizer que não há uma reconhecível divulgação de informações, ou mesmo o interesse em ouvir as demandas da sociedade. No entanto, cabe ressaltar que em todos os órgãos ocorreu a recepção para o diálogo das demandas do movimento, quando este conseguiu exercer o seu direito à cidadania. Na perspectiva de Matos (2007), cabe ao Estado a missão de convocar os agentes para participar da esfera pública, no entanto também não se reconheceu esta ação por parte do governo federal, no caso analisado.

Já no âmbito municipal, houve uma atitude mais democrática, no que tange o posicionamento de acionar a audiência pública (2017) e de se comprometer a respeitar a opinião da maioria. Com a vitória da votação pela negativa ao empreendimento, a prefeitura assumiu o compromisso de não conceder a autorização para o estudo de pré-viabilidade da implementação do empreendimento hidroelétrico. Ainda assim, os procedimentos na FEPAM continuaram. Cabe ressaltar que o artigo 10 da Resolução 237/97 do Conama, prevê a obrigatoriedade da autorização da Prefeitura Municipal para o licenciamento ambiental:

No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

Sendo assim, há uma previsão legal para que os processos referentes aos trâmites do licenciamento passem pela esfera municipal.

Na esfera estadual, a FEPAM<sup>30</sup>, enquanto órgão responsável pelo licenciamento demonstrou ser acessível aos questionamentos do grupo. Porém, não aceitou a inclusão no processo, naquele momento, da documentação organizada pela ACOPAN, pois a nova solicitação era referente ao estudo de fauna e flora. Mesmo assim, o requerimento seria incluído em outra fase do processo. Na esfera da justiça, houve acessibilidade do Ministério Público às demandas da comunidade.

---

<sup>30</sup> Não há informações suficientes e nem é objeto de estudo desse trabalho entender os diferentes posicionamentos da FEPAM no decorrer desses anos. No entanto, se reconhece que ocorrem mudanças nas formas de atuação desse órgão nos últimos anos.

Quanto ao critério da cidadania e da luta por direitos, pode-se considerar que o movimento social analisado é de terceira geração (VIEIRA, 1998), pois se vincula aos direitos dos povos e da humanidade. Quando a luta é por um direito que não tem como titular um indivíduo, é nesse direito que reconhece a luta pela cidadania ambiental.

No que se refere à forma de exercício da cidadania, Gohn (2013) considera que, a partir de 2008, há uma nova dinâmica nos movimentos sociais, guiada pela indignação com as políticas públicas. A autora destaca quatro características dessa mudança: 1) a luta pela defesa das culturas locais, em contraponto à globalização, buscando fundar um novo marco civilizatório com base no ser humano, não no mercado; 2) a busca pela ética política e maior vigilância do Estado; 3) a cobertura por esses grupos de áreas de difícil penetração das instituições, no que se refere à subjetividade dos sujeitos; 4) a profissionalização dos movimentos sociais com capacidade de representação nas negociações frente ao Estado.

A partir dessa descrição, nota-se que as características elaboradas por Gohn (2013) se assemelham às observadas na realidade analisada, na mobilização contra a construção na Cascata Calza. Inicialmente, a defesa da cultura local foi o que motivou as ações do grupo. Considerando o caráter preservacionista do movimento, que busca valorizar os usos e os significados daquele local para a comunidade, o que ocorre é o esforço em prol de um novo marco civilizatório, sustentado no caráter humano e não mercadológico.

Quanto maior a vigilância do Estado, se reconhece que o grupo ao questionar as diversas instâncias do poder público, em busca de informações e na reivindicação de que seus argumentos fossem considerados no processo decisório, é uma forma de vigilância da sociedade civil sobre o poder do Estado. Além disso, ao defender os usos e os significados culturais e históricos do local para a comunidade, o movimento social conseguiu dar voz a um aspecto subjetivo nessa relação dos indivíduos com esses espaços, levando em consideração seus modos de vida.

Por fim, a questão da autonomia é o grande destaque da situação estudada. Ao obterem informações legítimas, fundamentadas em pesquisas científicas, ocorre a profissionalização dos participantes desse movimento. Isso acontece também quando acionam dispositivos da legislação, como a Constituição Federal. O reconhecimento da legitimidade da pesquisa ocorre em diversos momentos, por exemplo, quando diversos argumentos da recomendação emitida pelo Ministério Público são retirados da requisição apresentada pela ACOPAN, e ainda quando o MP determina que seja

acrescentado, pela FEPAM, o requerimento da ACOPAM aos processos administrativos de licenciamento. Em decorrência, amplia-se a capacidade de representação frente ao Estado, como na audiência pública e nas negociações com as instituições. Com isso, considera-se observados as principais características atreladas aos conceitos de cidadania e comunicação pública do movimento analisado.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação inicialmente buscou o reconhecimento das estruturas que atuam nas esferas sociais e políticas e, na sequência, observou as consequências desse processo envolvendo a Cascata Calza. Assim, para alcançar o objetivo de compreender a constituição dos conflitos ambientais foi necessário a percepção de fatores que incidem nessa dinâmica, partindo do reconhecimento de que a discussão social sobre a natureza suscita temas relacionados à reprodução social, às relações de poder e ao confronto de ideias (SADER, 1992). Nesse contexto, foi necessário compreender as principais dinâmicas que envolvem o modo de apropriação do meio ambiente abordando o contexto social e político que sustenta essas práticas.

A revisão histórica, elaborada principalmente no capítulo 2, permitiu reconhecer os preceitos que desencadeiam a visão instrumental da natureza, enquanto recurso a ser consumido, e as relações que por fim originam a crise ambiental que se instaura. Na esfera política, o reconhecimento da incidência do modelo neoliberal com a diminuição do Estado e o crescimento do poder do mercado resulta na transformação da força econômica em força política, ao mesmo tempo em que a política nacional assume a mediação para a atuação do capital mercadológico (OLIVEIRA, 2006). Une-se a isso, a dinâmica econômica na busca constante por novos territórios, com a menor regulamentação possível e a pretensão de uma constante flexibilização das leis de proteção ambiental (ACSELRAD, 2013; HARVEY, 2012). Nesse aspecto, constata-se o papel crucial do Estado, que legitima essa prática.

Harvey (2012) denomina “acumulação por espoliação”, por exemplo, o ímpeto na busca por novos territórios, à medida que o capitalismo investe, em empreendimentos lucrativos, buscando força de trabalho, matéria prima barata e privatizando os recursos compartilhados: as terras, as florestas e as águas. Com isso, expulsa a população atingida e converte os direitos coletivos em direitos privados. Instaura-se assim os conflitos ambientais. No entanto, na maioria das vezes, os conflitos internos que emergem desse contexto não conseguem produzir políticas, perdendo assim a oportunidade de colocar em prática ideais de democracia, de cidadania e de participação social. As consequências desse modelo de desenvolvimento são a crescente desigualdade social e a degradação ambiental. Assim, a destruição do meio ambiente se torna um benefício privado de alguns,

enquanto os resultados disso são compartilhados sobretudo nas pelas comunidades mais pobres, com os modos de vida mais atrelados à natureza (ABRAMOVAY, 2012).

Os incentivos econômicos e essa flexibilização ambiental geram uma tendência natural à ampliação dos números de empreendimentos. No entanto, o processo de constante flexibilização das leis e regulamentações ambientais pode ainda resultar em desastres, como os de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019). Apesar disso, não parecem existir mudanças significativas que possam evitar novas tragédias. Ao contrário, após a calamidade na barragem de Mariana, como se observou, o governo de Minas Gerais (2016) flexibilizou regras de licenciamento ambiental<sup>31</sup>.

Cabe aqui ressaltar que é válida a necessidade de produção energética e que, dentre as outras fontes, como os combustíveis fósseis ou o carvão vegetal, a poluição ambiental produzida pelas hidroelétricas é relativamente menor. No entanto, o que se questiona, neste trabalho, é a falta de investimento na eficiência energética e investimento em energias realmente renováveis, como a solar, conectada aos inúmeros impedimentos impostos a esse tipo de ação no Brasil. Essas iniciativas, entre outras, diminuiriam a pressão por novas hidroelétricas. Existem, portanto, diversas alternativas para tornar a matriz energética instalada mais eficiente, mas parece não haver vontade política direcionada a essas potencialidades ou à alteração na matriz de desenvolvimento energético. Nesse cenário, é fundamental que a discussão sobre essa temática se amplie na esfera pública. A conscientização da sociedade civil pode pressionar o governo a mudanças com relação ao futuro.

Ocorre ainda uma apropriação da lógica do mercado do termo desenvolvimento sustentável nas práticas relacionadas à implementação das usinas. Nesse sentido, existe um discurso recorrente que não condiz com os dados científicos apresentados anteriormente e que justifica a necessidade de mais hidroelétricas, sendo aprovadas com maior rapidez e com menores obstáculos possíveis, em nome do desenvolvimento.

Por fim, todos esses fatores oriundos de um contexto social macro afetam a dinâmica que incide nas práticas e nas políticas relacionadas aos empreendimentos hidroelétricos e, conseqüentemente, influenciam de forma definitiva a realidade dos conflitos ambientais. Ressalta-se ainda a necessidade de consideração da dimensão simbólica dos conflitos ambientais, remetendo os sentidos e significados dos lugares

---

<sup>31</sup> <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,depois-da-tragedia-de-mariana-licenciamento-ambiental-em-minas-ficou-mais-flexivel,70002704434>

para as comunidades, essa perspectiva foi abordada com profundidade no subcapítulo 6.3, com relação ao movimento estudado. Com isso, considera-se que foram abordados os principais fatores que incidem e ocasionam os conflitos ambientais.

No que se refere ao objetivo específico de refletir sobre as possibilidades de participação democráticas no processo de licenciamento ambiental, o contexto narrado acima influencia essa perspectiva. Essa discussão foi aprofundada especialmente no capítulo 4, que elucidou as formas previstas de participação. Como observado as forças do mercado incidem nas políticas públicas, tendo como consequências: limitar o debate, a participação, a emancipação dos sujeitos. No caso do movimento analisado, mesmo quando a população consegue se informar e se manifestar, majoritariamente em oposição aos empreendimentos, muitas vezes tem a sua voz ignorada.

Retomando o pensamento de Acselrad (2009, 2010) que afirma que o processo de implementação dos empreendimentos hidroelétricos busca o silenciamento das populações locais pela incapacidade de compartilhar os objetivos das comunidades com a lógica do modelo de desenvolvimento. Em outras palavras, há uma política nada democrática que ocasiona a impossibilidade de participação popular na definição do próprio futuro. Dessa forma, aparentemente, o processo de licenciamento e a audiência pública são construídos no campo do discurso da participação social. Essa dinâmica é também uma forma de exercício de poder feita pelas instituições estatais e pelas empresas, e tem por finalidade provocar a destituição do poder de opinar e de decidir da população, conforme sugerem Baraúna e Marin (2011). Essa parece mais uma política que busca desestimular atos de resistência e anular manifestações contrárias. Dessa forma, conclui-se que as regras estabelecidas nesse momento não oferecem reais possibilidades de participação democrática no processo de licenciamento ambiental, caracterizando, com isso, a existência de uma democracia de baixa qualidade. Retoma-se ainda as considerações de Benincá (2011) que associa a construção de barragens a uma forma de colonização moderna, em que os projetos são impostos e ocorre a apropriação dos bens naturais e a expulsão das populações locais.

Para contemplar os objetivos específicos de reconhecer as principais características e ações no que tange a cidadania e a comunicação pública do movimento social foi elaborado especialmente o tópico no subcapítulo 6.3. Esses dois

objetivos foram observados de forma conjunta, tendo em vista que esses conceitos se conectam e permeiam constantemente.

No que tange especificamente ao objetivo de reconhecer as características e as ações do movimento analisado na perspectiva da cidadania, temos ainda a constatação que a cidade observada nessa dissertação já teve diversos empreendimentos hidroelétricos instalados e apenas esse conquistou uma discussão na esfera pública e uma oposição organizada ao empreendimento. Sendo assim, pode-se pressupor um novo momento no exercício da cidadania que mesmo não encontrando ainda a abertura natural do Estado às reivindicações, já possui força na esfera pública.

Desse modo, o movimento ambiental de Cotiporã conseguiu algumas conquistas a partir de uma cidadania ativa e sustentada nos princípios da comunicação pública. No entanto, a lógica que se estabelece nesse processo denuncia uma democracia com baixa qualidade, que não busca a participação cidadã e nem o estabelecimento de relações com a comunidade através da comunicação.

Retoma-se ainda a lógica desenvolvida por Gonçalves (2001), na análise da Fôz Côa, que pode ser aplicada no caso observado, quando a sociedade se depara com novos tipos de conflitos que se deslocam, em parte, da esfera econômica para a esfera cultural e política. Surgem ainda, novas bandeiras como a qualidade de vida e o meio ambiente. No caso analisado, infere-se que, assim como no caso de Portugal, (GONÇALVES, 2001) ocorreu uma mudança da sociedade civil na busca por informações, educação e por uma maior participação pública nas decisões, com a mobilização pela defesa da proteção ambiental e do patrimônio cultural. Convém ressaltar que essa conclusão aplica-se apenas ao caso analisado e não na sociedade brasileira como um todo. Dessa forma, considera-se atingido o objetivo específico de reconhecer as características da comunicação pública e da cidadania do movimento social analisado.

Por fim, o problema de pesquisa é retomado: de que forma ocorreu a comunicação pública nos movimentos ambientais analisados, em oposição aos empreendimentos hidroelétricos de menor porte. Como resposta é possível afirmar que a comunicação pública expressa pelo debate público de um tema de interesse público, enquanto instância de defesa da democracia foi acionada pelo movimento da sociedade civil. As diversas ações que foram sustentadas nos princípios da comunicação pública ofereceram aos cidadãos a possibilidade de conhecimento das

informações que lhe dizem respeito e se reconhece que a utilização dos pressupostos dessa corrente de estudo foi um dos motivos que possibilitou as conquistas do movimento ambiental.

Nesse sentido, o caso investigado vai ao encontro da concepção de Weber (2017) de comunicação pública, como a capacidade de mobilizar a comunicação institucional do Estado, a comunicação midiática e a comunicação da sociedade civil. Decorre disso uma forma de resistência e de defesa da democracia, assim como a participação da sociedade civil como forma de aprimoramento da própria democracia. Essa comunicação foi fruto do debate público e também propiciou esse debate, tendo como objetivo não apenas informar, mas qualificar o cidadão para ter poder de voz e de veto sobre as questões que lhe dizem respeito. Afinal, a comunicação pública não pode ser determinada apenas pela legislação ou pelas estruturas, porém pela circulação de informações de interesse público (WEBER, 2017). Deve ainda ser configurada no modo de abordagem e circulação desses temas e ser constituída por processos que permitam saber, refletir, argumentar e se posicionar frente aos acontecimentos.

A representatividade simbólica desse movimento social da ocupação de um novo espaço de discussão propícia o surgimento de um espaço político em que as reivindicações passam a ser discutidas na esfera pública. No entanto, essa visibilidade não significa qualquer mudança no processo e, ainda, as diversas conquistas do movimento social não impedem tentativas de novos empreendimentos no local. Dessa forma, se reconhece como fundamental a necessidade de mudanças em diversas perspectivas que sustentam essa estrutura.

Enquanto concepção de um futuro ideal e possibilidade de estudo dessa dinâmica em outras pesquisas considera-se algumas premissas. Inicialmente, partindo da ideia de que o plano da matriz energética necessita ser uma construção realmente coletiva e pública, as comunidades precisam ser convidadas a participar na definição de seu futuro. É essencial que ocorram debates públicos sobre a política energética e que estes orientem o modelo de desenvolvimento adotado. Na escolha sobre a utilização dos recursos hídricos para fins de produção energética, a sociedade civil precisa fazer parte do planejamento do uso desses recursos e decidir de forma compartilhada os locais viáveis de empreendimentos hidroelétricos. Torna-se necessário uma profunda mudança que envolva todo esse processo, começando por

um debate público realmente pautado pelos princípios da democracia e da comunicação pública, na busca de uma maior justiça ambiental.

Também é fundamental que os processos de licenciamento passem a considerar as perspectivas socioambientais de forma mais profunda na aprovação das obras, indo além da racionalidade técnica e reconhecendo as subjetividades envolvidas nesse âmbito, como a ideia de desenvolvimento sustentável e a importância dos lugares para a comunidade. Nesse cenário, é urgente que as formas de comunicação pública, no que se refere às práticas do Estado, sejam aprimoradas, especialmente as relacionadas aos direitos ambientais. Como aponta Matos (2007), deve-se ir além do fornecimento de informações e estimular o protagonismo dos indivíduos para que tenham conhecimento de seus direitos e das possibilidades de participação efetiva nos processos de decisão de interesse público, oferecendo meios e instrumentos adequados e valorizando seus saberes.

Quanto à metodologia de pesquisa, considera-se adequada a escolha da pesquisa participante, reconhecendo que o objeto de pesquisa surge na própria comunidade e busca a transformação social. A perspectiva ampla abordada no enfoque teórico vai ao encontro da orientação metodológica escolhida que enfatiza a necessidade de apreender a realidade estudada nas suas múltiplas determinações, cabendo ao pesquisador a leitura do contexto. Por fim, o saber produzido, nessa modalidade de pesquisa, é uma possibilidade de ampliação do repertório e instrumentação dos sujeitos na busca da cidadania e emancipação social. Essa abordagem permite a ampliação do repertório dos próprios membros do movimento ambiental. A escolha da técnica de entrevista narrativa possibilitou a reconstrução histórica das principais ações e percepções do movimento social na defesa do meio ambiente.

Um conjunto de fatores que proporcionou algumas vitórias do movimento social, relatadas nesse estudo, dentre eles destaca-se a figura de algumas pessoas da comunidade com a capacidade técnica de se apropriar dos conhecimentos teóricos e de conseguir defender formalmente as posições da comunidade. Dessa forma, a capacidade de escrita e negociação de algumas pessoas foi fundamental para esse processo, sendo que essa nem sempre é a realidade de muitos movimentos ambientais de resistência.

O reconhecimento dos integrantes da sociedade civil da comunicação, enquanto constituinte dos processos sociais, possibilitou elevar as práticas oriundas

desse conceito a um patamar mais estratégico nas ações do movimento social. Geralmente, os cidadãos e a sociedade civil percebem a comunicação como uma ferramenta, no entanto, nessa pesquisa, ocorre o reconhecimento pelos integrantes do movimento social da importância da comunicação no sentido que aponta a teoria. Há ainda o entendimento sobre como os novos meios de comunicação e de informação oferecem novas formas de participação e de resistência.

Por fim, para a comunidade local resta a certeza de permanecer em estado de alerta, podendo a qualquer tempo uma nova disputa se instaurar e recomeçar o processo. A partir das questões levantadas por Gohn (2013), sobre as características dos movimentos sociais mais recentes, pode-se perceber que esse movimento é filho de seu tempo histórico, e também pode ser considerado como vanguarda, visto que raramente os movimentos ambientais atrelados a luta contra empreendimentos hidroelétricos conseguem ter suas reivindicações acolhidas. Sendo assim, em tempos de distopias resta a esperança na resistência popular, na luta pela conscientização, na capacidade de mobilização dos cidadãos e no desenvolvimento da cidadania ativa, transformações essas que podem gerar um futuro em que as necessidades dos homens respeitem a capacidade dos ecossistemas e a vitalidade da Terra.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ACHE tudo na Serra. **Vale da Ferradura**. Fotografia. S./ data. Fotógrafo não identificado. Disponível em: <<http://www.achetudonaserra.com.br/vale-do-rio-das-antas/de/bento-goncalves/>>. Acesso 10 mar. 2019.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49-60, jan/jun 2002.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

\_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, n° 24, p. 103-119, 2010.

\_\_\_\_\_. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, n° 11, p. 105-122, 2013.

\_\_\_\_\_; MELLO, Cecília Campeiro do A; BEZERRA Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AFONSO, Maria Lúcia (Org). **Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros; MORAIS, George Guimarães de. Eletroestratégias: as pequenas centrais hidrelétricas e os meandros do setor elétrico brasileiro. **Campo – Território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 379-398, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19864/13089>>. Acesso em 06 nov. 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Futuro do pretérito: o ocaso da energia fóssil. **EcoDebate**, 13 out. 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/10/13/futuro-do-preterito-o-ocaso-da-energia-fossil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em 14 jan. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Povo e o Poder**. Belo Horizonte: Oficina Livro, 1991.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Ministério de Minas e Energia. **Resolução normativa Nº 482, de 17 de abril de 2012**. Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências. S./ local, 2012. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

AROEIRA, André. Não são os ativistas ou o IBAMA que emperram grandes obras. São estudos ambientais mal feitos. **The Intercept**, 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/17/ibama-grandes-obras-estudos-ambientais/>>. Acesso em 18 de jan. 2019.

AVELAR Ana; MASTRODI, Josué C. O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, n. 33, p. 3-27, jul./dez. 2017. ISSN Eletrônico: 2238-1228.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p.703-728, 2004. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000400003>>.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. O “fator participativo” nas audiências públicas das hidroelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa (Org). **As tensões do lugar: hidroelétrica, sujeitos, licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BASSI, Bruno Stankevicius. Aliada a Bolsonaro, Frente Parlamentar da Agropecuária reelege 52% de seus membros na Câmara. **Observatório dos Ruralistas do Brasil**, 10 ago. 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/08/aliada-a-bolsonaro-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reelege-52-de-seus-membros-na-camara/>>. Acesso em 15 fev. 2019.

BAITELO, Ricardo. Energias Renováveis: Energia Eólica e Solar - MOREIRA, Paula Franco (Org.). **Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios**. 2ª edição. Brasília: International Rivers Network, 2012, p. 71 – 80.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEM, Arim Soares. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302006000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302006000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 10 mar. 2019.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise e alternativas para um país sustentável**. São Paulo: Editora Livraria da Física: Fase, 2001.

\_\_\_\_\_. Setor Elétrico Brasileiro no Século 21: Cenário Atual e Desafios. In: MOREIRA, Paula Franco. MILIKAN, Brent (Orgs.). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: Oportunidades e Desafios**. 2ª edição. Brasília: International Rivers Network, 2012, p. 28-34.

\_\_\_\_\_. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – opção para uma política energética sustentável no Brasil, 18-20 de junho de 2002, Câmara dos Deputados, Brasília, DF. **Texto da palestra da sessão 1:** Concepções de uma política energética sustentável. Brasília, DF: 2002, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.ecoa.org.br/arquivos/571566216.pdf>>. Acesso em 10 out. 2018.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é - o que não é. Petrópolis, RJ, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, STRECK, Danilo, R. **Pesquisa Participante: a partilha do saber.** Aparecida: Ideias e Letras, 2006. p.259-276.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública, Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público.** São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGON, Ranier. Risco de rompimento foi citado na tensa reunião que aprovou licença da barragem. **Folha de São Paulo**, Brasília, 25 jan. 2019, às 23h29. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/risco-de-rompimento-foi-citado-na-tensa-reuniao-que-aprovou-licenca-da-barragem.shtml>>. Acesso em 10 mar. 2019.

BREDARIOL, Celso; VIERA, Liszt. **Cidadania e política ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Mauricio. Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). **Movimentos Sociais na era global.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CABRAL, João Batista Pereira. Estudo do processo de assoreamento em reservatórios caminhos de Geografia 6, Uberlândia, vol. 14, p. 62-69, Fev/2005. CAMARGO, José Roberto Pires de. Pequenas Centrais Hidroelétricas. In: TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno (Coord). **Alternativas energéticas sustentáveis no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; COPPE; CENERGIA, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2013.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA – IBAMA). Ministério do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Publicado no D.O.U. de 17 fev. 1986.** Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/97, de 19 de dezembro de 1997.** Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001.** Publicada no DOU nº 125-E, de 29 de junho de 2001, Seção 1, p. 165-166. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=277>>. Acesso em 10 mar. 2019.

COSTA, Heitor Scalabrini. **Energia solar: por que não deslança?** 2015. Disponível em : <<https://www.ecodebate.com.br/2015/09/04/energia-solar-por-que-nao-deslanca-artigo-de-heitor-scalabrini-costa/>>. Acesso em 07 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **A repotenciação de usinas hidrelétricas como alternativa para o aumento da oferta de energia no Brasil com proteção ambiental.** 2015. Disponível: <[http://wwf.panda.org/wwf\\_news/?15930/4/A-repotenciacao-de-usinas-hidreletricas-como-alternativa-para-o-aumento-da-oferta-de-energia-no-brasil-com-protacao-ambiental](http://wwf.panda.org/wwf_news/?15930/4/A-repotenciacao-de-usinas-hidreletricas-como-alternativa-para-o-aumento-da-oferta-de-energia-no-brasil-com-protacao-ambiental)>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300008>>.

DAL MOLIN, Fernando; PIRES, Francisco C.; PICCININI, Lory; GOMES, Roseli; FRANZONI, Sirlei Z. Trabalho de conclusão de Curso de Guia Especializado em atrativo turístico natural - Trilha das Lontras. Universidade de Caxias do Sul, Campo Universitário da Região dos Vinhedos, 1997.

DAVENPORT, Coral. Há forte risco de crise climática já em 2040, aponta relatório da ONU. **Folha de São Paulo** [New York Times], Incheon, Coreia do Sul, 8 out. 2018, às 18h21. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/10/ha-forte-risco-de-crise-climatica-ja-em-2040-aponta-relatorio-da-onu.shtml>>. Acesso em 16 out. 2018.

DE OLIVEIRA, Francisco. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes.** Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública:** Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Ministério de Minas e Energia. Brasil. **Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2017-2026).** Nota técnica DEA 001/17. Série Estudos da Demanda. Rio de Janeiro, jan. 2017. Disponível em: <<http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes>>. Acesso em 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. Brasil. **Balço energético nacional 2017**. Ano base 2016. Rio de Janeiro: EPE, 2017. Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br/BENRelatorioInicial.aspx?anoColeta=2017&anoFimColeta=2016>>. Acesso em 28 jun. 2018.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FEPAM. **Nota Técnica: “Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas para fins de licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2324-1.pdf> > Acesso em 09 de maio de 2019.

FLORIT, Félix. Luciano. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. **Revista desenvolvimento e meio ambiente**, UFPR, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FUNDAÇÃO COPPETEC. **Elaboração do plano estadual de recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro**. R3-A - temas técnicos estratégicos. RT-05 - Aproveitamentos Hidrelétricos no Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado do Ambiente – SEA. Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Rio de Janeiro, RJ: Fundação COPETEC, março, 2014. Disponível em: <<http://www.agevap.org.br/downloads/Diagnostico-Aproveitamentos-Hidreletricos.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2018.

G1 – Globo Comunicações e Participantes. Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. **G1**, 01 jun. 2017, às 16h35. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml>>. Acesso em 06 nov. 2018.

GABORRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad Hernandez. O que é a pesquisa participante? In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

GALHARDO, Camila Rocha. **O Licenciamento Ambiental de PCH e a Comunicação Social**: análise dos estudos de caso de Funil e Carangola. 2007.146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Energia). Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <<https://saturno.unifei.edu.br/bim/0032106.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2018.

GASTALDO, Marcelo Machado. Histórico da regulamentação do setor elétrico brasileiro. **Revista o setor elétrico**, edição 24, p. 36-42, jan. 2009.

GERMANO, Daniel. **Frente Parlamentar quer destravar empecilhos à instalação de PCHs no RS**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 25 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/315900/Default.aspx>>. Acesso em 10 mar. 2019.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e lutas sociais, a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/88583/1/2-s2.0-84888118760.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CrH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0117.pdf>>. Acesso em 6 nov. 2018.

\_\_\_\_\_; BRINGEL Breno M (Org.). **Movimentos Sociais na era global**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GONÇALVES, Maria Eduarda. **O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2001.

GUICHENEY, Hellen Salgado. **Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH Aiuruoca: a constituição política da categoria de atingidos**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAFI-7TKQFR/guicheneey\\_\\_h\\_\\_disserta\\_\\_o\\_\\_ppgcom\\_2008.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAFI-7TKQFR/guicheneey__h__disserta__o__ppgcom_2008.pdf?sequence=1)>. Acesso em 06 nov. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Entre facticidade e validade. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6° ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HASWANI, Mariângela. Comunicação pública. In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.cienciasnuevens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunicação.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2018.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 1., Indaiatuba, outubro de 2002, São Paulo. [Paper apresentado no] **GT Teoria e Ambiente**. São Paulo: Encontro da ANPPAS, 2002. Disponível em: <[http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos\\_\\_v4\\_e\\_desigualdade\\_social.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos__v4_e_desigualdade_social.pdf)>. Acesso em 12 fev. 2019.

HOHLFELDT, Antonio. Comunicação Pública: os diferentes sentidos do interesse público. In: \_\_\_\_\_. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 61-98.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em 6 jan. 2019.

IORIS, Antônio A. R. Os limites políticos de uma reforma incompleta: a implementação da lei dos recursos hídricos na Bacia do Paraíba do Sul. **Revista Estudos urbanos e regionais**, v.10, n.1, p. 61-96, maio 2008. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/192>>. Acesso em 10 mar. 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KOLBERT, Elizabeth. **A Sexta Extinção: uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LACORTE, Ana Castro; BARBOSA, Nair Palhano. Contradições e limites dos métodos de avaliação de impactos em Grandes Projetos: uma contribuição para o debate. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano IX, nº 1/4, p. 29-39, jan./dez. 1995.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. In: ZHOURI, Andréa (Org). **As tensões do lugar: hidroelétrica, sujeitos, licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LATINI, Juliana Ribeiro; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Examinando as contradições em torno das Pequenas Centrais Hidrelétricas como fontes sustentáveis de energia no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 37, maio 2016. (Edição Especial Nexo Água e Energia). DOI: <10.5380/dma.v37i0.42599>.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 11° ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, E.J; LEIS, H.R.; WARREN, I.S; GUIVANT, J.S; VIEIRA, P.F; KRISCHKE, P.J. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

\_\_\_\_\_; VIOLA, Eduardo. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.J; LEIS, H.R.; WARREN, I.S; GUIVANT, J.S; VIEIRA, P.F; KRISCHKE, P.J. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

LIMA, Venício A. de. **Mídia teoria e política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza: rumo a uma civilização sem peso.** Barueri: Manoele, 2016.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens:** o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003, p. 469-494.

LÜCHMANN, L. H. H.; SCHERER-WARREN, I. (Orgs.) **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

LUTZENBERGER, José A. **Fim do futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. Introdução de Lair Ferreira. Porto Alegre: Movimento, 1980.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINO, Luiz, C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2001, p. 27-38.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. **Histórias das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MATOS, Heloiza. Comunicação Pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública, Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONTEIRO, Heloiza. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública, Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007 e 2012.

MONTICELLI, João Jerônimo. Usinas hidrelétricas: impactos sociais e ambientais e a elaboração dos projetos. In: COSTA, Ana Luíza B.; MARTINS, Costa et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

NAVES, F. L. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. **Organizações Rurais Agroindustriais**, Lavras, v. 6, n. 2, p. 121-133, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

PERUZZO, Cícilia. Direito à Comunicação Comunitária, participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004 e 2007.

\_\_\_\_\_; SGOTI, Silmara de Mattos. A Comunicação Comunitária no quilombo urbano dos Carrapatos da Tabatinga. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4 a 7 de set. 2015, Rio de Janeiro, RJ. GP Comunicação para Cidadania. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0278-1.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2018.

PIMENTEL, Gaspar. **Diccionario Histórico Geográfico e Estatístico do Município de Alfredo Chaves**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1987.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países**. 2007. 204 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/263911>>. Acesso em 8 mar. 2019.

PORTO, Marcelo Firpo. Ecologia, economia e política: contradições, conflitos e alternativas do des-envolvimento. In: RANDOLPH, Rainer; TAVARES, Hermes Magalhães (Orgs.). **Política e planejamento regional – uma coletânea**. Brasília: Gráfica Movimento, 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011**. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. New York: PNUD, 2011. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2011\\_pt\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2011_pt_complete.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2018.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Paris: Centro Nacional de Investigação Científica – CNRS; Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

REY, Oriana. Um olhar para as grandes perdas de energia no sistema de transmissão elétrico brasileiro. In MOREIRA, Paula Franco (Org.). **Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios**. 2ª edição. Brasília: International Rivers Network, 2012, p. 40 – 44.

RIBEIRO, Wagner, Costa. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 399-417.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SADER, Emir. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, Miriam. **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

\_\_\_\_\_. Política: o neo e o pós liberalismo do capitalismo. **Jornal GGN**, 17 jan. 2011, Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/politica-o-neo-e-o-pos-liberalismo-do-capitalismo>>. Acesso em 20 jan. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5ªed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, STRECK, Danilo, R. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2010.

SPERANDIO-SANTOS, Nair de Lourdes. A construção da cidadania no Brasil pela perspectiva da história política. In: KROHLING, Augusto; FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon. **Estado, cidadania e democracia na contemporaneidade**. Curitiba: Jurua, 2016.

STRECK, R. Danilo. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, STRECK, Danilo, R. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais, afinal do que se trata?** Revista USP, São Paulo, p. 35-45, maio 1998.

TURISMO Cotiporã. Mirante do Rio das Antas, UEH 14 de Julho e Morro do Céu. Fotografia. S./ data. Fotógrafo não identificado. Disponível em: <<http://www.turismocotipora.com.br/atrativos>>. Acesso em 10 mar. 2019.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e Cidadania: tensões e complementaridades**. Intercom – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987, p. 63-110.

WALDMAN, Maurício. Ecologia e movimentos sociais: breve fundamentação. In: COSTA, Ana Luíza B. M.; SEVÁ Fº, Oswaldo; VIANNA, Aurélio (apresentação); Gonçalves, Carlos Walter P.; MONTICELI, João Jerônimo; WALDMAN, Maurício; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Hidroelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

\_\_\_\_\_. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos. **Comunicação pública e política - pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017. Capítulo 1, p. 23-58.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. Tradução: Elizabeth Brandão. Col. Que Sais-je. Paris: PRF, 1995.

ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: hidroelétrica, sujeitos, licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

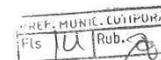
ZYLBERKAN, Mariana. Moradores relatam movimentação irregular em barragem que cedeu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2019, às 15h17. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/moradores-relatam-movimentacao-irregular-em-barragem-que-cedeu.shtml>>. Acesso em 10 mar. 2019.

## ANEXO A – PETIÇÃO ON LINE CHANGER.ORG

1/4/2014

Change.org

- [Change.org](#)
- - [Iniciar abaixo-assinado](#)
  - [Explorar](#)
- [Pesquisar](#)



### 1. [Login](#)

## Quem somos

- [Quem Somos](#)
- [Equipe](#)
- [Vagas](#)
- [Modelo de Negócios](#)
- [Diretrizes de Publicidade](#)
- [Normas da Comunidade](#)

**A Change.org é a maior plataforma de abaixo-assinados do mundo, incentivando pessoas em todos os lugares a conquistarem as transformações que almejam.**

Há mais de 40 milhões de usuários na Change.org em 196 países e todos os dias as pessoas usam a Change.org para transformar as suas comunidades -- nos níveis local, nacional e global. Seja uma mãe lutando contra o bullying na escola da filha, consumidores pressionando bancos a revogarem taxas injustas ou cidadãos querendo justiça para políticos corruptos, milhares de campanhas iniciadas por pessoas como você foram vitoriosas usando as nossas ferramentas -- e muitas outras estão vencendo todas as semanas.

Vivemos em uma época incrível, em que a oportunidade de fazer a diferença nunca foi tão grande. Reunir pessoas em torno de uma causa costumava ser difícil, demandava tempo, dinheiro e estrutura. Mas a tecnologia nos tornou mais conectados do que nunca.

Agora é possível que qualquer pessoa comece uma campanha e imediatamente mobilize centenas de pessoas localmente ou milhares ao redor do mundo, o que torna governos e empresas mais transparentes e atentos à opinião pública.

Queremos acelerar ainda mais esta mudança de paradigma e facilitar iniciativas que gerem mudanças sociais. Queremos inspirar todos a descobrir o que é possível quando nos mobilizamos e erguemos a voz.

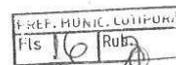
Estamos trabalhando por um mundo onde todos são capazes e transformar a sociedade faz parte do dia-a-dia. Estamos só começando e esperamos que você também participe.

- [A Change.org](#)
- [Blog](#)
- [Carreiras](#)
- [Tutoriais](#)
- [Ajuda](#)
- [Imprensa](#)

1/4/2014

Abaixo-assinado | Manifestação a favor da proteção natural do Arroio Vicente Rosa em Cotiporã. | Change.org

Pressionando Comunidade Cotiporanense e defensores da natureza.



## Manifestação a favor da proteção natural do Arroio Vicente Rosa em Cotiporã.



Life Natural Salvando a flora e a fauna Cotiporanense.

Meio a mata ciliar do Arroio Vicente Rosa no município de Cotiporã, é realizado uma das mais belas trilhas ecológicas da região "Trilha das Lontra". Sua fauna e flora encantam seus visitantes de diversas regiões do país e até estrangeiros. Suas águas em duas belas cachoeiras e outras vazantes dão a magia do vale, num dos atrativos mais exuberantes e visitados pelos turistas. Devido ao relevo acidentado estão querendo construir uma hidrelétrica no local, assim deixando de existir um dos pontos que oferece qualidade de vida, lazer, proteção a fauna e a flora nativa. Porque diversas árvores serão cortadas e extensa área depredada e inundada deixando de existir a orgia primaveril original da região.

Assinaturas recentes

Para:

Comunidade Cotiporanense e defensores da natureza.

Manifestação a favor da proteção natural do Arroio Vicente Rosa em Cotiporã.

Atenciosamente,  
[Seu nome]

### Notícias

Dirigentes protocolam pedido de providências junto a Prefeitura Municipal.



por Life Natural Salvando a flora e a fauna Cotiporanense.  
Organiza do Abaixo-assinado

Dando continuidade a manifestação, na manhã do dia 1 de Abril foi aberto o protocolo de pedido de providências a serem tomadas pela administração municipal de Cotiporã para que seja impossibilitada a construção de mais uma PCH nos entornos do município. No protocolo os dirigentes do ato, enfatizam que o intuito não é prejudicar os proprietários da área, e sim, defendem que a flora e a fauna dessa região sejam protegidas.

1/4/2014

Abaixo-assinado | Manifestação a favor da proteção natural do Arroio Vicente Rosa em Cotiporã. | Change.org

## Apoiadores



Por que você está assinando?

Alice Girardi COTIPORÃ, BRAZIL Precisamos  
manter nossas belezas naturais e preservar aproximadamente 17 horas atrás Curtiu  
nossa flora e fauna!

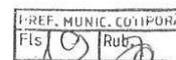
Fernando Martelli BENTO GONÇALVES, BRAZIL aproximadamente 22 horas atrás Curtiu  
Chega de Hidrelétricas, mais apoio a energia solar...

Adão Wons COTIPORÃ, BRAZIL Não podemos aproximadamente 23 horas atrás Curtiu  
deixar destruir lugares turísticos e habitats de seres vivos. Não as PCHS nos rios  
de Cotiporã!

Paulo Ábreu CRICIÚMA, BRAZIL Um dos motivos aproximadamente 2 horas atrás Curtiu  
que me levam a visitar a cidade e região de Cotiporã é justamente a beleza natural  
da região. É triste saber que um local como esse, que já fui algumas vezes por  
sinal, sofre ameaça por conta de pessoas sem noção alguma. Tantos outros  
meios existem pra gerar energia e não são utilizados! Gostaria muito de poder  
continuar levando amigos pra visitar esse local de tão grande beleza. Turismo sim  
seria uma grande fonte de riqueza e energia e acredito que a população local vá  
se manifestar em massa contra esse CRIME. Ass: Paulo de Abreu/ Turista

Linara Segalim COTIPORÃ, BRAZIL Todos juntos aproximadamente 19 horas atrás Curtiu  
pelo Vicente Rosa!!! Não vamos deixar que destruam essa paisagem natural que  
faz parte das nossas vidas, memórias e histórias!!

Mais Mostras



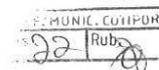
## Comentários

Nome	Localização	Data	Comentário
Amigo Natureza	Brazil	2014-03-31	Não podemos deixar destruir lugares turísticos e habitats de seres vivos. Não as PCHS nos rios de Cotiporã!
Gilnei Rigotto	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31	Tem todo nosso apoio.
clovis prates	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31	totalmente a favor
Inde Rossato	Cotiporã, Brazil	2014-03-31	VAMOS &lt;3 SALVEMOS ESTE PARAÍSO!
Fernando Martelli	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31	Chega de Hidrelétricas, mais apoio a energia solar...
Ismael Zanetti	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31	Quero protestar contra a instalação de uma hidrelétrica num lugar tão rico em fauna e flora. Vamos proteger estes pequenos paraísos e evitar que mais uma usina destrua o que deve ser preservado.
Nataniei Breda	Cotiporã, Brazil	2014-03-31	Viva a natureza
francisca mazzochi	Chapecó, Brazil	2014-03-31	Apoio está iniciativa !
Márcia Signor Rodrigues	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31	Apoiar a natureza é apoiar a vida! Nosso dever.
Linará Segalin	Cotiporã, Brazil	2014-03-31	Todos juntos pelo Vicente Rosa!!! Não vamos deixar que destruam essa paisagem natural que faz parte das nossas vidas,memórias e histórias!!
Alice Girardi	Cotiporã, Brazil	2014-04-01	Precisamos manter nossas belezas naturais e preservar nossa flora e fauna!
Bruna De Marco	Cotiporã, Brazil	2014-04-01	não podemos deixar mais um patrimônio de nossa cidade ser destruído!
Mauro Cesar Noskowski	Bento Gonçalves, Brazil	2014-04-01	O Rio das Antas já foi destruído, virou uma lagoa. Não permitam mais hidroelétricas, temos outras fontes de energias.
Fatima Gislaine Witt Soares	Porto Alegre, Brazil	2014-04-01	A natureza é nossa cabe a nós defender para preservar para nossas gerações futuras...
Maicon Lazzarini	Cotiporã, Brazil	2014-04-01	Precisamos manter nossas belezas naturais e preservar os lugares turísticos..
Lory Suzana Piccinini	Bento Gonçalves, Brazil	2014-04-01	Conheço o local.É lindo !!Proteção ,é urgente !!!
Leticia Sartoretto	Porto Alegre, RS, Brasil, Brazil	2014-04-01	Como assim?! Mais apoio a geração de energia solar e outros meios que não interfiram na fauna e na flora dos lugares! Indignada com isso!
Leticia Sartoretto	Porto Alegre, RS, Brasil, Brazil	2014-04-01	Como assim?! Indignada! Mais apoio as formas de energias sustentáveis ! Não isso não pode acontecer! A população tem que se reunir e protestar!
Mariana Manfro	Cotiporã, Brazil	2014-04-01	Salvemos este pequeno paraíso!
martha sfreddo	Farroupilha, Brazil	2014-04-01	nasci em Cotiporã acho que deve ser preservado sim estão destruindo com tudo construindo essas usinas



## Assinaturas

Nome	Localização	Data
Jones Gaucha	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Alana Bortoncello Paludo	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Adão Wons	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Gilnei Rigotto	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-03-31
Diovanni Salvadori	Bento Gonçalves, RS,, , Brazil	2014-03-31
Alan Josian	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
Ivan Brugalli	Garibaldi, , Brazil	2014-03-31
clovis prates	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
CLEUSA TEREZINHA GIRARDI ROSSATO	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Giovana Lira	Cotiporã, , Brazil	2014-03-31
Alex Fellini	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Inde Rossato	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
marcos festa	veranópolis, , Brazil	2014-03-31
ariane dorneles	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31
Darlei Nicolao Machado	cotiporã, Brazil	2014-03-31
Manuel Occorso	Italy	2014-03-31
Fernando Martelli	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31
Daiane Gerhardt	Chapecó, SC, Brazil	2014-03-31
Ítalo Silva	Goiânia, GO, Brazil	2014-03-31
cleverson gaspar	Paulista, Brazil	2014-03-31
Camila Pitol	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Rosa Matilde Fugali	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Lisandra Pitol	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Bernardo de Souza Fiorentin	Veranópolis, RS, Brazil	2014-03-31
Diana Fiori	Vila Flores, RS, Brazil	2014-03-31
Tiago Dall Ago	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Patrícia Cenci	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Fabio Fiorin	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Maicon Marques Marcon	Carbondale, IL, United States	2014-03-31



Nome	Localização	Data
Ricardo Antônio Paludo	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-03-31
MARCIANA SCARTON	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Débora Bourscheid	Ivoti, , Brazil	2014-03-31
Marina Dall'Onder	BG, , Brazil	2014-03-31
Daiane de Brito	Porto Alegre, Brazil	2014-03-31
Beatriz Ribeiro Pereira	Cachoeira do Sul, , Brazil	2014-03-31
Ana Paula Merlo	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Bárbara Roberta Scarton Taffarel	Cotiporã,	2014-03-31
Bruna Griguol	Cotiporã, RS, Brasil,	2014-03-31
Mariana Roncen de oliveira	Caxias do Sul, Brazil	2014-03-31
Anderson Dias Ritter	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-03-31
Ismael Zanetti	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
fernando betti	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Nataniel Breda	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Matheus Correa	Caxias do Sul, RS, Brasil,	2014-03-31
francisca mazzochoi	Chapecó, SC, Brazil	2014-03-31
Luciane Fugali	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-03-31
Jordana Bergamin Regla	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Morgana Siviero	Cotiporã, RS, Brasil,	2014-03-31
Helton Corsini	Araranguá, SC, Brazil	2014-03-31
Ariel Penso	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Felipe Bonfanti de Barros	Bento Gonçalves,	2014-03-31
Fernanda Sousa	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-03-31
Liliane Zinda	Porto Alegre, Brazil	2014-03-31
Eliane Tibola	Cotiporã,	2014-03-31
Sonia Peruzzo	Veranópolis, RS, Brazil	2014-03-31
Márcia Signor Rodrigues	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-03-31
camila avila	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
Eduardo Tarso	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31
Isaac Merlo	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Clarice Girardi Cristofoli	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
Angela Maria Fontoura	Bento Gonçalves, RI, United States	2014-03-31



Nome	Localização	Data
Mônica Picoli	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Alexandre Scussel	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Taís Griguol	Caxias do Sul, RS, Brasil,	2014-03-31
Diagnas Salvador	Veranópolis, Brazil	2014-03-31
Morinda Citrifolia	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-03-31
Giulia Bergamin	Cotiporã,	2014-03-31
Inês Storti	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Sheila Malvestido simeoni	Cotiporã, Brazil	2014-03-31
Linara Segalin	Cotiporã,	2014-03-31
Daniele Lira	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Tassia Sbardelotto	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31
guilherme gabrielle	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Alceu Paim Correa	Bento Gonçalves, Brazil	2014-03-31
Eliza Tres Guindani	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
maisa marson	cotiporã, Brazil	2014-03-31
Bruno Bortoncello	Veranópolis, RS, Brazil	2014-03-31
Fabiola Giroto	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
Roberto Natal Dal Molin	Jesuítas, Brazil	2014-03-31
Nimai Orso	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Adrina Titon Balotin	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Raquel Grappiglia	Bento Gonçalves, RS, Brazil	2014-03-31
ana mieczykowski	Cotiporã, RS, Brazil	2014-03-31
Maria Alice Betinelli	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-04-01
Patrícia Helena Cesca	Cotiporã, RS, Brasil,	2014-04-01
Silvestre De Oliveira	Bento Gonçalves RS, , Brazil	2014-04-01
Alice Girardi	Cotiporã,	2014-04-01
Luiz Carlos Ferreira	Porto Alegre,	2014-04-01
Gabriel Breda	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Rochele Dalmas Girardi	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Leticia Breda	Bento Gonçalves, Brazil	2014-04-01
Alberto Bergamin	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Bruna De Marco	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01

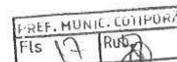


Nome	Localização	Data
Adiles Meneguzzo	Cotiporã, RS, Brasil,	2014-04-01
marcio girardi	Cotiporã, Brazil	2014-04-01
Tiago batista	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-04-01
Mauro Cesar Noskowski	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-04-01
Verediana Regina Wearich	Florianópolis, Brazil	2014-04-01
Renan Lunardi	Cotiporã, Brazil	2014-04-01
Giovani Gruguol	Cotiporã, Brazil	2014-04-01
Fatima Gislaïne Witt Soares	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-04-01
Cristiano Fugali	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Maicon Lazzarini	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Irene Roncato Scussel	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Danieli Zardo	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
jucileia siviero	cotiporã,	2014-04-01
Maquélen Falcade	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Masseo Zardo	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Lory Suzana Piccinini	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-04-01
Julia Taffarel Bessega	Cotiporã, Brazil	2014-04-01
Ticiano Cenci	Veranópolis, RS, Brazil	2014-04-01
Leticia Sartoretto	Porto Alegre, RS, Brasil,	2014-04-01
Elói de souza	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
leunir rosa	Bento Gonçalves, , Brazil	2014-04-01
Andreia Turcatel	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Sídia De Mari	Porto Alegre, RS, Brazil	2014-04-01
Mariana Manfro	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
martha sfreddo	Farroupilha, RS, Brazil	2014-04-01
Mateus Cendron	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Bruna Zandavalli	Cotiporã, Brazil	2014-04-01
renan pancotto	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
Ana Júlia Griguol	Cotiporã, RS, Brazil	2014-04-01
miria PEREIRA	Floripa,	2014-04-01
Roberta Padova	Veranópolis, Brazil	2014-04-01
ronaldo munaretto	Caxias do Sul, Brazil	2014-04-01

**ANEXO B- MATÉRIA RÁDIO VERANENSE 1/04/2014**

1/4/2014

RedeSul de Rádio



## **Grupo de Cotiporã organiza manifestação contra construção de PCH no Arroio Vicente Rosa**

### **Ato deve acontecer no sábado e membros alegam que edificação causaria poluição do córrego**

Cascata dos Calza. Foto: Divulgação/Facebook

Um grupo de moradores de Cotiporã está organizando uma manifestação neste sábado, dia 1º de fevereiro, às 18h, contra os estudos que indicam a possibilidade da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no Arroio Vicente Rosa, interior do município. A mobilização será próximo ao Centro de Informações Turísticas, no Centro da cidade.

Segundo eles, o local conhecido como “Cascata dos Calza”, na Zona Calza, é “um verdadeiro paraíso natural”, muito frequentado por moradores do município e se caso a PCH seja construída, causará a poluição do córrego. O grupo está se organizando pela rede social facebook e confeccionando cartazes e folders, além de distribuir plantas e orientar a população sobre a importância desse local.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) ainda não confirmou se existe um estudo que indica a possibilidade da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no local. Um dos organizadores, Nataniel Breda, explica que esse local ainda não está tombado como patrimônio turístico do município e o objetivo é conseguir isso antes que a Fepam conceda a eventual licença para a construção da PCH.

Ele acredita que esse ponto tem um grande potencial turístico e a ideia é que "não se perca isso". Além disso, segundo Breda, a pequena hidrelétrica geraria energia para somente três meses por ano.

Ouçá um dos organizadores da manifestação, Nataniel Breda.

*por Davi Trintinaglia (Rádio Veranense), dia 30/01/2014 às 10:07*

## ANEXO C- INDEFERIMENTO FEPAM 2014

Ofício FEPAM Nº 1472 1/2014  
 Ref. Proc. Admin nº. 9398-05.67/14-9  
 ID 662687

Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

Prezado Empreendedor:

Em resposta a solicitação, informamos que o local pretendido para instalação da **CGH ARROIO VICENTE ROSA** (coordenadas: lat. -28.959803 e long.-51.722533), localizado no arroio Vicente Rosa no município de Cotiporã, afluente do rio Carreiro, Bacia Hidrográfica Taquari – Antas, situa-se em local de uso turístico consagrado do município de Cotiporã. Na região e no local previsto para a construção da CGH Arroio Vicente Rosa, existem trilhas ecológicas, como a trilha das lontras; diversas cachoeiras, sendo a mais conhecida como a cachoeira dos Calza.

A FEPAM elaborou o estudo intitulado, Estudo de Avaliação Regional na Bacia Taquari – Antas para fins de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, FEPAM, 2001 e 2014, no qual possui entre uma das suas diretrizes para conservação da qualidade ambiental na bacia hidrográfica: *Incentivar a conservação da geodiversidade, através da implementação de programas que valorizem o patrimônio geológico, geomorfológico, paisagístico e turístico da região.*

Assim, como a implantação deste empreendimento poderá impactar estes locais de uso turístico consagrado e, motivados pelos aspectos relacionados acima, o local **não é viável** para este empreendimento.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Divisão de Geração de Energia - DIGEN do Departamento de Qualidade e Infraestrutura – DPQI, pelo telefone (51) 3288-9430 ou através do endereço eletrônico [segen@fepam.rs.gov.br](mailto:segen@fepam.rs.gov.br).

Atenciosamente,

André Bernardi Bicca de Barcellos  
 Chefe da DIGEN/FEPAM

A  
 Vitória Consultoria Ambiental Ltda  
 Rua vinte e cinco de julho, nº1896  
 Bairro Centro  
 Caxias do SUL  
 CEP 95020-280

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS  
 Av. Borges de Medeiros, 261 – Fone: (0xx51) 3288-9400 – CEP 90020-021  
 Porto Alegre – RS – Brasil

1



propriedade a todos pela primeira e parabenizou a Administração pela conclusão dos trabalhos. Falou sobre o trabalho que é realizado pela Empresa, como também quais atividades desempenham dentro de seu perfil técnico. O proprietário da empresa honrou a todos com a exploração do estudo de viabilidade e estudo ambiental para implantação do empreendimento, falando que todos os projetos realizados pela empresa seguem as normas legais e de responsabilidade ambiental junto aos órgãos reguladores. Explicou as diferenças entre os tipos de licenças e empreendimento. O processo da empresa abrange todos os pontos desde a constituição, falando de cada etapa que será seguida para viabilidade do empreendimento.

Agradou a todos e a ocasião e despediu-se para eventual exclusividade. Passou a palavra para empresa Bushitz, representada pelo vice-proprietário Luciano que é há mais de 10 anos falando sobre os estudos realizados pela empresa, sejam eles de solo e hidrologia, termitologia de forma física, segundo o mesmo a terra exige uma compensação em dobro da área desmatada, afirmando que sempre existirá impacto no entorno de meio ambiente. A palavra foi transferida para a representante da mesma empresa Alvine, engenheira ambiental que explicou o processo de criação de energia e todo trabalho que é realizado até a chegada da energia na casa das pessoas, ressaltou sobre o empreendimento realizado com relação aos animais e vegetais que há no local, mostrando que se preferiu a instalação do empreendimento para se pronunciar, representando o grupo dos que não aceitarão a construção do empreendimento iniciado e pela a licença legal que representou todos, comparativos

de geração de energia, e finalizou falando também  
 sobre os recursos que tem para o município, falando  
 que em um valeu quem em termos de dois mil reais  
 por mês. A palavra passou para Nelson Breda  
 que falou que a cachoeira é um local de lazer, falou  
 sobre a importância do turismo e também do potencial  
 turístico que o município de Cotipuru possui, falando  
 do grande desenvolvimento que o mesmo tem nos últimos  
 anos. A palavra passou para a mercadora  
 Juliano Lopes, que citou de exploração de terras e  
 imagens, questionou a comunidade se realmente vale  
 a pena. Tem questões financeiras e ambientais quanto  
 um ponto turístico faz relação, revelou também so-  
 bre a importância da cachoeira, e falando do Plano Muni-  
 cipal de Turismo que estabelece metas para o turismo.  
 Dando sequência aos promissões do grupo que se  
 posiciona contra a construção de um prédio próximo a  
 palavra passou com o Ecológico Fabricio Miller,  
 que sustentou que o município de Cotipuru tem gran-  
 de potencial turístico comparando com o município  
 de Gramado, afirmando que o município tem tanto  
 potencial quanto Gramado, pois grande quantidade e  
 diversidade de pontos turísticos, falando que o mu-  
 nicípio tem capacidade para ser construído nacionalmen-  
 te por suas cachoeiras, arquitetura e paisagem por em  
 parte turística que está sendo realizada. Assumiu  
 a palavra a mercadora Angela Scotten Toffel que  
 falou sobre sustentabilidade, que prometerá unir forças  
 para investir em turismo sustentável, enfatizou que  
 em anos passados importantes setores turísticos foram  
 parte do orçamento de estados, referendo  
 a ideia de que tem potencial para crescer e progre-  
 dir sem interferir no meio ambiente, e que fizemos

Neji não apresenta um fim, mas que sejam um  
 e não começo, afirmou Anzela. Assumiu a palavra  
 os que são forçados os empreendedores, ficando  
 com a palavra. Haroldo Tava, demonstrando-se  
 a favor da empimentação dos empreendedores, em  
 primeira relação do empresário e também pensando nos  
 familiares do interno. Assumiu a palavra o me-  
 da Lício Brunoni na sua fala demonstrou uma  
 grande preocupação com a situação das famílias que  
 habitam naquele local, por estarem infectados, re-  
 licitando ajuda dos empresários para solucionar essa  
 questão. O senhor Jorge Falcão assumiu a palavra  
 e demonstrando sua posição favorável os empreendedores  
 disse que o mesmo temia o acompanhamento de hon-  
 rários para o turismo, com a colocação de empre-  
 estruturas de local. Finalizando os pronunciamentos  
 das equipes favoráveis e contrárias ao empreendi-  
 mento, o secretário Valdir passou a palavra para  
 a empresa dos seus contrapontos com relação aos cole-  
 ctivos, ambos os proprietários da empresa. Vertente  
 de defender os interesses colocados, falando dos bônus  
 físicos do obra. Ainda quis assumir a palavra, fazendo  
 de considerações finais o vereador Márcio Ueno  
 falou sobre a Linc. 14 de julho e dirigiu-se a empresa  
 falando que particularmente gostou do projeto entre-  
 tendo em sua fala disse "a empresa chegou tarde  
 demais". Questionando a empresa a meadora Anzela  
 questionou sobre a empresa Conhecir a Têxtil das  
 mentes, afirmando ser um dos lugares mais lin-  
 des da cidade. O secretário de Administração, conclu-  
 zindo o fim do audiência, passou a palavra ao  
 sujeito José Carlos Bado, que de forma definitiva  
 falou e proibiu qualquer condução dos trabalhos, plet

condução e pontuações, pedindo para que se mani-  
festem em terontolo' a mãe, pumules or jare,  
três do empun dimuto, e portales or contatues  
o continuocão do estudo, com emu manifestocã em  
maioria não oprouu a continuocão do estudo cu  
pu-rectillidocã properte. Noo mais traemelo or  
contos como a praxite ota que não pumules

paes presentes: ~~Stacyr John~~  
KIANU LWARDI, ~~Basilio~~  
Socielli Concharris, Lorrissa Zorotte Zechm, ~~Luiz~~  
João Pereira, Idacilias, Merrate Cala  
João Antonio Caber, David Subar  
Glo Antonio Baga, David Caber, Silvanista  
Marcos Marcos, Sidimic, Silchi, ~~Luiz~~  
Vinicius e o Sr. Guilde de e e e

III. Ju Jun, ~~Stacyr~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~  
João Antonio Pereira, ~~Luiz~~ ~~Luiz~~  
Lance Luis, ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~  
~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~  
Natali Luz, ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~  
Benedict, ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~  
Agulise Judani, ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~

ANEXO E – CAPA JORNAL ESTAFETA 13/09/2017



## ANEXO F - MATÉRIA JORNAL ESTAFETA 13/09/2017

PCH

## População decide preservar o "Vicente Rosa"

Com expressiva participação da comunidade cotiporanense, aconteceu no último sábado dia 9, Audiência Pública para apresentação de estudo de pré-viabilidade de implantação de pequena usina hidrelétrica no arroio Vicente Rosa, Zona Calza, em Cotiporã. As empresas interessadas, Vertente Energia e BIOBRAZ Serviços Ambientais, solicitaram à Prefeitura Municipal uma autorização para desenvolver os estudos no local. Para tanto, o prefeito José Carlos Breda convocou a população a fim de consultar a opinião e posicionamento dos cotiporanenses sobre o

assunto.

Os sócios proprietários das empresas apresentaram suas propostas e esclareceram as dúvidas dos participantes. Além disso, foi possibilitado o debate entre as partes favoráveis e contrárias ao projeto. Entre diversos pontos citados, o baixo retorno em relação ao impacto ambiental na região da instalação e a perda de um local de lazer da população, destacou-se entre os cotiporanenses contra a implantação da CGH no arroio.

A partir das manifestações e desejo da maioria para que não houvessem alterações no Arroio, Breda definiu,

democraticamente e acatando a opinião dos presentes, que não será concedida a autorização para que seja elaborado o estudo de pré viabilidade de implantação da CGH no arroio Vicente Rosa, Zona Calza.

Breda ressaltou que, como líderes municipais, uma decisão desta deveria ser tomada juntamente com a população, aceitando sugestões e discutindo o futuro do município. "A Administração Municipal é porta voz da população e por isso, possibilitamos que a decisão fosse tomada em conjunto, respeitando as preferências da população e, principalmente, a democracia", afirmou.

A Audiência Pública foi realizada no Anfiteatro Municipal, com participação de lideranças municipais, vereadores, proprietários das terras, empresas interessadas e população em geral.

## Rafael na Maratona de Punta del Este

O diretor Executivo do Jornal O Estafeta, Rafael Dalla Coletta, participou no

faleceu no final do mês de fevereiro. Rafael se destacou na categoria 21km. Segundo

## ANEXO G – REQUERIMENTO FEPAM

### REQUERIMENTO

À Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM

A ASSOCIAÇÃO COTIPORANENSE DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL-ACOPAN<sup>1</sup>, Organização Não Governamental, sediada na cidade de Cotiporã, inscrita no CNPJ 02.275.090/0001-59, fundada em 05/06/1990, vem respeitosamente solicitar à Vossa Senhoria a inclusão dos documentos anexos e esse requerimento aos processos 001306-0567/17-3 e 001006-0567/17-9 da empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 13904492000191. Esses processos buscam o consentimento da FEPAM para a realização de estudos preliminares da viabilidade da implantação da CGH Calza no arroio Vicente Rosa, afluente do Rio Carreiro, Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, localizada no município de Cotiporã, coordenadas: Lat. - 28.960278° Long. - 51.722500. No referido local, está localizada Cascata do Calza um dos principais pontos turísticos da cidade. Dessa forma, solicitamos que considerem os fatos abaixo narrados para a negativa da concessão que envolve o empreendimento da CGH CALZA.

Considerando os seguintes motivos:

- 1- A Cascata dos Calza é uma queda d'água de aproximadamente 8 metros de altura por 18 metros de largura e configura um dos principais pontos turísticos da cidade. Não apenas a cascata é um local de singular beleza, como também, o entorno dela com pequenas quedas da água de um riacho que deságua logo abaixo da Cascata dos Calza, a ponte pênsil, a vista. (ANEXO 1, descrição e fotos do local)
- 2- A Cascata Calza é o destino final da Trilha das Lontras, um trekking de aproximadamente 6Km que percorre diversas paisagens ao longo do Arroio Vicente Rosa. Essa trilha foi criada há mais de 20 anos e é usada tanto por turistas, quanto pela própria população da cidade, possibilitando o contato um ambiente natural deslumbrante. Nesse período, diversos grupos de munícipes participaram de cursos de guia e/ou condutor de trilha para guiarem em trekkings como o da Trilha das Lontras. Recentemente, outro grupo realizou um curso de condutores de trilha, com apoio da Prefeitura Municipal de Cotiporã como forma de iniciativa ao desenvolvimento do turismo local. (ANEXO 2, a Trilha das Lontras).

---

<sup>1</sup> Contato: [acopancotipora@gmail.com](mailto:acopancotipora@gmail.com)

- 3- A cascata Calza é um patrimônio cultural da cidade de Cotiporã. Muitas gerações frequentaram e frequentam o local para o lazer, camping, turismo religioso e outras atividades ligadas à natureza, dessa forma, esse local possui um significado para a comunidade muito além de ser apenas uma cascata, ele faz parte da cultura local. (ANEXO 3)
- 4- O local é usado frequentemente como espaço de educação ambiental de jovens da cidade e das cidades vizinhas. Além disso, diversas pesquisas científicas foram realizadas nesse local, especialmente pela comunidade científica da Universidade de Caxias do Sul. (ANEXO 4)
- 5- O Arroio Vicente Rosa possui naturalmente uma vazão muito baixa, sendo que, nos meses de verão, ocorre uma quebra brusca na vazão do arroio, possivelmente impossibilitando, no caso da execução da obra preterida, a utilização das águas para a geração de energia. Inclusive, na audiência pública realizada, em 9 de setembro de 2017, na cidade de Cotiporã (narrada no item 9) os representantes da empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA manifestaram estar cientes da baixa vazão do arroio e que teriam de desativar a geração de energia durante uma parte do ano. (ANEXO 5).
- 6- A cidade de Cotiporã possui uma beleza rara e desenvolve o turismo em diversas áreas. É uma cidade pequena, majoritariamente de colonização italiana que mantém hábitos e tradições da colonização muito vívidos, dessa forma, mantém preservados além dos costumes muitas construções do início do século passado. Possui ainda uma culinária típica italiana com produção de queijos, vinhos, sucos e ainda tem uma forte cultura religiosa propícia para o turismo religioso. Mas o grande destaque são as belezas naturais, é uma cidade cercada de rios, com vistas para vales, mirantes, cachoeiras, trilhas. Desse conjunto de bens naturais a Cascata Calza é um destaque: proporciona, além da vista de vales, a interação direta pela possibilidade de tomar banho nas águas das piscinas naturais abaixo da queda. (ANEXO 6 – turismo em Cotiporã)
- 7- Em 2014, a empresa JCS ENGENHARIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI – EPP, CPF/CNPJ: 6094758000112 solicitou para a FEPAM a construção de uma CGH no local (Processo: 009398-0567/14-9). Já naquela ocasião, a população

local se manifestou contrária a realização de tal empreendimento na Cascata Calza, por meio de manifestação pública e abaixo assinados. (ANEXO 7).

- 8- Em 2014, a própria FEPAM se manifestou contra a realização de empreendimento, nesse mesmo local, (processo 009398-0567/14-9). No documento citado, a decisão da negativa para o empreendimento se apoia em uma norma técnica da própria FEPAM, que elaborou o estudo intitulado: *Estudo de Avaliação Regional na Bacia Taquari – Antas para fins de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, FEPAM, 2001 e 2014*, no qual possui entre uma das suas diretrizes para conservação da qualidade ambiental na bacia hidrográfica: “Incentivar a conservação da geodiversidade, através da implementação de programas que valorizem o patrimônio geológico, geomorfológico, paisagístico e turístico da região”. Diz ainda:

Situa-se em local de uso turístico consagrado do município de Cotiporã. Na região e no local previsto para a construção da CGH Arroio Vicente Rosa, existem trilhas ecológicas, como a trilha das lontras; diversas cascatas, sendo a mais conhecida como a cascata dos Calza. (Anexo 8, processo Fepam)

- 9 Em 9 de setembro de 2017, a Prefeitura Municipal de Cotiporã fez uma Audiência Pública, buscando aferir a opinião da população sobre o pedido da empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA para estudo de pré-viabilidade e estudo ambiental para futura implantação da CGH Calza. Nessa audiência, a sociedade civil se manifestou e, ao final, o excelentíssimo Senhor Prefeito da cidade, José Carlos Breda, fez uma votação, ganhando de forma majoritária a negativa para o apoio a construção. (Anexo 9, convocação da prefeitura, ata da audiência, clipping da imprensa).
- 10 Em 2015, a FEPAM publica nova técnica “Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari Antas para fins de Licenciamento de empreendimentos Hidrelétricos”. Nessa norma, consta que o acúmulo de empreendimentos em uma bacia hidrográfica tem consequências ambientais regionais que não podem ser estimadas somente com base em avaliações ambientais sobre cada empreendimento individual. O município de Cotiporã tem 3917 habitantes (Fonte: Censo 2010) e área de 172,375 Km<sup>2</sup> e já possui três usinas instaladas: a PCH Linha Emília, no Rio Carreiro, com a potência instalada de 19,5 MW; a PCH Cotiporã, no Rio Carreiro, com potência instalada de 19,5 MW; a UHE 14 de julho, no Rio da Antas, com potência de 100 MW, totalizando 139 MW de potência instalada. Em 20 de julho de 2017, a ANEEL registrou a adequabilidade do estudo da realização da PCH São Valentim, com potência instalada de 21MW, dessa forma, em breve, possivelmente, teremos a produção de 160 MW. A

empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 13904492000191 apresentou o projeto para a construção da CGH Calza com a potência prevista do empreendimento é de 1 MW, ou seja, uma produção insignificante perto do que já produzimos. (Anexo matriz energética). E ainda o Arroio Vicente Rosa é o único sem barramento de usinas da cidade. (ANEXO 10)

11 As PCHs são isentas de impostos municipais, recolhem ICMS para o estado o qual redistribui 25% para o município. Nessa mesma audiência pública citada anteriormente, o prefeito da cidade de Cotiporã informou que o retorno de impostos da PCH Cotiporã (casa de máquinas instalada em território da cidade) é de aproximadamente 20.000,00 (vinte mil reais por mês). Sendo que a produção é de 19,5 MW. No caso da CGH Calza são aplicados os mesmos impostos que a PCH e a produção estimada é de 1MW por mês, sendo então o valor de retorno para a cidade em impostos é algo entre mil e dois mil reais mensais, um valor insignificante em termos de caixa municipal.

12 Em 2015 a FEPAM lançou a NOTA TÉCNICA: “Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari Antas para fins de Licenciamento de empreendimentos Hidrelétricos”. No referido documento, encontramos a seguinte orientação:

Não implantar aproveitamento hidrelétrico nos locais definidos como atrativos turísticos pontuais relacionados ao meio natural. Para preservar os aspectos ambientais, paisagísticos e potenciais turísticos, em associação com a hidrografia (como cascatas, campings e balneários), englobados pelo conceito de geodiversidade que tem como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

Cita ainda, nas Diretrizes para a conservação da qualidade ambiental na bacia hidrográfica, que se deve “incentivar a conservação da geodiversidade, através da implementação de programas que caracterizem, valorizem e protejam o patrimônio geológico, geomorfológico, paisagístico e turístico da região”.

13 Quanto à legislação pertinente a essa temática: temos como definição do patrimônio natural e cultural:

O Patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente no espelho de sua alma). (GARBINATTO, 1979, p.45).

O artigo 216 da Constituição Nacional traz a base conceitual, além de definir alguns institutos jurídicos que amparam a preservação e conservação dos patrimônios, conforme se analisa, a seguir:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifos nossos).

1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

A partir do que já foi exposto em relação à Cascata Calza e à Trilha das Lontras nesta compilação, e considerando a lei supracitada e a literatura correlativa, fica evidente que tais patrimônios naturais compreendem patrimônios culturais da comunidade cotiporanense e devem, legalmente, serem tratados e respeitados como tais.

Como prevê o artigo 1º da referida lei, o Poder Público tem a obrigação de proteger, assim como a comunidade tem o poder e a responsabilidade cidadã de colaborar para a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, bem como vigiar e preservar. A partir disso, pressupõe-se que a comunidade pode denunciar a prática de atos que contrariem a lei ou ameace descumprí-la. Relacionado a tais infrações, o quarto parágrafo versa sobre a responsabilização legal daquele que ameaçar ou causar danos a um patrimônio cultural, assegurando a sua punição.

Logo, amparada pela norma constitucional, o que essa compilação almeja é a proteção e a preservação de um patrimônio cultural da comunidade de Cotiporã, a Cascata Calza, bem como, elucidar a respeito da ameaça de desrespeito à legislação, visto que tal patrimônio vem sendo ameaçado de destruição por empresas que pretendem construir uma CGH.

Como pode ser observado pelas explicações acima, a Cascata Calza e arredores, assim como toda a Trilha das Lontras, são áreas turísticas do município de Cotiporã, fazem parte do patrimônio natural do município, são patrimônios paisagísticos de espetacular e autêntica beleza, e são apropriadas pela população local, constituindo assim também um patrimônio cultural. Além disso, apresentamos as manifestações da sociedade civil contra a construção de uma CGH em 2014 e novamente em 2017. Dessa forma, a comunidade está desempenhando sua cidadania e fazendo valer a democracia que rege nossa Constituição. Esse documento vem representá-la e zelar para que seu legítimo e legal interesse não seja subordinado a interesses mercadológicos. Ainda, corroborando com a causa defendida por maioria da população participante da Assembleia Pública do dia 09 de setembro de 2017 em Cotiporã, que foi contrária a implantação de um CGH na Cascata Calza.

Pede-se o indeferimento dos estudos e licenciamentos referentes à PCH Calza

Cotiporã, 23 de outubro de 2017

Fábio Scussel  
Presidente da Acopan  
OAB-

Luciane Fugali  
Assessora de Comunicação  
CONREP - 3096

## ANEXO H – RECOMENDAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO

Original no proc. Nº 53874-0567/17-8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 MINISTÉRIO PÚBLICO  
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERANÓPOLIS  
 Procedimento nº 01920.000.911/2017 — Inquérito Civil

## MANDADO DE NOTIFICAÇÃO - RECOMENDAÇÃO

01920.000.911/2017-0003

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul; Lei Federal nº 7.347/85; Lei Federal nº 8.625/93; e Lei Estadual nº 7.669/82; NOTIFICA a pessoa abaixo identificada nos seguintes termos:

**Notificado: Sr. Gabriel Simioni Ritter - Diretor-Técnico da FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler**

Endereço do notificado: **Diligência: endereço**

Finalidade: Cientificar sobre recomendação expedida no(a) Inquérito Civil 01920.000.911/2017, conforme cópia anexa.

Veranópolis, 29 de março de 2018.

Lucio Flavo Miotto,  
 Promotor de Justiça.

DEIX - FEPAM
Recebido em: 29/03/2018
Hora: 14h14min
Ass: [Assinatura]

Nome: **Lucio Flavo Miotto**  
 Promotor de Justiça — 3433188  
 Lotação: **Promotoria de Justiça de Veranópolis**  
 Data: **29/03/2018 17h14min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Rua Frei Ignácio Curtarelli, 52, Bairro São Peregrino, CEP 95330000, Veranópolis, Rio Grande Do Sul  
 Tel. (54) 34412652 — E-mail mpveranopolis@mprs.mp.br

Original no proc. Nº 53874-0567/17-8

Documento assinado digitalmente por (verificado em 29/03/2018 17:14:01):

Nome: **RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA**  
Data: **29/03/2018 17:14:32 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>" informando a chave **00000935289@SIN** e o CRC **8.7485.0869**.

1/1

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>" informando a chave **00000935289@SIN** e o CRC **8.7485.0869**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERANÓPOLIS  
Procedimento nº 01920.000.911/2017 — Inquérito Civil

## RECOMENDAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por seu Promotor de Justiça signatário, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 129 da Constituição Federal de 1988, artigos 26, inciso I, alínea "a", e 27, incisos I e II, e parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 32, inciso IV, da Lei Estadual n.º 7.669/82 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), e artigo 29 do Provimento n.º 26/2008 da Procuradoria-Geral de Justiça,

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** a faculdade assegurada aos membros do Ministério Público de expedir recomendações objetivando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

**CONSIDERANDO** que, em matéria de danos ao meio ambiente, a responsabilidade civil é objetiva, respondendo todos os que colaborarem para o resultado lesivo (art. 225, § 3º, da Constituição Federal);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERANÓPOLIS  
Procedimento nº 01920.000.911/2017 — Inquérito Civil

**CONSIDERANDO** que tramita na Promotoria de Justiça de Veranópolis o IC. 01920.000.911/2017, instaurado para acompanhar eventual licenciamento ambiental para instalação de Central Geradora Elétrica no Arroio Vicente Rosa, no Município de Cotiporã, RS;

**CONSIDERANDO** a manifestação contrária de moradores locais à instalação de novas usinas no Arroio Vicente Rosa, conforme já encaminhado a essa Fundação;

**CONSIDERANDO** que a produção de energia prevista para o local é PEQUENA (cerca de 1MW), com retorno insignificante de recursos ao Município;

**CONSIDERANDO** que o Município de Cotiporã já comporta três usinas (PCH Linha Emília; PCH Cotiporã, ambas no Rio Carreiro, e UHE 14 de Julho, no Rio das Antas);

**CONSIDERANDO** que a manutenção da hidrodinâmica natural do curso hídrico é imprescindível para a manutenção de sua natureza recreativa, cultural, estética, paisagística e turística, causando impacto socioambiental se instalados os empreendimentos em estudo, conforme demonstrado pela Associação Cotiporanense de Proteção ao Meio Ambiente Natural – ACOPAN;

**CONSIDERANDO** o princípio da precaução, segundo o qual, “quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” (Princípio 15 da Declaração do Rio – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento);

**CONSIDERANDO** a informação da existência de duas solicitações em andamento de Autorização para Manejo de Fauna Silvestre para o mesmo local, visando à instalação de obras para aproveitamento energético (Processos 0000392-0567

Original no proc. Nº 53874-0567/17-8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERANÓPOLIS  
Procedimento nº 01920.000.911/2017 — Inquérito Civil

/18-1 e 001306-0567/17-3, solicitado pelas empresas JCS Engenharia, Consultoria e Participações Eireli e Vertente Engenharia Ltda., respectivamente),

**CONSIDERANDO**, em especial, que já houve o indeferimento de licenciamento para aproveitamento energético no Arroio Vicente Rosa por esse Órgão Ambiental, nos autos do Processo Administrativo nº 009398-05.67/14-9, uma vez que na área objeto do feito, existem trilhas ecológicas (como a Trilha das Lontras) e diversas cachoeiras, sendo a mais conhecida a Cachoeira dos Calza, sendo que a implantação do empreendimento poderia impactar esses locais de uso turístico consagrado, indo de encontro às diretrizes para conservação da qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, conforme estudo realizado,

**EXPEDE RECOMENDAÇÃO** à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS para que se atenha a todos os apontamentos aqui referidos, bem como àqueles feitos pela ACOPAN, caso requerido licenciamento para aproveitamento energético no Arroio Vicente Rosa, localizado no Município de Cotiporã, RS, **mantendo-se apensados aos dois processos administrativos acima referidos** os documentos entregues a essa Fundação pela ACOPAN.

O desatendimento à presente Recomendação poderá implicar na adoção das medidas legais e judiciais cabíveis, objetivando-se, inclusive, a punição dos responsáveis, além da responsabilização civil por eventuais danos que ocorrerem.

**Aguarda manifestação no prazo de sessenta dias.**

Veranópolis, 29 de março de 2018.

Lucio Flavo Miotto,  
Promotor de Justiça.

Rua Frei Ignácio Curtarelli, 52, Bairro São Peregrino, CEP 95330000, Veranópolis, Rio Grande Do Sul  
Tel. (54) 34412652 — E-mail mpveranopolis@mprs.mp.br

Procurador-Geral de Justiça - 5ª Região - RUA FRII IGNACIO CURTARELLI, 52 - CEP. 95330-000 - VERANÓPOLIS - RS - FONE: (54) 3441-2652

Original no proc. Nº 53874-0567/17-8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERANÓPOLIS  
Procedimento nº 01920.000.911/2017 — Inquérito Civil

Documento assinado digitalmente por (verificado em 29/03/2018 17:14:33):

Nome: **Lucio Flavo Miotto**  
Data: **29/03/2018 14:54:01 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>" informando a chave **000000933906@SIN** e o CRC **11.0507.8147**.

1/1

Rua Frei Ignácio Curtarelli, 52, Bairro São Peregrino, CEP 95330000, Veranópolis, Rio Grande Do Sul  
Tel. (54) 34412652 — E-mail mpveranopolis@mprs.mp.br

Procedimento nº 01920.000.911/2017 — Inquérito Civil — CRC 11.0507.8147

Original no proc. Nº 53874-0567/17-8



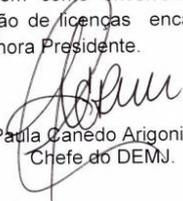
Processo nº 53874-0567/17-8

Encaminhamento nº 14/2018

Senhora Presidente da FEPAM

Trata-se de RECOMENDAÇÃO da PROMOTORIA DE VERANOPOLIS emitida no Inquérito Civil nº 01920.000.911/2017 a fim de que a FEPAM se atenha a todos os apontamentos referidos nos considerandos do documento, bem como os realizados pela ACOPAN, caso requerido licenciamento para aproveitamento energético no Arroio Vicente Rosa, localizado em Cotiporã, mantendo-se apensado aos dois processos administrativos os documentos entregues pela ACOPAN;

Considerando a determinação da Presidente no sentido de seja passado pelo Gabinete **Recomendações**, bem como envolvendo alteração de condicionantes, revogação, cassação e anulação de licenças encaminha-se o presente ofício para ciência e considerações da senhora Presidente.



Ana Paula Canêdo Arigoni Bentlin,  
Chefe do DEMJ.

Ciente, ao DIGEN para atendimento.



Ana Maria Pellini  
Diretora Presidente da FEPAM

## ANEXO I – INDEFERIMENTO FEPAM 2017



Processo nº  
392-05.67 / 18.1

INMFS Nº 00009 / 2018

### INDEF DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE FAUNA SILVESTRE

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 392-05.67/18.1 INDEFERE a solicitação de AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE.

#### I - Identificação:

**EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 199969 - JCS ENGENHARIA, CONSULTORIA E PARTICIPACOES EIRELI**

CPF / CNPJ / Doc Estr: 06.094.758/0001-12  
 ENDEREÇO: RUA JOAO FRANZNER 115  
 SAO LUIS  
 89253-640 JARAGUA DO SUL - SC

**EMPREENDIMENTO: 405510**

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA LINHA JULIO DE OLIVEIRA  
 COTIPORA - RS  
 COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -28,96037500 Longitude: -51,72263600

**A PROMOVER O MANEJO DE FAUNA SILVESTRE A FIM DE VIABILIZAR INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO: CGH ARROIO VICENTE ROSA**

RAMO DE ATIVIDADE: 3.510,20

#### II - Motivos do Indeferimento:

1. O local proposto para o aproveitamento hidrelétrico é caracterizado pelo consagrado uso turístico, por meio da realização de atividades de ecoturismo e trilhas ecológicas, como a Trilha das Lontras, bem como pela existência de diversas cachoeiras, sendo a mais conhecida a Cascata dos Calza;
2. A implantação de aproveitamento hidrelétrico no referido local contraria as diretrizes dos estudos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas de não implantar aproveitamento hidrelétrico nos locais definidos como atrativos turísticos pontuais relacionados ao meio natural, cujo intuito é preservar os aspectos ambientais, paisagísticos e potenciais turísticos;
3. Houve indeferimento de aproveitamento hidrelétrico no Arroio Vicente Rosa, datado de 02/12/2014, nos autos do processo nº 009398-0567/14-9;
4. Em atendimento à recomendação da Promotoria de Veranópolis, Ministério Público Estadual, expedida no âmbito do Inquérito Civil nº 01920.000.911/2017, instaurado para acompanhar eventual licenciamento ambiental para instalação de Central Geradora Elétrica no Arroio Vicente Rosa, município de Cotiporã;
5. Tendo em vista que a implantação deste empreendimento poderá impactar local de uso turístico consagrado, e com base nos itens anteriormente elencados, o local não é viável para implantação de aproveitamentos hidrelétricos. Assim sendo, não se justifica autorizar a realização de manejo de fauna silvestre para elaborar estudos em local cujo licenciamento é inviável do ponto de vista socioambiental.

**Data de emissão: Porto Alegre, 25 de abril de 2018.**

**Este documento licenciatório foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site [www.fepam.rs.gov.br](http://www.fepam.rs.gov.br).**

INMFS Nº 00009 / 2018

Gerado em 26/04/2018 14:31:19

Id Doc. 897328

Folha 1/1



Nome do arquivo: afobgx3i.cri  
Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Cristiano Horbach Prass	26/04/2018 16:34:00 GMT-03:00	97849260082	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**Informações:**

Acerca da análise da situação do local proposto para o empreendimento, faz-se as seguintes considerações:

- O processo referido trata de Autorização para Manejo de Fauna Silvestre, para a obtenção de dados primários para a elaboração de estudo ambiental a ser apresentado quando da abertura de processo de requerimento de Licença Prévia para o aproveitamento;
- Foram recebidas pela FEPAM informações a respeito do uso consolidado turístico e cultural do entorno da área proposta para o empreendimento. A documentação original entregue pela ONG ACOPAN foi integralmente apensada ao processo nº 53874-0567/17-8, de Informação requerido pela Promotoria de Veranópolis, Ministério Público Estadual. Cópia digital do requerimento da ONG foi anexada ao processo em tela por meio de Informação Outra nº 129/2018 - DIGEN (DOC ID. nº 897297); não foi possível anexar o arquivo integral em virtude de restrições operacionais dos sistemas da FEPAM, tanto do Banco de Dados quanto do Sistema Online de Licenciamento, relacionadas ao tamanho do arquivo digitalizado e à impossibilidade de entes externos anexarem documentações aos processos digitais;
- Há tramitação de Inquérito Civil nº 01920.000.911/2017, instaurado pela Promotoria de Justiça de Veranópolis - Ministério Público Estadual, para acompanhar eventual licenciamento ambiental para instalação de Central Geradora Elétrica no Arroio Vicente Rosa, município de Cotiporã;
- Foi recebida pela FEPAM notificação a respeito da recomendação expedida no Inquérito acima referido, cuja cópia digital foi anexada ao processo em tela por meio de Informação Outra nº 128/2018 - DIGEN (DOC ID. nº 897245);
- Houve indeferimento de licenciamento para aproveitamento energético no Arroio Vicente Rosa pela FEPAM (proc. nº 9398-0567/14-9), em virtude do uso consagrado da área pela população; sendo que a implantação de empreendimentos no local poderia contrariar as diretrizes para conservação da qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica Taquari- Antas;

Com base no acima exposto somos de parecer favorável ao INDEFERIMENTO do pleito, bem como da consolidação da inviabilidade de licenciamento de aproveitamentos hidrelétricos no referido local.

Somos de parecer favorável ao INDEFERIMENTO da Autorização para Manejo e Captura de Fauna Silvestre solicitada.

**I - Identificação:**

**EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 199435 - VERTENTE ENGENHARIA LTDA**

CPF / CNPJ / Doc Estr: 13.904.492/0001-91  
 ENDEREÇO: RUA FELIPE ANTONIO 147  
 TACCA  
 89820-000 XANXERE - SC

**EMPREENHIMENTO: 402354**

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA LINHA JULIO DE OLIVEIRA 0  
 INTERIOR  
 COTIPORA - RS  
 COORDENADAS GEOGRÁFICAS: **Latitude:** -28,96027800 **Longitude:** -51,72250000

**A PROMOVER O MANEJO DE FAUNA SILVESTRE A FIM DE VIABILIZAR INSTALAÇÃO DO EMPREENHIMENTO: CGH CALZA**

**RAMO DE ATIVIDADE:** 3.510,20

**II - Motivos do Indeferimento:**

1. O local proposto para o aproveitamento hidrelétrico é caracterizado pelo consagrado uso turístico, por meio da realização de atividades de ecoturismo e trilhas ecológicas, como a Trilha das Lontras, bem como pela existência de diversas cascatas, sendo a mais conhecida a Cascata dos Calza;
2. A implantação de aproveitamento hidrelétrico no referido local contraria as diretrizes dos estudos da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas de não implantar aproveitamento hidrelétrico nos locais definidos como atrativos turísticos pontuais relacionados ao meio natural, cujo intuito é preservar os aspectos ambientais, paisagísticos e potenciais turísticos;

3. Houve indeferimento de aproveitamento hidrelétrico no Arroio Vicente Rosa, datado de 02/12/2014, nos autos do processo nº 009398-0567/14-9;
4. Em atendimento à recomendação da Promotoria de Veranópolis, Ministério Público Estadual, expedida no âmbito do Inquérito Civil nº 01920.000.911/2017, instaurado para acompanhar eventual licenciamento ambiental para instalação de Central Geradora Elétrica no Arroio Vicente Rosa, município de Cotiporã;
5. Tendo em vista que a implantação deste empreendimento poderá impactar local de uso turístico consagrado, e com base nos itens anteriormente elencados, o local não é viável para implantação de aproveitamentos hidrelétricos. Assim sendo, não se justifica autorizar a realização de manejo de fauna silvestre para elaborar estudos em local cujo licenciamento é inviável do ponto de vista socioambiental.

Porto Alegre, 25 de abril de 2018.

**Parecer liberado eletronicamente por:**

**ANITA MACEDO DE CAMPOS**

**Bióloga**

ANALISTA - Id Funcional 43070380.1

**Este Parecer foi submetido à ciência das chefias abaixo e considerado apto para assinatura do documento final.**

<i>Seq</i>	<i>Setor</i>	<i>Sigla</i>	<i>Data Ciência</i>	<i>Nome</i>
1	2034	DIGEN	26/04/2018	CLEONICE KAZMIRCZAK
2	203	DQPI	26/04/2018	ANA ROSA SEVERO BERED

Assinatura Digital da Licença: DIRETORIA TÉCNICA

## ANEXO J – REQUERIMENTO MONUMENTO NATURAL

### À Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM

A ASSOCIAÇÃO COTIPORANENSE DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL-ACOPAN, Organização Não Governamental, sediada na cidade de Cotiporã, inscrita no CNPJ 02.275.090/0001-59, fundada em 05/06/1990, vem respeitosamente solicitar a Vossa Senhoria a análise da possibilidade da inclusão da Cascata Calza e da Cascata Vêneto na lista dos Monumentos Naturais presentes na *NOTA TÉCNICA: Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari- Antas para fins de Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos*. Para tanto, juntamos a documentação, em anexo, buscando comprovar que os locais são definidos como atrativos turísticos e já apropriados pela comunidade. Ambas cascatas, Calza e a Vêneto, estão localizadas no arroio Vicente Rosa, afluente do Rio Carreiro, Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, localizada no município de Cotiporã. A Cascata Calza nas coordenadas: Lat. - 28.960278° Long. - 51.722500 e a Cascata Vêneto Lat. 28°57'01.57"S, Long 51°42'47.95"O, a distância entre elas é de 2.480 metros.

Em 2015, a FEPAM lançou a *NOTA TÉCNICA: Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari - Antas para fins de Licenciamento de empreendimentos Hidrelétricos*. No referido documento, encontramos a seguinte orientação:

Não implantar aproveitamento hidrelétrico nos locais definidos como atrativos turísticos pontuais relacionados ao meio natural. Para preservar os aspectos ambientais, paisagísticos e potenciais turísticos, em associação com a hidrografia (como cascatas, campings e balneários), englobados pelo conceito de geodiversidade que tem como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

Dessa forma, esse documento busca demonstrar que as cascatas se enquadram como locais que devem ser preservados tendo em vista que estão enquadrados integralmente nas diretrizes acima citadas. Para fins de organização, elencamos a lista de principais motivos encontrados que justifiquem a inclusão das cascatas na lista de Monumentos Naturais e, na sequência, fizemos uma lista de anexos que proporcionam o embasamento dos dados abaixo afirmados. Inicialmente realizamos a descrição estética dos locais nos itens 1 e 2, na sequência configuramos o uso turismo nos itens 3

e 4. Apresentamos o contexto educativo do local e científico no item 5. Demonstramos o contexto cultural do local como um Patrimônio Natural já apropriado pela população há muitas décadas no item 6. No item 7 trazemos o reconhecimento dos atrativos pela cobertura dos maiores meios de comunicação do país. Registramos as duas oportunidades em que já ocorreu a solicitação de realização de empreendimentos energéticos no local e as manifestações contrárias à realização dos empreendimentos no local nos itens 8 e 9. No item 10, expomos a não representatividade econômica da realização de empreendimento hidrelétrico no local. Por fim, registramos ainda, que os argumentos utilizados nos diferentes itens se interseccionam constantemente.

Considerando os seguintes motivos:

1. A Cascata Vêneto é uma queda d'água de aproximadamente 5 metros de altura por 10 metros de largura. Anterior à Cascata Calza, o acesso a ela é somente via trilhas, por esse motivo, tem uma circulação menor de pessoas que a Cascata Calza, mas também, possui peculiar beleza. No anexo 1, fizemos a descrição objetiva do local, além de fotos. **(Anexo I)**
2. A Cascata Calza é uma queda d'água de aproximadamente 8 metros de altura por 18 metros de largura e configura um dos principais pontos turísticos da cidade. Não apenas a cascata é um local de singular beleza, como também, o seu entorno, composto por pequenas quedas, a ponte pênsil, as montanhas ao fundo do cenário, a mata abundante. **(Anexo II** descrição do local e fotos).
3. A cidade de Cotiporã tem como objetivo o desenvolvimento do turismo, nesse contexto, um dos principais atrativos da cidade é a Trilha das Lontras, que é um trekking de aproximadamente 6 km que percorre diversas paisagens, ao longo do Arroio Vicente Rosa, e tem como pontos altos a passagem pela Cascata Vêneto e pela Cascata Calza, configurando nesta o grande final da trilha. Essa trilha foi criada há mais de 20 anos e é usada tanto por turistas, quanto pela própria população da cidade, possibilitando o contato com um ambiente natural deslumbrante. Nesse período, diversos grupos de munícipes participaram de cursos de guia e/ou condutor de trilha para guiarem em trekkings como o da Trilha das Lontras. Recentemente, outro grupo realizou um curso de condutores

de trilha, com apoio da Prefeitura Municipal de Cotiporã como forma de iniciativa ao desenvolvimento do turismo local. No anexo III, apresentamos a descrição da trilha e história de criação dela e a formação dos grupos de condutores de turismo. **(Anexo III)**.

4. A cidade de Cotiporã possui uma beleza rara e desenvolve o turismo em diversas áreas. É uma cidade pequena, majoritariamente de colonização italiana que mantém hábitos e tradições da colonização muito vívidos, dessa forma, mantém preservados, além dos costumes, muitas construções do início do século passado. Possui ainda, uma culinária típica italiana com produção de queijos, vinhos, sucos e ainda tem uma forte cultura religiosa propícia para o turismo religioso. Mas o grande destaque são as belezas naturais, é uma cidade cercada de rios, com vistas para vales, mirantes, cascatas, trilhas. Desse conjunto de bens naturais, as cascata Calza e Vêneto são destaques: proporcionam, além da vista de vales, a interação direta pela possibilidade de tomar banho nas águas das piscinas naturais abaixo das quedas. As cascatas são apontadas como atrativos turísticos em folderes de divulgação da cidade desde as primeiras peças gráficas que podem ser vistas no anexo. **(Anexo IV – turismo em Cotiporã)**
5. A Trilha das Lontras e as duas cascatas são usadas frequentemente como espaço de educação ambiental de jovens da cidade e das cidades vizinhas. Além disso, diversas pesquisas acadêmicas foram realizadas nessa região, especialmente pela comunidade científica da Universidade de Caxias do Sul. **(Anexo V)**
6. A Cascata Vêneto e a Cascata Calza são patrimônios naturais e também culturais da cidade de Cotiporã. Muitas gerações frequentaram e frequentam o local para o lazer, camping, turismo religioso e outras atividades ligadas à natureza. Assim sendo, os referidos locais possuem um significado para a comunidade muito além de serem apenas cascatas, eles fazem parte da cultura local. Para esse estudo, encontramos uma publicação de 1923 com imagens dessas cascatas, sendo que, em uma delas encontramos o registro de um dos primeiros moinhos d'água da colonização italiana. Nesse contexto, temos como patrimônio o entendimento de:

O Patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente no espelho de sua alma). (GARBINATTO,1979, p.45).

No contexto de patrimônio enquanto constituinte da identidade local, encontramos amparo na própria Constituição. O artigo 216 da Constituição Nacional traz a base conceitual, além de definir alguns institutos jurídicos que amparam a preservação e conservação dos patrimônios, conforme se analisa, a seguir:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifos nossos).

1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Conforme a lei supracitada e a literatura correlata, concluímos que os referidos locais são, além de uma área de lazer, turismo religioso, prática de esportes radicais, de educação ecológica e de pesquisa conforme demonstrado nos itens anteriores, apropriados histórica e culturalmente pela comunidade. (Anexo VI)

7. Em sociedades complexas como a nossa, os meios de comunicação acabam por mediar a realidade em muitos aspectos. Nesse contexto, ser pauta de um meio de comunicação de referência nacional em audiência significa o reconhecimento do potencial turístico do lugar. Dessa forma, selecionamos duas coberturas para uma descrição mais completa. No dia 13 março de 2015, o Jornal Hoje, da Rede Globo de televisão, no quadro “Tô de folga”, apresenta a Cascata Vêneto como uma sugestão de passeio na Serra Gaúcha. A Rede Globo de Televisão é a maior rede de televisão de Brasil e o reconhecimento da atratividade do local, por meio da cobertura jornalística, torna legítimo o reconhecimento público da

importância do local como atrativo turístico. Nesse mesmo sentido, demonstrando que essa apropriação não é recente, no dia 23 de janeiro de 2002, o Jornal Correio do Povo, no caderno Turismo, já dedicava uma página para falar do turismo em Cotiporã e cita a Cascata Calza e a possibilidade de prática da tirolesa. **(Anexo VII)**.

8. Em 2014, a empresa JCS ENGENHARIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI – EPP, CPF/CNPJ: 6094758000112 solicitou para a FEPAM a construção de uma CGH na Cascata Calza (Processo: 009398-0567/14-9). Já naquela ocasião, a população local se manifestou contrária a realização de tal empreendimento, por meio de manifestação pública e abaixo-assinados. Em 2014, a própria FEPAM se manifestou contra a realização de empreendimento, naquele local (processo 009398-0567/14-9). No documento citado, a decisão da negativa para o empreendimento se apoia nessa mesma norma técnica da própria FEPAM, que elaborou o estudo intitulado: *Estudo de Avaliação Regional na Bacia Taquari – Antas para fins de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, FEPAM, 2001 e 2014*, no qual possui entre uma das suas diretrizes para conservação da qualidade ambiental na bacia hidrográfica: “Incentivar a conservação da geodiversidade, através da implementação de programas que valorizem o patrimônio geológico, geomorfológico, paisagístico e turístico da região”. Diz ainda:

Situa-se em local de uso turístico consagrado do município de Cotiporã. Na região e no local previsto para a construção da CGH Arroio Vicente Rosa, existem trilhas ecológicas, como a trilha das lontras; diversas cascatas, sendo a mais conhecida como a cascata dos Calza. **(Anexo VIII)**

9. Em 2017, ocorreu uma nova tentativa de realização de empreendimento hidrelétrico no local. A empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 13904492000191 abriu, junto a FEPAM, os processos 001306-0567/17-3 e 001006-0567/17-9, que buscam o consentimento para a realização de estudos preliminares de viabilidade da implantação da CGH Calza no arroio Vicente Rosa, localizada na Cascata Calza. Em 9 de setembro de 2017, a Prefeitura Municipal de Cotiporã fez uma Audiência Pública, buscando aferir a opinião da população

sobre o pedido da empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA para estudo de pré-viabilidade e estudo ambiental para futura implantação da CGH Calza. Nessa audiência, a sociedade civil se manifestou e, ao final, o excelentíssimo Senhor Prefeito da cidade, José Carlos Breda, fez uma votação, ganhando de forma majoritária a negativa à construção. Posteriormente o Ministério Público abriu o inquérito civil número nº AT.001920.000, a FEPAM novamente negou a liberação dos estudos para o empreendimento, estando agora em prazo recursal. **(Anexo IX)**

10. Sobre o aspecto econômico registra-se ainda, que o município de Cotiporã tem 3917 habitantes (Fonte: Censo 2010) e área de 172,375 Km<sup>2</sup> e já possui três usinas instaladas: a PCH Linha Emília, no Rio Carreiro, com a potência instalada de 19,5 MW; a PCH Cotiporã, no Rio Carreiro, com potência instalada de 19,5 MW; a UHE 14 de julho, no Rio da Antas, com potência de 100 MW, totalizando 139 MW de potência instalada. A empresa VERTENTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 13904492000191 apresentou o projeto para a construção da CGH Calza com a potência prevista do empreendimento é de 1 MW, ou seja, uma produção insignificante perto do que já produzimos. Além disso, a FEPAM na norma técnica *Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari Antas para fins de Licenciamento de empreendimentos Hidrelétricos* consta que o acúmulo de empreendimentos em uma bacia hidrográfica tem consequências ambientais regionais que não podem ser estimadas somente com base em avaliações ambientais sobre cada empreendimento individual.

Ainda no documento *Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari - Antas para fins de Licenciamento de empreendimentos Hidrelétricos*, cita, nas Diretrizes para a conservação da qualidade ambiental na bacia hidrográfica, que se deve “incentivar a conservação da geodiversidade, através da implementação de programas que caracterizem, valorizem e protejam o patrimônio geológico, geomorfológico, paisagístico e turístico da região”. Nesse sentido, entendemos que esse requerimento tange a possibilidade do efetivo cumprimento da diretriz citada.

Como pode ser observado pelas explanações acima, a Cascata Calza e a Cascata Vêneto, assim como toda a Trilha das Lontras, são áreas turísticas do município de Cotiporã, fazem parte do patrimônio natural do município, são patrimônios paisagísticos de espetacular e autêntica beleza, e são apropriadas pela população local, constituindo assim também um patrimônio cultural. Dessa forma, solicitamos a inclusão dessas duas Cascatas na lista de Monumentos Naturais presentes na *NOTA TÉCNICA: Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari- Antas para fins de Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos*.

Pede Deferimento.

Cotiporã, 29 de junho de 2018



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)